

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

MARIA GABRIELA DE ALMEIDA BERNARDINO
MAPEANDO SABERES: A TRAJETÓRIA DE FRANCISCO
JAGUARIBE GOMES DE MATTOS (1910-1952)

Rio de Janeiro

2020

MARIA GABRIELA DE ALMEIDA BERNARDINO

**MAPEANDO SABERES: A TRAJETÓRIA DE FRANCISCO
JAGUARIBE GOMES DE MATTOS (1910-1952)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Magali Romero Sá
Coorientador: Prof. Dr. Sergio Nunes Pereira

Rio de Janeiro

2020

MARIA GABRIELA DE ALMEIDA BERNARDINO

**MAPEANDO SABERES: A TRAJETÓRIA DE FRANCISCO
JAGUARIBE GOMES DE MATTOS (1910-1952)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Magali Romero Sá (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

Prof. Dr. Sergio Nunes Pereira (Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense) - Coorientador

Prof. Dra. Ângela Maria de Castro Gomes (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Prof. Dr. André Reyes Novaes (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Prof. Dra. Dominichi Miranda de Sá (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dra. Lorelai Brilhante Kury (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

SUPLENTE:

Profa. Beatriz Jaguaribe (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura-
Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Profa. Maria Rachel Gomensoro Froés da Fonseca (Programa de Pós-Graduação em
História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Rio de Janeiro

2020

Ficha Catalográfica

B523m Bernardino, Maria Gabriela de Almeida.

Mapeando saberes: a trajetória de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (1910-1952) / Maria Gabriela de Almeida Bernardino; orientada por Magali Romero de Sá. – Rio de Janeiro : s.n., 2020.
197 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2020.
Bibliografia: 176-184f.

1. Pesquisadores. 2. Biografias como Assunto. 3. Mapas como Assunto.
4. História do Século XX. 5. Brasil.

CDD 981

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

Para Helio Jaguaribe (*in memoriam*),
Sobre a relevância de seu pai.

AGRADECIMENTOS

É difícil acreditar que acabou. Nem sei mais como terá a vida sem “a tese”. Até porque a dita cuja não gosta de ser colocada na “esfera profissional”, não lhe basta. O doutorado chega e ocupa toda a sua vida e tudo isso faz parte do processo: “junto e misturado”.

Ah, o processo... Ele foi difícil, provavelmente aprendi mais sobre mim do que sobre o Jaguaribe propriamente dito. Mas sem dúvidas, seria ainda mais complicado (um eufemismo, a palavra correta seria impossível) caso eu não pudesse ter contado com o apoio de um time de pessoas incríveis que estiveram comigo durante essa longa caminhada.

Agradeço, especialmente, a minha orientadora, Magali Romero Sá. Dentre suas inúmeras qualidades, destaco a extrema delicadeza, gentileza, generosidade e paciência que teve comigo. Mesmo nos momentos mais difíceis, sempre tinha uma palavra doce e amiga para me confortar. Além disso, apoiou a forma pessoal pela qual resolvi conduzir a tese. Magali é humana e nunca colocou a tese na frente de minha saúde. A minha gratidão é eterna.

Sergio Nunes Pereira, meu querido amigo e coorientador, sempre um *gentleman*. Obrigada por toda a ajuda, leituras e, principalmente, por nunca negar a se aventurar comigo nas pesquisas. A sua compaixão é linda demais! Você é gigante e sempre terá a minha admiração.

Sou muito grata à Professora Maria de Fátima Costa pela atenção concedida e todas as indicações que me deu quando estive em Mato Grosso, mas especialmente, por ter me apresentado a Elias Bigio - que se tornou um mentor, um amigo solícito, alguém por quem sempre zelarei.

O que dizer sobre a família Jaguaribe de Mattos? Em primeiro lugar, agradeço a generosidade e a liberdade que me deram para utilizar o acervo de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos em prol da tese. Beatriz Jaguaribe: não há muito obrigada que dê conta do suporte que me deu. Você foi uma fada madrinha e me ajudou de todas as maneiras imagináveis! Sou eternamente grata pela parceria em incontáveis situações e, especialmente, por ter me proporcionado junto com Gabriel Flores uma *roadtrip* por Mato Grosso. Sou muito agradecida por tudo e por tanto. Anna, Roberto, Cláudia e Izabel, muitíssimo obrigada pelo acolhimento!

Dr. Helio Jaguaribe, pelas suas contas, o senhor estaria aqui quando eu defendesse... Mas ainda assim, fico feliz de termos passado um precioso tempo juntos e pelo senhor ter tomado conhecimento que alguém se interessou pela linda trajetória de seu pai. Também agradeço ao seu assistente Joaquim, por sempre tornar as coisas mais fáceis.

Na oportunidade em que estive em Portugal, a Professora Maria de Fátima Nunes, da Universidade de Évora, me recebeu com extrema amabilidade. Obrigada pelo

suporte, pelas sugestões e pela acessibilidade. Qualidades tão preciosas nos dias de hoje. Também agradeço às queridas professoras Ana Maria Marques e Isabel Drumond Braga pela ajuda e generosidade que me cederam bibliografias e fontes para a tese.

Também agradeço à banca que esteve presente em meu exame de qualificação, formada pelas queridas professoras Alda Heizer e Dominichi Miranda de Sá. Sou muito grata pelas sugestões, por acreditarem no trabalho, pela leitura atenta... No entanto, o meu agradecimento vai além. Pois, tive a sorte de ter naquela circunstância duas pessoas que fizeram parte diretamente de minha trajetória profissional. Seria pequeno agradecê-las somente pelo momento em questão. Obrigada por tudo que fizeram por mim em diferentes oportunidades.

Um dos melhores momentos do doutorado foi ter o prazer de ter cursado uma disciplina com Ângela de Castro Gomes. A experiência foi muito mais do que a leitura de ótimos textos e suas respectivas discussões. O amor da professora pela História nos contagiou. Essa experiência fortaleceu um trio de amigas “Azmina da Angela” que tornou a jornada de produzir uma tese menos pesada: Eveline Almeida e Gabriela Miranda, obrigada pelo apoio cotidiano. Vocês são amigas incríveis! Também agradeço a Luiz Burity (presidente do fã-clubes da Ângela), que se tornou um querido amigo paraibano que levarei para a vida! E, obviamente, à Professora Ângela de Castro Gomes por ser essa grande inspiração.

Às minhas amigas estupendas e compreensivas: Bianca e Jaqueline, o Cinturão de Órion que se formou no MAST e nunca mais se desfez. Obrigada pelo estímulo contínuo e por me amarem do jeito complicado que sou.

Uma vez, logo no início da adolescência, ouvi uma frase aparentemente boba, mas que fez sentido pra mim durante os últimos vinte quatro anos. A máxima é “melhor amigo só se tem um na vida” e a amiga em questão é Poliana Brasileiro. Poli, você é a melhor amiga do mundo. Nem consigo imaginar como a vida seria sem você. Sou muito privilegiada em tê-la comigo durante todo esse tempo e todos os dias. Sem você, eu simplesmente não seria...

Moema Vergara, obrigada pelo companheirismo e por sempre “super me entender”. Agradeço não só pela amizade, mas pelos ensinamentos e conselhos que levarei comigo por toda a vida.

Aos meus pais, por serem exatamente como são: os melhores do mundo! Ainda bem que sou filha de vocês. Como diriam no samba: ô, sorte! Avanir e Antonio Carlos, amo vocês!

Ao meu companheiro Daniel e ao nosso filho de quatro patas, Musta. Sem o amor diário de vocês, a vida seria muito mais chata. Sou muito sortuda por não esperar o carnaval chegar, porque com o nosso bloco “concentra, mas não sai” temos os nossos momentos felizes em meio às grandes dificuldades. Dani, eu simplesmente não tenho vocabulário para agradecer por você ter segurado as pontas durante o tempo que a bolsa acabou e nunca ter me dito a máxima “acaba logo essa tese”. Talvez você soubesse todo o tempo que era tudo que eu mais queria na vida, mas também sabia que, em um momento de depressão, não era uma questão de querer.

Aos secretários da COC, Maria Claudia, Sandro e Paulo, sempre solícitos e gentis. Agradeço muito aos arquivistas e bibliotecários, além de todos os professores que tanto me auxiliaram nessa jornada. Seria injusto citar nomes e esquecer-me de alguém.

A todos os indígenas que vivem no Brasil e resistem na luta por seus territórios.

À Fundação Oswaldo Cruz pela bolsa concedida e por sua bravura na luta em favor da ciência no Brasil.

Um agradecimento mais do que especial a todos os amigos que estão nos ajudando financeiramente a conseguir comer e pagar as contas essenciais durante a pandemia do Covid-19. Sem dúvidas, nunca imaginei que um parágrafo desses fosse estar presente em minha tese, mas jamais poderia deixar de lembrar e ser grata do fundo do coração. Meus mais sinceros agradecimentos.

“Se você vier me perguntar por
onde andei
No tempo em que você sonhava
De olhos abertos, lhe direi
Amigo, eu me desesperava...”
Belchior

RESUMO

O principal objetivo dessa tese é apresentar a trajetória do cartógrafo Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (1881-1974) a partir das suas empreitadas em projetos científicos, tendo como principal destaque a produção da “Carta Geográfica de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas” elaborada pelo personagem no âmbito da Comissão Rondon e publicada em 1952. A partir do processo de confecção do mapa é possível perceber diferentes cenários políticos nacionais e regionais, assim como, a interferência dos mesmos na produção da carta geográfica e seus desdobramentos, como, por

exemplo, o primeiro esboço para o Parque Indígena do Xingu feito por Jaguaribe a partir de informações extraídas da carta de Mato Grosso. Além da elaboração do mapa, projeto ao qual Jaguaribe se dedicou durante 35 anos, também é possível conhecer, a partir de sua trajetória, a Sociedade Vegetariana Brasileira e a Academia Brasileira de História das Ciências, instituições as quais o cartógrafo foi presidente durante anos e que, até então, em ambos os casos não foram encontradas nenhum tipo de referência. Tendo como base as iniciativas citadas é possível conhecer melhor o desconhecido personagem, assim como as respectivas instituições que contaram com sua atuação.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to present the trajectory of the cartographer Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (1881-1974) from his endeavors in scientific projects, with the main highlight being the production of the “Carta Geográfica de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas” (Geographic Map of Mato Grosso and Surrounding Regions) elaborated by the character within the scope of the Comissão Rondon and published in 1952. From the process of making the map, it is possible to perceive different national and regional political scenarios, as well as their interference in the production of the geographical map and its consequences, such as, for example, the first sketch for the Parque Indígena do Xingu (Xingu Indigenous Park) made by Jaguaribe

from information extracted from the geographic map of Mato Grosso. In addition to the elaboration of the map, other projects to which Jaguaribe dedicated himself in his trajectory, was the Brazilian Vegetarian Society and the Brazilian Academy of History of Sciences, institutions which the cartographer was president for years and that, until then, in both cases no reference was found. Based on the aforementioned initiatives, it is possible to get to know better the unknown character, as well as the respective institutions that relied on his work.

Sumário

Introdução..... 1

Capítulo 1- Muito prazer, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos

Introdução 7

1.1 - A biografia de uma obra..... 8

1.2 - Família e Formação11

1.3- Muito além da floresta: a “aventura” de participar do Escritório Central da Comissão Rondon	21
1.4- Oralidade e Memória	27
1.5- Sociedade Vegetariana Brasileira	32
Capítulo 2 – O Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e a miscelânea cartográfica no Brasil republicano	
Introdução	45
2.1- O Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e a busca pela “civildade” mato-grossense	48
2.2- Jaguaribe e a babel cartográfica no Brasil republicano	63
2.3- Inimigo da pátria? Jaguaribe e a Revolta Constitucionalista.	76
Capítulo 3 - O Oeste Promissor, seu reconhecimento e sua representação cartográfica	
Introdução	81
3.1- Em Marcha para o Oeste: a reinvenção de Rondon e Jaguaribe	84
3.2- O retorno do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso	95
3.3- Outras vozes sobre Mato Grosso: os relatórios Geográficos/ Etnográficos	116
3.4- A publicação da Carta de Mato Grosso e o Parque Indígena do Xingu	131
Capítulo 4 – Um cartógrafo na História das Ciências	
Introdução	144
4.1- O III Congresso Internacional de História das Ciências	145
4.2- A Academia Brasileira de História das Ciências	157
4.3.- O Plano Nacional de Viação Fluvial	163
Considerações finais	169
Referências	175
Anexos	186

Introdução

É muito provável que já tenha ouvido falar em Cândido Mariano da Silva Rondon, ou simplesmente Marechal Rondon, o Patrono das Telecomunicações no Brasil. Ou ainda: o líder da mítica Comissão Rondon¹ que o consagrou como herói nacional. Seu nome (ou nomenclaturas originárias) não nos deixa esquecer sua existência por todo o território nacional: é nome de estado (Rondônia), de municípios (Rondonópolis e Rondolândia), além das praças e logradouros públicos espalhados pelo país.

Rondon é popularmente conhecido como um desbravador por ter adentrado os sertões² mais recônditos do então Noroeste do Brasil no início da Primeira República. Como já foram analisadas em relevantes pesquisas acadêmicas, as razões para suas expedições ao interior do Brasil foram inúmeras: instalação de postos telegráficos (Maciel, 1998), integração nacional (Bigio, 2000), busca por conhecimentos das mais variadas áreas científicas, como, por exemplo, Botânica, Zoologia, Geologia, Geografia (Sá, Lima & Sá, 2009) e, sem dúvidas, o seu contato com indígenas (Freire, 2009; Machado, 1994). Além disso, também foi protagonista de biografias produzidas a seu respeito (Rother, 2019; Diacon, 2006) e, até mesmo, séries para TV³. Na maioria dos trabalhos é como se Rondon fosse a comissão e vice-versa.

Em contrapartida, nos últimos anos, uma série de pesquisas está ampliando a visibilidade em relação aos outros integrantes da comissão. Dentre as investigações que seguem por esse caminho, vale destacar a dissertação de mestrado de Mirian Rejane Guimarães Ferreira, intitulada “Os Trabalhadores da Comissão Rondon: Violência, esquecimento e silêncio nos caminhos do telégrafo. (1907-1915)”. A pesquisa de

¹ O termo Comissão Rondon será utilizado de forma genérica, a fim de denominar e facilitar o entendimento das iniciativas que tiveram Rondon como líder: Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso a Amazônia, Serviço de Proteção ao Índio, Inspeção de Fronteiras, Conselho Nacional de Proteção ao Índio, Viagens de expedições aos rios e Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso. Quando achar necessário, indicarei o projeto específico ao qual estarei me referindo.

² Os nossos sertões foram tema de grandes debates no início do século XX. O argumento mais importante na historiografia brasileira consiste em descrevê-los como algumas áreas do território distantes em relação ao poder público. Segundo Nísia Trindade Lima é esta a ideia que pode ser colocada como ponto em comum dos inúmeros significados atribuídos à palavra sertão. Fonte: LIMA, Nísia Trindade. Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

³ Sob a direção de Marcelo Santiago, “Rondon- O Grande Chefe” (2015) é uma série que mistura documentário e ficção. Está disponível em: <https://globosatplay.globo.com/canal-brasil/rondon-o-grande-chefe/>. Acessado em 10/10/2018.

Ferreira possui extrema relevância, pois faz uma análise sobre os trabalhadores menos favorecidos, tidos por menores e sem importância. Tais homens foram omitidos dos relatórios da Comissão Rondon. A historiadora fez um levantamento das mortes ocorridas e silenciadas durante a Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) e dessa forma, evidencia a importância que esses personagens tiveram para a comissão.

Outra pesquisa que merece destaque é a investigação de André Vital sobre a atuação do médico Joaquim Augusto Tanajura no âmbito da CLTEMTA (Vital 2011). O autor analisa as atividades do médico que acompanhou a comissão entre os anos de 1909 e 1912, apresentando outra perspectiva acerca dos trabalhos da comissão: a história da saúde. No mesmo caminho, temos o artigo de Arthur Caser e Domichi Miranda de Sá (2011) que analisa por meio dos relatórios de Rondon e de outros membros da comissão, o quanto as doenças, em especial a malária, aparecem invariavelmente como um obstáculo nas explorações do sertão.

Para essa tese de doutorado, pretendo construir a trajetória de Francisco Jaguaribe de Mattos, principal cartógrafo da Comissão Rondon e integrante pouco lembrado. A simples menção a Jaguaribe é muito rara em pesquisas referentes à Comissão Rondon. Considero, no mínimo, curioso, tendo em vista que Jaguaribe atuou como cartógrafo da comissão durante décadas.

Lançado há pouco tempo, o livro “O Brasil pelos Brasileiros: Relatórios Científicos da Comissão Rondon” (Siqueira, Machado & Ávila, 2016) possui em sua primeira parte, um espaço exclusivo dedicado aos perfis de cientistas que fizeram parte da Comissão Rondon: etnólogos e etnógrafos, médicos e sanitaristas, botânicos, zoólogos, mineralogistas e geólogos, astrônomos e, até mesmo, fotógrafos e cineastas. A ausência da cartografia me causou certa angústia e constrangimento, pois afinal, será que ainda temos dificuldades em entendê-la como ciência? Será que o fato de Jaguaribe executar os seus trabalhos no escritório e não ir a campo diminuiu o mérito de suas atividades?⁴. Ou ainda: será que se basearam nos relatórios que os cientistas faziam de suas respectivas expedições? Pois bem, para a última questão, temos um relatório elaborado pelo cartógrafo sobre as atividades do escritório central da Comissão Rondon entre os anos de 1910 e 1912⁵.

⁴ O trabalho de Jaguaribe no Escritório Central será um dos temas do próximo capítulo.

⁵ Ver: MATTOS, Francisco Gomes Jaguaribe. Relatório concernente ao triênio 1910-1911-1912, apresentado ao Sr. Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, Chefe das Comissões das Linhas

A questão aqui é a falta de notoriedade da Cartografia como ciência quando tratamos de Comissão Rondon. Tendo em vista que existem dezenas, quiçá centenas de mapas elaborados que provam justamente o contrário. E, através desses esboços, croquis, mapas e plantas, Francisco Jaguaribe de Mattos produziu a Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas, publicada em 1952.

Voltando à justificativa da escolha de meu objeto: sim, pretendo sinalizar que precisamos valorizar a cartografia realizada no âmbito da comissão como uma atividade científica. De alguma forma, esse movimento já começou com as pesquisas de Bernardino (2010), Sousa Lima Júnior (2011), Aranha (2012), Kantor (2017) e Nogueira (2018). Também existe um documentário produzido pelo jornalista Cacá de Sousa intitulado “Rondon e a Cartografia”⁶, neste, embora a arte de produzir cartas esteja no título da obra, a ciência não é o ponto central, tampouco quem as produzia. O ponto central do filme está na figura heroica de Rondon.

No mais, pesquisar a obra do cartógrafo da Francisco Jaguaribe é uma opção interessante e coerente com as minhas escolhas acadêmicas: participei durante a Iniciação Científica, realizado na Casa de Oswaldo Cruz, de um projeto chamado “Inventário da natureza do Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1930)”, coordenado pela pesquisadora Dominichi Miranda de Sá. No âmbito desse projeto iniciei os meus estudos sobre a cartografia desenvolvida na comissão. Em minha dissertação de mestrado, intitulada “Um mapa para a República: a Comissão da Carta Geral do Brasil (1903-1932)”, pesquisei sobre a tentativa militar de mapear o país e produzir uma carta nacional. O passo seguinte seria o doutorado, o meu ingresso para a seleção ocorreu por meio do projeto “Reinventando a cartografia do Brasil: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938-1968)”. A ideia central seria entender como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se tornou o principal responsável pela cartografia do país. No entanto, após a minha admissão na pós-graduação, fui contatada pela família Jaguaribe de Mattos. Beatriz Jaguaribe encontrou um trabalho publicado por mim, ainda no período de Iniciação Científica no 3º Simpósio Ibero-americano de História da Cartografia. A partir do primeiro contato, estabeleci uma relação mais próxima com a família Jaguaribe e pude perceber que, a

Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas pelo 1º Tenente Francisco Gomes Jaguaribe de Mattos, encarregado da Seção de Desenho da mesma Comissão. CLTEMA, publicação n. 26, anexo n. VI, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1915.

⁶ Para assistir o documentário: <https://www.youtube.com/watch?v=Wj7YxRJPmJY&t=55s>
Acessado em 15/06/2020.

partir dessa aproximação, poderia ter acesso a uma documentação inédita e relevante para uma pesquisa de doutorado.

Além de tudo, sempre tive o desejo de trabalhar com biografias. Quando me dediquei à cartografia realizada pela Comissão Rondon (durante a iniciação científica), percebi que, de certa forma, o seu principal cartógrafo e responsável pelos mapas, era uma figura eclipsada pela forte imagem de Rondon. Deste modo, considerei viável dar continuidade ao trabalho da iniciação científica para o doutorado. Em uma conversa com os meus orientadores, expliquei porque eu deveria mudar de tema e eles me deram todo o apoio necessário.

Contudo, embora estivesse amparada pela documentação familiar⁷ e pelo vasto arquivo sobre Comissão Rondon⁸, encontrar algo escrito por Jaguaribe e sobre Jaguaribe é extremamente raro, pois diferentemente do esperado, me deparei com pouquíssimo material no acervo pessoal. A minha expectativa era a de encontrar correspondências com intelectuais, diários reveladores, mapas inéditos... Quando, em suma, o material se restringe a fotografias de família e documentos como RG, certidão de óbito e títulos. O cartógrafo pouco escrevia e deixou poucos rastros acerca de suas ideias e concepções de mundo.

Embora tenha defendido até aqui sobre a necessidade de se explorar o projeto cartográfico rondoniano que tinha Jaguaribe como principal responsável, a pesquisa me trouxe outras facetas do cartógrafo que também merecem destaque no presente trabalho e dialogam diretamente com a História das Ciências.

Antes de apresentar os capítulos da tese, gostaria de justificar a maneira pela qual resolvi tentar escrever. Além de utilizar a primeira pessoa, procurei imprimir a minha personalidade e buscar uma narrativa simples. O objetivo é uma tentativa de encurtar o caminho entre ciência e sociedade. Gostaria muito que não só os meus pares, mas os meus pais e meus amigos lessem. Não foi tranquilo, aliás, escrever pra mim sempre foi muito difícil, independente do estilo. Mas como repetia a querida professora Ângela de Castro Gomes: “Nada é fácil. Tudo é construído com sangue, suor e lágrimas”. E assim tem sido.

⁷ Diferentemente do que esperado, me deparei com pouquíssimo material no arquivo pessoal. A minha expectativa era a de encontrar correspondências com intelectuais, diários reveladores, mapas inéditos... Quando, em suma, o acervo se restringe a fotografias de família e documentos como RG, certidão de óbito e títulos.

⁸ O maior acervo sobre Comissão Rondon está disponível no Museu do Índio. Mais de 80% da documentação se encontra digitalizada. Para consultar: <http://www.museudoindio.gov.br/pesquisa/acervo-online>

Outro ponto que considero relevante antes de se iniciar uma tese de doutorado é que o pesquisador se questione sobre a escolha do seu objeto, além do lugar comum de “preencher lacunas historiográficas”. Afinal, por que é importante investigar a trajetória de Francisco Jaguaribe de Mattos? Entendo que é interessante ampliar o número de trabalhos sobre outros integrantes da comissão e não depositar todos os “louros” na figura de Rondon. No entanto, após ter a acesso as fontes, a questão foi além. A trajetória de Jaguaribe é um fio de condutor que possibilita o entendimento de diferentes empreitadas científicas em distintos cenários e, principalmente, as questões territoriais brasileiras.

Durante o processo de pesquisa, tive acesso a várias faces de Jaguaribe, desde presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira, avô aventureiro, cartógrafo de gabinete-brasão direito de Rondon nos últimos anos do marechal e um eterno idealista acerca do aproveitamento da hidrografia ser utilizada como transporte nacional. Primeiramente, tentei construir uma personalidade coerente a partir das diversas facetas que me deparei. No entanto, percebi que ele era muitos e que eu deveria tentar expressar a pluralidade presente nesse personagem. Deixei de buscar a coerência e, a partir de então, conheci muitos Franciscos Jaguaribes. Pretendo apresentar as suas diferentes empreitadas de forma que seja possível compreender muito além do que a vida de um sujeito. Embora, tenha plena noção de que entender a vida de alguém seja uma tarefa árdua, quiçá impossível... Eu não tenho a menor noção, por exemplo, dos processos pelos quais Jaguaribe passou para fazer determinadas escolhas, mas tentei fazer o que pude.

O primeiro capítulo da tese é dedicado a uma apresentação do personagem, assim como seus laços familiares, sua formação, a repercussão de seu primeiro trabalho de peso: a Planta da Cidade do Rio de Janeiro e o seu ingresso na Comissão Rondon. Nesse capítulo, em especial, Jaguaribe aparece de forma singular, desconectado propositalmente da figura de Rondon. Quem sabe, tenha sido a forma que encontrei para anunciar que esse não é um trabalho sobre Rondon (embora ele apareça bastante em outros momentos da tese). A presença do cartógrafo como presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira (ao que me parece, ainda carente de pesquisas) foi uma das grandes surpresas que me deparei ao final da pesquisa e também foi analisada no capítulo 1.

O segundo capítulo contempla a formalização do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, as circunstâncias em Mato Grosso e, principalmente, como o SCCTM se “encaixou” no momento conturbado em que se encontrava a cartografia militar no

Brasil. Além disso, após o período em Paris, Jaguaribe surpreendeu e participou ativamente da Revolta Constitucionalista em 1932, tal fato foi responsável pelo período que viveu exilado em Portugal.

Quando se fala em Comissão Rondon e seus desdobramentos nossos pensamentos recaem sobre a Primeira República. Não à toa, a maioria dos trabalhos foca em tal período. Devido a isso, a quantidade de documentos ligadas ao assunto e, por vezes, não trabalhadas, relacionadas a Rondon a partir do Estado Novo são muitas. Por isso, o capítulo 3 é o mais extenso: a quantidade de fontes. Finalmente tive acesso a uma documentação sobre a Carta de Mato Grosso e seus desdobramentos. A posição profissional de Jaguaribe ganhou prestígio e ele se tornou o braço direito de Rondon, conforme anunciavam os jornais. Depois de pesquisar anos sobre a Carta de Mato Grosso, me deparei com um presente ao descobrir que Jaguaribe produziu o primeiro esboço cartográfico para o Parque Indígena do Xingú através do mapa que acabara de produzir.

O período em que Jaguaribe esteve exilado em terras lusitanas será contemplado no quarto capítulo dessa pesquisa. O foco será o envolvimento do cartógrafo com a História das Ciências, tendo como gatilho sua participação do III Congresso Internacional de História das Ciências em Portugal, na primeira metade da década de 1930 e seus desdobramentos a partir de então relacionados à área.

Capítulo 1 – Muito prazer, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos

“Não sou biografável. Ou talvez seja.” Manoel de Barros

Introdução

O integrante eclipsado da Comissão Rondon que, talvez, nunca se tenha ouvido falar, é o personagem central dessa pesquisa: Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (1881-1973).

Jaguaribe levou uma vida dedicada a trabalhos que tinham por objetivo integrar o território brasileiro. Por ter passado quase 50 anos (1910-1958) participando de projetos encabeçados por Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), o personagem, na maioria dos casos, esteve relacionado à figura do popular marechal. Durante a pesquisa encontrei algumas manchetes de jornal que se referiam a Jaguaribe da seguinte forma: “Ex-auxiliar de Rondon revive-o nas virtudes”⁹, “Homenagem a colaborador do Marechal Rondon”¹⁰ “Alemanha dá medalha a General de 90 anos que acompanhou Rondon”¹¹ “Um Brasil que só Rondon e sua gente conhece”¹² (sobre uma palestra de Jaguaribe), “Como vive o braço direito de Rondon”¹³. Ou ainda, em uma celebração por seus 90 anos: “90º aniversário do grande colaborador de Marechal Rondon”¹⁴. Os títulos das notícias enfatizam o quanto este indivíduo esteve à sombra de Rondon por conta de uma vida em que o seu principal trabalho fora realizado sob a tutela do mesmo. Ainda sobre isso, é importante destacar que não se trata de um caso particular que tenha chamado a minha atenção, pois o interesse de historiadores em buscar entender a vida dos considerados excluídos da história é crescente. Segundo Loriga, *o desejo de estender o campo da história, de trazer para o primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico* (Loriga, 2003:225). Para tanto, é relevante esclarecer que no caso dessa pesquisa, diferente do que acontece na maioria das referências sobre os “esquecidos da história”, não me refiro às classes populares e sim a um esquecido da memória construída. Contribuindo com a premissa, François Dosse afirma:

⁹ *Diário de Notícias*, 8 de agosto de 1965.

¹⁰ *Correio do Paiz*, 25 de agosto de 1971.

¹¹ *Diário de Notícias*, 22 de agosto de 1971.

¹² *Diário Carioca*, 11 de novembro de 1952.

¹³ *O Estado de Mato Grosso*, 23 de setembro de 1971.

¹⁴ Documento encontrado no Arquivo Pessoal da família Jaguaribe, sem data.

“Com o retorno do biográfico, alguns historiadores não renunciaram ao empenho de chegar até os anônimos da história. De diversas maneiras, mostram que é possível superar as falhas de fontes para descobrir qual tenha sido seu mundo.” (Dosse, 2009:297)

É notória que em ambas as menções dos pesquisadores franceses citados estão presentes a questão do retorno à biografia. O movimento ocorreu a partir da década de 1970, quando a preocupação de historiadores com o “indivíduo” voltou a ocupar um lugar central nas discussões, rompendo com a ideia de que seria um gênero destinado a contar a vida dos “grandes homens” (Loriga, 226). Em sua obra *O desafio biográfico* Dosse aponta que a grande transformação seria a mudança na escolha dos sujeitos biografados (Dosse, 2009).

Para a presente tese busquei encontrar quem era o tal “ajudante” que acabou por ter a sua jornada um tanto quanto ofuscada. O principal objetivo é apresentá-lo e mostrar como, através de sua trajetória, é possível criar um fio condutor a fim de nos levar ao conhecimento de diferentes iniciativas científicas da primeira metade do século XX.

Conforme Danielle Barreto (2012:24) adverte em sua dissertação de mestrado sobre a trajetória de Evandro Chagas, também reitero que é indispensável comunicar que essa pesquisa é o resultado de um esforço inédito a fim de apurar a trajetória de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos por meio de seu envolvimento em projetos científicos. Nesse sentido, é importante que seja avaliada como tal.

1.1. A biografia de uma obra

Como anunciei na introdução, o gênero biográfico me desperta interesse há tempos, por isso, me entusiasmei a ideia de pesquisar e produzir uma narrativa sobre a trajetória de um indivíduo. Para tanto, quando comecei a ter contato com a bibliografia sobre a temática e relacioná-la às minhas fontes, percebi que não seria simples, muito pelo contrário. Como contaria a história de um indivíduo sem as fontes que me pareciam, *a priori*, a única forma possível de se escrever uma trajetória?¹⁵

¹⁵ Como já mencionado, tinha expectativas de encontrar correspondências, diários, bilhetes...

Em meados de 2015, um documentário¹⁶ sobre Philip Roth¹⁷ me chamou atenção logo no início, quando o escritor Milan Kundera¹⁸ afirmou que a única forma possível de contar a história de Roth seria através de uma biografia de sua obra. Em meio às disciplinas e textos que estava mergulhada à época, a frase foi perfeita, pois vinha ao casamento com o que estava lendo nos últimos tempos. Depois de ter me deparado com material quase nulo sobre a vida do personagem no arquivo da família, cheguei a conclusão de que esse seria o caminho possível para produzir a trajetória de Francisco Jaguaribe e isso não faria a minha pesquisa biográfica menos legítima.

Ainda a respeito disso, um grande suporte e direcionamento sobre o quê e como realizar uma biografia apareceu por meio de uma leitura de Gilberto Velho (1994) a qual consiste em enaltecer que trajetória dos indivíduos pode ganhar consistência a partir da análise de seus projetos (Velho, 1994:49). Para o antropólogo:

“Evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinado sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades” (Velho, 1994:40)

Desta forma, em diálogo direto com essa pesquisa, ressalto que a trajetória de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos será realizada essencialmente por meio dos projetos que o mesmo participou. Visto que a partir disso, é possível apresentar particularidades sobre o biografado e também é possível identificar outras questões como, por exemplo, os ideais de Brasil inseridos naquelas iniciativas em determinada época, posto que a pesquisa possui um recorte temporal que abrange mais de quatro décadas.

Uma de minhas angústias ao construir a narrativa (mesmo que ainda na fase mental) do personagem, baseada em documentos e relatos, era a incoerência em determinadas atitudes ou traços de sua personalidade. Buscar a tal linearidade não foi possível porque, talvez, isso não exista ao se contar a história de um ser humano. Somos seres contraditórios, portanto não se deve buscar sentido na trajetória do indivíduo ou criar um sentido artificial. Bordieu adverte acerca dessa armadilha:

¹⁶ Encontro com Philip Roth - *Biografia de uma Obra*. Diretores: Adrien Soland e François Busnel. França, 2015

¹⁷ Philip Roth (1933-2018) foi um romancista norte-americano.

¹⁸ Milan Kundera (1929) é um escritor tcheco.

“[...] selecionando, em função de uma intenção global certos acontecimentos significativos e estabelecendo conexões para lhes dar coerência, como as que implica a sua instituição como causas ou, com mais frequência, como fins, conta com a cumplicidade natural do biógrafo, que, a começar por suas disposições de profissional de interpretação, só pode ser levado a aceitar essa criação artificial de sentido.”

Ademais, defendo aqui que, embora seja importante enfatizar a importância do contexto e das questões sociais, o biografado também possui singularidades. Embora Jaguaribe seja um homem de seu tempo e, em algumas situações ele possa ser um “exemplar” de seu meio, também busco encontrar os seus atributos particulares (o próprio fato de ter sido um integrante da Comissão Rondon e não estar em campo, já o torna uma exceção, por exemplo).

Dito isso, coloco que, embora alguns historiadores, como por exemplo, Giovani Levi (2006:174) tenha se proposto a criar uma tipologia acerca das biografias, não consegui enquadrar a trajetória de Jaguaribe em um único tipo. Como dito acima, mas agora embasada em tais modelos, posso sustentar que em algumas iniciativas o personagem apareceu como um sujeito fruto de uma biografia *modal*, quando o seu comportamento e suas escolhas refletiram o estilo de um meio social, que é o caso de sua experiência na Sociedade Vegetariana Brasileira (Levi, 2006:174). Também ocorreram situações em que o *contexto* foi fundamental para a compreensão das escolhas do biografado, tal qual sua experiência com a produção da carta de Mato Grosso (Levi, 2006:175) e, ainda, situações que o cartógrafo é o *Pequeno X* (Loriga, 2012), ou seja, quando o *indivíduo vale [também] por aquilo que o singulariza*. (Dosse, François, 2009:57), fato que pude acompanhar em sua participação no III Congresso Internacional de História das Ciências e será visto mais adiante.

1.2- Família e Formação¹⁹

Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos nasceu no Rio de Janeiro (embora se considerasse cearense) em 21 de agosto de 1881. Seu pai era João Paulo Gomes de Mattos, nascido no Ceará em 1842, que fora desembargador e vice-presidente de província, além de ter se destacado como educador, escritor e abolicionista. Sua mãe, Joana de Alencar Jaguaribe Gomes de Mattos, nascida no mesmo estado em 1852, fazia parte do tronco Alencar no Ceará (era prima do escritor José de Alencar) e filha de Domingos José Nogueira Jaguaribe e Clodes Alexandrina Santiago de Alencar (que anos depois, irá inspirar Francisco Jaguaribe a nomear sua primeira e única filha).

Domingos José Nogueira Jaguaribe ou Visconde de Jaguaribe (1820-1890), avô materno do personagem central, foi deputado provincial, auditor de Guerra do Exército no Paraguai, senador, Ministro da Guerra e coautor da Lei do Ventre Livre, além de Conselheiro do Imperador Dom Pedro II.

Nessa lógica, faz sentido trazer à tona o conceito de capital cultural qualificado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2007:27) a fim de relacionar as origens familiares de Francisco Jaguaribe com a sua trajetória. Dado que, independente de sua instrução formal, o cartógrafo trazia consigo uma “bagagem” oriunda de sua classe social que, seguramente, foram determinantes em sua história.

Francisco Jaguaribe começou os seus estudos no Ceará e em 1892, aos 11 anos, foi matriculado no Colégio Militar do Rio de Janeiro, onde concluiu o curso em 1900. Na ocasião recebeu o diploma de agrimensor e a medalha Visconde de Inhaúma por ser um dos melhores alunos de sua turma.

Nos tempos do Colégio Militar, tinha destaque nas aulas de Desenho e de Música, chegou a ser mestre da banda de alunos do Colégio Militar. Na ocasião em que o professor de música ficou adoentado, Jaguaribe o substituiu nas aulas e nas funções administrativas onde providenciava a reparação de instrumentos com defeito, compra de material, etc. No fim de sua estadia, deixou uma composição sua no arquivo da banda

¹⁹ Os dados acerca da família e formação de Francisco Jaguaribe foram extraídos do documento “Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. In Processo nº 1939 de 1963. Projeto de resolução n.º46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras providências [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo, [1963] <<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1963/00/00/0D/BH/00000DBHS.PDF>> Acessado em 20 de Junho de 2015.

de música e a administração do colégio lhe ofereceu uma chapa de prata com dedicatória.



Retrato de Dom Pedro II e dos Ministros da Época, dentre eles Domingos José Nogueira Jaguaribe, em comemoração à assinatura da Lei do Ventre Livre em Setembro de 1871. Litografia de Henrique Fleiss
Fonte: https://www.reddit.com/r/brasil/comments/8e3rg3/retrato_de_dom_pedro_ii_e_dos_ministros_da_%C3%A9poca/ Acessado em 05/09/2019

Em seu último ano no Colégio Militar se dedicou a topografia e chegou a executar com sua turma, sob a direção do então Tenente André Trajano, o levantamento topográfico da Ilha de Paquetá.



Planta levantada pela turma de alumnos do 5º anno do curso secundario do Collegio Militar em exercicios practicos de topographia e trabalhos de guerra no anno lectivo de 1900 sob a direcção do professor Major, Dr. Luis Belle Lisboa, auxiliado pelo 1º Tenente de artilharia Bacharel Andre Trojano de Oliveira e desenhada pelos alumnos da mesma turma: Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Pedro Paulo Ferrnira de Meñezes e Raymundo Fernandes Monteiro.

Planta da Ilha de Paquetá produzida pela turma de Francisco Jaguaribe no Colégio Militar
Fonte: Biblioteca da Marinha

A planta em questão foi localizada na coleção de mapas pessoais de Francisco Jaguaribe doados pela família à Biblioteca da Marinha no Rio de Janeiro, de acordo com a vontade expressada pelo cartógrafo em vida. Sua mapoteca, com cerca de cinquenta itens, foi doada logo após o falecimento de sua esposa, na primeira metade da década de 1980. No anexo 1 estão listados todos os mapas pertencentes a tal coleção.

Em 1901, Jaguaribe ingressou na então Escola Militar do Brasil. Durante a formação do Curso Geral (ou das Três Armas) contraiu beribéri²⁰, fator que dificultou o seu desempenho. Ainda assim, concluiu o curso em 1904, embora não tenha sido promovido a Alferes-aluno. Logo, ficou a espera de uma promoção para oficial como sargento de curso e acabou por ser chamado pelo Estado Maior do Exército para auxiliar na produção de uma carta de fronteira entre o Brasil e o Peru sob o comando do General Medeiros onde conseguiu executar bom desempenho e ser convocado posteriormente para outros trabalhos técnicos geográficos. Em seguida, ingressou no quadro de auxiliares do Estado Maior do Exército- 3ª. Seção (responsável por cartas, projetos...), onde, dentre outras iniciativas, participou do levantamento do itinerário de Santa Cruz, Itaguaí, Mangaratiba e Angra dos Reis executando os desenhos. Dentre os seus trabalhos na primeira década do século XX, também é necessário destacar a sua participação no Atlas de Barão Homem de Mello publicado no ano de 1909.

²⁰ Beribéri é uma doença séria que causa fraqueza muscular e problemas gastrointestinais devido à falta de ingestão de vitamina B1 e uma dieta baseada em carboidratos simples, consumo de bebidas alcoólicas.



Primeira página do Atlas do Brasil, produzido por Barão Homem de Mello e com a colaboração de Francisco Jaguaribe.

Fonte: Biblioteca da Marinha

Ainda sobre a sua formação, uma das premissas da pesquisa era a ligação de Jaguaribe ao Positivismo. Partiu desse princípio, pois muito se escreveu sobre a relação de Rondon com a doutrina criada por Augusto Comte (Kury & Fedi, 2017:224; Viveiros, 1958) e também por pensar como uma característica geracional. No entanto, nem sempre, as nossas expectativas são concretizadas...

Não encontrei absolutamente nenhuma referência bibliográfica, fonte documental ou depoimento oral que comprovasse o fato. Inclusive, cheguei a procurar na *Maison de Auguste Comte* em Paris, pois suspeitava que ali fosse localizar alguma pista, afinal, segundo minhas suposições, ele teria sido um positivista brasileiro que viveu em Paris na década de 1920. Ao contrário de minha hipótese, nada foi descoberto. Portanto, não tenho condições de me estender sobre o assunto. Além disso, é importante esclarecer que o sepultamento de Jaguaribe também não se deu como manda a tradição positivista: ele foi enterrado no Cemitério São João Batista, no bairro de Botafogo. Na semana seguinte, ocorreu sua missa de sétimo dia, realizada na Igreja Católica Santa Cruz dos Militares, localizada na Rua Primeiro de Março, 36²¹. Ambas

²¹ *Jornal do Brasil*, 19 de outubro de 1974.

as cerimônias ocorreram na cidade do Rio de Janeiro. Dito isso, encerro o caso com a contribuição do depoimento de seu neto, Roberto Jaguaribe, que tem em sua memória um lado mais agnóstico do avô e não faz nenhuma relação de Francisco Jaguaribe com alguma doutrina ortodoxa.

Outro dado interessante acerca de sua formação é a participação de Jaguaribe no Curso Livre de Pintura na Escola Nacional de Belas Artes. Em sua prova de desenho, na ocasião de sua matrícula, conseguiu o primeiro lugar dentre os dezoito candidatos. Além disso, também se destacou nos concursos de modelo vivo da referida instituição, chegando a alcançar algumas vezes o primeiro lugar. Logo abaixo, pode ser apreciada uma de suas obras da época (1909). Na primeira imagem a pintura aparece atrás de seu autor em uma matéria de jornal do início da década de 1970 e ao lado temos uma fotografia do quadro nos dias atuais. A obra se encontra no domicílio de Beatriz Jaguaribe que gentilmente autorizou sua publicação para essa pesquisa.



Na primeira imagem, Jaguaribe posa, no início da década de 1970, com uma pintura que realizou em sua juventude. Na segunda imagem, a obra que, atualmente, se encontra na residência de sua neta Beatriz Jaguaribe.

Fontes: *Correio da Manhã*, 21 de agosto de 1971 e Acervo pessoal da família Jaguaribe.

Na trajetória de Jaguaribe sua presença em congressos científicos é uma constante. No início de sua carreira, participou do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia realizado em setembro de 1909 na cidade do Rio de Janeiro²². Mais tarde, em maio de 1914, apresentou o trabalho “História do Rio Paraguay” no Primeiro Congresso de História Nacional²³.

Planta da Cidade do Rio de Janeiro

Em 1910, foi publicado o primeiro trabalho de Jaguaribe a ganhar notoriedade: a “Planta da Cidade do Rio de Janeiro”. O mapa foi minuciosamente produzido e possuía reivindicações históricas acerca do mapeamento da cidade e fora impressa em 13 cores.

A iniciativa para a produção da planta foi do Capitão Júlio de Soares Andreas que para tal realização colecionava documentos sobre o município, assim como Jaguaribe. Além disso, foram aproveitados também os dados da Carta Cadastral²⁴. É provável que Júlio de Soares (que consta na legenda da planta como editor proprietário), além de idealizador, tenha financiado o projeto e contratado Francisco Jaguaribe para executá-lo.

Segundo o *Jornal do Comércio*, a planta era a obra cartográfica mais completa sobre o Rio de Janeiro até então. O fato de Jaguaribe ter produzido um trabalho técnico e um guia prático foi digno de elogios, assim como o cuidado na topografia:²⁵

“A parte topografica é cuidadosamente tratada, sendo os morros e elevações desenhados em relevo; enquanto o desenvolvimento dos logradouros e construções acompanha imediatamente a obra dos derradeiros tempos, com o registro minucioso dos edifícios de destaque, jardins, monumentos e linhas de estrada de ferro e de carris que cortam a cidade, sendo que, nestes últimos, o organizador da Planta levou o rigor do detalhe a figurar na legenda as linhas que, em determinadas ruas, são duplas ou simples.”

A planta do Rio de Janeiro foi distinguida com louvor no Primeiro Congresso de Geografia (1909) e ganhou a medalha de ouro na Exposição Internacional de Turim (1912). Aliás, a última premiação possui uma história inusitada: não foi Jaguaribe quem mandou a planta para a exposição, foi a diretoria de saúde pública a fim de representar os gráficos sobre endemias e epidemias – compraram várias cartas e cada uma

²² *A Imprensa*, 10 de agosto de 1909.

²³ *Jornal do Comércio*, 8 de maio de 1914.

²⁴ *Anais do Primeiro Congresso de Geografia*, Tipografia Leuzinger: Rio de Janeiro, 1910. p.20

²⁵ *Jornal do Comércio*, 15 de fevereiro de 1910.

apresentava o quadro de doenças na cidade do Rio de Janeiro. Resultado: medalha de ouro `Exposição de Saúde Pública Brasileira e ao autor da carta²⁶.

É interessante constatar como tal produção cartográfica agradou a diferentes públicos. Um exemplo disso é encontrar referências sobre a compra e venda do mapa tanto no popular *Jornal do Comércio* como nos *Anais da Câmara*, conforme pode ser avaliado:

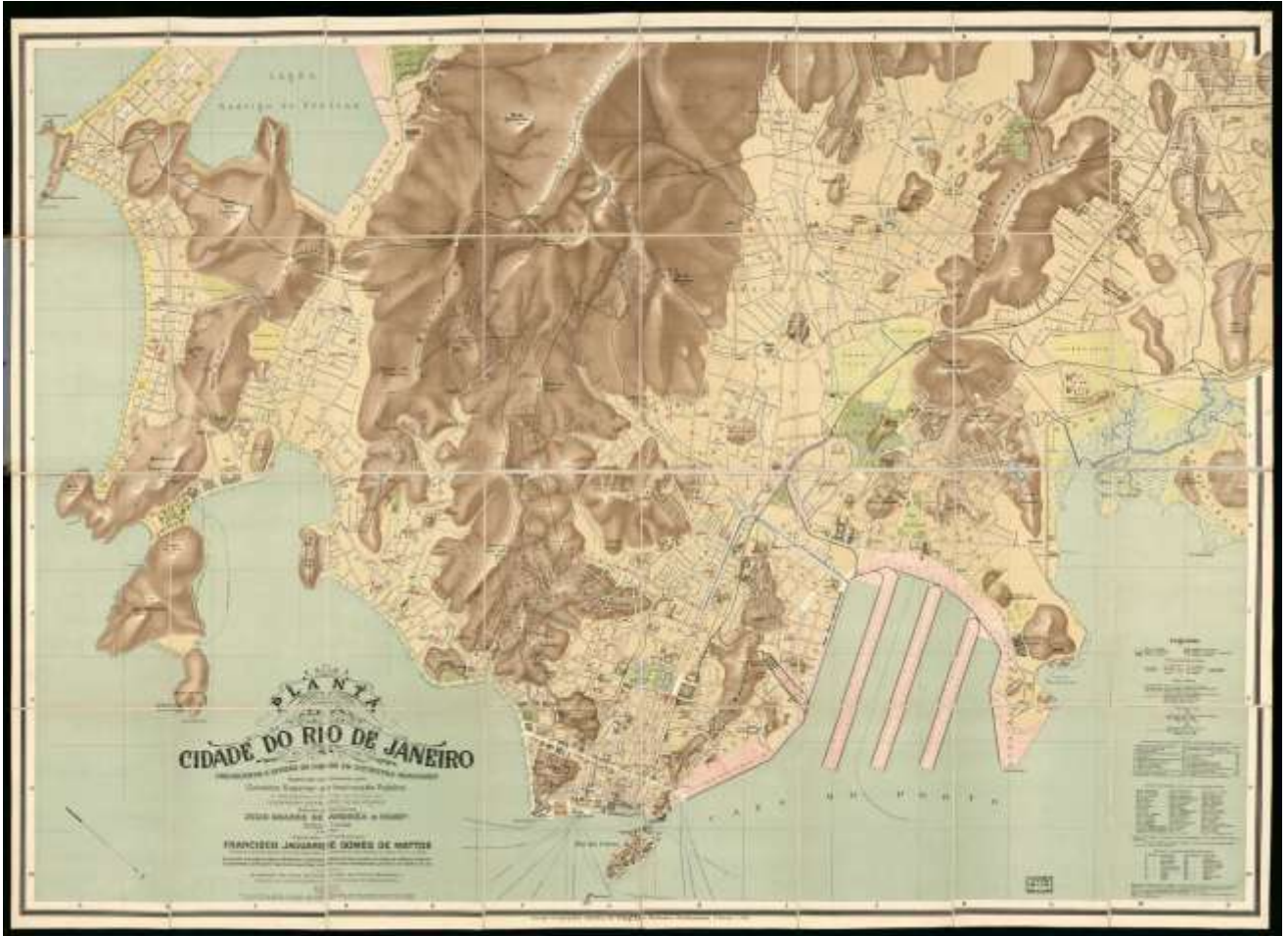
“Planta do Rio de Janeiro- contendo todas as indicações necessárias ao perfeito conhecimento da cidade . Organizada e desenhada pelo 2º. Tenente Francisco Jaguaribe de Mattos. A venda nas livrarias : Briguet, Alves, Azevedo, Garnier; Papelarias Meurer & C., Luiz Macedo, Brazil; Casa David e no escritório do representante à Avenida Central, 59.”²⁷

“Fica o governo autorizado a despender até a quantia de 30:00\$ para adquirir um número suficiente de exemplares da planta da Cidade do Rio de Janeiro organizada e desenhada pelo 2º. Tenente Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, a fim de ser feita a distribuição ampla da mesma para diversos misteres que a ela se destina”²⁸

²⁶ “Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos”. In Processo nº 1939 de 1963. Projeto de resolução n.º46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras providências [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo,[1963]. Para acessar: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1963/00/00/0D/BH/00000DBHS.PDF>> [20 de Junho de 2015].

²⁷ *Jornal do Comércio*, 29 de julho de 1911.

²⁸ *Anais da Câmara Municipal*, 18 de dezembro de 1910.



Planta da Cidade do Rio de Janeiro produzida por Francisco Jaguaribe em 1910.
Fonte: Biblioteca Nacional

Porém, não apenas glórias e louvores estiveram relacionados à Planta da Cidade do Rio de Janeiro. Em 17 de dezembro de 1911, o jornal *A Imprensa* publicou que Jaguaribe havia requerido ao juiz da 3ª Vara Criminal a busca e apreensão dos “Guides publicados por Charles e Henry Morel”.

Em 1910, o cartógrafo havia depositado a planta na Biblioteca Nacional a fim de garantir os seus direitos como autor. Charles e Henry Morel publicaram posteriormente o “Guide de L’Etolle du Sud – Rio de Janeiro et ses environs” que continha uma planta da cidade, a qual Jaguaribe entendeu como um plágio da sua. Desse modo, foram apreendidos 2569 “Guides”, dos quais 649 acompanhados da planta em questão²⁹.

Desse modo, a conclusão a se chegar é que o ano de 1910 foi um divisor de águas na vida de Jaguaribe, tendo em vista que, além de ter publicado a Planta da Cidade do Rio de Janeiro, o cartógrafo também ingressou na Comissão Rondon.

²⁹ *A Imprensa*, 17 de dezembro de 1911.

1.3- Muito além da floresta: a “aventura” de participar do Escritório Central da Comissão Rondon

“Quando se tornou perito no uso e manejo de seus instrumentos, chegou a uma noção de espaço que permitiu a ele navegar por mares incógnitos, visitar territórios desabitados e travar relações com seres esplêndidos, sem a necessidade de abandonar o seu gabinete”³⁰

A Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas - CLTEMTA (1907-1915)³¹ é conhecida como uma tentativa republicana de integração dos “sertões do noroeste” ao “Brasil civilizado”, pois não existiam caminhos terrestres que ligassem as regiões futuramente exploradas ao Rio de Janeiro, então capital federal. Contudo, é importante lembrar que a iniciativa se deu em caráter complementar ao que já começara no período imperial:

“Após a Guerra do Paraguai (1865-1870), o governo imperial brasileiro adotou uma série de medidas para a defesa e a ocupação da vasta região amazônica, principalmente a fronteira oeste do país, considerada a mais vulnerável. Para controlar o território, o governo iniciou o desbravamento da região, instalando postos militares e criando vilas e povoados, de forma a incentivar as atividades econômicas locais. Isto se deu a partir da instalação de linhas telegráficas que ligariam os centros urbanos às regiões remotas de Mato Grosso. Os trabalhos iniciados no final do regime imperial, tiveram sequência com a República” (Oliveira e Freire, 2006:107)

É fundamental deixar claro que, embora o personagem principal seja um integrante da Comissão Rondon, não é o objetivo adentrar na história e nos feitos da referida comissão (principalmente ao que tange o período republicano), uma vez que inúmeros trabalhos³² apresentam o tema a partir de diferentes perspectivas. Sobre esse

³⁰ MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. Cem anos de Solidão, 1967 p.12.

³¹ É bastante comum encontrar o conjunto de iniciativas lideradas ou que tiveram a participação de Cândido Mariano Rondon por “Comissão Rondon” (1890-1958). Isso acontece de modo global (quando se refere a todas ou, até mesmo, como sinônimo de uma única empreitada que envolve o Patrono das Comunicações.

³² Para saber sobre Comissão Rondon:

BIGIO, Elias dos Santos. Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930). Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.

DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FONSECA, Aurélio Cordeiro da; REZENDE Tatiana Matos. *As cadernetas da Comissão Rondon: testemunhos de uma epopeia pelos sertões do Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército, 2010.

KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (Org.). *Rondon: inventários do Brasil*. Rio de Janeiro: A. Jakobson Estúdio, 2017.

LASMAR, Denise Portugal. Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação. 2002. 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação da UFRJ.

assunto, para a presente pesquisa, me pareceu mais pertinente abordar os pontos que ajudassem na construção da trajetória de Jaguaribe.

Nos seus oito anos de funcionamento, os interesses da CLTEMTA foram bem diversos: instalação de rede telegráfica na porção norte do país, integração territorial, reconhecimentos de rios, levantamentos topográficos, correção de mapas, incremento de lavouras, inspeção de fronteiras, análises geológicas, botânicas e zoológicas. A compreensão da aliança entre ciência, conhecimento e ocupação de território foi apontada em artigo Dominichi Miranda de Sá, Nísia Trindade Lima e Magali Romero Sá (2009). Dentre as diversas potencialidades da Comissão, interessa os serviços cartográficos e topográficos realizados pela CLTEMTA que originaram a confecção de uma nova Carta do Estado Mato Grosso.

Outro aspecto que precisa ser destacado no período da CLTEMTA é o contato de Rondon com os indígenas (tema também muito explorado em diversas pesquisas³³). A necessidade de explicitar, mesmo que de forma concisa, a relação de Rondon com os nativos auxilia a “amarrar” a narrativa da pesquisa, uma vez que futuros desdobramentos, inclusive cartográficos, serão vinculados à imagem de “pacificador de índios” angariada por Rondon. Após contar com o trabalho de indígenas na exploração dos sertões do noroeste do Brasil, uma vez que alguns postos telegráficos foram instalados em suas próprias terras, o governo brasileiro queria incorporar tais territórios à economia do país e índios como mão-de-obra (Bigio, 2000:26). Dessa forma, Rondon se tornou um grande articulador da causa, dado que o líder da CLTEMTA poderia aproveitar o prestígio de sua posição e também tinha a seu favor a defesa do contato pacífico em relação aos indígenas. O lema “morrer se preciso for, matar nunca” virou uma das célebres frases de Rondon em relação a sua postura com os povos nativos.

MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um Fio*. Caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. São Paulo: Educ/FAPESP, 1998.

ROTHER, Larry. *Rondon, uma biografia*. 1ª edição – Rio de Janeiro: Objetiva, 2019

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810, jul.-set. 2008.

TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon*. Campinas-SP: Papirus, 2001.

³³ BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000.

MACHADO, Maria de Fátima Roberto. *Índios de Rondon. Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Waimaré e Kaxiniti, grupos Paresi*. 1994. 370f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000.

Dessa forma, em 1910, sob a direção de Cândido Rondon foi criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)³⁴:

“O SPILTN foi criado a 20 de junho de 1910 pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios, dos nômades aos aldeados. O projeto do Serviço procurava afastar a Igreja Católica da catequese indígena, seguindo o preceito republicano de separação Igreja-Estado. Sua base era a idéia de que a condição de índio seria sempre transitória e que assim a política indigenista teria por finalidade transformar o índio num trabalhador nacional.” (Oliveira e Freire, 2006:113)

Ainda em 1910, no centro do Rio de Janeiro, mais precisamente na Rua do Ouvidor, foi inaugurado o Escritório Central da Comissão Rondon. Segundo o próprio líder, o escritório foi criado *devido às enormes dificuldades* que o mesmo verificou entre 1907 e 1909, mas não entra em mais detalhes. Ao levantar questões acerca da criação desse órgão, me pareceu plausível e mesmo necessário que a Comissão Rondon deveria possuir uma base na capital federal. O Rio de Janeiro era o lugar em que as coisas aconteciam: as verbas eram captadas, os políticos e seus ministérios estavam ali. Além disso, desde 1907, ano inicial da Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, uma das preocupações cruciais de Rondon era promover a comissão por meio da propaganda. Para isso, era indispensável que as principais e boas notícias acerca da comissão circulassem por todo o Brasil, a começar pelos jornais da própria capital. O aluguel do prédio era mantido pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio³⁵, onde também funcionavam dependências desse ministério. Ainda no ano de 1910:

³⁴ Mais tarde (1918) O SPILTN passaria a se chamar Serviço de Proteção aos Índios.

³⁵ O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi criado pelo decreto legislativo n. 1.606 de 29/12/1906 a partir do desmembramento do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, recebendo, também atribuições ligadas à catequese dos índios antes pertencentes ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Contudo, apenas em 1909, o Ministério foi instalado como indica o decreto n. 7.501, de 12 de agosto, que também informou sobre os órgãos públicos passaram para a jurisdição administrativa do novo Ministério, a saber: Junta Comercial, Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, Repartição de Estatística, Jardim Botânico, Escolas de Minas, Museu Nacional, Hospedaria da Ilha das Flores, Fábrica de Ferro de Ipanema, Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Estrangeiro, Diretoria-Geral do Povoamento do Solo, Serviço Geológico e Mineralógico, Posto Zootécnico Central e a Diretoria-Geral da Indústria do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, que passou a constituir a Diretoria do Expediente da Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio. Embora a legislação refira-se apenas a uma mudança de nome, consideramos que Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi extinto a partir da divisão de suas atribuições pelos Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criado em 26 de novembro de 1930, e Ministério da Agricultura, instituído em 3 de dezembro do mesmo ano. Fonte:

<http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/ministerio-da-agricultura-industria-e-comercio-brasil-1909-1930>

Acessado em 16/07/2017.

“Vai servir na Comissão Rondon o 2º Tenente Francisco Jaguaribe, como desenhista, chefe do escritório central, e com a graduação de inspetor de 2ª classe, em comissão”³⁶

Jaguaribe foi inserido na Comissão Rondon e atuaria no Escritório Central. O local estava dividido em três seções: Expediente, Contabilidade e Desenho. A seção de Expediente cuidava de todo o serviço pessoal, relações com os ministérios da Viação e Guerra, repartições dos Telégrafos e Tesouro Nacional. Além disso, também realizava a compra do material necessário e autorizava pagamentos de despesas. O chefe nomeado para a seção foi o de Francisco José Xavier Júnior, antigo inspetor da Repartição Geral dos Telégrafos, sendo substituído, dois anos depois, por Luiz Carlos Franco Ferreira. Para a seção de Contabilidade, outro oriundo dos Telégrafos, Pedro Malheiros fora selecionado como chefe. Eles organizavam os processos, pagamentos, realizavam as ligações com o Ministério da Viação e casas comerciais. E, finalmente, a Seção de Desenho, chefiada pelo 1º Tenente Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos. Eles estavam responsáveis por todo e qualquer serviço de sua especialidade: fiscalização de cadernetas de campo, levantamento de plantas, produção de mapas e, desde o ingresso de Jaguaribe, já se falava na produção de um mapa do estado de Mato Grosso.

Em relação ao método utilizado pela Seção de Desenho, Jaguaribe o descreve em relatório do período³⁷:

“O serviço de desenho tem sido feito sempre de acordo com o trabalho realizado no terreno de maneira a conservar o mais possível a precisão relativa. Os desenhos são feitos ora diretamente das cadernetas ora de acordo com os borrões enviados do acampamento. A sede dos serviços de campo sendo sempre muito afastada desta seção acontece que são os próprios encarregados de serviço que desenhavam os levantamentos e fazem projeto da locação. Realizado este é o próprio engenheiro quem desenha e projeta a locação depois as cadernetas de levantamento juntamente com as de locação e com os croquis feitos. Em geral o desenho é feito de novo pois que, construídos em más condições de conforto não é difícil conterem omissões ou enganos. Construída a locação a ela se faz amarrar o levantamento passando-o nos pontos obrigados e depois também o reconhecimento desde que se não verifique ter sido ele feito pelo mesmo itinerário do levantamento. Apesar da inferioridade do método tenho sempre no maior cuidado o desenho das explorações. Elas são muitas vezes a base do projeto de locação outras vezes, delas se afasta o levantamento, ficando como únicos documentos sobre a zona percorrida. Para compensar as explorações tenho sempre seguido o

³⁶ *O Paiz*, 03 de abril de 1910.

³⁷ MATTOS, Francisco Gomes Jaguaribe. Relatório concernente ao triênio 1910-1911-1912, apresentado ao Sr. Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, Chefe das Comissões das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas pelo 1º Tenente Francisco Gomes Jaguaribe de Mattos, encarregado da Seção de Desenho da mesma Comissão. CLTEMA, publicação n. 26, anexo n. VI, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1915. p. 262

método gráfico aconselhado por Larminat (Topografie Pratique de Exploration et Reconnaissance).

Ainda sobre a Seção de Desenho: um grande exemplo sobre o trabalho de campo e gabinete acerca da produção de mapas é a expedição científica que Rondon juntamente com o ex-presidente americano Theodore Roosevelt realizaram que possuía como principal objetivo descer e explorar um rio, conhecido como Rio da Dúvida, pois não se sabia onde seria a sua foz³⁸. A propósito, é importante deixar registrado que em 1913, na véspera de tal viagem, Rondon estava ausente do Rio de Janeiro. Sendo assim, Jaguaribe foi designado para entrar em contato com Theodore Roosevelt e expor o plano que havia sido esboçado, incluindo a entrada nos sertões mato-grossenses e a saída para o Amazonas com a exploração de um rio desconhecido e revelado pela sua cabeceira.

Na expedição Rondon- Roosevelt muitos pegaram malária, morreram de fome, levaram picadas de insetos e passaram por períodos difíceis. No fim, todos os croquis e plantas foram enviados para a Seção de Desenho e um mapa com mais de três metros com a nascente, foz e afluentes, representando o rio com 1150 quilômetros foi confeccionado e assinado por Francisco Jaguaribe³⁹. Após a expedição, o rio passou a se chamar Rio Roosevelt. No entanto, pouco se fala sobre o produto final da epopeia, tampouco de seu autor.

Por falar nisso, a nomenclatura de acidentes geográficos desconhecidos também estava a cargo da Seção de Desenho. Hoje em dia, esse trabalho é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que tem a preocupação que o nome a ser adotado, faça sentido para os habitantes da região.

Em 1914, Amílcar Botelho de Magalhães, que a época, era uma espécie de “faz tudo” de Rondon, assumiu o lugar de chefe-geral do escritório central que àquela altura funcionava nas dependências do Ministério da Agricultura, também no centro do Rio de Janeiro. Amílcar Botelho era assistente de Rondon desde 1908 e no escritório atuava como uma espécie de “assessor de imprensa” da comissão. Também tínhamos um novo departamento: a seção de fotografia, chefiada por Thomaz Reis.

Em 1915, a Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas foi extinta, mas alguns serviços ligados diretamente ao material coletado pela

³⁸ Sobre a Expedição Roosevelt-Rondon: MILLARD, Candice. *O rio da dúvida: a sombria viagem de Theodore Roosevelt pela Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

³⁹ O mapa se encontra no Arquivo Histórico do Exército - RJ.

comissão continuaram a pleno vapor. Um deles foi o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso que tinha por objetivo reunir todo o material cartográfico e produzir um mapa atualizado da região.

Nem só de telégrafos, índios e aventuras vivia a Comissão Rondon. Mesmo que esta visão povoe o imaginário popular, foi visto que no âmbito do escritório central cumpriam-se tarefas administrativas, propagandísticas e científicas, em especial, a cartografia que também fizeram parte da popular comissão.



Membros do Escritório Central da Comissão Rondon
Fonte: Arquivo do Museu do Índio - FUNAI

1.4 – Oralidade e memória

“Meu quintal é maior do que o mundo” Manoel de Barros

Após ter dimensão do tipo de trabalho que Francisco Jaguaribe realizava no escritório da Comissão Rondon, me pareceu interessante confrontar a memória de seu neto Roberto com a documentação referente à cartografia de gabinete produzida por seu avô. Para tanto, compartilharei o caminho que percorri até entrevistá-lo e conseguir ter acesso à outra perspectiva sobre o personagem central.

Em 2015, na ocasião em que resolvi mudar de objeto, seus dois filhos ainda estavam vivos e a chance de trabalhar com História Oral foi uma de minhas grandes inclinações para a escolha do tema.

Mas por falar em “vivo”, um ditado que ouvimos muito na academia é que “a pesquisa é viva”, ou seja, dificilmente as coisas acontecem como planejamos. Sendo assim, quando tive acesso a seu filho Hélio Jaguaribe (1923-2018)⁴⁰, sua saúde encontrava-se bastante debilitada. Apesar disso, entre os anos 2015 e 2016, tivemos uma convivência relativamente próxima, porém, as nossas conversas se deram por meio de anotações e gestos. Por isso, não serão diretamente aproveitadas nessa pesquisa devido à metodologia e ética concernentes a História Oral. Dito isso, destaco que Helio me apontou algumas direções sobre o trabalho e registro aqui, mais uma vez, o carinho e bom humor desse intelectual brasileiro. Os momentos com ele foram, definitivamente, muito relevantes.

A outra possibilidade seria sua filha: a pianista Maria Clodes Jaguaribe (1928-2016). Todavia, quando passei a ter contato com a família, sua saúde também estava bastante comprometida, impossibilitando-a qualquer tipo de recordação.

Diante desse quadro, resolvi partir para os netos⁴¹, tendo em mente que, como Francisco Jaguaribe morreu em 1974, alguns resquícios de memória poderiam ser possíveis. Beatriz Jaguaribe, aquela que me enviou o e-mail, possui algumas lembranças remotas sobre o avô. No entanto, Beatriz também realiza um trabalho sobre a Comissão Rondon (ela é professora e pesquisadora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e creio que suas lembranças não estariam isentas da documentação a qual teve acesso, inclusive, nos ajudamos mutuamente no decorrer de

⁴⁰ Helio Jaguaribe é um nome emblemático no campo das ciências políticas e sociais no Brasil. Para saber mais, acesse: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/helio_jaguaribe

⁴¹ Todos os netos a que me refiro são filhos de Helio Jaguaribe, pois sua outra filha Maria Clodes fixou residência em Boston, Estados Unidos e os seus filhos não conviveram com o avô materno.

nossas pesquisas. Embora eu tenha optado por não contar com a entrevista, Beatriz me ajudou de todas as formas imagináveis: deixou sob a minha tutela a caixa com os documentos referentes ao avô durante o tempo que eu precisasse, compartilhou as fontes pesquisadas por ela em Paris e me levou para Mato Grosso, a fim de que conhecêssemos pontos fundamentais visitados pela Comissão Rondon em uma *road trip* inesquecível. Por fim, a tese poderia ser sobre as inúmeras formas que Bia me ajudou. Mas prefiro destacar que o melhor disso tudo foi ter se tornado sua amiga.

Tive conversas informais com Anna Maria Jaguaribe, a neta mais velha e que sempre se mostrou muito solícita em relação à pesquisa. Anna, inclusive, se lembra das visitas de Rondon à casa do avô. A entrevista formal com a neta esteve o tempo todo em meus planos, mas infelizmente, por desencontros da vida acabou por não se consolidar.

Claudia Jaguaribe me revelou não ter grandes memórias do avô e Izabel Jaguaribe, a caçula de Helio, era bem pequena quando o avô faleceu. No entanto, ainda havia um filho. E considerei que o seu depoimento seria bastante interessante, logo se saberá o motivo, caso fosse colocado como uma espécie de contraponto à rotina descrita acerca do escritório central da Comissão Rondon.

Em uma determinada visita à casa de Helio, conheci o seu único filho homem: Roberto. Apresentei-me e falei sobre a minha pesquisa de doutorado, o mapa de Mato Grosso elaborado pelo seu avô... A recepção de Roberto foi efusiva! Ele logo começou a contar com entusiasmo que o avô era um membro da Comissão Rondon, vivia nos sertões e trazia plantas e animais exóticos. Era início da pesquisa e a minha ignorância em leituras sobre memória não acreditou que aquela perspectiva tão diferente da documentação escrita seria interessante. Ao relatar o caso para a professora Ângela de Castro Gomes, durante uma disciplina, fui muito estimulada a entrevistar Roberto. Hoje, entendo que as memórias de Roberto iam ao encontro das discussões que tínhamos acerca de memória e história. Por fim, apenas em junho de 2017 resolvi agendar uma entrevista.

Roberto Jaguaribe nasceu em 27 de dezembro de 1952 e quando o entrevistei era presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos, no entanto, em seu local de trabalho ainda era tratado por embaixador, pois desempenhou a função diplomática por décadas, foi representante do Brasil na Inglaterra, China, etc.

Ele fez questão que eu o tratasse por Roberto e disse estar feliz em poder ajudar nas pesquisas sobre seu avô. O neto enfatizou que tinha as memórias de um menino: o avô naturalista, colega de Rondon, que criava animais exóticos trazidos de suas

expedições em Mato Grosso para a sua casa, no bairro da Gávea, Rio de Janeiro. Local onde a família se reunia para os almoços de domingo e Roberto brincava montado em um jabuti entre as plantas exóticas do cerrado e da floresta. Essas lembranças se consolidaram também pelas incríveis histórias que o avô contava sobre os índios, tema de grande interesse do menino.

Uma questão interessante mencionada por Roberto foi o fato de o avô ser um monarquista. A partir desse depoimento, resolvi pesquisar a questão, pois me parecia plausível que um jovem formado na Escola Militar da Praia Vermelha fosse um republicano. Em contrapartida, Celso Castro afirma que apenas uma pequena parte daquela mocidade militar era adepta à República (Castro, 2000). E ainda: como vimos nas heranças familiares, Francisco Jaguaribe descende de uma família que possuía laços estreitos com a família imperial brasileira. Acredito que a força do capital cultural tenha permanecido. O fato mais inusitado sobre a afirmação de Roberto: em meu contato com Helio, quando eu perguntava sobre seu pai, por algumas vezes, ele pedia gestualmente para que seu assistente Joaquim pegasse a bandeira do Império. Hoje, encaro como uma alusão ao regime em que seu pai defendia. Desse modo, temos aqui um elemento que a primeira vista poderia parecer contraditório e, mesmo que seja, faz parte de uma biografia, os indivíduos não são coerentes.

No entanto, como o próprio admite, são as lembranças de uma criança. Pelas memórias de Roberto se torna difícil pensar que Francisco Jaguaribe foi um cartógrafo de gabinete que, até onde se sabe, esteve três vezes em Mato Grosso: em duas ocasiões em Cuiabá (1919 e 1940) e a outra em Campo Grande por conta da Revolução Constitucionalista (1932) como será visto nos capítulos a seguir. Outra questão documental é que não existe caderneta de campo de Jaguaribe, tampouco um relatório de expedição.

Apesar disso, acredito que Francisco Jaguaribe também foi diretamente responsável por essas lembranças. Era uma espécie de “licença poética” para deslumbre de seu neto, com direito a um “cenário”. Talvez a profissão de cartógrafo de gabinete com direito à recepção de plantas (desta vez, cartográficas) e croquis, a elaboração de cálculos e (re) produções de mapas não atingissem o universo infantil. Penso que, como o avô materno era muito próximo, (literalmente, eram vizinhos de muro) Jaguaribe encontrou sua forma de conquistar o neto também, suas histórias lúdicas e o “vô general” que se aventurava em Mato Grosso ainda deixam os olhos do Embaixador

brilhando. E não é para menos... Esse é o “pequeno milagre”⁴² da memória: como ela é capaz de nos fazer “viver”.

A partir desta entrevista pude acessar por meio da memória uma diferente perspectiva acerca de um mesmo protagonista: Francisco Jaguaribe de Gomes de Mattos. E a partir dessas duas visões podemos enaltecer as diferenças necessárias entre história e memória.⁴³ É importante entender que a operação memorial se diferencia da operação historiográfica.

A proposta de Paul Ricoeur a fim de analisar memórias e valorizar o testemunho oral se adequa ao depoimento de Roberto Jaguaribe: o que se recorda e quem se recorda? (Cuesta,2003:42) Tivemos um depoimento acionado pelo cognitivo e pelo emotivo de um neto que se encantava com as histórias do avô a ponto de acreditar que o mesmo era um naturalista expedicionário. Em contrapartida foi perceptível que o avô construiu e endossou aquela memória como uma versão que criou de si mesmo. Por isso, o testemunho do Roberto se tornou tão interessante, pois ao mesmo tempo, mostrou as memórias do neto e a forma como o avô, não o cartógrafo, gostaria de ser lembrado.

⁴² Termos cunhado por Paul Ricoeur a fim de valorizar a operação cognitiva e emotiva que é trazida à tona por meio da memória.

⁴³ CUESTA, Josefina. “Los componentes del testimonio, según Paul Ricoeur”, *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, n. 30, Barcelona, 2003, p. 41-60



Francisco Jaguaribe em sua casa na Rua Doze de Maio, 12– Gávea, Rio de Janeiro (sem data)
Fonte: Acervo pessoal da família Jaguaribe

1.5- Sociedade Vegetariana Brasileira

“Perdoai, mas eu preciso ser Outros”

Manoel de Barros

Quando soube, por meio de uma notícia de jornal⁴⁴, sobre um jantar oferecido pela Sociedade Vegetariana Brasileira para Jaguaribe, em razão de sua primeira ida a Mato Grosso (por ocasião do bicentenário de Cuiabá), fiquei um tanto intrigada e curiosa. Apesar de ter ouvido de seus descendentes sobre o amor pela fauna e flora que o personagem nutria, absolutamente nada fora mencionado a respeito do vegetarianismo ou o fato dele ser membro de uma associação com esse fim. Confesso que nunca tinha ouvido falar de tal sociedade.

Fiquei extremamente inquieta, quiçá porque as nossas questões nos dizem muito sobre o nosso próprio tempo. Vivendo em uma época de bandeiras veganas e vegetarianas que envolvem diferentes motivações, como, por exemplo: religião, ética, ecologia, saúde, espiritualidade, economia, dentre tantos outros. A questão é que o consumo (ou não) de carne está na pauta do dia.

A historiografia portuguesa também tem demonstrado interesse no tema, seja por meio de uma exposição na Universidade do Porto⁴⁵ ou através dos recentes trabalhos publicados pela pesquisadora Isabel Braga (Universidade de Lisboa). Em ambos os casos as iniciativas estão relacionadas a análise da Sociedade Vegetariana de Portugal e seus respectivos membros. A razão pela qual os estudos lusitanos sobre o tema se tornam ainda mais interessantes é o fato das sociedades brasileira e portuguesa serem contemporâneas e, como veremos a seguir, dialogarem entre si.

Também é importante comunicar que o tema despontou em um momento final da tese, não era previsto que Jaguaribe tivesse sido envolvido com uma associação vegetariana. Por isso, embora a temática possua referências portuguesas (tanto bibliográficas, quanto em personagem), quando estive em Portugal a questão, infelizmente, se quer passava por minha cabeça. Mas ainda assim, fiquei muito entusiasmada com o que encontrei no Brasil e nunca considerei deixar de aproveitar o material pesquisado acerca da inesperada faceta de Francisco Jaguaribe.

No que tange a produção dessa tese, resolvi me deter em três pontos: quais razões teriam levado Jaguaribe ao vegetarianismo, o que foi a Sociedade Vegetariana

⁴⁴ Jornal do Comércio, 14 de novembro de 1919.

⁴⁵ <https://www.publico.pt/2019/11/21/fugas/noticia/estranho-caso-amnesia-colectiva-portugal-vegetariano-ha-cem-anos-1894440>. Acessado em 21/11/2019

Brasileira (SVB) e em que medida o cartógrafo esteve envolvido com a associação. É possível que as três respostas sejam fundidas ao se entender o funcionamento da SVB.

Pouco se sabe sobre a Sociedade Vegetariana Brasileira existente na Primeira República. Nem mesmo a atual SVB⁴⁶, fundada em 2003, sabia da existência de uma associação de vegetarianos no Brasil tão antiga. Procurei por trabalhos acadêmicos ou não, mas as únicas referências encontradas sobre a tal sociedade foram os informes nas páginas dos jornais da época e uma menção no artigo da pesquisadora Isabel Braga (2018). Deve-se considerar que, embora exista a Sociedade Vegetariana Brasileira com sua sede no Rio de Janeiro, então capital da república, também coexistiam sociedades vegetarianas autônomas em outros estados do Brasil, replicando o caráter federativo da época. Contudo, a ideia aqui é mapear as iniciativas que tiveram a participação de Francisco Jaguaribe e não, necessariamente, realizar um estudo de fôlego sobre o vegetarianismo na época. Ainda assim, a partir das fontes pesquisadas, é possível realizar uma análise acerca do tema.

As pesquisas nos periódicos começaram a partir de dezembro de 1916, quando a Sociedade Naturalista Brasileira passou a se chamar Sociedade Vegetariana Brasileira⁴⁷ e acabaram em 1923 por dois motivos: não foram mais noticiadas realizações da SVB e Francisco Jaguaribe partiu para uma temporada de alguns anos em Paris.

No início, Jaguaribe ainda ocupava o lugar de primeiro secretário da SVB. As reuniões semanais ocorriam em sede provisória que até aquele momento estava localizada na Rua Sete de Setembro, 183 – sobrado, Centro – Rio de Janeiro. Era bastante comum a visita de conferencistas que propagavam os benefícios do vegetarianismo, dentre outros temas, como será visto nos próximos parágrafos. É relevante destacar que Jaguaribe era extremamente presente e, dificilmente, alguma notícia sobre a SVB não possui o seu nome relacionado, mesmo como primeiro secretário. Não à toa, nos cinco anos seguintes foi eleito e reeleito presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira.

Ainda sobre a direção da sociedade, consegui mapear, por meio das notícias de jornal acerca das eleições, a composição de seus membros nos anos de 1917, 1918, 1919 e 1923, conforme exposto na tabela abaixo:

⁴⁶ <https://www.svb.org.br/> consultado em 19 de setembro de 2019.

⁴⁷ *A noite*, 19 de dezembro de 1916.

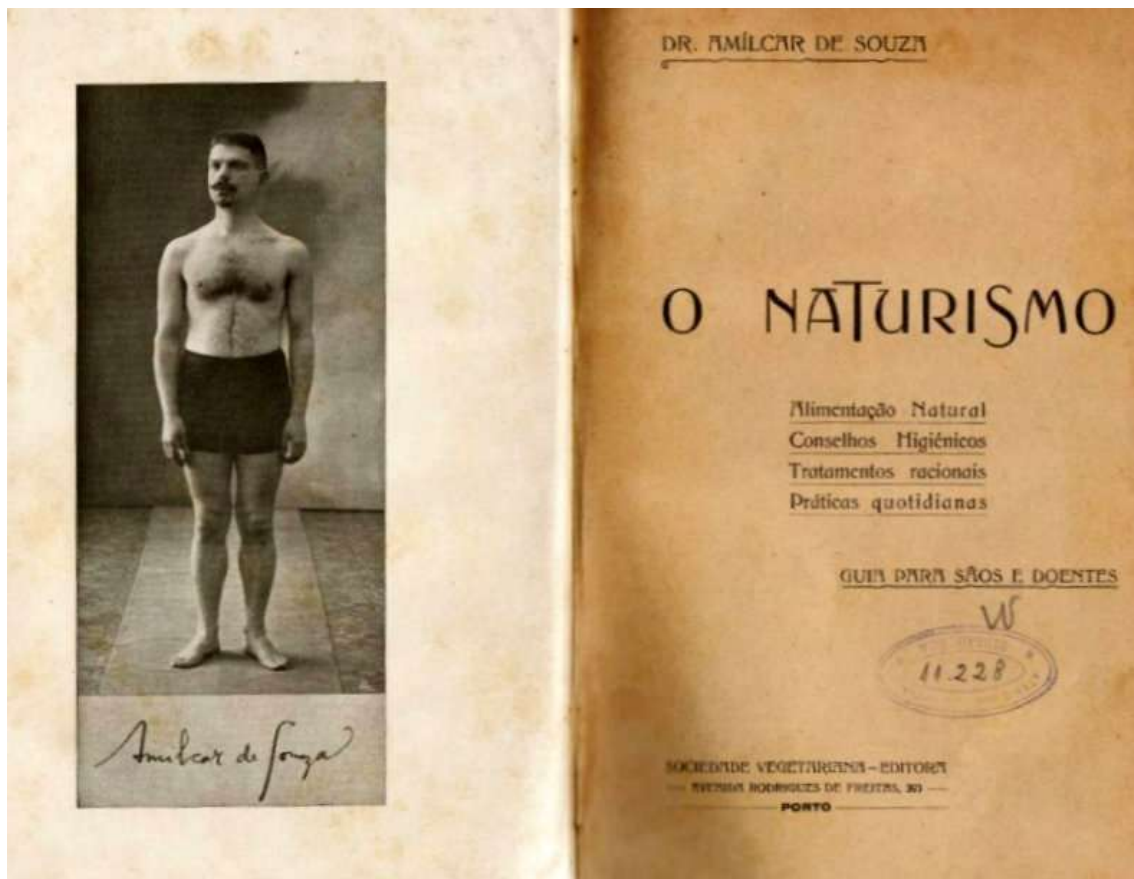
Cargo	1917	1918	1919	1923
Presidente	Dr. Gustavo Armbrust	Francisco Jaguaribe	Francisco Jaguaribe	Francisco Jaguaribe
Vice-Presidente	Dr. César da Fonseca	Dr. João Volmer	Cícero Bernardino dos Santos	Pedro Cardoso Filho
1º Secretário	Francisco Jaguaribe	Cândido Gomes Craveiro	Acácio de Lannes	Affonso Costa
2º Secretário	John Rebe	Bento de Oliveira	Antonio Flora Nogueira	Ernani Abreu
Tesoureiro	Crimilde Leite de Aguiar	Crimilde Leite de Aguiar	Crimilde Leite de Aguiar	Miguel Corbella
Bibliotecário	Antonio Flora Nogueira	Acácio de Lannes	Joaquim Salles	Noas A. Aguiar
Conselho Fiscal	Dr. Augusto Mathiesen, Antônio Aranha Meira de Vasconcellos e Acácio de Lannes	Dr. Gustavo Armbrust, Cícero Bernardino dos Santos e Antonio A. Rodrigues Quintães	Dr. João Volmer, Dr Gustavo Armbrust e Cândido Gomes Craveiro	Dr. Carneiro Leão, Julio de Oliveira e Baptista da Gama

Em 1917, sob a presidência do médico paulista Dr. Gustavo Armbrust (1879-1953), foi inaugurado o curso de conferências. Nessa altura, a sede estava situada à Rua Primeiro de Março, 15 – Centro, Rio de Janeiro (edifício da Sociedade Nacional de Agricultura). A relação de conferencistas e seus respectivos temas revelam os pilares defendidos pelos vegetarianos desse período. Por isso, é essencial adentrar acerca de algumas palestras que foram proferidas, assim como sobre seus conferencistas.

Em 1920, a SVB recebeu o médico-naturista português Amílcar de Sousa (1876-1940). Segundo a notícia de sua chegada à cidade, Amílcar era bastante conhecido no Brasil devido a sua obra de propaganda vegetariana⁴⁸. Braga defende que, seguramente, Amílcar de Sousa foi o maior entusiasta do vegetarianismo português durante a primeira

⁴⁸ *Jornal do Comércio*, 24 de março de 1920.

metade do século XX (Braga, 2018:660). Além de tudo, o “apóstolo verde”⁴⁹ foi diretor da revista portuguesa *O Vegetarianismo* (1909-1935) e autor de diversos livros sobre o assunto, como por exemplo: *O Naturismo*, *A Saúde pelo Naturismo*, *A cura da prisão de ventre*, *A redenção*, *O naturismo em vinte lições*, *Banhos de Sol* e *Arte de Viver*. O último também foi editado no Brasil pela Sociedade Vegetariana Brasileira e teve o seu prefácio feito por Francisco Jaguaribe. Infelizmente, não consegui ter acesso à obra. Fiz contato com a pesquisadora Isabel Braga e a mesma possuía a versão portuguesa do livro, logo não tinha o prefácio de Jaguaribe. Amílcar de Sousa passou pouco mais de um mês no Rio de Janeiro e fez três conferências organizadas pela SVB.



Capa e contracapa da revista “O naturismo”

Fonte: <https://www.publico.pt/2019/11/21/fugas/noticia/estranho-caso-amnesia-colectiva-portugal-vegetariano-ha-cem-anos-1894440> Acessado em 22/11/2019.

⁴⁹ Forma pela qual Amílcar se intitulava e a professora Isabel Braga utilizou no título de sua obra: *Das origens do vegetarianismo em Portugal: Amílcar de Sousa (1876-1940), o "apóstolo verde"*. (2019)

O conceituado médico fisioterapeuta Dr. Domingos Jaguaribe (1848-1926), tio do então presidente da associação- Francisco Jaguaribe, também palestrou no salão nobre do Jornal do Comércio sobre o tema “Contra o flagelo alcoólico – higiene preventiva e repressiva psicoterápica”. Dentre outras credenciais, o médico havia participado da fundação da Liga Antialcoólica (1904), além de ter fundado e dirigido, o Instituto Psicofisiológico (1905) em São Paulo. (Viana; Zanetti & Papalli, 2014:1350)

O médico em questão apresentou casos clínicos e demonstrou práticas sobre o emprego da hipnose como meio terapêutico⁵⁰. A palestra foi bastante anunciada e repercutida, uma vez que o alcoolismo era extremamente mal visto pelos vegetarianos da época. Até mesmo, foi anunciada uma proposta de “tratamento” aos interessados em curar a doença a fim de serem apresentados na conferência de Domingos Jaguaribe:

“Curando os ébrios naturalmente: Comunica-nos a secretaria da Sociedade Vegetariana Brasileira que devendo o Dr. Domingos Jaguaribe realizar em breve uma conferência de combate ao alcoolismo, na qual pretende apresentar pessoas curadas pelo método da hipnose, recebe em sua clínica gratuitamente, ébrios consuetudinários, que queiram se libertar do terrível mal. As pessoas interessadas se poderão entender com o 1º. Secretário, Sr. Acácio de Lannes, à Rua do Rosário, 96”⁵¹

Embora os dois conferencistas tenham participado de palestras no âmbito da Sociedade Vegetariana Brasileira no ano de 1920, sob a presidência de Francisco Jaguaribe, ambos já levantavam tais bandeiras a mais de uma década. E o mais interessante: encontrei duas cartas de Amílcar de Sousa destinadas a Domingos Jaguaribe na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional. As correspondências eram de 1913 e 1914.

No primeiro escrito⁵², Amílcar de Sousa inicia a sua carta parabenizando o livro de Domingos Jaguaribe, intitulado *O veneno moderno: causas da degeneração social* (1913). Ademais, segue elogiando o médico:

“Vossa Excelência é um apóstolo... A propaganda contra o álcool é tenaz, oportuna, persistente e digna. Vossa Excelência honra o seu país, como um dos sábios mais trabalhadores, permita--me que lhe envie um abraço de fraternal amizade...”⁵³

⁵⁰ *A noite*, 18 de junho de 1920.

⁵¹ *O Imparcial* 07 de junho de 1920.

⁵² SOUSA, Amílcar de. Carta a Domingos Nogueira Jaguaribe Filho. Porto, 16 de dezembro de 1913. Manuscritos – Fundação Biblioteca Nacional

⁵³ *Idem*

Após a enxurrada de elogios ao médico brasileiro, Sousa relatou os benefícios da dieta naturista e da ginástica rítmica respiratória, colocando-se como exemplo central. O “apóstolo verde” encerrou relatando que curou mais de cem doentes de lepra e tuberculose por meio do Naturismo.

Em sua segunda carta, Sousa agradece a correspondência do médico brasileiro (penso que tal documento se encontre em algum arquivo ou biblioteca em Portugal), assim como o envio do *excelente* livro *As Bases da Moral* (1914). Amílcar de Sousa promete escrever merecidas referências sobre a obra de Domingos Jaguaribe em sua revista *O Vegetariano*⁵⁴. Outro ponto interessante citado no documento é sobre o “intercâmbio de relações morais” e a vontade de que o médico expressa em viver nos trópicos:

“Estou firmemente seguro que Vossa Excelência levará os meus desígnios e os acolherá com afeto [...] Quem me dera poder sair livremente deste país. Não sou meu. Tenho o dever de estar ao pé da família. Mas aí ou em qualquer local da Zona Tropical é que eu deveria viver e ensinar o Naturismo. Pode ser que um dia vá lhe dar um abraço. Creio que qualquer que seja a doença se cura tornando o sangue puro, vivendo ao ar e ao sol sem vestuário, no clima próprio.”⁵⁵

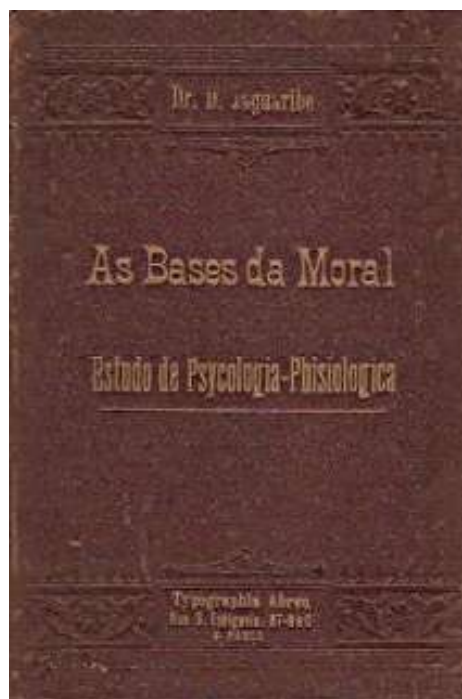
A partir da troca de correspondências, ideologias, valores e livros, conforme exposto, é possível afirmar que o intercâmbio vegetariano entre Brasil e Portugal começou há pelo menos sete anos antes da chegada de Amílcar de Sousa em terras brasileiras.

⁵⁴ SOUSA, Amílcar de. Carta a Domingos Nogueira Jaguaribe Filho. Portugal, 11 de fevereiro de 1914. Manuscritos – Fundação Biblioteca Nacional

⁵⁵ Idem



Domingos José Jaguaribe Filho



Capa do livro *As Bases da Moral* (1913)

Fontes: <https://www.geni.com/people/Domingos-Jos%C3%A9-Nogueira-JaguaribeFilho/6000000016104033727> e <https://seboideiaspalavras.blogspot.com/2019/04/as-bases-da-moral-dr-domingos-jose.html>, ambos acessados em 24 de novembro de 2019.

Sem dúvidas, um dos aspectos mais marcantes no que tange à trajetória da Sociedade Vegetariana Brasileira é o tom radical de seus discursos e suas posições analisados através das conferências que realizavam. A presença do professor Dom Esteves de Dulin em palestra intitulada “Vinte argumentos em favor do vegetarianismo”, realizada em 21 de janeiro de 1921, na Sede da União dos Empregados do Comércio com auditório lotado, comprovam tal premissa:⁵⁶

“O orador, começando, provou como a prática do vegetarianismo influi no prolongamento da vida, uma vez que essa prática seja perfeita, para, o que depende boa mastigação dos alimentos, assim como mostrou que a alimentação vegetal influi na beleza e no aspecto dos indivíduos. Diz o orador que os carnívoros, com o costume de matar os animais para a sua alimentação, chegam a ponto de considerar fato natural a matança dos seus semelhantes e nesse ponto chega a conclusão de que, quando a generalidade dos homens for vegetariana, será consideravelmente menor a proporção de crimes na humanidade.”⁵⁷

⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 22 de janeiro de 1921.

⁵⁷ *Idem*

Conferencista	Conferência	Local/data
Dr. Oscar de Souza	O Vegetarianismo	Salão Nobre da União dos Empregados do Comércio, 22 de outubro de 1917.
Dr. Plácido Barbosa	O pão	Salão Nobre da União dos Empregados do Comércio, 14 de novembro de 1917.
Cícero Bernardino dos Santos	Naturismo prático e práticas naturistas	Salão Nobre da Biblioteca Nacional, 03 de novembro de 1919.
Dr. Amílcar de Souza	A Doutrina Naturista	Sede da SVB, 04 de abril de 1920.
Dr. Amílcar de Souza	A cura pela Natureza	Salão Nobre do Jornal do Comércio, 14 de abril de 1920.
Dr. Amílcar de Souza	A regeneração humana	Salão Nobre da Biblioteca Nacional, 20 de abril de 1920.
Dr. Domingos Jaguaribe	Contra o flagelo alcoólico-higiene preventiva e repressiva psicoterápica	Salão Nobre do Jornal do Comércio, 18 de junho de 1920.
Jean Esteves Dulin	Esboço do Naturismo Integral	Sede da SVB, 09 de outubro de 1920.
Jean Esteves Dulin	Vinte argumentos a favor do Vegetarianismo	Salão Nobre da União dos Empregados do Comércio, 18 de janeiro de 1921.
Jean Esteves Dulin	Saúde e enfermidade à luz do critério naturista	Sede da SVB, 04 de março de 1921.
Jean Esteves Dulin	O Brasil é um vasto hospital. Por quê?	Sede da SVB, 29 de abril de 1921.
Pedro Cardoso Filho	Evolução histórica brasileira	Sede da SVB, 28 de abril de 1922.

Além das conferências, a Sociedade Vegetariana Brasileira também atuava propagando o vegetarianismo em determinados eventos. Um caso interessante ocorreu em 1918, sob a presidência de Francisco Jaguaribe, em relação aos preparativos da 4ª Exposição Nacional do Milho, que ocorreria entre os dias 10 e 15 de agosto daquele ano nos terrenos do antigo Convento da Ajuda (atual Praça da Cinelândia). Necessitando de auxílio para o festejo, a Sociedade Nacional de Agricultura, por meio de seu vice-presidente, Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida (1879-1935), procurou a SVB em busca de ajuda para a exposição. Prontamente, Francisco Jaguaribe respondeu:

“Exmo. Sr. Dr. Miguel de Calmon du Pin e Almeida, temos a honra de comunicar a V. Ex. em resposta ao atencioso ofício dessa operosa agremiação, que a Sociedade Vegetariana Brasileira, tomando no devido empenho o apelo que lhe fez sua distinta coirmã e considerando os **elevados propósitos de propaganda** com que se vai efetuar a Exposição Nacional do Milho, prontifica-se a prestar todo auxílio a seu alcance, já solicitando o apoio individual de todos os vegetarianos para esse útil empreendimento, já aceitando o encargo do fazer funcionar o restaurante durante o tempo que durar a exposição, conforme V. Ex. sugere.

Para esse fim, temos a honra de apresentar a V. Ex. o Sr. Crimildo Leite de Aguiar, tesoureiro desta sociedade e sua senhora Anna Ramos de Aguiar, que mantém uma **pensão vegetariana** à Rua da Alfandega, 120, onde, na prática diuturna da confecção de pratos do milho, em concorrência com outros cereais e legumes, adquiriram habilidade necessária para assegurar a eficiência da futura prova pública em sujeito

Igualmente apresentamos a V. Ex. o Sr. Acácio de Lannes, bibliotecário desta sociedade, e distinto **negociante de frutas** e atualmente com **casa de plantas medicinais** à Rua Buenos Aires, 234, que servindo-se igualmente de sua experiência profissional, pode prestar direto apoio à causa que pleiteamos.

Todas essas pessoas, auxiliadas por outros consócios, se prestarão, gratuitamente, ao desempenho do programa que V. Ex. nos traçou.

Tratando-se de uma exposição festiva, a qual se incorporam produtos do porco, uma restrição cabe solicitar à diretoria da Sociedade Nacional de Agricultura (e talvez aqui a enumeremos pleonasticamente): a do que, no pavilhão porventura destinado à Sociedade Vegetariana Brasileira possamos – **fiéis ao nosso programa – vedar a entrada de bebidas alcoólicas e produtos que importem ter havido sacrifício da vida de animais.**

Com o milho e o auxílio subsidiário de outros cereais, legumes, frutos, mostraremos que se pode fazer uma refeição a um tempo sóbria, sadia e saborosa.

Agradecendo ainda a gentileza e atenção que V. Ex. nos dispensou, servimo-nos da oportunidade para apresentar a V. Ex. os protestos de estima e distinta consideração.

Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, presidente⁵⁸

Ainda que extensa, considere de suma importância transcrever a resposta de Jaguaribe a Miguel Calmon. Não por causa da Exposição do Milho propriamente dita, mas porque o discurso vai além: aponta os princípios da Sociedade Vegetariana

⁵⁸ *O Paiz*, 05 de agosto de 2018.

Brasileira. Desta vez, não por outros interlocutores, mas pelo seu próprio presidente: Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos.



Almoço oferecido pela Sociedade Vegetariana Brasileira aos membros da Comissão Executiva Exposição do Milho e aos representantes da Imprensa. Francisco Jaguaribe ocupa o lugar central em mesa do restaurante *A Vegetariana* /agosto de 1918. Fonte: *O Bem*, Dezembro de 1924.

Além da menção de Jaguaribe sobre sacrifícios de animais, a Sociedade Vegetariana Brasileira também se moveu para impedir a realização de touradas durante os festejos da Exposição do Centenário da Independência do Brasil. Mais uma vez, mostrou-se simpática à causa de proteção animal⁵⁹.

Por meio dos palestrantes e suas contribuições é possível concluir que a preservação da saúde física e mental por meio da ingestão de vegetais era o maior pilar que os vegetarianos do início do século XX defendiam para uma vida saudável. A sociedade funcionava, principalmente, como uma instituição divulgadora dos seus ideais. No mais, dois periódicos no ano de 1921, afirmaram categoricamente a ligação entre a Sociedade Vegetariana Brasileira e a Eugenia:

⁵⁹ *O Jornal*, 20 de abril de 1922.

“Em sua nova sede social, situada à Rua de São Pedro, 71, a ser dentro em breve inaugurada solenemente, reuniu-se ontem a diretoria desta sociedade **propagadora da regeneração física e moral do homem**, pela prática das **doutrinas eugênicas e naturistas**. Às 20 horas, verificada a presença de todos os diretores e grande número de associados, o presidente Capitão Jaguaribe de Mattos, deu por aberto os trabalhos [...]”⁶⁰

“Convocada extraordinariamente para ontem, realizou-se em sua sede social, à rua de São Pedro, 71, sobrado, uma reunião.

Foram abertos os trabalhos pelo Sr. Dr. Capitão Francisco Jaguaribe de Mattos.

A ata da sessão anterior foi lida e aprovada sem emendas. No expediente foram aprovadas as novas propostas de sócio dos Srs. Joaquim do Couto E Deccio Richard Ferreira, sendo lida ainda uma importante comunicação do confrade, Sr. A. de Lannes, do Rio Grande do Sul.

Passando-se a ordem do dia, o presidente emite uma série de considerações acerca do programa e fundação da futura Empresa do Hotel Naturista, a ser inaugurado antes do Centenário.

Pelo diretor tesoureiro, Sr. Faria Pereira e professor Esteves Dullin foi anunciado aos presentes a breve inauguração nesta capital do **Centro de Eugenia e naturopata**, “Pró-Vida”, com **cuja notícia alvissareira todos se congratularam por significar a realização de um marco em favor da causa do Naturismo**.

Pelo tesoureiro Faria Pereira foi ainda lido um extrato do grande número de encomendas do livro “Arte de Viver”, do Dr. Amílcar de Sousa, de edição desta sociedade, assim como o trabalho do professor Dullin, intitulado “Síntese Naturista”.

Após a discussão de várias outras questões de ordem administrativa interna, foram encerrados os trabalhos”⁶¹

Se a primeira vista, o termo “eugenia” é assustador e, até mesmo, poderia não fazer sentido ao se pensar no vegetarianismo (atual), o ponto é: precisa-se circunstanciar a questão. Assim, como constatado em artigo pelo historiador Vanderlei Sebastião de Souza (2008), a eugenia ocorrera de uma forma mais “suave” no Brasil, de modo que os eugenistas brasileiros (sobretudo, intelectuais) realizaram uma ampla associação entre saneamento, medicina legal, psiquiatria, higiene e hábitos alimentares com a eugenia. Além disso, Souza também aponta que o alcoolismo fora eleito como o “grande inimigo da raça” conforme constam em artigos da *Revista Brazil – Médico*, produzidos por Afrânio Peixoto e Belisário Penna nos anos de 1924 e 1922. Fato que, instantaneamente, foi associado ao trabalho de Domingos Jaguaribe.

A eugenia no Brasil precisa ser avaliada e considerada de acordo com os seus moldes e não com as matrizes norte-americanas e/ou europeias, segundo Stepan (2005:49). Além disso, Ricardo Augusto dos Santos (2012) destaca a necessidade de

⁶⁰ *O Jornal*, 26 de agosto de 1921.

⁶¹ *A Noite*, 1 de outubro de 1921.

pesquisas sobre as agências e agentes sociais eugenistas no período de 1917 até 1937. Nesse sentido, é possível que a Sociedade Vegetariana Brasileira corresponda a esse quadro, assim como Francisco Jaguaribe fora um dos intelectuais acometidos pela doutrina “eugenista brasileira”, tal qual, Roquette-Pinto, Carlos Chagas, Miguel Couto, dentre tantos outros.

Embora no início, conforme relatado aqui, o vegetarianismo do personagem tenha me causado surpresa, após relacioná-lo ao eugenismo brasileiro, essa faceta de Jaguaribe me pareceu uma característica comum aos intelectuais contemporâneos do cartógrafo. Nesse sentido, esse caso específico na trajetória de Jaguaribe está diretamente relacionado ao que Giovanni Levi classificaria como Biografia Modal, isto é, quando determinado comportamento de um indivíduo reflete a conduta do seu meio social (Levi, 2006:175).

Como já mencionado, em Portugal ocorreu a edição da revista *O Vegetariano* por mais de duas décadas. No Brasil, localizei dois números (novembro e dezembro de 1924) da publicação *O Bem – Órgão de Propaganda Naturista* na Biblioteca Nacional. O periódico contava com a direção de Crimilde Leite Aguiar que por anos desempenhou a função de tesoureiro na SVB, além de ser proprietário do restaurante A Vegetariana. Jaguaribe apareceu entre os colaboradores da revista e como presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira. *O Bem* se baseava principalmente em publicar receitas vegetarianas e relatar os benefícios de frutas e legumes. Ao final de cada página, se encontra uma frase radical como, por exemplo: “Os corpos sobrecarregados pela carne são esmagados pela doença” ou ainda “O dinheiro dá alimento, mas não dá saúde, com ele se obtém o remédio e as comidas complicadas que abreviam a morte”.

A revista também se encarregou de homenagear Francisco Jaguaribe e sua dedicação ao vegetarianismo no Brasil, na ocasião em que cartógrafo saiu do país para viver em Paris no final de 1924, conforme será visto no capítulo seguinte:

“[...] Para aqueles que acompanham com interesse a evolução das doutrinas naturistas entre nós, o nome do Capitão Jaguaribe é dos mais familiares, pois desde moço dedicou todas as energias de seu temperamento e primícias de seu privilegiado talento na propaganda sistemática e inteligente das ideias e doutrinas de que se constituiu quase um apóstolo. Presidente da Sociedade Vegetariana Brasileira nunca poupou esforços ou sacrifícios para seu engrandecimento e progresso e sua administração fecunda tem sido o reflexo de seu espírito energético e combativo. Com nossos saudosos adeuses apresentamos a S. S. Exma. consorte os nossos votos de boa viagem e os sinceros desejos que a comissão que vai agora desempenhar seja coroada de mais feliz êxito.

Na ausência do Sr. Capitão Jaguaribe de Mattos assumirá a presidência da Sociedade Vegetariana Brasileira o Sr. Pedro A. Cardoso Filho, vice-presidente da mesma.”⁶²

A despedida publicada nas páginas de *O Bem* é mais uma indicação sobre a dimensão do envolvimento entre Francisco Jaguaribe e o vegetarianismo no Brasil durante a Primeira República.



Capa da Revista O Bem e uma página interna com a menção de Francisco Jaguaribe dentre os colaboradores.

Fonte: Biblioteca Nacional

Dito isso, embora consiga enquadrar a Sociedade Vegetariana Brasileira no âmbito das práticas eugenistas brasileiras, defendo que a associação foi mais do que isso. Pois até onde se sabe, me parece ter sido a primeira forma organizada de reunir vegetarianos no Brasil, além de assumir um papel importante na causa contrária aos sacrifícios animais.

⁶² *O Bem*, dezembro de 1924.

Capítulo 2 - O Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e a miscelânea cartográfica no Brasil republicano

“A geografia começa e acaba pela carta geográfica. A primeira ideia geral e positiva de uma região qualquer é expressa por um croqui; vêm depois as descrições que podem tomar grandes proporções e se entremear de desenhos mais ou menos perfeitos, plantas topográficas, cartas, etc. Quando, porém a região está totalmente estudada, do ponto de vista topográfico, nos vários setores da História Natural e da Etnografia, em sua feição econômica, estatística, político-social, enfim, quando todos os aspectos dignos de menção podem ser nítida e sinteticamente expressos em gráficos, plantas ou mapas, pode dizer-se então, praticamente, que a cartografia absorveu a geografia...”⁶³

Introdução

O Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso (SCCMT) foi uma iniciativa (que pode ser entendida como um desdobramento pós CLTEMTA) que tinha por principal objetivo produzir um mapa do estado de Mato Grosso, a partir do material cartográfico coletado pela Comissão Rondon, tendo Francisco Jaguaribe como seu principal responsável e chefe. No entanto, acredito que essa nomenclatura tenha surgido *a posteriori* (o carimbo com o nome Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso aparece na documentação a partir da década de 1940, mas não tenho uma data precisa sobre tal denominação), nas fontes relativas ao período retratado nesse capítulo (e até mesmo, nos anos seguintes) é comum encontrar os termos “Serviço da Carta Geográfica do Estado de Mato Grosso”, “Comissão de Conclusão”, “Conclusão da Carta Geográfica” ou apenas “Carta Geográfica de Mato Grosso”.

O processo de produção da carta do estado de Mato Grosso durou, desde a institucionalização do serviço, quase quatro décadas e contou durante todo esse tempo com a dedicação de Francisco Jaguaribe. Aliás, durante a pesquisa me pareceu que o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso é uma extensão Jaguaribe. A elaboração do mapa só esteve em atividade sob a condição da presença de seu chefe. Desta forma, entendo que a história de elaboração da carta é algo indissociável da trajetória do personagem, não à toa, está presente em dois capítulos dessa pesquisa.

Como já mencionei aqui, durante a minha pesquisa de Iniciação Científica pesquisei superficialmente a história da produção da carta geográfica de Mato Grosso como uma das atividades científicas relacionadas à Comissão Rondon. Entretanto, desde então, algumas perguntas ficaram em aberto. Além disso, depois de trabalhar em

⁶³ Coronel Jaguaribe de Matos - Guia do Candidato à Escola do Estado Maior - Geografia do Brasil-Estado Maior do Exército - Rio de Janeiro - Fase. I (1938), p. 17.

uma dissertação de mestrado sobre uma agência cartográfica militar na Primeira República designada a produzir o mapa nacional (a Comissão da Carta Geral do Brasil), pude perceber o quão confuso era o cenário cartográfico da época. Depois das experiências mencionadas, fiquei me questionando onde o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso se encaixaria na miscelânea que foi a cartografia daquele período. Logo, a partir dessa reflexão, concluí que ao desenvolver a trajetória de Jaguaribe poderia dar continuidade às pesquisas realizadas anteriormente e, através disso, contribuir para a compreensão acerca dos processos e agentes da cartografia republicana no Brasil, ainda um tanto obscuros.

Neste segundo capítulo abordarei desde a institucionalização do SCCMT, incluindo o cenário mato-grossense da época e suas motivações para apoiar tal empreitada, até a sua primeira interrupção oficial quando Jaguaribe participou da Revolução Constitucionalista. Como fiz alusão anteriormente, tal período é muito interessante para uma reflexão sobre a cartografia brasileira, em especial, a militar. Nesse sentido, o tema também será contemplado no presente capítulo.

Contudo, nem só de mapas viveu Francisco Jaguaribe. A década de 1920 representou um divisor de águas em sua vida pessoal. Em 25 de fevereiro de 1922, o cartógrafo se casou com a portuguesa Francelina de Oliveira Santos (1894-1980)⁶⁴. O romance começou quando Celeste Jaguaribe (1873-1938)⁶⁵, apresentou sua aluna de canto ao seu irmão Francisco. O casal “Frank e Lina” (os apelidos carinhosos estavam anotados em algumas fotografias e também percebi que os netos, muitas vezes, se referiam a eles dessa forma) se tornaram pais de Helio Jaguaribe Gomes de Mattos (1923-2018)⁶⁶ e Maria Clodes Jaguaribe Gomes de Mattos (1928-2015)⁶⁷, sendo que a última nasceu durante a estadia da família em Paris, conforme será apresentado mais adiante.

⁶⁴ Francelina de Oliveira Santos pertencia à tradicional família portuguesa Oliveira Santos - produtores de vinho do Porto em Vila Nova de Gaia, Portugal.

⁶⁵ Celeste Jaguaribe foi uma compositora, poeta, cantora e professora do Instituto Nacional de Música e considerada a primeira maestrina do Brasil.

⁶⁶ Helio Jaguaribe foi um advogado, cientista político e sociólogo. Destacado intelectual ocupou a cadeira 11 na Academia Brasileira de Letras e foi autor de extensa obra literária. Para saber mais: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/helio_jaguaribe, acessado em 15/01/2020.

⁶⁷ Maria Clodes Jaguaribe foi uma pianista clássica com reconhecimento internacional que incluiu apresentações e prêmios na Europa e Estados Unidos. Além disso, também foi professora de música na Universidade de Boston. Para saber mais: <https://www.legacy.com/obituaries/bostonglobe/obituary.aspx?n=maria-clodesjaguaribe&pid=176857433>, acessado em 15/01/2020.



Francisco Jaguaribe com a esposa Francelina e seus filhos Helio e Clodes em sessão fotográfica em Paris
Fonte: Acervo pessoal da família Jaguaribe

2.1- O Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e a busca pela “civilidade” mato-grossense

“Virgílio Correia começou a sua História do Mato Grosso dizendo que ali não era nem mato, nem grosso. Mas se o nome mente na geografia, diz a verdade na história. Porque o mato grosso é o nome do desconhecido. É a imagem da dificuldade de atravessamento que se projetou para todo o interior da América, reunindo numa única expressão a força da natureza e os perigos que ela encerrava. O Mato Grosso é a projeção simbólica de uma barreira. É por isso muito interessante que este nome se tenha mantido. Porque ao longo de todo o processo de efetiva construção territorial que se opera no Mato Grosso, a ideia básica que lhe está subjacente é, precisamente, a da barreira. Era a barreira virtual, antes de ser alcançado, e uma vez ocupado desenhou-se como barreira política.”⁶⁸

Uma vez que a Comissão das Linhas Estratégicas e Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas reduziu os seus trabalhos em 1915, principalmente, no que se refere à questão telegráfica, pude constatar, por meio de cartas enviadas para instituições ou personalidades relevantes à época que a comissão passava por uma crise financeira: suplicavam auxílio financeiro ou uma validação acerca da importância científica da CLTEMTA. Com o cancelamento de financiamentos, estava difícil dar continuidade aos projetos encabeçados por Rondon.

Como exemplo de tais súplicas, apresentarei carta destinada a Carlos Chagas, então diretor do Instituto Oswaldo Cruz, em busca de legitimação sobre as realizações rondonianas:

“Reputando de alto interesse a opinião desse douto Instituto e precisando mesmo essa comissão escudar-se em pareceres de responsabilidade científica quanto ao valor técnico dos trabalhos publicados sob seus auspícios, não só referentes às explorações do sertão e serviços correlatos à construção da linha telegráfica do Noroeste, como à geografia, botânica, zoologia, serviços astronômicos e serviços sanitários - venho solicitar de Vossa Excelência a fineza de declarar, em documento de que possa esta Comissão fazer o uso que convier, qual o juízo formado por Vossa Excelência e por essa instituição em relação a tais trabalhos”⁶⁹

E dessa forma, foram tantas outras correspondências... Rondon tinha interesse, especialmente, em realizar a manutenção dos postos telegráficos para que conseguissem continuar o seu funcionamento. Mas não teve sucesso.

⁶⁸ ARAÚJO, Renata. Os Mapas do Mato Grosso, *Terra Brasilis (Nova Série)* [Online], 4 | 2015, posto online no dia 12 Fevereiro 2015, consultado o 09 Dezembro 2016. URL : <http://terrabrasilis.revues.org/1230> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.1230

⁶⁹ Arquivo do Museu do Índio – FUNAI, Microfilme 328.

Contudo, pude perceber que a partir de 1915, a exploração de rios foi o ponto alto das atividades desenvolvidas pela CLTEMTA. Segundo Carvalho (2012:5), os rios tornaram-se então o objeto de primordial atenção nas viagens desse período (1915-1920), pois envolviam a circulação de pessoas, a questão de atuarem como limites naturais (fronteiras) e a escoação agrícola. Denise Lasmar (2011:50) também aponta para esse movimento:

“Apesar de inaugurada a linha, a Comissão Construtora das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas deu continuidade aos trabalhos de levantamento geográfico da região, organizando para este fim inúmeras expedições [...]”

Com base no levantamento realizado por Lasmar (2011:50), segue a relação de expedições organizadas pela Comissão Rondon que tinham por objetivo o (re) conhecimento de rios:

Expedição	Responsável	Data
Exploração do Rio Ananás	Francisco Marques de Souza	01/03/1915 até 29/05/1915
Exploração dos Rios Paranatinga, São Manoel e Telles Pires	Antonio Pyrineus de Souza	1915 até 1916
Levantamento dos Rios Anari e Machadinho	Nicolau Horta Barbosa	1916
Exploração dos Rios Cautário, Guaporé e Mamoré	Manoel Theofilo da Costa Pinheiro	27/12/1916 até 14/04/1917
Exploração aos Rios Canumã e Sucunduri	Manuel Tiburcio Cavalcanti	05/06/1917 até 15/10/1917
Exploração do Rio Culuene	Ramiro Noronha	Julho de 1920 até outubro de 1920

Expedição dos Rios Maici e Guaporé-Vilhena	Manoel Silvestre do Amarante	Março de 1921
Expedição ao Rio Ronuro	Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos	25/05/1924 até 27/09/1924

Ainda sobre o reconhecimento geográfico da região, Denise Lasmar adverte (2011:50):

“[...] até a data de inauguração das linhas telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, o levantamento dos rios e o reconhecimento geográfico da região eram sistematicamente traçados visando a elaboração da Carta de Mato Grosso.”

Gostaria de ir além, é possível afirmar que não apenas os levantamentos produzidos até 1915, como também as expedições hidrográficas relacionadas acima foram utilizadas para a produção da carta de Mato Grosso, conforme pode ser observado no mapa do Rio Ronuro, fruto de expedição realizada em 1924, onde pode se verificar a assinatura de Jaguaribe e a marca do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso em 1944. Logo, presume-se que todo o acervo de explorações foi utilizado para a produção da carta geográfica.

Não em vão, resolvi salientar a relevância que a hidrografia teve para a Comissão Rondon. A ausência de conhecimento sobre os rios da região seria o maior problema relacionado ao conhecimento territorial em Mato Grosso. Por isso, o assunto é indissociável em relação à produção de um novo mapa e, dessa forma, irá acompanhar tal trajetória. Além disso, como já mencionado, a paixão de Jaguaribe pelos rios é, quase, onipresente em sua história.

Desde o ingresso de Francisco Jaguaribe na Comissão Rondon, já existia a ideia de se produzir uma carta geográfica para Mato Grosso, a partir de uma compilação com os dados extraídos das expedições rondonianas e que teria por base o mapa Pimenta Bueno, ainda do final século XIX (considerada por Jaguaribe a melhor carta do estado para se ter como base até então). O objetivo era corrigir erros e acrescentar informações, principalmente no que tange a questão hidrográfica.



Carta da Província de Mato Grosso organizada em 1880 por Antônio Pimenta Bueno
Fonte: Biblioteca Digital Luso Brasileira <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/27464>.
Acessado em: 26 de dezembro de 2019.

No início de 1917, o então governador de Mato Grosso, Caetano Manuel de Faria e Albuquerque (1857-1925), que governou o estado entre 1915 e 1917, encomendou para Rondon uma carta do estado. Àquela altura, era tudo que a cartografia desenvolvida pela comissão precisava. Como foi colocada, a ideia da confecção de uma carta geográfica era antiga, mas até então, sem nenhum tipo de financiamento. Portanto, a produção do mapa não existia formalmente. Nessas condições, conseguir o patrocínio do próprio estado seria uma excelente forma de efetivar tal elaboração. Mediante o pedido do governante local, Francisco Jaguaribe foi convocado por Rondon para assumir a chefia da missão que viria ser conhecida como Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso.

Embora o governador Caetano Manuel Faria de Albuquerque tenha feito a encomenda para Rondon, seu substituto – o Bispo Dom Aquino Correa⁷⁰ (1885-1956), que esteve à frente do estado durante os anos de 1918 e 1922, foi o representante de Mato Grosso que acompanhou o desenvolvimento do projeto da carta geográfica no período em questão.

Não à toa, Dom Aquino Correa esteve envolvido no projeto da carta geográfica. Quando se relaciona à circunstância que Mato Grosso atravessava se torna bem claro que a encomenda do mapa estava relacionada a um contexto muito mais amplo, conforme será averiguado.

Mato Grosso estava passando por um grande esforço para tentar romper, me apropriando do termo cunhado por Lylia da Silva Galetti (1995), “o estigma da barbárie” e a construir sua identidade regional. Para a autora, as visões pessimistas e disseminadas sobre aquele território eram traçadas da seguinte maneira:

“[...] estes grandes sertões eram vistos como lugares de barbárie, onde a natureza praticamente intocada pelos motores da civilização (capital, técnica, meios de comunicação modernos e trabalhadores disciplinados, entre outros), submetia às suas forças primitivas uma população composta de índios selvagens, visto quase sempre como um enorme obstáculo no caminho do progresso, e de mestiços tidos como indolentes e avessos à civilização. Essas características do mestiço eram resultantes, para muitos, das determinações de meio tropical aliadas à forte mistura de sangue negro, e principalmente índio, que permanecia praticamente inalterada devido ao insulamento destas populações no remoto interior do país” (Galetti, 1995:50)

⁷⁰ Segundo Elias Bigio, Rondon foi publicamente contra a candidatura de Dom Aquino ao governo de Mato Grosso. Os dois possuíam diferenças de ordem ideológica no que tange, principalmente, ao Positivismo e Catolicismo. Tais embates podem ser acompanhados nos periódicos mato-grossense *A Cruz* e *O republicano* (Bigio, 2003)

Almejando o tal progresso, palavra tida como “ordem do dia” durante a Primeira República no Brasil, Mato Grosso precisava mudar sua imagem e se apresentar como um local “civilizado” a fim de conseguir povoamento, investidores e uma boa representação nacional.

Também é muito significativo lembrar que a parte sul do estado encontrava-se em um momento considerado mais avançado do que o norte. A região sul era monopolizada pela Empresa Mate Laranjeira e Cia que ocupava uma área extensa e empregava milhares de trabalhadores (em condições questionáveis). Vale destacar que durante muito tempo a exportação da erva mate foi a atividade de maior peso na balança comercial de Mato Grosso (Galetti, 2012:313). Além disso, um fator decisivo foi a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil que tornou possível a circulação de comunicação mercadorias entre o sul de Mato Grosso e as regiões mais desenvolvidas, em especial, São Paulo (Bianchini, 2000; Galetti, 1995).

Tomando esse contexto como ponto de partida para as transformações mato-grossenses, empresários de Corumbá⁷¹ juntamente com o governo local publicaram o Álbum Gráfico de Mato Grosso (1914). O objetivo era claramente propagandístico: divulgar as potencialidades de MT por meio de textos sobre história local, imagens de riquezas naturais, principais atividades econômicas e a infraestrutura do estado a fim de angariar investimentos para a região (Franco e Melo, 2015:1).

Devido ao desenvolvimento da região sul, a parte norte de Mato Grosso se sentia ameaçada e até mesmo em risco de que Cuiabá perdesse o *status* de capital. Nesse sentido, a opção pelo cuiabano Dom Aquino para governador do estado e a ideia de comemorar os 200 anos da cidade de Cuiabá recuperaram o fôlego local. Segundo Galetti, o momento mais relevante do processo de construção de identidade coletiva mato-grossense ocorreu entre os anos de 1918 e 1922 (Galetti, 2012:321), ou seja, os anos governados pelo Bispo Dom Aquino Corrêa. Nesse intervalo, várias iniciativas a fim de transformar o estereótipo mato-grossense foram alavancadas, como veremos a seguir.

Se na construção da república brasileira, José Murilo de Carvalho (1990) apresentou simbologias de “novos tempos”, como a criação do hino nacional, da bandeira e de heróis nacionais, o modelo foi seguido em Mato Grosso. Em artigo

⁷¹ É importante situar que à época, a cidade de Corumbá (sul do estado) era a mais desenvolvida da região.

recente, Jérri Monteiro Marin (2018) analisou a contribuição do bispo em busca de uma construção da identidade mato-grossense e concluiu que suas intervenções orientaram um projeto político, econômico e cultural.

Uma das principais medidas seria a construção do passado de Mato Grosso e com esse fim foi criado o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919) em 1919 e o Centro Matogrossense de Letras (1921). Ambas as instituições receberam amparo do estado para seu funcionamento e publicação de seus trabalhos.

Para o bicentenário de Cuiabá, marco simbólico na consolidação das “novas” identidades, o ponto central foi a exaltação da terra e do homem mato-grossense. Além disso, para os festejos foram elaborados o brasão de armas (1918) e o hino de Mato Grosso, composto por D. Aquino (1918) que passaram a vigorar nas repartições públicas, escolas e cerimônias oficiais. (Marin, 2018:788).

A partir disso, não se deve entender a encomenda do mapa do estado como uma iniciativa isolada. É fundamental traçar um panorama dos esforços que Mato Grosso estava desempenhando a fim de se livrar da imagem de “incivilizado” durante as primeiras décadas do século XX. E, como bem afirmou Galetti (2012:321), a carta geográfica estava inserida nesse empenho mato-grossense:

“Além da intensa produção dessas instituições, destacam-se também como manifestação do desejo de refazer a identidade estigmatizada, as comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá (1919), nas quais proliferou a elaboração de símbolos distintos da identidade regional-como o hino, o brasão e a Carta Geográfica de Mato Grosso, as datas, os heróis e grandes personagens redescobertos ou alçados a essa condição- que, a partir de então, passaram a compor a memória histórica e as tradições locais.”

Durante o ano de 1919, constam algumas correspondências com Dom Aquino sobre satisfações acerca da carta geográfica que enfatizam o financiamento de Mato Grosso e, principalmente, questões em relação a data de entrega⁷². Sobre isso, tive a impressão que o bispo pouco se importava com o conteúdo do mapa. O importante era a exibição da carta geográfica no ano do bicentenário de Cuiabá.

Em 06 de março de 1919, Francisco Jaguaribe recebera a seguinte mensagem:

“Transmito-vos cópia do telegrama que hoje recebi do Excelentíssimo Senhor Presidente do Estado de Mato Grosso, para vosso conhecimento e, de acordo, com as ordens do Coronel Chefe, comunico-vos que deveis providenciar para que a Carta de Mato Grosso esteja concluída e impressa em

⁷² Arquivo do Museu do Índio – FUNAI – Microfilme 328

31 de outubro do corrido ano impreterivelmente. Para tal objetivo confio na vossa clarividência e método de trabalho , abstendo-me por isto de explorar aqui os meios indispensáveis para alcançar tal resultado.”⁷³

Em 02 de outubro de 1919, Rondon se justificava com Dom Aquino:

“Chegando eu a esta capital, procurei logo inteirar-me pessoalmente a atual situação geral quanto à organização e impressão da Carta Geográfica de Mato Grosso, contratada pelo Governo de Vossa Excelência com esta comissão [...] Todo o serviço de campo previsto para a consecução da Carta já está concluído, assim como também o que realizei posteriormente a época em que a comissão apresentou a Vossa Excelência o orçamento necessário a este objetivo [...] Estes trabalhos importam em uma série de operações, por sua natureza, morosos, de cujo apressamento quase sempre resulta erros [...] Desta forma, o desenho definitivo da Carta constituirá a preocupação única atual, a que Seção de Desenho dedicará o tempo de disponha [...] Quando ainda me encontrava no sertão, tive a honra de informar a Vossa Excelência de que a Carta do Estado estaria concluída em 31 de dezembro do corrente ano. Essa informação foi transmitida por telegrama, no pressuposto de que não houvesse maior embaraço em cumprir esse desejo de Vossa Excelência que era também o meu. Com a minha presença aqui, examinando o desenvolvimento do serviço, acabo de verificar, porém que me parece impossível a conclusão da carta em 31 de dezembro e que, com o empenho máximo de concluí-la, o desenho completo só poderá estar terminado na época conforme explanação adiante Vossa Excelência lerá. De modo que, a partir de 1º de janeiro vindouro é que poderá o original ser entregue à casa Impressora (Companhia Ypiranga de São Paulo). Esta impressão, pois demanda cerca de quatro meses, importa em afirmar a Vossa Excelência que só a 30 de abril de 1920 teremos a impressa da Carta de Mato Grosso.”⁷⁴

Conforme colocado por Rondon, a carta geográfica não ficou pronta no ano do bicentenário de Cuiabá, conforme o que havia sido combinado anteriormente. Por isso, mas como parte dos festejos relacionados, em 14 de dezembro de 1919, ocorreu a Exposição Retrospectiva da Cartografia mato-grossense e Demonstrativa dos trabalhos da Comissão Rondon. O evento aconteceu no Liceu Cuiabano e contou com a presença de Dom Aquino, Henrique Florence, então secretário da Agricultura, autoridades federais e estaduais, além de Rondon e Francisco Jaguaribe.⁷⁵

“Na qualidade de representante da comissão encarregada do levantamento da carta geográfica do estado de Mato Grosso está entre nós, o simpático oficial do exército, o Capitão Jaguaribe de Mattos, que aqui veio para se associar às festas do bicentenário da fundação de Cuiabá. Apresentamos os nossos cordiais cumprimentos.”⁷⁶

⁷³ Arquivo do Museu do Índio – FUNAI – Microfilme 328

⁷⁴ Arquivo do Museu do Índio – FUNAI – Microfilme 328 fotogramas 378 até 384.

⁷⁵ *A Comissão Rondon nas festas comemorativas do bicentenário de Cuiabá*. Oficinas Gráficas de “A política”. s/d.

⁷⁶ *O Mato Grosso*, 22 de dezembro de 1919.

Como já foi exposto, Jaguaribe era um cartógrafo de gabinete e não se aventurava pelas florestas como povoa o senso comum quando se trata de Comissão Rondon. Em minha ida a Portugal, consegui um documento muito especial na Biblioteca Nacional de lá, selecionado como folheto, chamado “A Comissão Rondon nas festas comemorativas do bicentenário de Cuiabá”. A fonte aborda em especial a Exposição Cartográfica e o discurso de Jaguaribe, onde assume que até então, nunca havia pisado em Mato Grosso. Foi a partir dessa declaração que a postura de trabalho de Jaguaribe deixou de ser uma hipótese e passou a ser uma certeza. Nesse momento, lembrei-me das horas passadas no Arquivo do Forte de Copacabana em busca de sua caderneta de campo.

“[...] confesso que, aliviando o peso de minha fatigante responsabilidade, tive sempre diante dos olhos a miragem da terra mato-grossense que eu nunca viera e sempre aspirara ver. Mato Grosso é, desde há muito, objetivo diuturno de minhas cogitações e o manuseio contínuo dos estudos colhidos no solo dessa grande terra pelo sertanista Rondon e seus destemidos auxiliares do serviço do sertão, trouxe-me tanta familiaridade com a natureza fisionômica do território que, embora divisando pela primeira vez os rios Paraguai, São Lourenço e Cuiabá,. Vim experimentando na viagem para cá, passo a passo, a mesma sensação dos que regressam para o torrão natal”⁷⁷

Sobre a ausência da carta geográfica na ocasião dos festejos, Jaguaribe colocou:

“[...] Veio depois Vossa Excelência com o propósito firme de fazer publicar a síntese gráfica dos estudos feitos no solo mato-grossense e eis-nos à fase atual. A Vossa Excelência foi mostrado que o problema estava ainda em gestação e o orçamento então apresentado comportava uma série de providências tendentes a apresentar uma boa solução. Vossa Excelência preferiu uma solução imediata, mais modesta, desenhando-se a carta com os recursos de campo acumulados até ali e assim já o teríamos feito se mais folgada houvera sido a situação econômica do estado para a execução do orçamento de urgência que o Coronel Rondon apresentou a Vossa Excelência. O atraso, porém, não foi grande e Vossa Excelência terá publicada até meados de 1920 a Carta do Estado de Mato Grosso laborada em 1919 e comemorativa do bicentenário da fundação de Cuiabá. Não era possível trazer aqui o original da carta do Estado de Mato Grosso que está sendo desenhado em escala de 1:1.000.000. Não era possível também trazer os estudos preparatórios, pois que isso importaria em fazer parar o trabalho com os desenhistas, que a cada momento consultam os borrões originais [...]”⁷⁸

⁷⁷ MATTOS, Francisco Jaguaribe de. *A Comissão Rondon nas festas comemorativas do bicentenário de Cuiabá*. Oficinas Gráficas de “A política”. s/d.

⁷⁸ Idem

Jaguaribe fez um discurso corajoso, não poupou os ouvintes, mesmo na presença de autoridades locais. Algumas de suas colocações me pareceram um tanto ácidas ao relatar que os recursos oriundos do governo de Mato Grosso foram insuficientes para término da carta sob qualquer aspecto. Apesar disso, como veremos a seguir, o cartógrafo foi relativamente discreto, pois como veio a público no ano seguinte, o auxílio financeiro para o mapa só ocorreu até maio de 1919.

“Excelentíssimo Senhor General Chefe manda que se faça público ter cessado a contribuição pecuniária do estado de Mato Grosso para a confecção da respectiva carta geográfica, a partir de 1º de maio de 1919. Nessas condições, a partir desta última data as despesas da Seção de Desenho correm por conta desta comissão, ficando, pois, suspensas todas as gratificações com que eram contemplados os funcionários que se aplicavam em tais trabalhos e que lhes eram atribuídas pelo governo estadual.

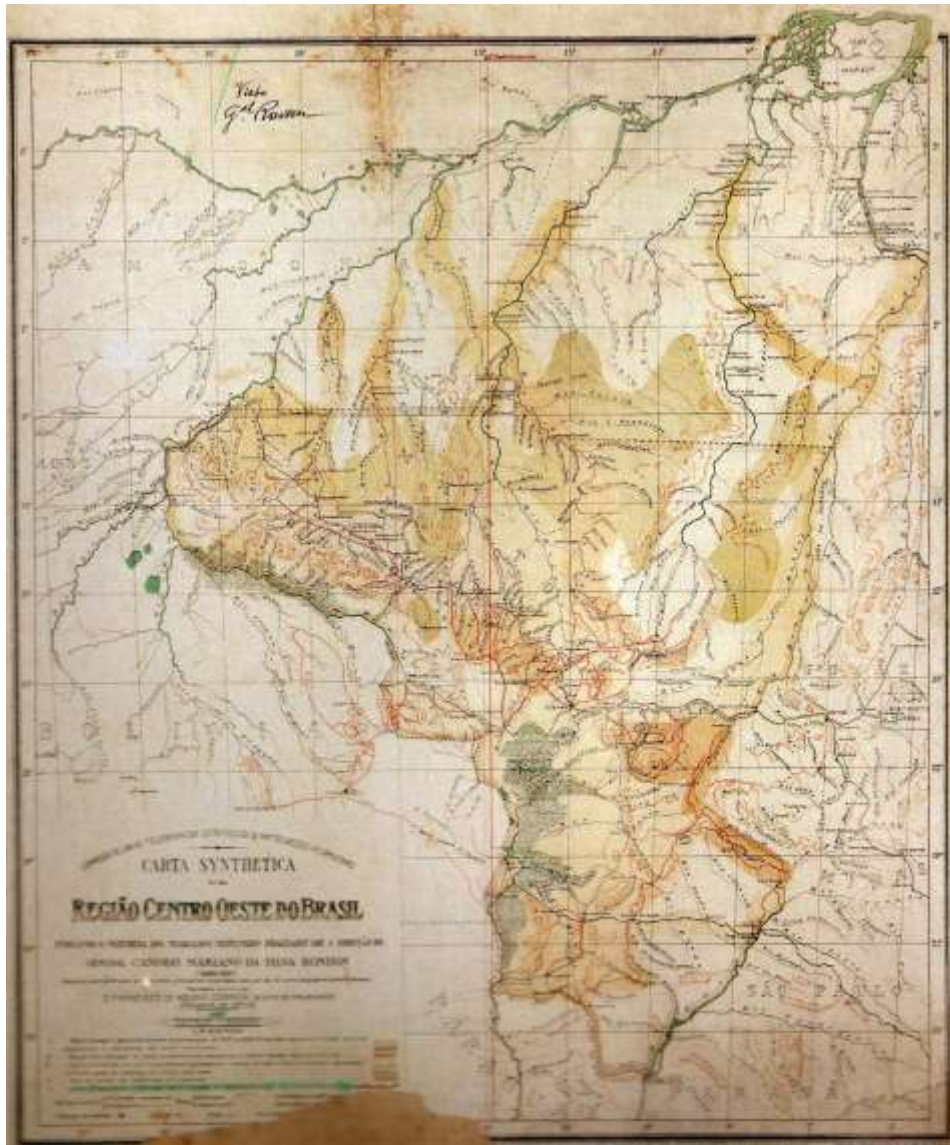
Entretanto, como o trabalho da Carta prosseguiu ininterruptamente, ocupando os mesmos funcionários, de 1º de maio a 31 de dezembro de 1919, assim como o presente ano desde janeiro, Excelentíssimo Senhor General Chefe oficiou ao presidente do estado, solicitando a abertura de um crédito suplementar que, se for concedido, será oportunamente distribuído conforme a tabela que vigorou até abril de 1919.

Finalmente, que, a partir de janeiro último até 1º de maio vindouro, só estão contemplados no pedido de crédito suplementar, o Senhor Capitão Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, chefe da seção de Desenho, o desenhista Ary Zaluar e um servente.”⁷⁹

É curioso pensar na postura de Dom Aquino, pois o bispo não se detinha ao cobrar e entrega da carta geográfica no decorrer de todo o ano de 1919 quando, segundo comunicado, o financiamento foi interrompido no mês de maio. Dessa forma, o discurso proferido por Jaguaribe é bastante coerente com a realidade do que estava se passando, pois a escassez de recursos para que a carta fosse finalizada era um fato.

Embora, o mapa não tenha sido entregue durante ano dos festejos do bicentenário de Cuiabá, posteriormente (1921), a comissão honrou, de alguma forma, com o que havia se comprometido e entregou uma Carta Sintética da Região Centro Oeste do Brasil que indicava os trabalhos sertanejos realizados pela Comissão Rondon. Na legenda do mapa é possível observar “reduzida sumariamente dos conjuntos provisórios organizados para estudo da Carta Geográfica de Mato Grosso, mandada concluir por D. Francisco de Aquino Correa”.

⁷⁹ Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, Boletim 17, 26 de março de 1920. Arquivo do Museu do Índio - FUNAI, Microfilme 326, fotograma 495.



Carta Sintética da Região Centro Oeste do Brasil
Fonte: Arquivo Histórico do Exército

Outra ocasião que merece destaque sobre a apresentação da Carta Geográfica de Mato Grosso estaria por vir: a Exposição do Centenário da Independência do Brasil (1922). Para tal evento, Rondon chegou a enviar Jaguaribe até Paris com o objetivo de finalizar e imprimir o mapa, conforme será visto posteriormente. No entanto, o tempo foi curto e o máximo alcançado foi uma carta geográfica sintética dos trabalhos realizados pela Comissão Rondon. Defendo que tal carta possui um viés altamente propagandístico, pois naquele momento, a Comissão Rondon passava por uma crise. Além disso, a própria carta geográfica exalta em sua legenda os feitos da comissão: o traçado as linhas telegráficas e as cidades, povoados e vilas fundadas, exportando a ideia da ocupação, povoamento e desenvolvimento do território. (Teodoro, 2017:204)

Ainda sobre a Exposição do Centenário, não se pode deixar de exaltar a contribuição de Francisco Jaguaribe e a respectiva cartografia desenvolvida no âmbito da Comissão Rondon para a elaboração da Carta do Brasil ao Milionésimo, apresentada nos festejos. Para aquela ocasião, o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro teve a incumbência de produzir um mapa do Brasil na escala ao milionésimo, em missão chefiada pelo engenheiro Francisco Bhering. A ideia era compilar mapas de todo o Brasil, cedidos por diferentes instituições, a fim de produzir uma carta geográfica brasileira. Dessa forma, em 19 de setembro de 1918, foi publicada por José Agostinho dos Reis no jornal *A Cruz*, notícia das respectivas cartas:

“[...] tive o prazer de visitar os trabalhos em andamento para a organização do mapa de Mato Grosso, de acordo com os dados obtidos pela Comissão Rondon. Foram três horas de agradável passatempo científico, examinando dados, tabelas, croquis... mostrando não só que os engenheiros encarregados do serviço tem grande e comprovada experiência, como também estão trabalhando com muita vontade de concluir o trabalho no tempo ajustado. Dias depois fui examinar os trabalhos executados pela Comissão do Clube de Engenharia, chefiada pelo Dr. Francisco Bhering, a fim de publicar no centenário da nossa independência o Mapa do Centenário, que será o melhor mapa do Brasil. Para esse mapa os dados da Comissão Rondon fornecerão elementos necessários relativos ao estado de Mato Grosso [...]”⁸⁰

José Agostinho dos Reis tinha razão no que dizia respeito à colaboração da cartografia rondoniana com o mapa do Brasil. Ao visitar o Fundo Francisco Bhering – relativo à produção da Carta do Brasil ao Milionésimo, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, me deparei com mapas de Francisco Jaguaribe não só de Mato Grosso, como também da região Centro Oeste e partes do Amazonas.

⁸⁰ *A Cruz*, 19 de setembro de 1918.



Carta Esquemática do Estado de Mato Grosso elaborado para o Centenário da Independência
Fonte: Arquivo Histórico do Exército



Francisco Jaguaribe em seu gabinete.
Fonte: Acervo pessoal da família Jaguaribe de Mattos

2.2- Francisco Jaguaribe e a babel cartográfica no Brasil republicano

Será que, no início da década de 1920, Jaguaribe estava preocupado exclusivamente com o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e com a divulgação dos benefícios de uma dieta vegetariana? Talvez sim... ou não! À época, o cartógrafo também entrou na seara acerca da discussão sobre a centralização das agências cartográficas militares brasileiras propondo um projeto de lei sobre o tema.

Tendo por finalidade entender o papel que Jaguaribe desempenhara nesse quadro e, ao mesmo tempo, a partir de sua participação conseguir realizar uma análise mais ampla da situação, se faz necessário compreender o cenário conturbado pelo qual a cartografia militar estava passando no referido período. Nessa lógica, é indispensável que eu regresse à hipótese levantada em minha dissertação de mestrado sobre a polarização cartográfica no exército.

Nas primeiras décadas do século XX, França e Alemanha competiam em relação ao domínio militar sobre os exércitos da América Latina, incluindo o brasileiro - que à época discutia internamente uma reforma em seu quadro. Desse modo, se travou uma disputa entre as duas potências europeias na qual a França saiu vencedora⁸¹: um acordo foi assinado entre Malan d'Angrogne (1873-1932) e o ministro da guerra francês Georges Clemenceau (1841-1929). Em 1919, a Missão Militar Francesa, chefiada por Emíle Gamelin (1872-1958), chegou ao Brasil. Os seus principais objetivos seriam instruir e modernizar o exército brasileiro. (Trevisan, 2013; Luna, 2011; McCain 2007).

Porém, a opção pela França não foi uma unanimidade. Existiam militares brasileiros (principalmente o grupo que havia realizado estágio no exército alemão) entusiastas do militarismo germânico:

“Apesar dos ideais e da sede de transformações, os oficiais germanófilos foram recebidos na volta do estágio com desdém e logo deduziram que, no que dependesse da estrutura burocrática do Exército Brasileiro, as lições aprendidas no exército alemão seriam perdidas. A saída encontrada para a divulgação de suas ideias foi a criação de uma revista, assunto que já viera à tona no próprio navio que trouxera os oficiais de volta ao Brasil. O tom conferido pelos ex-estagiários à sua revista era bem específico. A publicação anunciava-se essencialmente doutrinária, adotando o mesmo nome utilizado como bandeira por jovens reformadores do exército turco, que conseguiram

⁸¹ O Brasil possuía valores culturais, filosóficos e políticos fortes inspirados na França desde o século XIX. Além disso, naquele momento, a Alemanha acabara de perder a Primeira Guerra.

promover grandes reformas na estrutura militar de seu país. Rapidamente, os opositores aos métodos alemães passaram a denominar o grupo de “jovens turcos”, expressão de caráter pejorativo. Logo em seguida, no entanto, o apelido reverteu seu significado, sendo interpretado como sinônimo de envolvimento profissional com o Exército.” (Bernardino, 2013:89)

A questão que interessa aqui é a relação da revista *A Defesa Nacional* com o debate acerca da centralização das agências militares brasileiras, pois além dos “jovens turcos”, na cartografia militar brasileira também existiam outros simpatizantes dos métodos germânicos. Durante a década de 1910, o periódico noticiava com frequência as ações de Alfredo Vidal (1868-1947)⁸² em prol da criação do Serviço Geográfico Militar (SGM) no Morro da Conceição - Rio de Janeiro. É necessário e fundamental lembrar que se trata de uma revista que não buscava, nem mesmo aparentemente, algum tipo de imparcialidade e apoiava sem moderação todos os passos do SGM.

Em 1917, com o apoio de Bento Ribeiro, chefe do Estado Maior do Exército (EME) à época, foi criado o Serviço Geográfico Militar com forte influência cartográfica austro-germânica. Vidal mantinha correspondência com técnicos austríacos adeptos e estudiosos da estereofotogrametria desde a primeira década do século XX e nunca escondera seus planos acerca do caráter transitório do SGM: a ideia seria incorporar a Comissão da Carta Geral do Brasil e formar um Instituto Geográfico Militar Brasileiro aos moldes do existente em Viena⁸³. Também não se pode deixar de indicar os interesses comerciais em jogo: a aplicação de tais técnicas cartográficas implicava na compra de uma aparelhagem específica (produzida pela Alemanha) para tais fins. Ainda, mas não menos importante, em 14 de outubro de 1920, chegou ao Brasil, mediada pelo Serviço Geográfico Militar, a Missão Cartográfica Austríaca a fim de propagar as técnicas de estereofotogramétricas em voga⁸⁴ entre os militares brasileiros.

É relevante destacar que Alfredo Vidal conseguira alavancar as suas ideias e tirá-las do papel, pois além de seus estudos e projetos, ele possuía importantes alianças militares naquele momento que apoiaram e regulamentaram o seu plano para a centralização dos serviços geográficos e suas respectivas metodologias:

⁸² Alfredo Vidal foi um militar que lutou para institucionalizar a estereofotogrametria no Brasil. Conseguiu, através de seus esforços, fundar o Serviço Geográfico Militar que posteriormente daria lugar ao Serviço Geográfico do Exército no Morro da Conceição, Rio de Janeiro, local que hoje abriga a 5ª. Divisão de Levantamento General Alfredo Vidal do SGE.

⁸³ VIDAL, Alfredo. *Introdução da Estereofotogrametria no Brasil*. Imprensa Militar, Estado Maior do Exército, Capital Federal, 1915.

⁸⁴ Em 1910, foi fundada a Sociedade Internacional de Fotogrametria pelo austríaco Franz Dolezal.

“O regulamento a que tem obedecido aos trabalhos de organização do Serviço Geográfico Militar foi, sob a forma de projeto, estudado em 1915 pelo Senhor General Alfredo de Moraes Rego, quando subchefe do Estado Maior do Exército, por determinação do Senhor Marechal Bento Ribeiro e em seguida submetido à consideração do Senhor Ministro da Guerra, acompanhado do parecer favorável do chefe do EME, que tinha como auxiliar imediato, na chefia do gabinete, o Senhor Coronel Alberto Cardoso de Aguiar. Aprovou, finalmente, o Senhor Marechal Caetano de Faria a execução do projeto [...] Foi, ainda, rigorosamente de acordo com o disposto nesse mesmo regulamento que se redigiram as instruções do EME para aquisição e contrato nos centros técnicos europeus, dos elementos de trabalho (pessoal especialista e material) indispensáveis à organização planejada do SGM; instruções essas que lograram inteira aprovação e apoio do Senhor General Cardoso de Aguiar, então titular da pasta da Guerra”⁸⁵

Apesar disso, nem todos os militares eram adeptos dos métodos austríacos ou nutriam simpatia pelo exército alemão. Muito pelo contrário, existiam agências cartográficas que apoiavam a França, referência da geodésica clássica, como era o caso da Comissão da Carta Geral do Brasil e, aparentemente, da cartografia desenvolvida na Comissão Rondon (como foi visto, a partir de 1917 foi institucionalizada a fim de concluir a Carta do estado de Mato Grosso).

A Comissão da Carta Geral do Brasil⁸⁶ (CCGB) foi um serviço cartográfico efetivado em 1903 e que tinha por objetivo produzir o mapa nacional a partir de um projeto criado pelo Estado Maior do Exército em 1901⁸⁷. Também conhecida por “Serviço da Carta”, a comissão começou os mapeamentos pelo sul do Brasil por considerar uma região fronteiriça vulnerável. No entanto, seus trabalhos se limitaram apenas a uma parte do território do Rio Grande do Sul em seus quase 30 anos de “funcionamento”: as verbas eram irregulares, as condições de trabalho precárias e, até mesmo, pode se alegar certa presunção da CCGB devido a uma ideia equivocada de autossuficiência em relação ao mapeamento nacional (Bernardino, 2013). Apesar disso, o Serviço da Carta possui em seu histórico a participação de renomados militares como, por exemplo, Augusto Tasso Fragoso (1869-1945), Alfredo Malan d’Angrogne, aquele que assinou o acordo sobre a Missão Francesa no Brasil, e Alípio di Primo (1877-1945) que, embora tenha sido um dos pioneiros da CCGB, foi transferido para o Rio de

⁸⁵ *A Defesa Nacional*, 10 de novembro de 1917.

⁸⁶ Para saber mais sobre a Comissão da Carta Geral do Brasil: BERNARDINO, M. G.; PEREIRA, S. N. Comissão da Carta Geral do Brasil: trajetória, contradições e memória (1903-1932). *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 29 No 1 jan-Jun, n. 1, p. 134-149, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/108008>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

⁸⁷ Para saber mais sobre o projeto: Moema Vergara, Rundsthen Vasques de Nader and Claudio João Barreto dos Santos, « A Carta do Brazil do Estado Maior do Exército (1901) », *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], 11 | 2019, Online since 31 August 2019, connection on 20 January 2020. URL : <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/4132> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.4132

Janeiro e se tornou o principal auxiliar de Alfredo Vidal e o ajudou a fundar o Serviço Geográfico Militar. A Comissão da Carta Geral do Brasil chegou a receber uma visita de Gamelin, chefe da Missão Francesa no Brasil.

Uma vez que as agências cartográficas foram apresentadas, mesmo que de forma sucinta, se torna possível analisar a discussão em torno do gerenciamento das mesmas. Aqui é fundamental evidenciar que a cartografia realizada pela Comissão Rondon não aparecia no projeto de centralização cartográfica militar no Brasil de Alfredo Vidal que já havia sido aprovado pelo Estado Maior do Exército. A intenção era clara: uma fusão entre o Serviço Geográfico Militar e a Comissão da Carta geral do Brasil com o objetivo de organizar o Instituto Geográfico Militar Brasileiro.

Não obstante, o periódico publicou um artigo, em 10 de novembro de 1920 sobre um projeto de lei que previa a unificação dos serviços geográficos brasileiros por meio da criação de um Instituto Geográfico Militar Brasileiro assinado por ninguém menos que Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos e Lucio Correa e Castro⁸⁸. A redação aponta que por falta de espaço, o projeto não foi publicado na íntegra, mas através daquelas páginas seria possível entender as características básicas.

Um ponto importante a se pensar é: por que Jaguaribe participaria da elaboração de plano de um instituto geográfico no Brasil em oposição ao já estabelecido e aprovado projeto de Alfredo Vidal? Sem pestanejar, a minha primeira e precipitada conclusão foi a de que seria uma espécie de “resposta francesa” ao plano “austro-germânico” que “assolava” a cartografia nacional. Talvez, uma vez que os trabalhos e trocas entre Brasil e Áustria são ignorados no projeto. Mas esse não era o principal motivo: a respeito da centralização das agências cartográficas brasileiras foi acrescentada a cartografia desenvolvida pela Comissão Rondon.

O adendo da redação foi bem interessante. Em primeiro lugar, deixaram claro que o artigo não expressava a opinião da revista e seguiram suas considerações sobre o projeto:

“Hoje, os nossos distintos camaradas signatários do artigo a que se refere esta nota e principais colaboradores do projeto de lei que faz o objeto desta e daquele, voltam ao assunto. Muito delicadamente não fazem eles nenhuma alusão aos referidos trabalhos oficiais; nem por isso fica menos evidente o propósito de substituírem pela sua a solução oficial, ora em franca prosperidade, e justamente numa situação em que as maiores possibilidades de pleno êxito se acham reunidas.”⁸⁹

⁸⁸ *A Defesa Nacional*, 10 de novembro de 1920.

⁸⁹ *Idem*

“Finalmente quanto à Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, que também entra no grande plano de fusão de serviços colimada pelo projeto de Jaguaribe e Castro, destacamos a opinião do Sr. Coronel Vidal , verdadeiramente notável pela simplicidade e alevantada visão do problema, graças à segurança com que o domina em toda a sua vasta extensão: A Comissão Rondon com seu programa que, sobre ser complexo, é grandioso e patriótico , posto que em flagrante contradição com o título modesto que lhe coube ao nascer, visa, pelo seu caráter especial, objetivos que nunca deverão ser abandonados nem confundidos com os do Serviço Geográfico Militar. São organizações organicamente distintas, indispensáveis ao trabalho nacional, que devem colaborar paralela e harmonicamente com as contribuições e recursos que são distintamente peculiares. Como brasileiros lamentamos sinceramente que faltem à Comissão Rondon os merecidos estímulos para o prosseguimento dos seus trabalhos segundo um programa completo que tenha por escopo principal os problemas corográficos brasileiros e o conhecimento que devemos ter dos valores naturais que se encontram no território nacional, conhecimento que deve ser vedado a especialistas estrangeiros”.⁹⁰

É possível inferir que Jaguaribe, mesmo contrário às ideias de Vidal (pelo seu projeto percebe-se que não em sua totalidade), temendo a sobrevivência da seção cartográfica da Comissão Rondon, lhe ofertou o serviço como uma tentativa de permanência dos trabalhos realizados e a possibilidade de conclusão da carta de Mato Grosso. Afinal, como foi visto anteriormente, o estado de Mato Grosso, principal financiador de sua respectiva carta geográfica, não estava mais custeando a produção do mapa. Por isso, defendo que, antes de qualquer ideologia, o interesse primordial de Jaguaribe era o de concluir a carta de Mato Grosso.

Outro fator que torna a hipótese razoável é quando outro integrante da Comissão Rondon, Amílcar Botelho de Magalhães, no número anterior ao da publicação do projeto de Jaguaribe, escreveu uma matéria para *A Defesa Nacional* enfatizando a importância da cartografia realizada pela Comissão Rondon e sugeriu a sua inserção na centralização das agências cartográficas militares:

“Trazendo-as à publicidade, viso unicamente despertar a atenção dos camaradas mais competentes e de reconhecer o merecimento, para que venham discutir e esclarecer o problema implicitamente proposto nesta epígrafe. Como preliminar observo, a necessidade da unificação dos serviços existentes, sob a direção de um oficial-general. A atual Comissão da Carta Geral e o Serviço Geográfico Militar ficariam assim subordinados ao departamento criado para esse fim, modificando-se lhes as atribuições e distribuindo-lhes os trabalhos de modo a obter necessária conexão. Basta refletir no objetivo que ambos têm em vista para concluir que em vez da independência, devem ser órgãos de um mesmo corpo. A este não podem ser estranhos os trabalhos cartográficos desenvolvidos pela Comissão das Linhas

⁹⁰ Idem

Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas. Seria pois indispensável ao meu ver, a reunião de todos esses elementos em um só bloco para a organização do Serviço Geográfico do Exército, cujo alcance infelizmente nem todos os ministros da guerra tem compreendido.”⁹¹

Assim, como quando se tem conhecimento sobre a trajetória Rondon⁹², dentre muitas características marcantes do personagem, a arte de fazer política sem necessariamente tomar partido é uma delas. Nesse sentido, Elias Bigio foi muito feliz em caracterizar as estratégias rondonianas como “adequadas e oportunas” tendo por fim a realização de seus planos e ações (Bigio, 2003:75). No caso explicitado acima, Francisco Jaguaribe e Amílcar Botelho de Magalhães, que *a priori* estariam apoiando a Missão Militar Francesa, submetem projetos e ideias a uma revista “inimiga” a fim de salvar a cartografia rondoniana, mesmo que para isso precisassem “mudar de lado”. Naquela circunstância os parâmetros cartográficos já haviam sido aprovados e estabelecidos tendo por base a escola cartográfica austríaca pelo Estado Maior do Exército. Nesse sentido, é impossível não reconhecer ambos como discípulos de Rondon no sentido político.

Em dezembro daquele mesmo ano (1920), o Chefe do Estado Maior, Bento Ribeiro, apoiado pelo Ministro da Guerra João Calógeras (1870-1934), declarou que era inoportuna qualquer iniciativa no sentido de modificar a organização do Serviço Geográfico Militar, conforme este fora regulamentado.⁹³

A história não para por aqui. Se em minha dissertação de mestrado é apresentada a hipótese que havia uma polarização entre a cartografia militar austro-germânica e a francesa no Brasil, nesta pesquisa tive a confirmação. Graças ao acesso à correspondência de Gamelin (que já se encontrava no Brasil mesmo antes da Missão Francesa ser efetivada) para o Ministro da Guerra francês acerca da movimentação em torno da organização de um serviço geográfico no Brasil e da influência austro-germânica sobre a cartografia brasileira. As informações que aparecem nos documentos não deixam dúvidas sobre a rivalidade mencionada.

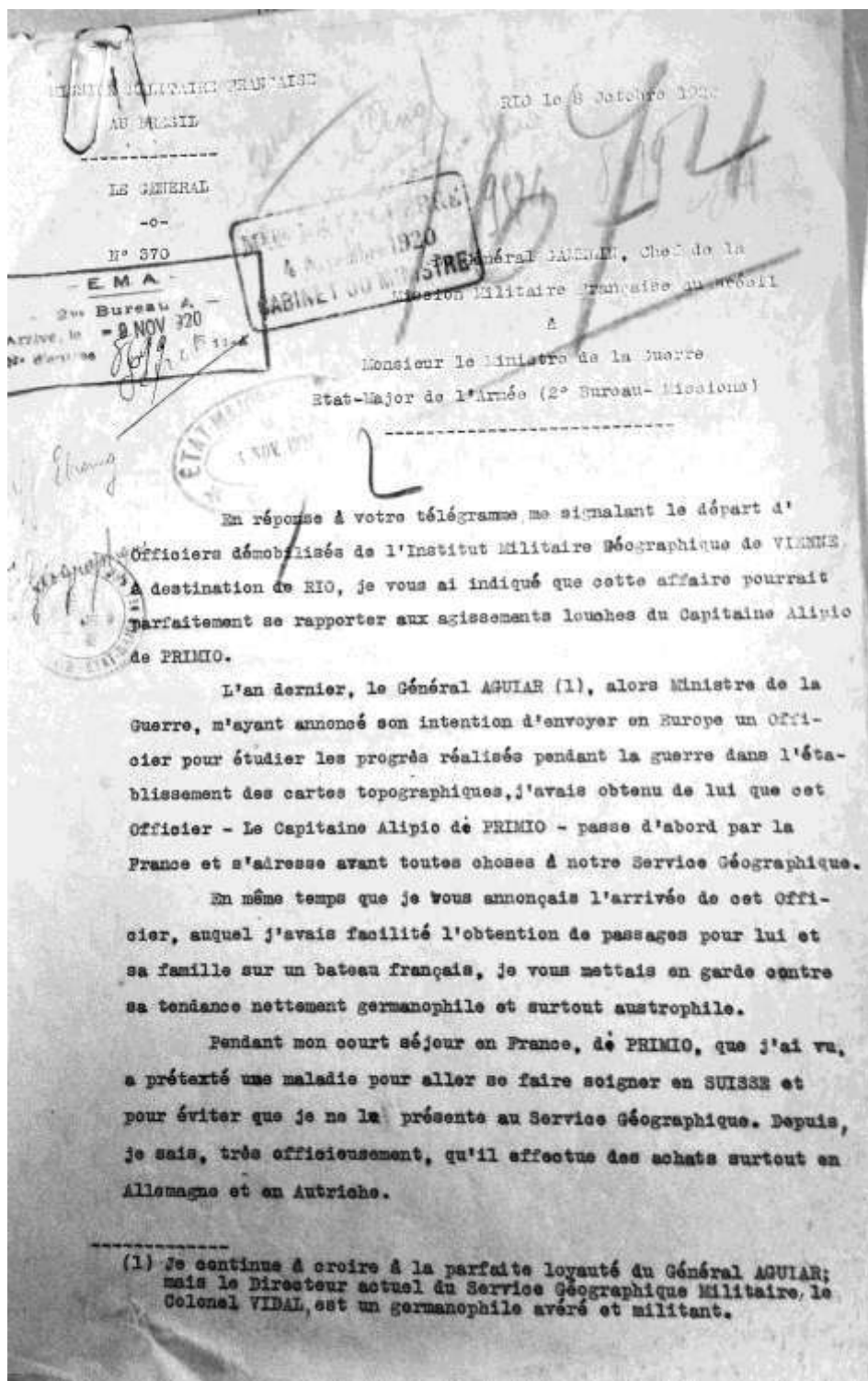
Na carta apresentada abaixo, Gamelin destaca a visita de Alípio de Primo à França, enfatizando suas influências austro-germânicas, como se devessem desconfiar do oficial. Também aborda sobre um possível abafamento da missão cartográfica austríaca, assunto que já havia se referido em correspondências anteriores. Contudo, o

⁹¹ *A Defesa Nacional*, 10 de outubro de 1920.

⁹² BIGIO, Elias dos Santos. *Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930)*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.

⁹³ *A Defesa Nacional*, 10 de dezembro de 1920.

que salta aos olhos é quando o chefe da Missão Militar Francesa diz que de certa forma, confia no General Cardoso de Aguiar, quem ocupava a Pasta da Guerra na circunstância, mas acusa Alfredo Vidal de ser um germanófilo militante.



D'autre part, Mr. THIERRY, Chargé d'Affaires de France, a reçu des instructions de M. le Président du Conseil, Ministre des Affaires Etrangères, à l'effet d'étudier de concert avec moi, s'il ne serait pas possible de protester contre l'établissement à RIO de cette Mission d'Officiers Autrichiens démobilisés.-

Il est incontestable que la présence de cette mission servira de point de ralliement à tous les éléments germanophiles de l'Armée qui ne font une opposition plus ou moins ouverte. Elle nous gênera singulièrement.-

Malheureusement je ne crois pas qu'il soit possible de s'appuyer sur notre contrat pour protester, puisque les droits du Brésil sont réservés en ce qui concerne des "techniciens pour les Services Géographiques".

On ne peut donc se baser que sur le Traité de St. GERMAIN, dont le texte est évidemment formel; mais encore faudrait-il savoir :

- Quelle est exactement la situation du Brésil par rapport au dit Traité.
- Sous quelle forme exactement va être camouflée la mission Autrichienne.

C'est ce que Monsieur THIERRY va étudier, avant de prendre position dans la question.



Correspondência entre o General Gamelin e o Ministro da Guerra francês
Fonte: Service Historique de la Défense, Château Vincennes

Como dito anteriormente, existia um alinhamento da Comissão Rondon com a Missão Militar Francesa e ainda, como relatado acima, o Serviço Geográfico que estava a se organizar, não tinha em seu projeto nada relacionado à cartografia rondoniana. Dentro dessas circunstâncias, Gamelin sugeriu a Rondon que a carta de Mato Grosso fosse impressa no *Service Geographique de l'Armee*, em Paris. Segundo Rondon:

“Muitas razões havia para a aceitação desse convite: as de ordem técnica, as de ordem cívico-humanistas e as de segurança. Supus que, enviando a Paris o Chefe da Seção de Desenho, o então capitão Jaguaribe Gomes de Mattos, poderia ele, fora das perturbações, concluir o desenho e iniciar a impressão. Subestimei o tempo, pois que, partindo o oficial do Rio de Janeiro em março, eu presumia que a 7 de setembro do mesmo ano estaria ele de volta, com a carta impressa. Sou assim o responsável pela interrupção dos serviços que se realizavam em Paris, por haver chamado a título urgente, o referido oficial a quem incumbira do encargo de orientar toda a representação da Comissão Rondon na Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do

Brasil. Ganhei uma boa representação da Comissão Rondon, mas desarticulei a finalização da impressão da Carta.”⁹⁴

Acerca desse episódio, foi localizada uma correspondência de Gamelin ao ministro da guerra francês sobre a primeira ida de Jaguaribe à França tendo por objetivo finalizar o mapa, conforme descrito anteriormente. No entanto o que se pode perceber é a estratégia por parte de Rondon, quando é mencionado que o mesmo não confiaria nos austríacos que estavam no Brasil para finalizar a carta junto a Jaguaribe, algo que soaria como música aos ouvidos dos militares franceses. Ao mesmo tempo, pode-se notar também a trama por parte da França quando Gamelin faz questão de recomendar que recebam Jaguaribe muito bem, apresentando os seus métodos e qualificações a fim de conseguirem um aliado. Esclarece ainda, no final da carta, que tal acolhimento deveria ser prestado não por razões comerciais mas por “camaradagem de armas”, o que não exclui evidentemente o interesse francês em preservar sua influência no Exército brasileiro.

⁹⁴ RONDON, Cândido. Arquivo do Museu do Índio- FUNAI, Microfilme 2B, fotograma 377.

MISSION MILITAIRE FRANÇAISE

AU BRÉSIL

RIO, le 31 Janvier 1922

LE GENERAL

N° 45

Le Général GAMELIN, Chef de la Mission
Militaire Française au BRÉSIL

à M. le Ministre de la Guerre Etat-Major de l'Armée
2° Bureau
(pour le Service Géographique)

Comme suite à votre télégramme N° 219 S.A.M. 2/II du 26 Janvier 1922, j'ai l'honneur de vous rendre compte que le Capitaine JAGUARIBE de MATOS, porteur des documents confiés par le Général RONDON Directeur du Génie de l'Armée Brésilienne, pour la reproduction de la carte du Matto Grosso, s'embarquera à RIO le 26 prochain sur le "LUTETIA". Il sera donc à Paris vers le 15 Mars. Il se présentera au 2° Bureau auquel je serais reconnaissant de le faire présenter au Service Géographique.

Je ne permets d'attirer de nouveau votre attention sur le fait que l'envoi de cet officier est de l'initiative du Général RONDON, qui n'a pas voulu confier à la Mission Autrichienne du Service Géographique Brésilien, le soin d'éditer ses travaux. Il y a donc tout intérêt à très bien accueillir cet officier et à lui permettre de se rendre compte de l'excellence de nos méthodes, notamment pour les pays neufs (Maroc - Syrie - etc...). Il sera ainsi armé pour les opposer à l'impuissance actuelle du Service Géographique Brésilien.

Pour la question ~~paix~~, il y aura intérêt à bien montrer à cet officier qu'il ne s'agit pas pour nous d'une affaire commerciale, mais d'un service rendu à des camarades.

Signé : GAMELIN

Correspondência entre o General Gamelin e o Ministro da Guerra francês
Fonte: Service Historique de la Défense, Château Vincennes

Ainda sob o apoio da Missão Francesa, Jaguaribe embarcou com sua família para a França em dezembro de 1923, tendo por principal objetivo uma reforma quase total da elaboração cartográfica e do desenho, além da finalização e impressão da Carta

de Mato Grosso⁹⁵ nas dependências do *Service Géographique de l'Armée*. Uma ressalva importante a se fazer é o fato de que a estadia do cartógrafo na França representa uma estratégia a fim de assegurar o domínio francês no campo cartográfico. Durante esse período, Jaguaribe recebia, mesmo em Paris, material de campo a fim de adicionar novos dados ao mapa de Mato Grosso.

Pouco se sabe sobre o período de Jaguaribe em Paris. Nos meus bate-papos com suas netas vieram comentários sobre as lembranças da avó Francelina que dizia ter adorado a estadia da família na cidade das luzes, principalmente pelos vestidos comprados. Em uma de minhas conversas com Helio, seu filho, que àquela altura não conseguia mais falar (nos comunicávamos através das anotações), as memórias da França pareceriam vívidas. Ele chegou a lembrar de que morou na capital francesa de 1 até os 7 anos, em um casa localizada na *Rue de la Cavalerie* e que Rondon continuava as suas explorações enquanto o seu pai se mantinha no escritório. Sobre sua mãe, recordou que era a grande responsável por sua educação e fazia questão que fosse alfabetizado em francês.

Acerca de documentos oficiais, localizei um telegrama que negava uma proposta de Jaguaribe em ter dois desenhistas auxiliares para o Serviço da Carta Geográfica junto dele na Europa⁹⁶.

Além disso, também tive o fundamental auxílio de Beatriz Jaguaribe no acesso às fontes escritas francesas. Devido a sua ajuda, além das cartas de Gamelin, pistas documentais comprovaram a estadia de Jaguaribe na França. No entanto, nada foi encontrado acerca dos seus trabalhos (com exceção da notícia de jornal abaixo) ou da rede de intelectuais com a qual se relacionava. Ainda assim, tornou-se membro da *Société de Géographie* em maio de 1930, último ano de sua estadia parisiense. Francisco Jaguaribe regressou ao Brasil quando a Revolução de 1930 dissolveu todos os trabalhos relacionados à Comissão Rondon.

⁹⁵ RONDON, Cândido. Arquivo do Museu do Índio- FUNAI, Microfilme 2B, fotograma 367.

⁹⁶ Arquivo do Museu do Índio- FUNAI, Microfilme 333, fotograma 17

LA MISSION RONDON



Studio Talbart-J. Utudjian.
Le Capitaine Jaguaribe de Mattos dans son cabinet de travail à Paris

Le gouvernement brésilien ayant résolu de faire exécuter une carte précise des relevés effectués au cours des différentes missions du général Rondon dans les régions inexplorées du Matto-Grosso et de l'Amazonas, a confié ce travail au service cartographique de l'Armée Française. C'est le capitaine Jaguaribe de Mattos, chef du service cartographique de la mission Rondon qui est chargé d'en diriger l'exécution.

Recorte de Jornal *Bresilienne, Politique et Littéraire*, publicado em francês por Brasileiros na França. Paris, de 11 de junho de 1926. *Bibliothèque Nationale de France*



Jaguaribe e família nas ruas de Paris
Fonte: Acervo Pessoal da família Jaguaribe

Para finalizar o item apresentado, gostaria de confessar que não esperava encontrar na trajetória do cartógrafo da Comissão Rondon um caminho para dar continuidade ao debate geopolítico brasileiro presente em minha pesquisa de mestrado. Contudo, as intenções, filiações e ações de Francisco Jaguaribe trouxeram à tona uma análise sobre um processo que ultrapassou a narrativa da vida de um indivíduo. A experiência que passei nessa investigação ratificou o argumento de Gilberto Velho:

“Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Sua pertinência e relevância serão definidas contextualmente” (Velho, 1994:46)

Em 1932, a Comissão da Carta Geral do Brasil foi anexada ao Serviço Geográfico Militar dando origem ao Serviço Geográfico do Exército que manteve suas influências e aparelhagem austro-germânicas, de acordo com o projeto de Alfredo Vidal. Vale lembrar que quando a fusão dos serviços foi realizada, Vidal não estava mais à frente do serviço e sim o seu auxiliar Alípio di Primo.

Como será apresentado no próximo item, o ano de 1932 foi conturbado para Jaguaribe e naquele momento o serviço praticamente inexistia, mas ainda assim, a Comissão Rondon manteve o seu acervo cartográfico independente do SGE, fator fundamental para que mais tarde, a produção da carta de Mato Grosso voltasse à ativa de forma autônoma.

2.3. Jaguaribe: inimigo da pátria?

A Revolução Constitucionalista⁹⁷ de 1932 é um marco na historiografia brasileira, principalmente paulista. Sendo assim, é importante informar que não faz parte do objetivo da pesquisa se aprofundar no assunto. Mas considero pertinente, situar sobre o acontecimento.

Em linhas gerais, a Revolução Constitucionalista de 1932 pode ser compreendida como um levante da elite paulista (oligarquias) ao governo de Getúlio Vargas que tinha por objetivo a ampliação do poder político nacional e a redução da autonomia dos estados. Dentre outras medidas, Vargas nomeou interventores para São Paulo que desagradavam paulistas.

Como já mencionado aqui, a vida não é linear e, felizmente, possui reviravoltas. Quem diria que Jaguaribe, o cartógrafo de gabinete, participaria ativamente (em campo!) da Revolta Constitucionalista, chegando a ponto de ser capa do jornal *O Radical*, em 30 de novembro de 1932, onde foi (literalmente) retratado como um inimigo da pátria?

Sei que posso parecer redundante ao falar sobre a ausência de documentação a fim de procurar respostas sobre os fatores que motivaram tal participação ou ainda acerca da aventura de Jaguaribe em seu apoio a São Paulo. Mas, a partir de algumas pistas, posso formular algumas hipóteses a esse respeito.

Como dito anteriormente, é importante lembrar que embora o estado de Mato Grosso ainda não fosse institucionalmente dividido, existia uma grande diferença entre a parte sul, mais rica e populosa, e a norte do estado. O sul de Mato Grosso foi o único “estado” a apoiar São Paulo. Como foi mencionado, com a ascensão de Vargas em 1930, a Comissão Rondon foi diluída e, além disso, é muito provável que Rondon tivesse ligações políticas importantes na localidade em questão.

Na ocasião da Revolução Paulista, Rondon tinha 67 anos, fator que o impossibilitava de participar diretamente ou fisicamente. No entanto, considero mais importante o seguinte ponto: dificilmente se declarava partidário em alguma questão, essa era a política de Rondon. Mas, como será visto a seguir, não apenas Jaguaribe, como outros integrantes da comissão participaram do levante.

⁹⁷ Para saber mais sobre a Revolução Constitucionalista: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932> acessado em 25 de fevereiro de 2020.

No comunicado de desligamento de Francisco Jaguaribe escrito por Rondon é nítido o quanto Rondon apoia a Revolução:

“Ao desligar o Tenente Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, o faço com motivado pesar. O lugar que deixa no serviço de sua especialidade, por tantos anos exercidos com rara competência técnica, na extinta comissão telegráfica e ora prestado a esta inspeção, dificilmente poderá ser preenchido. No longo período do seu exercício como chefe do serviço cartográfico daquela extinta comissão, deu exuberantes provas de capacidade profissional, de fecunda atividade, dirigindo pessoalmente a confecção dos múltiplos trabalhos na seção de desenho daquela comissão e especialmente a construção da carta de Mato Grosso, em diferentes escalas... Ao efetivar o seu desligamento tenho o prazer de elogiá-lo pela inteligência, capacidade técnica atividade e correção militar com que brilhantemente desempenhou suas funções, conduzindo sempre pelo impulso de apreciáveis qualidades morais, que o enobrecem como soldado e como cidadão, - Agradecendo a inestimável colaboração prestada à minha administração durante todo o tempo em que serviu ao meu lado, tenho como certo que no posto de comando que lhe é confiado, desempenhará a elevada função com mesmo brilho e firmeza a que a sua inteligência e nobreza de caráter tantas vezes deram ensejo em outras ocasiões”⁹⁸

Em 24 de maio, dia seguinte da morte de quatro jovens paulistas por tropas Getulistas, Jaguaribe se afastou das autoridades administrativas, se apresentou ao Departamento de Guerra e Comando da Região Militar e seguiu para o seu posto de comando em Mato Grosso. Ele levara consigo a carta de Mato Grosso e seus estudos de terreno⁹⁹.

Bertoldo Klinger (1884-1969) um dos jovens turcos fundadores da revista *A Defesa Nacional*, àquela altura era comandante da região militar de Mato Grosso e um apoiador da causa paulista. Entretanto, no início de julho de 1932, o General Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso foi nomeado por Getúlio Vargas como Ministro da Guerra. Insatisfeito, Klinger escreve uma carta malcriada para o novo ministro e é punido ao ser colocado na reserva.¹⁰⁰ Sobre o ocorrido, Jaguaribe enviou um telegrama para Bertoldo Klinger no fatídico dia 09 de julho de 1932:

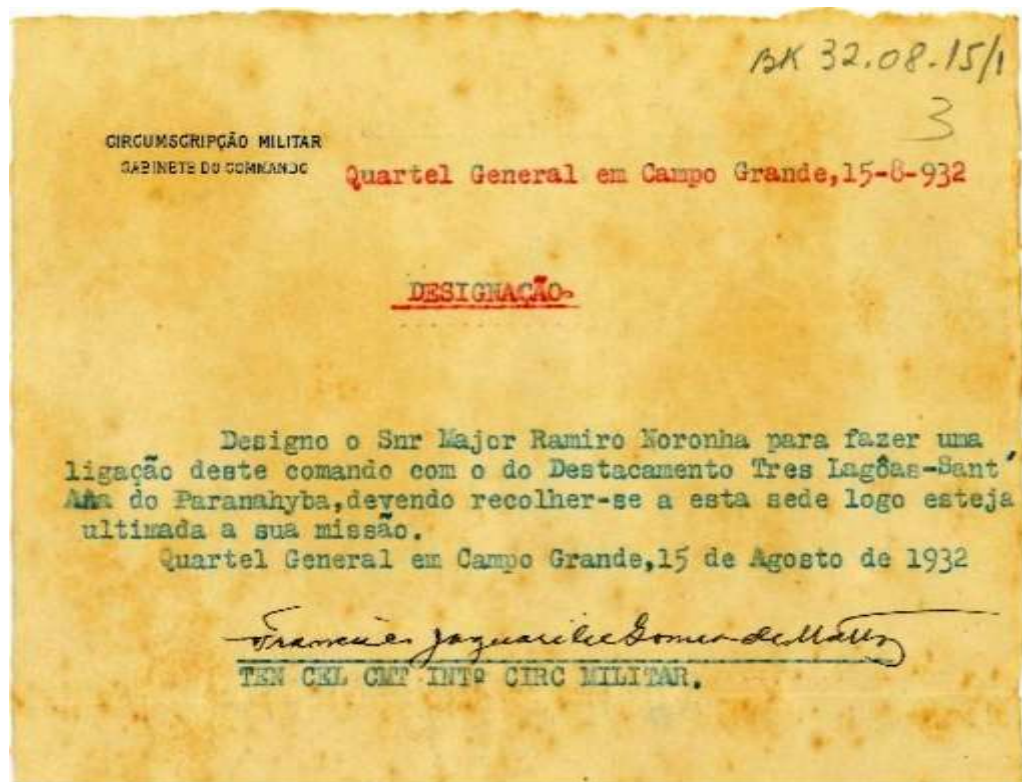
⁹⁸ RONDON, Candido Mariano. 23 de maio de 1932, Ministério da Guerra- Inspeção de Fronteiras. Arquivo Histórico do Exército

⁹⁹ Cidadão Paulistano p.7

¹⁰⁰ Dia 9 de julho de 1932 - deflagrada a Revolução Constitucionalista: <https://www.bn.gov.br/en/node/589>. Acessado em: 15 de fevereiro de 2020.

“General Klinger,
Lamentando triste incidente formulo votos efusivos de breve retorno. Estar na ativa ao seu lado ainda é mais prestigioso. Aproveito para agradecer as atenções e gentilezas, chefe e amigo.”¹⁰¹

Logo em seguida, aquela região passou a ser conhecida como estado de Maracajú, tendo por capital a cidade de Campo Grande. No próprio mês de julho, Jaguaribe assumiu a função de comandante daquela região militar, sendo substituído por Nicolau Horta Barbosa em setembro. Como já referida, a presença de integrantes da Comissão Rondon é comprovada. Tanto Horta Barbosa, quanto Ramiro Noronha (que aparece na designação a seguir) foram chefes de expedições aos rios mato-grossenses.



Telegrama de Jaguaribe quando se encontrava em campo devido à Revolução Constitucionalista de 1932. Fonte: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) Localização: CBK ger 1932.08.015-1

Com a derrota de São Paulo, os principais nomes envolvidos na Revolução Constitucionalista foram exilados, tal foi o caso de Jaguaribe.

¹⁰¹ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) Localização: CBK ger 1932.07.09

O "Raul Soares", para bem de todos e felicidade geral da Nação, levanta ferros conduzindo os inimigos da Patria

RIO DE JANEIRO QUARTA-FEIRA
30 DE NOVEMBRO DE 1932

O RADICAL

A VOZ DA REVOLUÇÃO

Anno I — Numero 175 :: Direcção - Administração :
Venda avulsa 100 rs. :: TRINDADE CRUZ :: REDACÇÃO
AVENIDA RIO BRANCO, 111
— 2.ª an.067 —

Bons ventos os levem.

A bordo do "Raul Soares" seguem varios deportados. A hora do embarque



OFFICIAES DO EXERCITO — CORONEL ORCAR SATURNINO DE PAIVA, TENENTE-CORONEL ADOLPHO DA CUNHA LEAL, TENENTE - CEL. FRANCISCO JAGUARIBE GOMES DE MATTOS, MAJOR HENRIQUE QUINTILIA NO DE CASTRO E SILVA, MAJOR JOAO CARLOS DOS REIS JUNIOR, MAJOR LUIZ SILVESTRÉ GOMES COELHO, CAPITÃO ARCHIMÍNIO PEREIRA, CAPITÃO SEVERINO JOSE DA COSTA JUNIOR, CIVIS : DR. ATALIBA LEONEL, DR. HAROLDO PACHECO E SILVA, SR. ISMAEL RIBEIRO, SR. JANUÁRIO FIORI

Fonte: O Radical, 30 de novembro de 1932.

Mais tarde, a participação de Jaguaribe na Revolução de 1932 lhe rendeu o título de Cidadão Paulistano no ano de 1966. Na ocasião lembrou:

“Foi São Paulo que penetrou e avançou sobre Mato Grosso. Quando, na Revolução de 32, tive que congregar as massas para essa função de combatentes, alistamos todos em torno de São Paulo e demonstrávamos que tudo que estava lá era civilização brasileira. Recordei os grandes bandeirantes , grandes paulistas de antanho, como Francisco José Xavier de Almeida , paulista membro da Comissão de Limites, em 1877, que durante 10 anos percorreu todo o estado, entrando pelo norte, subindo pelo Madeira e pelo

Guaporé e saindo pelo Amazonas, chegando a Portugal depois de 10 anos de viagens ininterruptas pelo interior do Brasil [...]”¹⁰²

¹⁰² “Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos”. In Processo nº 1939 de 1963. Projeto de resolução n.º46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras providências [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo,[1963]. Para acessar: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1963/00/00/0D/BH/00000DBHS.PDF>> [20 de Junho de 2015].

Capítulo 3 – O Oeste Promissor, seu reconhecimento e sua representação cartográfica

“O que era sonho vira terra
Quem vai ser o primeiro a me responder?”
Milton Nascimento e Fernando Brant

Introdução

Diante das diferentes circunstâncias iniciais, em 1937 ocorreu o retorno do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, no entanto, os trabalhos só foram realmente efetivado no início da década de 1940. O cenário nacional era complexo: o Brasil vivia sob o regime do Estado Novo (1937-1945), um governo que tinha como principal característica a tentativa de realizar uma política centralizadora sob o comando do então presidente Getúlio Vargas, que vivia uma relação conturbada com Rondon desde o início da década de 1930. Ademais, o reinício contou com diversos fatores favoráveis à confecção do mapa, tais quais: a Marcha para o Oeste que, dentre outros aspectos, apostava em uma tentativa de ressignificação de Mato Grosso, a relativa valorização do índio por parte do governo federal, daí a (re) valorização de Rondon e a criação do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, que contava com o mesmo como presidente, e a consolidação do campo geográfico no Brasil. Diante de tais fatores e outros tantos que serão apontados nesse capítulo, ocorreu, finalmente, a conclusão da Carta de Mato Grosso no ano de 1952.

No período em questão a obsessão pelo progresso se manteve (e talvez se mantenha até os dias atuais). Ainda assim, cabe lembrar que existem distintas perspectivas e definições da palavra¹⁰³ ou conceito. Nas investigações que realizei o

¹⁰³ Segundo o dicionário Michaelis:

progresso

pro·gres·so

sm

1. Ato de progredir; progredimento, progressão.

2. Marcha para diante.

3. Ascensão profissional: Meu sobrinho tem feito muito progresso na empresa em que trabalha.

4. Avanço de um processo.

5. Desenvolvimento considerável na tecnologia e em outras áreas que representem melhor qualidade de vida: “Forasteiros também muito faziam pelo progresso social e cultural da cidade: magistrados, promotores públicos, funcionários do governo estadual e federal, caixeiros-viajantes...” (EV).

6. Expansão favorável de uma área por meio de instalação de indústrias: A vinda de algumas indústrias para a região trouxe muito progresso, mas trará, também, muita poluição se o governo não agir com rigor.

7. Processo evolutivo da civilização.

sentido de progresso relacionado a Mato Grosso quase sempre apareceu como o contrário de “atraso”, algo relacionado à necessidade de construção, a ideia de um lugar que não está pronto.

Sob as circunstâncias do programa da Marcha para o Oeste, o tópico progresso em Mato Grosso é quase onipresente. Dificilmente se encontra em alguma documentação ou bibliografia relacionado ao tema, os termos “Mato Grosso”, “Marcha para o Oeste” e “progresso” sem estarem relacionados. Em sua dissertação de mestrado, Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira afirma que o tal progresso seria determinado pela grandeza e riqueza, em contrapartida, quando há a necessidade do progresso se aponta para um Oeste que não é moderno. Por isso, a Marcha para o Oeste produziu um sentido de não civilizado e de um processo civilizatório. (Oliveira, 2007:7). Logo, mais uma vez, surgiu uma “oportunidade” para os mato-grossenses buscarem uma retórica de não silvícolas mediante ao Brasil, desta vez com o apoio do governo federal.

Ainda sobre progresso, Jaguaribe escreveu um artigo para o Boletim Geográfico, destinado ao Dr. Hélio de Palma Arruda, que naquela ocasião estava prestes a assumir a prefeitura de Cuiabá. O objetivo do texto foi sugerir algumas ideias para estimular o progresso do município. Segundo o autor, *a mais central das capitais departamentais de toda a América do Sul, não se apresentava com características que lhe previam uma bela evolução* (Jaguaribe, 1958:652). Partindo dessa premissa, Jaguaribe elencou medidas que trariam o avanço para a região, começando por providências a fim de tornar os rios navegáveis, fator que contribuiria para que Cuiabá se tornasse uma cidade central na logística sul-americana. Para além das questões logísticas, o cartógrafo propõe uma revisão e sistematização do cadastro municipal a fim do levantamento de construções, ruas e a configuração dos terrenos a fim de facilitar as desapropriações que, segundo Jaguaribe, seriam indispensáveis no caso do alargamento de ruas. No entanto, não é mencionado o que seria feito das pessoas que residiam nos locais a serem desapropriados. Aliás, embora o artigo, como sugere o seu título, tenha como foco a urbanização da cidade, em nenhum momento o povo cuiabano é mencionado. As sugestões são a criação de um jardim botânico especializado na flora mato-grossense, um Museu de História Natural, Arqueologia e da História Geral de Mato Grosso e a de um jardim zoológico, além da arborização artística das principais ruas praças e jardins.

8. Evolução de algo desagradável.

Fonte: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/progresso/>

Consultado em: 20 de dezembro 2018.

Segundo o autor, o orçamento para as transformações deveriam ser oriundas do próprio município, do estado, pois o desenvolvimento de Cuiabá seria benéfico para Mato Grosso como um todo, e do governo federal pelo interesse em relação às bacias hidrográficas. Ele encerra o seu artigo com uma lista minuciosa de árvores a serem plantadas, o seu tipo de flor e quando florescem de modo a terem uma cidade florida durante todo o ano. Portanto, para Jaguaribe o embelezamento da cidade, assim como a fundação de instituições científicas e uma logística que fizessem de Cuiabá o “coração” do Brasil fariam a cidade progredir. Embora, o artigo tenha como foco os elementos para uma boa urbanização do município em questão, como intelectual atuante, me causou certo impacto a construção de escolas e faculdades serem negligenciadas nas propostas para o progresso de Mato Grosso.

Isto posto, ao me deparar com esse artigo, um raro achado, como já mencionei sobre a ausência de documentos escritos pelo próprio personagem, também encarei como uma ocasião oportuna de me fazer a pergunta de Philippe Lejeune: o autor não seria ele próprio um texto? (Lejeune, 2008:77) Depois de algum tempo rastreando os passos do personagem pude percebê-lo em seu artigo. Suas sugestões aparecem como um reflexo de seus interesses pessoais. A questão mais abordada, por exemplo, que abrange a hidrografia cuiabana é um reflexo de um interesse que Jaguaribe nutriu em toda a sua trajetória. Além do seu estudo sobre as bacias hidrográficas da América do Sul e do seu Plano de Viação Fluvial, elaborados nas décadas de 1930 e 1940 respectivamente, a serem vistos no próximo capítulo, o cartógrafo participou do Primeiro Congresso de História Nacional, ocorrido em 1914, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde apresentou o trabalho História do Rio Paraguai¹⁰⁴. Sendo assim, a afeição por estudos de rios é uma característica que o acompanhou desde muito cedo. Uma grande parte das sugestões também é dedicada à fauna e flora. O que me fez recordar o seguinte fato: todas as pessoas as quais conversei que conviveram com Jaguaribe exaltaram o amor que ele sentia por plantas e animais. Como já mencionado aqui, era vegetariano em função da sua paixão pelos bichos e, ainda, a sua casa na Gávea era vista como uma “floresta” para os netos.

Contudo, tenho em mente que o destaque do capítulo se dá pelo fato de termos poucas ocorrências de trabalhos que relacionem a Comissão Rondon e/ou seus desdobramentos em diferentes circunstâncias da Primeira República. O principal

¹⁰⁴ Fonte: *Jornal do Comércio*, 07 de julho de 1914.

destaque do capítulo, de forma geral, é pensar que pouco se associa a obra rondoniana a diferentes cenários que não o da Primeira República. Existem poucas ocorrências de investigações relacionadas as realizações relacionadas a Rondon nesse período. A maioria dos trabalhos relativos à comissão se debruça na República Velha, não à toa, pois como já colocado em capítulo anterior, a Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, empreitada mais popular associada a Rondon ocorreu entre 1907 e 1915. Pouco se relaciona os trabalhos rondonianos com a Marcha para o Oeste ou a criação do Parque Indígena do Xingu, sendo o último legitimado pelo senso comum como uma obra dos irmãos Villas-Boas¹⁰⁵ diretamente ligados à Fundação Brasil Central, mesmo que no período de concepção e concretização da ideia, o Conselho Nacional de Proteção ao Índio (CNPI) contasse com Rondon como presidente e Jaguaribe como o seu braço direito.

Diante desse contexto, o objetivo desse capítulo é realizar a interseção entre as ações cartográficas conduzidas por Jaguaribe e um complexo cenário regional e nacional ocorridos entre 1937, ano de (re) ingresso de Jaguaribe aos trabalhos relativos à produção do mapa, até 1952, quando, finalmente teremos a publicação da Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas.

Por último, devo o nome desse capítulo ao título de uma matéria do periódico “O Estado de Mato Grosso” do dia 27/08/1939, escrita por Candido Duarte acerca da Marcha para o Oeste. Considerarei oportuno, pois, além do capítulo apresentar uma nova condição mato-grossense diante do cenário estado-novista, a carta de Mato Grosso durante toda a sua trajetória também me parece um mapa de aspirações e promessas.

3.1. Em Marcha para o Oeste: a reinvenção de Rondon e Jaguaribe

Sim, o Estado Novo assumiu uma política centralizadora e autoritária. Mas é importante esclarecer que não pretendo analisar o regime em sua totalidade e sim, apontar as políticas do período como modo de compreensão das ações relacionadas a Mato Grosso e seu território. A constituição de 1937 ocasionou uma forte centralização

¹⁰⁵ Ainda assim, destaco os seguintes trabalhos que associam a importância de Rondon na criação do Parque Indígena: RIBEIRO, Darcy. Cândido Mariano da Silva Rondon. São Paulo: Global, 2017.

MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Indigenismo e Antropologia: O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

do poder estatal operada em circunstâncias federativas. Buscando simbolizar a totalidade da nação, o estado centralizador visou o desmonte do regionalismo federativo embora na prática tivesse que conviver com o poderio das oligarquias rurais. A cerimônia da queima das bandeiras dos estados em 27 de novembro de 1937 simbolizou, cenograficamente, o novo ideário nacional baseada no líder incontestado e na concentração do poder (Carneiro, 1999:330). A ênfase na única bandeira nacional buscava a centralidade de um território com dimensões continentais.

Temendo a ameaça separatista, ao mesmo tempo em que se beneficiava da mesma para justificar exercer um poder irrestrito, o regime estado-novista investiu na integração do território visando também a ideia de unidade territorial no Brasil e, ainda, respeitando as especificidades econômicas e geográficas de cada lugar (Diniz Filho, 1999:134). Tido como região afastada e despovoada, era de suma importância promover o povoamento das terras do Oeste brasileiro. Uma vez que o local se apresentava como depósito de espaços vazios, seria interessante transformá-lo em uma região que promovesse o desenvolvimento econômico e a incorporação daquele território ao governo central.

É necessário lembrar que o Brasil se apresentava como um grande mosaico, com diferentes culturas sem conexão entre brasileiros de diferentes partes do país. A ideologia de nação era inexistente, tampouco o sentimento de pertencimento. Portanto, para Vargas, não se tratava “apenas” de incorporar parte do território, mas também cabia a ele conceber a ideia de Brasil como uma unidade. Por isso, no Estado Novo foi criada a mitologia que valorizaria o sertão, deixando de simbolizar o incivilizado, passando a ser visto como real origem da brasilidade (Souza, 1997).

Nesse sentido, Vargas criou políticas de integração territorial embaladas na ideologia do unir nação e território. Dentre os programas criados, a Marcha para o Oeste é o que possui relações diretas com a Carta de Mato Grosso.

A Marcha para o Oeste foi lançada em 1938, tendo como principal objetivo a integração nacional a fim de consolidar um país politicamente centralizado. Para isso, seria necessária a colonização de terras do território que conhecemos hoje por Centro-Oeste até o Amazonas. Sendo assim, a Marcha para o Oeste pode ser entendida como uma reunião de importantes interesses do Estado Novo: centralização do poder, sentimento nacionalista e povoamento territorial.

O programa contou com o apoio da imprensa e obteve grande repercussão graças à máquina publicitária do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão

responsável pela comunicação no governo Vargas, que transformou o Oeste em um novo eldorado (Velloso, 1982). No caso de Mato Grosso, o periódico “O Estado de Mato Grosso”, embora só tenha passado a circular em 27 de agosto de 1939, foi o jornal local a apresentar mais matérias sobre a marcha. Nesse período, o jornal recebia grandes incentivos por parte do presidente Getúlio Vargas. Com base nisso, as matérias enfatizavam a necessidade de desenvolvimento para o país e propunham esse avanço com a investida para o sertão. (Oliveira, 2007:44)

Aos olhos da elite mato-grossense, a Marcha para o Oeste se mostrou como a situação ideal para convencer o Brasil de que o estado não era sinônimo de atraso ou um mero sertão povoado de “silvícolas”. Desde o bicentenário de Cuiabá, como foi visto no segundo capítulo, medidas foram tomadas para que MT não fosse sinônimo de “atraso”. Como já mencionado, a busca de uma identidade que remetesse ao progresso era uma constante.

Nesse contexto, os intelectuais de Mato Grosso obtiveram apoio material e intelectual para construir o imaginário do estado como fronteira do progresso. Afinando coincidências de interesses e atuando como porta-vozes dos anseios das elites locais, reconheceram os “excelentes propósitos” do governo e fizeram questão de legitimá-los (Velloso, 1982:93). Maurílio Dantielly Calonga enfatiza o quanto os intelectuais mato-grossenses estavam empenhados em alavancar e promover o estado:

“As atenções estavam voltadas para a elaboração e consolidação da memória local, na qual se buscava construir uma identidade regional que rompesse definitivamente com a visão “atrasada” e “bárbara” dada a região desde o século XVIII. Combater essas imagens e aspirar ao progresso do Estado, através de seu pertencimento à nação brasileira, constituíam-se como as principais funções da elite intelectual mato-grossense, em especial os intelectuais ligados ao Instituto Histórico de Mato Grosso e ao Centro Mato-Grossense de Letras... Nesse sentido, a integração de Mato Grosso ao Estado Nacional, por meio da Marcha para o Oeste, representava a concretização desses esforços.” (Calonga, 2014:3)

Uma das questões mais fortes que vieram à tona com a Marcha para o Oeste foi uma espécie de novo bandeirantismo. Como bem apontou Antonio Carlos Robert de Moraes, o programa nos persuadia com a ideia de segunda conquista do território brasileiro induzindo a uma onda expansionista (Moraes, 2005:97). Ainda sobre a marcha:

“Os discursos sobre a marcha evidenciavam a imagem da nação em movimento, e os projetos de ocupação e descolamento caracterizavam a representação social do território nacional como espaço de conquista, expansão e integração. Esses discursos estimulavam a sensação de

pertencimento ao desenhar a nação como um corpo em movimento, no qual todos eram participantes.” (Dutra e Silva, 2017:66)

Sobre a ideia de novo bandeirantismo, um marco para o tema foi a obra do intelectual *Cassiano Ricardo: Marcha para Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil*. O livro, além de ratificar tal relação e ter a bandeira como ferramenta de nacionalização do território, em seu vigésimo quinto capítulo já consagra Rondon como bandeirante do século XX e aclama os trabalhos da Comissão Rondon de 1890 até 1930 em Mato Grosso como *bandeiras militares* (Ricardo, 1970:596).

A associação da marcha a um novo bandeirantismo foi fundamental para o projeto do mapa de Mato Grosso revigorar. Com esse cenário, Rondon voltou a estampar os jornais como uma espécie de vanguarda do bandeirantismo no século XX. Na ocasião, com a fama de “pioneiro” do Oeste, o sertanista recuperou o prestígio e passou a usá-lo a fim de angariar financiamento para seus projetos. Se no início da década de 1930, Vargas ignorou Rondon, sua fama e seus feitos nos sertões do Noroeste do Brasil, com o advento da Marcha para o Oeste a sua figura foi crucial para a ilustrar a ideologia do “novo bandeirantismo”. Bustos de Rondon foram erguidos, manchetes de jornais o tinham como um herói nacional, principalmente, no periódico *O Estado de Mato Grosso*, como podemos conferir nas reportagens ilustradas abaixo. Dessa forma, ocorreu a incorporação da imagem de Rondon ao movimento da Marcha para o Oeste. A essa altura, desavenças políticas, como foi o caso da Revolução Constitucionalista, não significam um problema. Apesar disso, é importante pensar nas circunstâncias: naquele momento, toda a história de Rondon era favorável às aspirações de Vargas para o Oeste brasileiro.

O ESTADO DE MATO GROSSO

ANO II

Cuiabá, 12 de Setembro de 1940

NÚMERO 296

“RUMO AO OESTE”

O General Rondon e a sua expressiva conferência sobre palpitante tema

RIO, 8 (O ESTADO — Por via aérea) — Atendendo a um convite do Departamento de Imprensa e Propaganda para ocupar a tribuna do Palácio Tiradentes, o ilustre General Cândido Mariano Rondon proferiu terça-feira, dia 3, a sua anunciada conferência sobre o tema: “Rumo a Oeste”.

A presidência da mesa foi ocupada pelo Ministro Fernando Costa, dela tendo feito parte ainda os Srs. Cel. Pio Borges, Secretário de Educação e Cultura da Municipalidade, Major Afonso de Carvalho, representante do Ministro da Guerra, representantes do Prefeito Dodsworth e do Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O General Rondon iniciou a sua conferência com a declaração da poesia do arcebispo de Cuiabá, D. Aquino Corrêa: “Marcha para o Oeste”, dedicada ao Presidente Getúlio Vargas. Agradece em seguida, ao chefe da nação, as manifestações de simpatia tributadas à raça indígena pelo governo brasileiro. Traça, então, um amplo e movimentado quadro da epopeia das bandeiras. O magno problema das comunicações ocupa a seguir a atenção do General Rondon, que se detém em analisar os projetos de ligações concebidos nos últimos tempos da monarquia e da República até ao advento do Estado Novo. História o desenvolvimento dos trabalhos dos engenheiros militares encarregados da construção das linhas telegráficas que ligaram o Rio de Janeiro a Goiás, Mato Grosso e Amazonas. Lembra o que foi a gigantesca e penosa tarefa dessa comissão que, de 1907 a 1917, perambulou as infindas regiões do Oeste e do Noroeste, atravessando inmensuráveis territórios, onde defrontaram mais de 60 tribus afim de levar as linhas telegráficas às regiões extremas daquela parte do Brasil. O general Rondon, focalizando o espírito de brasilidade que se encerra na Marcha para o Oeste indicada pelo Presidente Getúlio Vargas, tece considerações sobre o que isso representará para o futuro do país. Referindo-se à recente viagem do presidente da República a Goiás, faz interessantes revelações sobre a vida e os costumes dos índios javasés e carajás.

Lembra a tragédia do Cel. Fawcett, perdido nos sertões de Mato Grosso. Dá informações a respeito de dois netos desse explorador inglês, um dos quais sobrevive. É filho de uma índia Fucurú, habitante do vale do Xingú. A parte final da conferência do general Rondon é dedicada

ao papel que o índio representou na formação da nacionalidade, desde o Descobrimento até aos nossos dias.

Ao terminar, o general Rondon foi vibrantemente aplaudido pela numerosa assistência que encheu completamente o recinto do Palácio Tiradentes. Ao abrir a sessão e após a conferência do general Rondon, o ministro Fernando Costa dirigiu entusiásticas palavras de saudação e agradecimento ao ilustre orador que desse modo vinha — disse o titular da Agricultura, — emprestar a sua inestimável colaboração à obra iniciada pelo presidente Getúlio Vargas, no sentido de empreender para a civilização e o progresso a conquista do Oeste.

O ESTADO DE MATO GROSSO

DIREÇÃO DE ARCHIMEDES LIMA

ANO I

Cuiabá, Quarta-feira, 20 de Março de 1940

NÚMERO 162

BANDEIRANTE DO SÉCULO XX

A v da gloriosa do general Rondon será conhecida pela juventude brasileira

Uma grande iniciativa cívica e cultural

Sob estes títulos e subtítulos, publica "O Globo", em sua edição de 11 de Março:

"Agora que se fala na Marcha para o Oeste como um dos imperativos da nacionalidade e se tenta ressuscitar o ímpeto heroico dos bandeirantes dos primeiros séculos, a figura do general Candido Rondon se apresenta como um exemplo e um marco.

O bravo oficial que, seguindo os roteiros de Borba Gato e Fernão Dias, varou os sertões remotos e desconhecidos, realizou uma façanha do mais alto patriotismo. Os confins de Mato Grosso e do Acre eram brasileiros apenas no mapa, constituíam um Brasil apenas geográfico, onde nada mostrava a presença da nossa soberania e da nossa civilização nos ermos e nas matas cheias de índios e de feras.

Rondon estendeu pelos pantanais e pelas varzeas o sistema nervoso dos fios de telegrafo, primeiro sinal da civilização. Retificou a geografia, concertando em pleno sertão com uma pertinácia admirável os erros dos cartógrafos de gabinete, emendando cursos e nascentes de rios, altura e posição de serras. E, principalmente, trouxe para a civilização milhares de brasileiros, que viviam como bichos, dentro do mato, pondo-os em contacto com a civilização e com os seus benefícios. E o seu maior título de gloria é a bondade com que sempre tratou os pobres selvagens, não consentindo, dentro da melhor tradição cristã da familia brasileira, que se empregasse a menor violência contra os habitantes das brenhas.

É essa vida gloriosa, que ocupará para sempre um lugar de honra nas paginas da nossa historia, essa vida que é um exemplo de patriotismo e nos aponta a todos nós o caminho, que "O Globo Juvenil", fiel ao seu programa educativo, cumprido desde o seu primeiro numero, vai começar a contar desde o dia 23 do corrente aos seus inumeros leitores.

Essa iniciativa da revista da juventude brasileira, além de contribuição à campanha cívica da "Marcha para o Oeste", pretende ser uma homenagem ao glorioso Exército Nacional, que com tanta dedicação tem servido a Patria na guerra e na paz, como o demonstra, entre tantos outros exemplos, a vida fecunda e heroica do general Rondon.

O encargo da narrativa, colhida dos proprios labios do general Rondon, coube ao brilhante escritor e jornalista Bandeira Duarte, que será um colaborador à altura da obra gigantesca do grande bandeirante do século XX."

Matérias de jornais resgatavam a figura de Rondon como bandeirante diante das circunstâncias da Marcha para o Oeste.

Fonte: O Estado de Mato Grosso

A partir do Estado Novo ou durante a segunda parte da saga de produção do mapa é muito nítido perceber um deslocamento na posição de Jaguaribe: o grau de importância do personagem no âmbito das atividades lideradas por Rondon foi bem maior. Ademais, em outros núcleos, o crescimento do cartógrafo também é perceptível:

passou a representar o exército em congressos de Geografia, assumiu maiores cargos em associações geográficas e direcionou expedições (ainda que de seu escritório) geográficas para a Carta de Mato Grosso. Para tanto, não se pode naturalizar tal ascensão como um processo exclusivamente individual e se faz necessária uma análise do campo em que atuava.

A questão aqui é observar além da especificidade do indivíduo. Há, claramente, um jogo de interesses onde o personagem ocupa uma posição em determinado momento. Isso significa ratificar a visão de Bordieu:

“... não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado-pelo menos em certo número de estados pertinentes- ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.” (Bordieu, 2006:190)

Como já mencionado, em minha pesquisa de mestrado, fiz a análise de uma comissão cartográfica militar republicana que tinha como objetivo preparar uma carta geral para o Brasil. Nessa investigação, uma das coisas que vieram à tona foi a descentralização da cartografia no período republicano: os próprios militares se encontravam dispersos, diferentes agências cartográficas atuavam concomitantemente com direcionamentos distintos: a Comissão da Carta Geral do Brasil, o Serviço Geográfico Militar e o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso. Apenas em 1932, o exército unificou as duas primeiras instituições formando o Serviço Geográfico do Exército. É importante lembrar que nesse período o SCCMT tinha sofrido uma interrupção como foi visto. Além disso, também existiam instituições civis que exerciam tarefas cartográficas. O maior exemplo, sem dúvidas, é o Clube de Engenharia que elaborou a Carta do Brasil ao Milionésimo, como vimos no capítulo anterior. O objetivo aqui de voltar à Primeira República é situar a miscelânea cartográfica em que o Brasil se encontrava.

A partir da década de 1930, ocorreu uma virada no campo da Geografia que devo atribuir a dois grandes fatores: como disciplina acadêmica por meio dos cursos na Universidade de São Paulo e Universidade do Distrito Federal (Aranha, 2014) e a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que também pode ser percebido como uma instituição fortalecedora do Estado Nacional (Penha, 1993).

Na década de 1930, a Geopolítica se consolidou como prática estatal. O IBGE foi altamente importante ao se pensar em políticas públicas, pois o referido instituto através de seu recenseamento fornecia dados estatísticos acerca da população a fim de que medidas pudessem ser tomadas baseadas em seus estudos. (Gomes, 2013:43). Outro órgão importante foi o Conselho Nacional de Geografia, criado em 1937, com a presença de fortes setores militares em sua formação. Segundo Maia, geógrafos e professores de geografia logravam obter boas posições nessas redes, na avalanche geográfica que se instaurou no país, circulando entre agências e realizando demandas entre Estado e Sociedade. (Maia, 2012:41)

Desde a Primeira República, Jaguaribe participou ativamente de associações e congressos de geografia, sendo assim, a partir do Estado Novo, quando o campo geográfico se tornou mais sólido, Jaguaribe foi apontado nos jornais como um dos intelectuais que mais sabiam sobre geografia no Brasil.

Um exemplo de seu prestígio está registrado em um relatório elaborado em nome de uma equipe da então Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro sobre a Exposição Retrospectiva das Realizações do Exército no decênio 1930-1940¹⁰⁶, que teve sua inauguração em 10 de novembro de 1910.

A iniciativa de realizar uma exposição sobre os feitos militares dos últimos dez anos foi do então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra. A exposição possuía stands sobre diferentes assuntos militares, mas a equipe em questão se debruçou sobre dois em especial: no stand do Serviço Geográfico e Histórico do Exército, sob a direção de José Antônio Coelho Neto (1881-1963)¹⁰⁷ e no da Antiga Comissão Rondon (a efetivação institucional do SCCMT só ocorreria em 1941), sob a direção de Francisco Jaguaribe de Mattos diretamente relacionados à Geografia. Segundo as palavras do relatório:

“A antiga e prestigiosa Comissão Rondon, sob a direção de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, ocupando um salão ornado, lembrou ao público os frutos dos trabalhos efetuados no decorrer de sua existência benéfica e apresentou de maneira atraente, parte dos trabalhos confeccionados no último decênio, destacando os serviços cartográficos, astronômicos, históricos, etnológicos, fotográficos e cinematográficos.”¹⁰⁸

¹⁰⁶ OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio dos Santos. *A Comissão Rondon na Exposição Retrospectiva do Exército* (transcrito da *Revista da Sociedade Geografia do Rio de Janeiro* - tomo XLVII- 1940) Departamento de Imprensa nacional, Rio de Janeiro, 1951.

¹⁰⁷ José Antônio Coelho Neto foi um militar, nascido no Rio Grande do Sul que conquistou em sua carreira dentre outras atribuições, nascido no Rio do Sul que participou como Chefe da Comissão da Carta Geral do Brasil (1907), Comissão de Limites Brasil-Uruguaí (1916), Serviço Geográfico Militar (1919)... Em 1940, Coelho Neto era diretor do Serviço Geográfico e Histórico do Exército.

¹⁰⁸ OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio dos Santos. *A Comissão Rondon na Exposição Retrospectiva do Exército* (transcrito da *Revista da Sociedade Geografia do Rio de Janeiro* - tomo XLVII- 1940) Departamento de Imprensa nacional, Rio de Janeiro, 1951.

O trecho acima me pareceu inusitado porque não podemos considerar que a década de 1930 tenha sido profícua no que tange a Comissão Rondon. Mas mesmo assim, o material foi bastante elogiado. Artefatos indígenas, fotografias, filmes e a exibição de cartas e croquis, tendo levantando uma avalanche de elogios para Jaguaribe, principalmente, pelas cartas geográficas elaboradas com harmonia e beleza de desenho. Além do material sobre a Comissão Rondon, o trabalho de Jaguaribe sobre as bacias hidrográficas sul-americanas o qual abordarei no próximo capítulo da tese, também foi exposto e muito bem recebido.



Jaguaribe apresentou os seus trabalhos no stand da “Antiga Comissão Rondon” na Exposição Retrospectiva do Exército.

Fonte: Relatório da Comissão Rondon na Exposição Retrospectiva do Exército- Arquivo do Museu do Índio.

Anteriormente, em 05 de setembro daquele mesmo ano, o jornal “Diário de Notícias” anunciou a partida de Jaguaribe rumo ao IX Congresso de Geografia em Florianópolis. O cartógrafo foi ao evento científico na incumbência de representar o Exército Nacional, o Conselho Nacional de Proteção ao Índio e a Sociedade de Geografia de Lisboa. Segundo o periódico, Jaguaribe apresentaria esclarecimentos acerca de projeções sobre o sertão, pacificação de índios e Inspeção de Fronteiras. Além disso, iria se pronunciar sobre as últimas notícias em relação à carta de Mato

Grosso, cuja conclusão era esperada para 1941, segundo o periódico¹⁰⁹. Como podemos perceber Jaguaribe estava com prestígio no âmbito da Geografia nacional. Também é importante notar que Rondon não estava presente. Como bem advertiu Larry Rother, embora a carreira do marechal tenha sido marcada pela busca incessante pelos holofotes e por reconhecimento, naqueles anos ele foi, embora ainda articulador, uma pessoa que agia mais nos bastidores. (Rother, 2018:440)

Durante a década de 1940, Jaguaribe foi uma constante companhia de Rondon em eventos. Não é difícil encontrarmos fotografias do período que comprovem o fato. Um exemplo disso foi a cerimônia de transladação dos restos mortais de João Barbosa de Faria, realizada no cemitério São Francisco Xavier, Rio de Janeiro em 20 de novembro de 1946.



Cerimônia de transladação dos restos mortais de João Barbosa de Faria
Fonte: Museu do Índio –FUNAI- BR MI SPI DA SE TR 10342-10361 / SPI1034

Até aqui, foram apresentadas algumas circunstâncias nacionais e, até mesmo profissionais, que se fizeram necessárias ao buscar o desenrolar dos fatos a fim do entendimento da saga de produção do mapa. Ainda assim, existe uma conjuntura internacional que não pode ser negligenciada: a Segunda Guerra Mundial. Como na primeira fase, quando o SCCMT foi institucionalizado, o mundo, novamente, passava por uma guerra. Em vista disso, quando em 1º de setembro 1939 a Segunda Guerra Mundial foi deflagrada, a urgência de conhecimento e controle territorial também se colocou como prioridade. Não à toa, o Ministério da Guerra tem papel fundamental no

¹⁰⁹ Diário de Notícias, 05 de setembro de 1941.

que tange a volta do SCCMT, ainda mais se tratando de um estado que fazia fronteira com outros dois países.

O programa de Marcha para o Oeste está diretamente associado como um dos principais gatilhos que impulsionou as ações naquela região, incluindo o SCCMT. Segundo Maia, o próprio nome significa uma grande expansão do poder central que poderia ser traduzido em diferentes programas e eventos (Maia, 2012:46). A partir da ideia de Maia, compreendo que o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso fez parte das ações do governo federal, futuramente com o apoio do estado de Mato Grosso, a fim de propagandear e exaltar a imagem da região tendo por finalidade o povoamento e a exploração.

Mesmo que à primeira vista, possa parecer que o primeiro item deste capítulo tenha por objetivo unicamente apresentar as circunstâncias em que o Brasil se encontrava no período em destaque, gostaria de frisar que tais condições precisam ser entendidas como estímulos à continuidade de produção da carta. A ideia aqui é pensar como a volta do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso atenderia a muitos interesses em diferentes âmbitos, por isso, tivemos o retorno dos trabalhos. Mesmo assim, os acontecimentos expostos aqui, não necessariamente, seguirão uma ordem cronológica.

3.2 O retorno do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso

“Esse trabalho - a Carta de Mato Grosso, Senhor Presidente, não é nada de excepcional, mas é um trabalho de excepcional paciência - isso eu reconheço”. Francisco Jaguaribe

Após anos de interrupção, no final da década de 1930, ocorreu o início da movimentação para que o retorno de produção Carta de Mato Grosso ocorresse. Desde o início do meu contato com o tema, os motivos que fizeram com que isso acontecesse me intrigavam. Em minhas reflexões, o “retorno” não fazia sentido, pois àquela altura Rondon era um senhor com os seus 74 anos, Jaguaribe tinha se afastado do país, a dissolução de tudo que teria a ver com Comissão Rondon e os dissabores aos quais mencionamos no início desta década entre Jaguaribe e Rondon com o então presidente Getúlio Vargas. Apesar de tantos motivos elencados, a razão que me parecia mais instigante era outra, me interessava entender o quadro a partir do quadro cartográfico ao qual o Brasil passava naquele momento: diferentemente do período republicano, onde várias instituições se dividiam na missão de mapear o território¹¹⁰ brasileiro, na transição da década de 1930 para 1940, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Serviço Geográfico e Histórico do Exército (SGHE) eram as agências responsáveis pela cartografia no Brasil. Por isso, nesse contexto centralizador, é difícil relacionar uma iniciativa de mapeamento que não estivesse ligada a tais instituições.

Apesar de, aparentemente, improvável, o retorno aconteceu. Bem como, em certa altura da pesquisa, me pareceu mais relevante procurar entender como e por quais razões ele ocorreu, do que buscar um sentido propriamente dito para a volta do Serviço. Mediante a isso, a ideia aqui é destrinchar cada fator que, ao contrário da minha perspectiva inicial, tornou possível e absolutamente plausível o retorno do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso.

¹¹⁰ BERNARDINO, Maria Gabriela de Almeida. Um mapa para a república: a comissão da carta geral do Brasil (1903-1932). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2013

“Com uma pequena ajuda de meus amigos”¹¹¹

“... a vida de Olga Benário Prestes, uma história que me fascina e atormenta desde que ouvia meu pai referir-se a Filinto Müller como o homem que tinha dado a Hitler de presente, a judia comunista, esposa de Luís Carlos Prestes, que estava grávida de sete meses.” (Morais, 1994, p.9)

É provável que depois da epígrafe de Fernando Moraes, esteja se perguntando: qual seria a relação entre Olga Benário (1908-1942)¹¹² e Francisco Jaguaribe?

Pois bem, o caso da detenção e deportação da alemã Olga, companheira de Luís Carlos Prestes (1898-1990)¹¹³, é bastante conhecido e ficou ainda mais popular depois que a biografia da militante comunista foi publicada e, posteriormente (2004), ganhou as telas de cinema¹¹⁴. Quando foi detida em 1935, o acontecimento teve repercussão internacional, assim como o senhor apontado pelo feito: o então chefe da polícia do Distrito Federal, Filinto Strubing Müller (1900-1973). Aqui é de suma importância lembrar que, embora seja conhecido por suas atitudes cruéis¹¹⁵, nessa situação em especial, Filinto era um subordinado de Vargas. Em um artigo sobre a memória do ex-presidente, os autores apontam que Filinto Müller, assim como o seu guarda-costas, Gregório Fortunato, são tidos como a face mais negativa e violenta do ex-presidente. (Pereira de Sá, Castro, Möller e Perez, 2008).

No entanto, para esse trecho da tese, a opção de começar apontando a ligação da figura de Müller com a de Olga Benário não tem a ver com o intuito da demonização de Filinto. O objetivo é que se tenha uma rápida associação de quem é o personagem em voga, por isso, optei por um caso bem popular em sua trajetória a fim de facilitar o entendimento ou, como se diria popularmente, “ligar o nome à pessoa”.

Ainda que esse acontecimento ao qual Filinto Müller foi um dos protagonistas em questão tenha tomado grande notoriedade, a razão pela qual ele aparece nessa pesquisa é outra. O que interessa aqui é o fato dele pertencer à família Müller, uma das

¹¹¹ Mesmo com as circunstâncias favoráveis no momento em que as atenções se voltavam para o Oeste, as relações pessoais que Rondon e Jaguaribe construíram foram primordiais para o retorno dos trabalhos de conclusão do mapa. O título é uma homenagem à canção dos Beatles (minha banda favorita) “With a little help from my friends” (Lennon/McCartney).

¹¹² Olga Benário foi uma militante comunista alemã que chegou ao Brasil em 1935 como companheira de Luís Carlos Prestes e foi morta em 1942 em um campo de concentração.

¹¹³ Luís Carlos Prestes foi um militante e líder do Partido Comunista brasileiro. Além disso, também atuou como político no Brasil.

¹¹⁴ MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹¹⁵ Para saber mais sobre Filinto Müller, ver: ROSE, Robert Sterling. *O Homem mais Perigoso do País. Biografia de Filinto Müller. O temido chefe da polícia da Ditadura Vargas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

mais influentes na história de Mato Grosso, principalmente, durante o tempo em que Filinto esteve ao lado de Vargas. Para a tese, além da apresentação do clã auxiliar na compreensão da história de MT e, até mesmo do Brasil, é primordial tomarmos conhecimento das relações que se formaram no âmbito regional/nacional e, também, de Rondon e Jaguaribe com tal oligarquia a fim de atender aos seus interesses.

Defendo que, durante o período do Estado Novo, a presença de Filinto Müller no Palácio do Catete pode ser compreendida como um elo entre Mato Grosso e o poder central, uma vez que a família Müller tinha forte influência em MT, como veremos a seguir. Tal fato também pode ser associado com a luta de Vargas contra as oligarquias locais, ainda que a sua estratégia tenha sido estabelecer uma ligação com uma delas.



Gustavo Capanema, Getúlio Vargas, Filinto Muller e outros, por ocasião da Parada da Mocidade e da Raça. Data: 04 de setembro de 1938. Fonte: CPDOC, Classificação: GC foto 141.

Ao andar por Mato Grosso é comum ver nomes dos membros da família em hospitais, praças, escolas e logradouros públicos. Ao embarcar em um desses carros que chamamos pelo aplicativo de nossos telefones celulares, o motorista logo percebeu que eu não era de Cuiabá e perguntou o que eu estava fazendo naquele lugar em que os termômetros marcavam 46 graus em pleno mês de agosto. Para encurtar a história, disse que pesquisava sobre o mapa do estado de MT e seu cartógrafo, precisava de algumas informações e que, possivelmente, poderia encontrá-las no Arquivo Público de Mato Grosso. Carlos, esse era o seu nome, me aconselhou procurar sobre a família Müller, independente do assunto que estivesse estudando sobre MT. À época, não pude fazê-lo,

pelo pouco tempo de minha estadia. O material pesquisado por lá, foi utilizado no capítulo 2. Mas não esqueci a recomendação e, de fato, Carlos tinha razão. Existiu sim uma relação entre os Müller e a Carta de Mato Grosso. Ainda bem que, pelo menos, o qualifiquei com as cinco estrelas.

Entender a dinâmica de poder local na década de 1930 é fundamental para se realizar a análise do jogo político e também abre a possibilidade de reflexões acerca de confrontos ou parcerias entre influências políticas e suas relações com o SCCMT.

Como foi visto no segundo capítulo, durante a primeira fase do SCCMT, embora o empreendimento tenha contado com o patrocínio de MT apenas nos seus primeiros anos de funcionamento, o projeto do mapa começou como uma iniciativa local aliada ao desejo de Rondon e Jaguaribe. O ponto em questão é: o movimento para a produção da carta na década de 1930 aconteceu de forma inversa: o ponto de partida foi o poder central, fator que nos remete às políticas centralizadoras do período.

Dito isso, se faz necessário lembrar que àquela altura, os coronéis não tinham mais o mesmo papel que tiveram outrora em Mato Grosso. Um possível fator para essa mudança foi a presença dos interventores federais que tornavam as ações do governo central mais rigorosas e repressoras, mesmo no *locus* dos todo-poderosos senhores das elites locais (Corrêa, 2006:135). Ainda sobre os interventores do período, o historiador Valmir Batista Corrêa assinala:

“Os documentos sobre a história de Mato Grosso no período de 1930 até o final do Estado Novo apresentam um sério problema para a pesquisa, já que houve uma ação deliberada por parte dos que participaram da política e do poder nesse mesmo período em não deixar vestígios de seus atos para a posteridade. Exemplo disso é o lapso existente na documentação da Câmara de Corumbá, abrangendo os anos de 1930 a 1945, sobre o qual não existe um só ofício ou livros de Atas que, segundo alguns, foram propositamente queimados.” (Corrêa, 2006:165)

E qual seria a razão da relativa ausência de coronéis com a oligarquia Müller? Pois bem, o interventor de Mato Grosso durante o Estado Novo, nomeado pelo presidente Getúlio Vargas, foi Júlio Strubing Müller (1895-1977), irmão de Filinto. Segundo Maria Lúcia Menezes, enquanto Júlio se dedicava às demandas locais de Mato Grosso, a posição de Filinto facilitava, por meio da prática de alianças, a execução dos interesses federais do estado. (Menezes:2000:176).

Para uma melhor compreensão sobre a oligarquia Müller¹¹⁶ em Mato Grosso, regressarei ao século XIX, na tentativa de fazer uma espécie de árvore genealógica dos

¹¹⁶ Também é importante acrescentar que junto à carreira política, os Müller também se dedicavam à pecuária na região, possuindo consideráveis estoques de terra.

membros da família associados às ações políticas no estado: o patriarca da família é o alemão Dr. Augusto Frederico Müller, nascido em 1818, na Alemanha, país onde se formou em Medicina. Chegou ao Brasil por volta de 1840 e se casou com Brígida Albertina de Vasconcelos Pinto, natural de Diamantino- MT. O casal teve dois filhos: Frederica Augusta Müller (1849-1870) e o Coronel Júlio Frederico Müller (1850-1930).

Coronel Júlio Frederico Müller se casou com Rita Teófila Correa da Costa (1862-1923). A noiva pertencia a uma das mais importantes oligarquias do estado, sua família possuía grande poder em Mato Grosso desde o período imperial quando Antonio Correa da Costa foi presidente de província por cinco vezes. Ainda, sobre essa oligarquia, destaco o papel de Pedro Celestino Correa da Costa (1860-1932) como político em períodos diretamente relacionados aos feitos da Comissão Rondon: foi governador (1908-1911 e 1922-1924) e senador (1918-1922 e 1927-1930). O sobrinho de Pedro Celestino, Mario Correa da Costa (1886-1937) também governou Mato Grosso (1926-1930 e 1935-1937). Em 1952, quando o mapa foi publicado, Fernando Correia da Costa (1903-1987) era o governador de Mato Grosso. Assim como o pai, Pedro Celestino, Fernando foi governador por duas vezes (1951-1956 e 1961-1966) e é avô da atual Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Correa da Costa Dias (1954), pelo governo do atual presidente Jair Bolsonaro.

Voltando aos Müller, a união de Júlio e Rita se tornou forte politicamente, tanto que três de seus seis herdeiros se tornaram políticos de grande prestígio em Mato Grosso: Fenelon Müller (1892-1976), Júlio Müller (1895-1977) e Filinto Müller (1900-1973).

Fenelon Müller foi prefeito de Cuiabá (1927-1930), interventor de Mato Grosso (1935-1937), além de ter exercido durante anos a função de Inspetor Federal do Ensino de Mato Grosso em Cuiabá. Fenelon foi casado com Alzita de Matos Müller e de seus três filhos, dois ingressaram na vida política: Gastão Mattos Müller (1924-1996) que foi senador (1963-1965 e 1979-1987) e deputado federal (1969-1979) por Mato Grosso. Gastão é pai dos gêmeos Guilherme Frederico Müller e Frederico Guilherme Müller (1951) que também seguiram a vida política, inclusive o primeiro é o atual secretário de planejamento do governo de Mato Grosso. O caçula de Fenelon, Gabriel Mattos Müller (1925-2009), foi deputado estadual e presidente da Famato (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso), Ele presidiu a federação no período de 1971 até 1990.

Júlio Müller foi prefeito de Cuiabá (1930-1932), interventor do estado de Mato Grosso (1937-1945) e senador de Mato Grosso. Júlio se casou em 1919 com Maria Ponce Arruda (1898-2003), filha de João Pedro de Arruda, coronel da Guarda Nacional, e de Adelina Ponce de Arruda que tinha como pai, Generoso Ponce (1852-1911), um dos políticos mais atuantes na segunda metade do século XIX. Ponce foi senador, presidente do estado e deputado federal. Seu filho, Generoso Ponce Filho (1898-1972), tio de Maria, fora deputado na década de 1930 e, posteriormente, presidente do Instituto Nacional do Mate. Ainda, Maria de Arruda Müller (como passou a assinar após o casamento) é irmã de João Ponce de Arruda (1904-1979) que foi prefeito de Cuiabá (1932-1934), secretário geral do estado durante a gestão de Júlio Müller como interventor (1937-1945), deputado federal (1946-1956) e governador de Mato Grosso (1956-1961). Segundo Arruda, ao aliar-se a família Ponce, ainda na Primeira República, os Müller ganharam destaque entre as famílias que pertenciam à elite mato-grossense (Arruda, 2013:132).

Antes de dar sequência, devo destacar o papel de Maria de Arruda Müller para a história de Mato Grosso em vez de apontá-la exclusivamente como de esposa de Júlio. Maria, independente de seu casamento, possui um papel muito estimado em Mato Grosso. Em um artigo esclarecedor, a autora Ana Maria Marques faz uma reflexão de como a memória acerca da vida de Maria de Arruda Müller nos permite compreender uma parte da história de Cuiabá:

“A longa vida dessa cuiabana se liga ao campo da literatura e do ensino, representa a participação feminina efetiva na história da cidade, pois ela não foi coadjuvante de uma história de “heróis”, embora tivesse sido filha e esposa de pessoas que ocuparam lugares destacados no cenário político-administrativo do estado, ela foi sujeito ativo...” (Marques, 2016:1)

Maria foi professora, escritora e, em 1930, conseguiu ser a primeira mulher a possuir uma cadeira na Academia Mato-Grossense de Letras. Ainda vale a pena ressaltar, uma vez que no início desse capítulo foi abordado o tema progresso, que ao escrever sobre o assunto, deixou claro que para ela, o desenvolvimento da arte seria um dos indicativos do progresso (Marques, 2016:2). Uma visão um tanto quanto interessante para uma mulher cuiabana na primeira metade do século XX. No artigo mencionado anteriormente, a professora Ana Maria Marques o ilustrou com algumas fotografias da casa em Cuiabá, onde a família morou. Uma foto em especial, destacada em um porta-retratos em cima de um piano, traz a fotografia de Júlio e Maria juntos ao presidente Vargas. Escrevi um email para a professora que, gentilmente, me enviou

cópias em melhor resolução, autorizou o uso da imagem e me revelou sobre o descaso e abandono ao qual o casarão em que o nobre casal cuiabano viveu se encontra.



Fotografia de uma confraternização da família Müller com o então presidente Getúlio Vargas.
Fotografias cedidas gentilmente pela Professora Ana Maria Marques

A fotografia exposta na sala de estar, onde aconteciam os saraus para a elite cuiabana, chama atenção em como os fotografados posavam como se não soubessem que estariam sob a presença da câmera, um traço comum nas fotos de Vargas em que facilmente ao pesquisar fotografias do então presidente, o mesmo aparece gargalhando de forma descontraída.

Por último, pois segui a ordem de nascimento de cada filho citado, mas não menos importante: Filinto Müller que foi chefe de polícia do Distrito Federal, na cidade

do Rio de Janeiro, de 1933 a 1942, e senador pelo estado de Mato Grosso de 1947 a 1951 e de 1954 a 1973.

Assim como a oligarquia Müller, Ponce ou a família Correa da Costa apresenta a hereditariedade do poder em longuíssima duração. Personagens fundamentais na história de Mato Grosso que estão diretamente ligados ao modo de fazer política no Brasil e que estiveram presentes durante a saga de feitura do mapa, por isso cabe mencionar a presença dessas figuras e a suas respectivas dimensões de poder. Outro dado relevante é perceber como os matrimônios realizados entre as oligarquias acabavam por fortalecer ainda mais o poder das famílias que casavam entre si.

Após ter noção do papel que os Müller ocupavam em Mato Grosso, devemos voltar ao papel do interventor Júlio Müller. Acerca da divisão de estado, por exemplo, questão que Rondon e Jaguaribe eram absolutamente contrários, a relação dos interventores com o processo separatista iniciado ainda durante a Primeira República se deu da seguinte forma:

“O controle acentuado e o poder do Estado Novo impuseram, portanto, uma nova situação política no estado de Mato Grosso, decretando à força o desaparecimento dos remanescentes do coronelismo guerreiro do sul do cenário político regional. Da mesma maneira que combateram radicalmente o banditismo, os interventores após 1937 reprimiram severamente as lutas e campanhas separatistas.” (Corrêa, 2006:77)

Como podemos observar, as ideias separatistas entre sul e norte de Mato Grosso foram interrompidas. Os interventores pós 1937 fizeram questão de reprimir tais ideias. Dessa forma, ocorreu uma censura à imprensa sulina relacionada ao caso que, como vimos no capítulo 2, era a região mais interessada na ideia de dividir a região em dois estados. (Corrêa, 2006:177). Acredito que isso também se deve ao fato da família Müller pertencer ao norte do estado.

Ainda sobre o governo Júlio Müller, tanto Rondon quanto Jaguaribe fizeram questão de expressar publicamente a estima que tinham pelo então interventor. No caso de Jaguaribe, uma notícia publicada em 12 de fevereiro de 1941, acerca da exibição de um filme no Rio de Janeiro sobre o estado de Mato Grosso, o jornal *O Estado de Mato Grosso*, traz a seguinte declaração do cartógrafo:

“Estou ainda sob a agradável emoção do filme da viagem do Ministro da Agricultura (Fernando Costa) e General Rondon a esse privilegiado Mato Grosso, que, pude assistir graças ao delicado convite que vos dignastes de me enviar. Pude recordar a minha viagem e sentir palpitar novamente o coração, sentindo as terras ubérrimas, a riqueza da pecuária e fauna originalíssima que constitui patrimônio digno de toda a proteção. Sente-se bem o sopro do progresso que anima essa distante região que constituirá, de futuro, a mais

eficiente reserva de potencial da economia brasileira. O gado vacum e cavalari, a cana de açúcar e outros produtos mostram a predominância da terra na evolução econômica. As robustas e vigilantes anhumas, como os grandes mamíferos e a variadíssima vegetação mostram a natureza acolhedora onde há de forjar uma grande civilização. Receba o distinto amigo (Julio Müller), como o maior pioneiro desta arrancada para o futuro, as congratulações efusivas que aqui lhe transmito.” (Jaguaribe, 1941)

Àquela altura, Jaguaribe tinha estado por duas vezes (1919 e 1940), segundo a documentação consultada, em MT. Por mais que fosse íntimo da cartografia da região, penso que um filme sobre o local, realmente lhe fosse apetededor. Em contra partida, aos olhos de hoje, é curioso como, embora escreva tal qual um entusiasta do progresso local, Jaguaribe aponta uma preocupação ambiental ao declarar que a riqueza daquelas terras seria digna de proteção. Jaguaribe não estava sozinho em suas preocupações ambientais. Um exemplo disso é que naquela mesma década, um grupo do Conselho Nacional de Geografia fez uma expedição até a cidade de Mato Grosso de Goiás (GO) que resultou na publicação de um relatório que apontou graves consequências ambientais em decorrência do desenvolvimento agrícola e do crescimento da população (Dutra, 2017:144). E, finalmente, o “gran finale”, quando uma suposta amizade é enfatizada, assim como os feitos do interventor em favor de Mato Grosso.

Ainda sobre a relação de Rondon e Jaguaribe com o poder local: um fato anterior, noticiado em 29 de agosto de 1939, pelo periódico *O Estado de Mato Grosso*, noticiou que João Ponce, então secretário geral do estado e cunhado de Júlio Müller, estivera no Rio de Janeiro com Rondon e Jaguaribe, confirmando a boa relação de ambos com os políticos mato-grossenses:

“Estive, em companhia do General Rondon, em visita aos trabalhos geográficos da Carta de Mato Grosso, que ora se realizam no Serviço Geográfico do Exército, sob a direção e orientação do Coronel Jaguaribe de Mattos. Acham-se esses trabalhos quase concluídos. A carta, que já se acha em prova, será impressa em Paris, em casa especializada em trabalhos técnicos dessa natureza” (Ponce, 1939)

Além da própria visita de João Ponce aos trabalhos “de gabinete” em prol da produção do mapa já ser um grande indicativo do apoio do governo local a iniciativa. Algumas informações na declaração de Ponce me chamaram atenção.

A primeira delas é o fato do encontro acontecer no Serviço Geográfico e Histórico do Exército. Os documentos são unânimes sobre a alocação do SCCMT nesse

período: prédio do Ministério da Guerra. Teria Ponce se confundido ou será que por um curto período Jaguaribe desempenhou seus trabalhos no SGHE?

Durante todo o processo de confecção do mapa, a carta sempre estivera “quase” pronta. Em nenhum documento, embora sua produção tenha demorado mais de 35 anos, existe a informação “ainda há muito que se fazer”. Isso pode ser observado em vários momentos desta segunda etapa de produção do mapa.

Sobre a impressão do mapa, realmente existiu a possibilidade dessa etapa ocorrer em Paris, devido à estadia de Jaguaribe no *Service Géographie* e dos laços entre Rondon e o General Gamelin, na década de 1920. Porém, isso não ocorreu. No início da década de 1940, acredito que fatores como a Segunda Guerra Mundial (naquele momento a prioridade para a França, era a Guerra) e, posteriormente, a própria falta de verba do SCCMT, fizeram com que a carta fosse impressa em São Paulo. Dito isso, em 1943 foi firmado um acordo entre o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e a Companhia Litographica Ipiranga. Em carta para Rondon, Jaguaribe comunicou:

“Tendo sido aprovado pelo Senhor General Ministro da Guerra (Gaspar Dutra), por despacho de 23/01/1943 o texto do “Ajuste estatuído entre o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e a Companhia Litographica Ypiranga para a impressão da Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas” carta que se acha em final de elaboração neste Serviço.” (Jaguaribe, 1943)¹¹⁷

Era comum que mato-grossenses “ilustres” visitassem o escritório do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso. Outro exemplo disso foi a presença do Bispo Dom Aquino (ex-governador de Mato Grosso) noticiada pelo jornal *A Cruz* em 1943. Como foi visto, o bispo fora um grande entusiasta da carta para o bicentenário de Cuiabá e na ocasião de sua visita para Jaguaribe ouvira que o mapa estaria quase pronto: do total de nove folhas, seis estavam prontas¹¹⁸.

No dia primeiro de outubro de 1937 foi anunciado pelo jornal *Diário de Notícias* que o Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra havia atendido a proposta do Estado Maior do Exército a fim de que Francisco Jaguaribe retornasse aos trabalhos da antiga Comissão Rondon outrora interrompidos¹¹⁹. Embora a notícia tivesse sido publicada e a readmissão de Jaguaribe ao quadro militar tenha ocorrido, consta em *Boletim Interno do Estado Maior* que, sob a jurisdição do mesmo ministério, a verificação final para a

¹¹⁷ Documento anexo a Fé de Ofício de Francisco Jaguaribe de Mattos. Arquivo Histórico do Exército.

¹¹⁸ *A Cruz*, 20 de abril de 1943.

¹¹⁹ *Diário de Notícias* 01 de outubro de 1937.

efetivação do serviço só foi concluída em janeiro de 1939¹²⁰. Existe ainda, a versão de Rondon para a volta:

“Achava-me em Letícia, desprovido de qualquer autoridade sobre os meus antigos serviços nas regiões centro-oeste do Brasil, quando fiz um apelo ao meu antigo camarada e novo Ministro da Guerra, Sr. General Eurico Gaspar Dutra, no sentido de designar o Cel. Jaguaribe de Mattos para retomar os antigos trabalhos da Comissão Rondon e Inspeção de Fronteiras. Finalmente, no começo de 1939, pude o meu antigo e dedicado auxiliar assumir encargos mediante os quais todo o rico acervo acumulado e os antigos auxiliares por ele treinados, ficavam a sua disposição para procedimento de longa demanda.”¹²¹ (Rondon, 1953)

Dito isso, com a volta de Jaguaribe aos quadros militares, a questão do mapa voltou à tona. Embora, efetivamente, novos trabalhos foram acrescentados a partir da década de 1940. Em 1941 estando retidos em Paris os originais da Carta, em consequência da Segunda Grande Guerra Mundial, foi firmado entre o Ministério da Guerra e o Estado de Mato Grosso um “Convênio para Confecção, Impressão e Distribuição da Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas”. Nos termos desse convênio, Rondon voltava à situação de Diretor Geral da Carta e como Diretor ou Chefe do Serviço Gráfico Executivo ficou Francisco Jaguaribe¹²², conforme foi anunciada no jornal *A Batalha* em 12 de janeiro daquele ano. Este convênio ocorreu devido às excelentes relações pessoais entre Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), então Ministro da Guerra, Júlio Müller, Rondon e Jaguaribe.

Inclusive, na primeira semana de abril de 1940, Jaguaribe foi até Cuiabá. A viagem anterior do cartógrafo até a capital mato-grossense que se tem registro é a de 1919. Portanto, essa seria a segunda vez que o cartógrafo visitaria Mato Grosso. Dessa vez, Jaguaribe deveria se aproximar mais de Mato Grosso e da política e imprensa local, traço muito característico nas empreitadas de Rondon.

Foi organizada uma sessão cívica na tradicional Casa Barão de Melgaço, onde Jaguaribe discursou publicamente por duas horas enfatizando a importância de uma carta para Mato Grosso, os feitos da Comissão Rondon e se autodenominando mato-grossense honorário. O Bispo Dom Aquino Correa e João Ponce Arruda, representante do interventor, fizeram as honras ao cartógrafo na sessão solene. Segundo o periódico *O Estado de Mato Grosso*, Jaguaribe ocultava-se na sua modéstia a fim de buscar todos os

¹²⁰ Arquivo do Museu do Índio – BR RJ MI 599

¹²¹ Rondon. Candido Mariano da Silva. Ata da 6ª sessão. CNPI 06 de agosto de 1953.

¹²² Arquivo do Museu do Índio, Microfilme 331 fotograma: 567

louros para Rondon, mas sua palestra fora brilhante. No dia seguinte, Jaguaribe visitou a redação do referido jornal e quando se encontrava na cidade de Corumbá, em regresso ao Rio enviou-lhes um telegrama¹²³:

“Acabo de chegar... com boa viagem. Li, a bordo do avião, com grande jubilo, a vossa entusiástica apreciação de minha conferência e as bondosas e lisonjeiras referências à minha pessoa. Se todos que se dedicam ao nobre mister de orientadores da opinião pública e vulgarizadores de notícias e críticas de arte e ciência, tivessem o mesmo ardor social, a mesma cuidadosa retentiva, o mesmo talento e a mesma faculdade de síntese como elegância de estilo, então, sim, poderíamos dizer que os semeadores de ideias e realizadores de grandes campanhas em benefício da Pátria não perderiam o seu tempo porque esses esforços teriam écos bemfazejos acessíveis ao povo. Sigo para o Rio, onde estarei ao vosso dispor” (Jaguaribe, 1940)

Até onde se sabe, Jaguaribe era um sujeito bem humorado, mas introspectivo. Acredito que sua ida a fim de conquistar Mato Grosso tenha sido um belo esforço de sua parte a fim de alcançar meios e apoios para atingir o objetivo de conclusão da carta. Para o diretor do jornal *A Cruz* e presidente da Academia Mato-grossense de Letras, José de Mesquita, a mensagem foi a seguinte:

“Antes de deixar o solo mato-grossense, quero saudar nosso ilustre presidente da Academia Mato-grossense de Letras um paladino de ideais, escritor, educador e gentleman. Na minha conferência no dia 02 em Cuiabá, pretendia dirigir duas palavras para a associação de cultura que tão dignamente dirigis, entretanto, a angústia de tempo para desenvolver longo assunto me impediu esse dever e aqui expresso a V. Excla. E a todos os vossos consócios meus agradecimentos pela atenção que me dispensastes na sessão em comum com o Instituto, tributando-vos aqui minha sincera admiração.”¹²⁴ (Jaguaribe, 1940)

Em 1939, ocorreu a criação do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), sob jurisdição do Ministério da Agricultura. Rondon, devido ao seu papel histórico com relação a população indígena, foi colocado como presidente da instituição que tinha por finalidade fiscalizar os postos do Serviço de Proteção ao Índio e estar atenta ao cumprimento de direitos relacionados aos povos originários. Todavia, também é importante pensar o CNPI tenha sido criado com o objetivo de manter o controle indígena por parte do Estado. A posição de Rondon como presidente do órgão foi um facilitador para os trabalhos de conclusão da carta.

¹²³ *O Estado de Mato Grosso*, 3 de abril de 1940.

¹²⁴ *A Cruz*, 21 de abril de 1940.

Um documento¹²⁵ expedido pelo Ministério da Guerra de 22 de agosto de 1961 faz uma síntese das movimentações ocorridas na segunda fase do SCCMT. O documento acusa a falta de um texto em anexo cuja redação seria feita por Francisco Jaguaribe de Mattos. Além de começar a receber financiamento por parte da interventoria do estado a partir de 1941, o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso migrou da pasta do Exército para a Agricultura. A produção do mapa passou a funcionar como um braço do Conselho Nacional de Proteção ao Índio. A transferência do material e do pessoal ocorreu em 1942, e, embora tenha ocorrido a troca de ministérios, o local de trabalho continuou a ser no Ministério da Guerra. A aproximação do SCCMT com o CNPI é fundamental para se entender a natureza de algumas expedições e a relação da carta com a questão indígena com veremos nos itens a seguir.

Segundo Rondon, o “grande mecenas administrativo” foi o então Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, que contou com a boa vontade do Interventor Federal do Estado de Mato Grosso Júlio Müller, que já vinha auxiliando o andamento da preparação do mapa. Ainda sobre o financiamento da empreitada:

“Corria o ano de 1943 e os antigos desenhistas e demais auxiliares civis da antiga “Comissão Rondon” e do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, que não puderam entrar nos quadros rígidos do pessoal civil do Ministério da Guerra, foram acolhidos pelo Ministério da Agricultura, graças à iniciativa do Ministro Apolônio Jorge de Faria Salles e ao acordo feito com o Senhor General Dutra e, com o apoio do Senhor Presidente Getúlio Vargas” (Rondon, 1952)

Penso que o Ministério da Guerra não deixou de apoiar a produção do mapa em nenhum momento, além das evidências encontradas nos documentos, é importante se ter em mente o quanto cartografia e conhecimento territorial são importantes para os militares. Ainda sobre a questão dos ministérios: em 1943, Jaguaribe divulgou que o então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra havia autorizado a impressão do mapa pela Companhia Litográfica Ypiranga. O fato é que nesse ano, o SCCMT já estava sob a pasta da Agricultura. Portanto, durante a volta do serviço, embora Jaguaribe escrevesse sobre a frequência de seus funcionários em papel timbrado do Ministério da Agricultura, e até mesmo Serviço tenha aparecido nessa Pasta, várias evidências deixam

¹²⁵ Arquivo do Museu do Índio - Microfilme 333 - fotograma 777

claro que o Exército nunca deixou de estar presente. Cartografia, território e exército são conceitos quase que indissociáveis.

No relatório do Ministério da Agricultura referente ao de 1943, o Serviço é abordado como uma espécie de braço do CNPI:

“os serviços acima relacionados estarão concluídos no decorrer de 1945, quando esperamos ver publicada a Carta de Mato Grosso, abrangendo todos os trabalhos cartográficos anteriores, devidamente confrontados, assim como os que realizaram as Comissões Rondon, desde 1890 até os nossos dias. Para seu apressamento tenho evitado todos os esforços, procurando reduzir ao mínimo as suas atividades burocráticas, inclusive dispensando a apresentação de relatórios anuais.”¹²⁶

Quando Rondon se refere no plural aos “serviços relacionados”, ele se referia ao Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e ao Serviço Foto-Cinematográfico. Ainda na máxima do “quase pronto”, encontrei o manifesto de Rondon a certeza da ausência de relatórios. A biografia de um cartógrafo que não escrevia, mal se comunicava e chefiava um serviço sem relatórios.

Contudo, o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso funcionava com cerca de 1/3 da verba destinada ao CNPI. É importante destacar que, segundo a legislação em vigor na época, o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Serviço Geográfico e Histórico do Exército eram as instituições responsáveis pela cartografia no Brasil. No entanto, a fim de evitar qualquer estranhamento, Mário Augusto Teixeira de Freitas, então secretário-geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a quem o CNG estava diretamente vinculado, enviou uma carta para Rondon dizendo que naquele momento se ocupavam em fazer uma nova carta para o Brasil e apreciava o que Rondon estava fazendo ao estado de Mato Grosso. Portanto, podemos inferir que Rondon possuía, novamente, uma estrutura a fim de dar continuidade aos seus trabalhos de outrora¹²⁷.

Além de não criar nenhum tipo de empecilho para que o trabalho do SCCMT prosseguisse o IBGE ainda se mostrou prestativo a iniciativa rondoniana. É possível constatar a gentileza por meio das cartas de Christovam Leite de Castro, secretário geral da referida instituição, para Rondon¹²⁸. Em 1947, Leite de Castro tomou conhecimento que as nove folhas referentes à Carta de Mato Grosso se encontravam prontas e fez questão de comunicar o seu entusiasmo com o término.

¹²⁶ Arquivo do Museu do Índio. Relatório CNPI 1943, p. 1995.

¹²⁷ Documentos recebidos pelo CNPI, 1947 – Arquivo do Museu do Índio- Fotograma 51.

¹²⁸ Documentos recebidos pelo CNPI, 1947 – Arquivo do Museu do Índio- Fotogramas: 684 e 695.

Mais uma vez, assim como em diferentes momentos da saga de feitura do mapa, a carta estaria pronta e o próximo passo seria a impressão. Não foi dessa vez e mais dados cartográficos ainda seriam adicionados, principalmente no que tange aos territórios indígenas como veremos mais a frente. Para tanto, o que gostaria de registrar nesse caso, não se trata da impressão e sim, da cordialidade ibgeana com o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso.

Ainda que tenha ocorrido a saída de Getúlio Vargas do poder e, conseqüentemente o fim da ideologia estado-novista, o SCCMT conseguiu manter o seu funcionamento. Como já foi apontado em trecho de um discurso realizado por Rondon em 1951, o sucessor de Vargas, Eurico Gaspar Dutra era um “antigo camarada” e “mecenas” mato-grossense que conseguiu reincorporar Jaguaribe ao quadro militar a fim de que continuasse os trabalhos da Comissão Rondon, além de ter realocado o SCCMT à pasta da Guerra enquanto ministro, na segunda metade da década de 1930. Logo, é possível concluir que o presidente mato-grossense era um entusiasta dos trabalhos de Rondon. Não à toa também foi chamado de “grande mecenas” por Rondon, com também foi visto aqui. Penso que tais elos tenham facilitado a continuidade da produção do mapa. Segundo Rondon:

“Seguiu-se o governo do Excelentíssimo General do Exército Eurico Gaspar Dutra, durante o qual, com a franca colaboração do seu Ministro da Guerra Excelentíssimo General Canrobert Pereira da Costa, foi renovado o crédito que permitiria a impressão da Carta” Rondon (1952)

Em 1947, ainda que o SCCMT fosse apoiado pelo Ministério da Guerra, possuía um quadro de funcionários (com exceção de Jaguaribe) formado por civis.

Francisco Jaguaribe de Mattos	Coronel Chefe do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso
Abílio Gonzalez	Cartógrafo
Pedro Vercillo	Cartógrafo
Emanuel de Souza Araújo	Cartógrafo
Ivan José da Silva	Cartógrafo

Otto Velasco Kopp	Cartógrafo
Rubens Auto da Cruz Oliveira	cartógrafo auxiliar
Antonio de Cintra Souto	cartógrafo auxiliar
Corsíndio Monteiro	cartógrafo auxiliar
Anardino Fleming de Almeida Junior	Artífice
Diderot Pinheiro da Câmera	Artífice
Miguel Mendes	Porteiro
Charlote Sophie Rosenbawn	fotógrafa/cinegrafista
Ernani Reni Pesca Arcangeletti	assistente de documentação

Na pasta de documentos recebidos pelo Conselho Nacional de Proteção ao Índio do ano de 1947, constam inúmeros informes feitos por Jaguaribe para Rondon sobre a rotina burocrática dos funcionários da Seção de Desenho que demonstram a responsabilidade que o cartógrafo possuía nesse quesito. Os comunicados encontrados assinados mensalmente por Jaguaribe apresentam dados sobre a frequência dos funcionários, escala de férias e qualquer alteração nesse sentido.

Na mesma documentação, um caso, em particular, é curioso: no final de 1947, Jaguaribe recebeu um aviso, remetido pelo então Secretário Geral do Ministério da Guerra, Coronel Djalma Dias Ribeiro:

“Comunico-vos que foi cassada a permissão para entrar nesse Q.C., assinada pelo Coronel Administrador do Edifício da Guerra e concedida ao funcionário que trabalha nesse Serviço, como desenhista, Rubens Auto da Cruz Oliveira, em vista do mesmo haver sido detido pela Polícia de Ordem Política e Social, como comunista conhecido, estar subvertendo a ordem pública detratando as autoridades e espalhando folhetos subversivos pela cidade”.

No contexto em que as coisas se encontravam (pós-guerra) a “ameaça comunista” era um tema recorrente. Aqui, temos o caso de Rubens Auto da Cruz Oliveira, acusado de ser comunista. Rubens era um funcionário da Seção de Desenho do SCCMT, desempenhava a função de cartógrafo auxiliar de Jaguaribe. Sobre o aviso

recebido, o diretor respondeu ao comunicado quatro dias após o recebimento e destacou sua posição àquela situação:

“[...] Cumpre-me esclarecer que, se trata de um bom auxiliar, um dos que melhor conhecem o serviço e mais se interessam pelo trabalho da Carta de Mato Grosso em elaboração.

Entretanto, a lamentável obsessão de que se acha possuído desde há algum tempo, como comunista, tornam justas e oportunas as precauções tomadas pelas autoridades militares.

Não se pode nem ao menos assegurar até onde a sua dedicação e o conhecimento do Serviço, serão fatores empenhados em bem da pátria e até onde poderão ser utilizados para o opróbrio de manietá-la e entregá-la ao imperialismo russo, ávido da conquista de todo o planeta.” (Jaguaribe, 1947)

Considerarei a resposta de Jaguaribe um tanto quanto interessante, pois embora ele termine concordando com a posição do exército em relação a Rubens e, até mesmo, apontando uma hipótese até exagerada acerca do perigo que estariam correndo ao empregar o comunista, fica evidente que Jaguaribe já sabia das escolhas políticas de Rubens há algum tempo e não comunicou ao Ministério da Guerra, local onde desempenhavam o trabalho. Por isso, me questionei até que ponto, Jaguaribe considerava Rubens um subversivo pelo fato mantê-lo no SCCMT, mesmo sabendo de suas opções ideológicas. Penso que o chefe do Serviço conseguiu separar o bom desempenho profissional das escolhas políticas daquele homem. Para tanto, naquela pontual situação seria inapropriado e inútil lutar pela permanência do cartógrafo-auxiliar, uma vez que o SCCMT nunca esteve completamente dissociado do Ministério da Guerra e a época, o presidente do Brasil era Eurico Gaspar Dutra que dentre outras características é conhecido por sua intolerância aos comunistas. E, como foi visto, pode ser apontado como grande mecenas do projeto da carta de Mato Grosso em sua segunda fase.

O caso também mereceu destaque no Relatório do Conselho Nacional de Proteção aos Índios:

“Foi suspenso do exercício de suas funções junto à Comissão de Conclusão da Carta de Mato Grosso, superintendida por esse conselho, o cartógrafo-auxiliar referência XVIII, Rubem Auto da Cruz Oliveira, visto ter sido preso por autoridades da polícia civil quando distribuía panfletos comunistas e fazia propaganda subversiva contra o governo constituído¹²⁹.

Ainda, no ano seguinte:

¹²⁹ Arquivo do Museu do Índio, Relatório do Conselho Nacional de Proteção aos Índios 1947 p.1193.

“O cartógrafo-auxiliar Rubens Auto da Cruz Oliveira, que fora suspenso de suas funções na referida Comissão da Carta de Mato Grosso em fins de 1947, o qual fora submetido a uma comissão de inquérito, da qual faziam parte funcionários do Ministério da Agricultura, foi demitido, a bem do serviço público”.¹³⁰

Embora, Rubens tenha sido demitido, quase vinte anos depois, consta em documentos avulsos do Conselho Nacional de Proteção aos Índios do ano de 1965¹³¹, o nome de Rubens Auto da Cruz Oliveira como secretário da SECAD (secretaria administrativa) do CNPI que àquela altura contava com Heloísa Alberto Torres como presidente em um país que vivia sob uma ditadura militar.

Há de se colocar limites!

. Sobre a fronteira Brasil-Bolívia: o caso da Ilha de Suárez (1939)

Nessa parte da tese, irei apresentar a disputa entre Brasil e Bolívia em torno do litígio da Ilha de Suárez, situada em plena região de fronteira entre os dois países. A ideia principal aqui é inserir a participação de Jaguaribe nesta problemática que até hoje está em aberto.

Também é importante lembrar que a carta de Mato Grosso não pretendia representar somente o território mato-grossense. Em relatório do Conselho Nacional de Proteção aos Índios¹³², Rondon assinala que a optou-se pela representação também de todas as regiões que ficariam abrangidas pela enquadramento da carta com o propósito de prestar melhor serviço ao estado maior e à Nação¹³³, por isso a nomenclatura de Carta de Mato Grosso e regiões Circunvizinhas.

Como já foi apontado nessa pesquisa, o conhecimento do território mato-grossense é de grande relevância, além de outros fatores, se trata de uma fronteira internacional. Portanto, a questão de limites é algo crucial. Um bom exemplo disso é o caso da Ilha de Guajará-Mirim ou Ilha de Suárez (como é conhecida pelos bolivianos), localizada no Rio Mamoré em um trecho entre a confluência do Rio Beni e do Rio Guaporé. Nos dias de hoje, caso a ilha fosse considerada brasileira, seria parte do estado

¹³⁰ Arquivo do Museu do Índio, Relatório do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, 1948 p. 10.

¹³¹ Arquivo do Museu do Índio, Microfilme 2B, fotograma 930.

¹³² Arquivo do Museu do Índio, Relatório do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, 1949/1950 p.400.

¹³³ Idem.

de Rondônia, na época Mato Grosso. Atualmente, o território ainda é objeto de disputa entre os governos de Brasil e Bolívia.

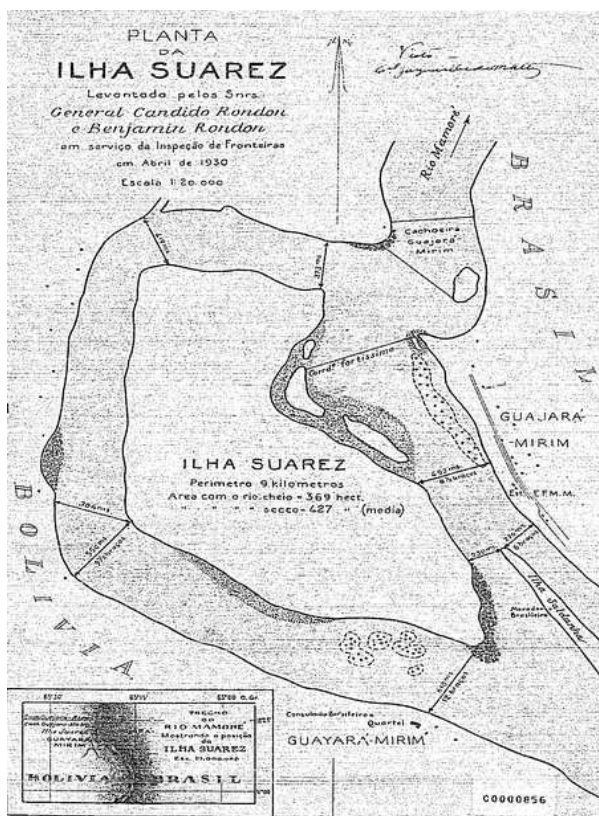
Optei por utilizar a nomenclatura “Ilha de Suarez”, pois é assim que ela aparece na documentação elaborada por Francisco Jaguaribe para o Estado Maior do Exército.

No período da Inspeção de Fronteiras (1927-1930), Rondon reivindicou o território relativo à Ilha de Suárez como parte do Brasil. Consta que, desde 1896, a empresa boliviana Suárez Hermanos havia se apropriado do local e até então o local é habitado por bolivianos. A partir da observação de Rondon, a legação brasileira em La Paz pleiteou sobre a locação indevida, uma vez que aquela área pertencia ao Brasil. Em 1937, foi realizado um estudo sobre a localização da Ilha pelo governo boliviano argumentando maior proximidade do local com o país (não tive acesso a tal documentação). Em resposta, imediatamente após retomar suas atividades cartográficas relativas ao material da extinta Comissão Rondon (1939), Jaguaribe produziu um documento destinado ao Estado Maior do Exército alegando que a Ilha de Suárez fazia parte do território brasileiro.

Embora se trate de uma questão diplomática, uma vez que o cartógrafo trabalhava na composição de um mapa para Mato Grosso, a preocupação com os limites do estado é inerente ao seu fazer. Por isso, Jaguaribe elaborou um documento¹³⁴ com dez páginas que justificava através de tratados históricos e comissões de limites de séculos anteriores o pertencimento da ilha ao Brasil.

Em artigo sobre os limites de Brasil e Bolívia, a historiadora Moema Vergara assegura que no episódio da indexação do Acre ao território brasileiro em 1903, a ciência realizada para fins demarcatórios até o acontecimento foi negligenciada. Desta forma, a divisão dos territórios ocorreu de forma diplomática (2010). Portanto, o que Vergara afirma, embasaria as reivindicações de Jaguaribe, pois em seus argumentos a ciência possui destaque.

¹³⁴ Arquivo do Museu do Índio, Filme 389. Fot.837-857.



Em anexo ao documento, o mapa da Ilha de Suarez
 Fonte: Arquivo do Museu do Índio –FUNAI , Microfilme 389 fotograma 855

Apesar disso, embora Jaguaribe não mencione na documentação, o problema entre Brasil e Bolívia iria muito além do litígio sobre a ilha. O ponto principal que estava em jogo àquela altura entre os dois países eram as jazidas de petróleo bolivianas. Naquele momento, o governo brasileiro se mostrava mais interessado neste último ponto. Em busca de resoluções, em 1938, ocorreu o Tratado sobre a Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, assinado por Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores. Os dois países formalizaram compromissos para, resumidamente, o Brasil dar livre trânsito do petróleo boliviano através da ferrovia Santa Cruz de la Sierra- Corumbá e em troca ter a permissão de instalar uma comissão na Bolívia a fim de efetuar sondagens acerca do petróleo¹³⁵.

A ferrovia foi construída no decorrer dos anos, no entanto, o tratado não se cumpriu e precisou de uma espécie de renovação em 1958 em um episódio que ficou conhecido como Acordo de Roboré¹³⁶. Para isso, os chanceleres José Carlos de Macedo Soares e Manuel Barrau Pelaez assinaram o documento que se enquadrava como uma

¹³⁵ Fonte: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/robore-acordo-de>, acessado em 30 de maio 2019.

¹³⁶ Nomenclatura dada às notas adicionais relacionadas ao Tratado sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano.

atualização do compromisso de 1938 e ainda 20 notas relativas à exploração petrolífera boliviana e a participação brasileira, uma vez que naquele momento, o Brasil já era detentor da Petrobrás. Embora, sem sombras de dúvidas, as questões petrolíferas sejam de suma importância e a principal causa do acordo, o quarto artigo salta aos olhos, pois é o que tem relação direta com o trabalho de Jaguaribe:

“Art.IV: O Governo do Brasil concorda com o Governo da Bolívia em considerar, em outra oportunidade, a questão referente ao status jurídico da ilha de Guajará-mirim (Isla Suárez).”

Contudo, o encontro dos ministros se deu, principalmente, pelas questões petrolíferas, que falaram mais alto, o caso do território era “apenas” mais um ponto em aberto entre os dois países ¹³⁷. Até hoje, a “outra oportunidade” não aconteceu e a questão sobre o litígio da ilha se encontra em aberto.

. A criação do Território do Guaporé

Em artigo publicado, a partir de sua dissertação de mestrado, o pesquisador Eliaquim Cunha (2016) anuncia que *Rondônia nem sempre foi Rondônia* (2016). Como foi apresentado aqui, o território mato-grossense ao qual nos referimos nessa pesquisa constituía uma parte do atual estado de Rondônia.

Contudo, na década de 1940, o estado de Mato Grosso sofreu transformações em seu território. Ainda que não tenha ocorrido a divisão de estados pleiteada pela parte sul, ainda na Primeira República, como foi visto aqui e que só viria a se efetivar na década de 1970, uma parte da região noroeste foi incorporada, em 1943, ao então estado batizado como Território do Guaporé. No mesma época, o Território de Ponta-Porã (ao sul de Mato Grosso) também foi proclamado como estado, no entanto, voltou a pertencer a Mato Grosso em 1946. O Território do Guaporé corresponde ao atual estado de Rondônia e foi formado por parte do território de Mato Grosso e do Amazonas.

Tais observações são indispensáveis nessa pesquisa, pois desde o período republicano, Jaguaribe estava a produzir um mapa que abrangia parte do então Território do Guaporé, acredito que, devido a essa divisão, a versão final do mapa foi

¹³⁷ Para saber mais sobre o acordo de Roboré ver: LEMOS, Walter Gustavo da Silva. Os acordos de Roboré e o pensamento geopolítico brasileiro. Dissertação de Mestrado PUCRS – Porto Alegre, 2015.

intitulada de Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas, termo que só passei a encontrar na documentação datada no final da década de 1940.

3.3. Outras vozes sobre Mato Grosso: os relatórios Geográficos/ Etnográficos

Como foi visto, Rondon declarou ao Ministério da Agricultura que, a fim de agilizar os trabalhos para a finalização do mapa de Mato Grosso, o SCCMT romperia com a rotina burocrática, negligenciando, inclusive a feitura de relatórios sobre os seus trabalhos. Entretanto, um material relevante relativo a duas expedições que envolviam diretamente Francisco Jaguaribe e o serviço foram encontrados nos Arquivos do Museu do Índio.

. Levantamento do Rio Jaucuara e de outros trechos do estado, destinados à conclusão da Carta de Mato Grosso

O primeiro deles é relatório de “Levantamento do Rio Jaucuara e de outros trechos do estado, destinados à conclusão da Carta de Mato Grosso”, em viagem realizada entre 1941 e 1942, pelo 2º Tenente Luiz Moreira de Paula, que, até então, atuava no serviço Geográfico do Exército. As instruções¹³⁸ para a viagem foram feitas por Francisco Jaguaribe em 12 de novembro de 1941, que se resumiam a quatro objetivos:

I- Entrega dos documentos da prestação de contas à repartição competente do Estado. Interesse pelo assunto junto às autoridades do Estado, no sentido de assegurar-se de que ficou apreendida, pelas autoridades mato-grossenses, a lisura com que se faz o emprego dos dinheiros confiados a este Serviço, já quanto aos fins almejados, já quanto ao método empregado na justificação da despesa.

¹³⁸ PAULA, Luiz Moreira da. Levantamento do rio Jaucuara e de outros trechos do Estado, destinados à conclusão da Carta de Mato-Grosso: relatório dos trabalhos realizados em 1941 e 1942. apresentado ao Exmo. Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon pelo 2º Tenente Luiz Moreira de Paula. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

II- Examinar, no terreno, os limites do município de Livramento, caracterizando a posição dos pontos principais desse limite, de maneira a assegurar uma razoável representação do mesmo na Carta do Estado.

III- Examinar no terreno a traçado da estrada de rodagem que liga Cuiabá à Rondonópolis, de maneira a assegurar uma boa representação na Carta do Estado.

IV- Colheita (direta ou por mateiros bem entendidos) das três espécies de quina existentes na Chapada: a vermelha, a parda e a amarela. É mister colher flor (se houver), folha e caule – para exame de características botânicas.

Alguns pontos das instruções, feitas por Jaguaribe ao Tenente, são dignos de algumas observações. A primeira meta, por exemplo, exalta a importância do financiamento realizado através do então recente convênio do estado de Mato Grosso com o SCCMT, destacado também por uma carta de Francisco Jaguaribe para Júlio Müller (infelizmente, o documento não foi encontrado). O segundo e o terceiro ponto sugerem que ainda havia muito que se fazer no mapa e, alguns, municípios inclusive, ainda careciam de representação. O último objetivo, acerca da coleta de quinina, aponta uma característica bem comum em trabalhos relacionados à Comissão Rondon: a multiplicidade de interesses científicos nas expedições, nesse caso, a Botânica, e, como também é sugerido por Jaguaribe, a importância do saber local. Traços que também serão vistos na próxima expedição.

Os esforços realizados foram registrados através de um relatório elaborado pelo próprio tenente a ser apresentado ao SCCMT. Neste documento, além de descrições rodoviárias e hidrográficas, apropriadas para a elaboração de uma carta, estão inseridas caracterizações acerca das condições em que vivia o povo radicado entre Cuiabá, Poconé, Rosário-Oeste e Barra dos Bugres entre 1941/1942. Para o 2º Tenente Luiz Moreira de Paula o registro das circunstâncias, com as quais se deparou, era de total relevância, como afirma em seu relatório:

“A ideia predominante foi a seguinte: no meu encargo de funcionário pago pelos cofres públicos a fim de percorrer e obter anotações sobre uma região de características oficialmente pouco conhecidos, seria inepto fechar os olhos e ouvidos a pormenores equivalentes e, alguns deles, até superiores em importância ao objetivo restrito de minha tarefa, pelo simples motivo de não terem sido esses pormenores especificados em adendo ou complemento àquela incumbência...”. (Paula, 1952:65)

Por isso, na prática, as atividades não se restringiram apenas aos levantamentos cartográficos. Coube, portanto - a Luiz Moreira de Paula, 2º Tenente do Exército e

encarregado dos serviços cartográficos e topográficos que findavam a confecção da Carta de Mato Grosso, além de escrever sobre a geografia da região, inserir em seu relatório o modo de vida da população considerada “isolada” e “atrasada”¹³⁹.

Uma vez chegado ao Mato Grosso, em novembro de 1941, Luiz Moreira de Paula realizou parte dos trabalhos com número restrito de pessoas ou sozinho. Ao trafegar de carro, considerou o termo “rodovia” pomposo demais para o caminho utilizado com essa finalidade e o seu parecer foi que tal denominação seria pretensiosa para aquele tipo de estrada (Paula, 1952). O tenente examinou terrenos, mediou distâncias, verificou limites municipais, obteve diversas amostras da planta quina, conforme as instruções dadas por Francisco Jaguaribe de Mattos.

Entretanto, ao se analisar o relatório, as anotações relativas à saúde daquela região saltam aos olhos. Existe uma preocupação em enfatizar a predominância de um mato-grossense carente dos cuidados médicos, mas paradoxalmente, negligente aos Serviços de Saúde e hábitos de higiene. Por exemplo, no trecho a seguir, onde o tenente descreve os tipos ao qual se deparou:

“Encontram-se muitos retardados mentais e aleijados de nascença; o raquitismo e certa supuração crônica dos olhos são generalizados entre as crianças, atingindo essa moléstia da vista também aos adultos, nos quais provoca a queda de pêlos protetores dos olhos, de que resulta um aspecto repulsivo de pálpebras sanguinolentas e congestionadas; talvez até a cegueira, de que existem casos. Os exemplares geralmente aceitos como tipo de beleza humana são raríssimos. Há por lá o costume de aparar os cantos dos dentes incisivos, resultando dessa original concepção de embelezamento uma dentadura que lembra a dos felinos...”. (Paula, 1952:36)

Segundo consta no relato, tudo o que acontecia ou deixava de acontecer na região era dado por “castigo”: peste da criação, secas, enchentes, incêndio no campo, calor, morte natural e principalmente doenças era suficientemente explicado no infinito rol dos castigos, uma espécie de povo escolhido às avessas (Paula, 1952:49). Os quadrúpedes estavam sendo devastados pela raiva bovina, que atingia inclusive aos

¹³⁹ É importante localizar este trabalho dentro de uma ‘tradição’ de relatos de viagem que trazem registros sobre modos de vida da população, por meio, sobretudo, de análises sobre a ‘resistência’ à medicina e à prevalência de doenças em regiões tidas como ‘afastadas’. Como exemplo, temos os artigos: “Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)” de Dominichi Miranda de Sá e “Uma brasileira médica: O Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Pana e na viagem ao Tocantins de Paternostro” de Nísia Trindade Lima. Rev Manguinhos: KROPF, Simone Petraglia (Org.); SÁ, Dominichi Miranda de (Org). Número Especial "Chagas do Brasil: ciência, saúde e sociedade" de História, Ciências, Saúde-Manguinhos. 16. ed. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2009. v. 1. 348 p.

porcos, cabras e ovelhas. O criador ao ser questionado, sem titubear, atribuiu a peste ao castigo divino. Em suas anotações, o tenente revida:

“Talvez ele houvesse acertado com a verdadeira causa, sem o querer, é um duro castigo, pelo descaso em aplicar, nas épocas prescritas, as vacinas anti-rábicas, preparadas pelo eficiente posto do Serviço de Profilaxia da raiva Bovina do Ministério da Agricultura que diligentemente funciona em Cuiabá. Além de não acreditarem na vacina, nem no efeito benéfico do isolamento do gado doente, ninguém os compele a executar... Perguntei ao outro criador o que era feito do gado que caía atacado da peste e morria no campo. Interessava-me saber se era queimado, enterrado ou abandonado aos prazeres gastronômicos dos urubus e outros apreciadores de semelhante iguaria. E ele respondeu-me: “Alguns sarga e come, ôtros deixa prós aribús”. E assim fiquei sabendo por informação de Antônio Alves, que há por lá quem coma carne de rezes mortas de peste; é possível que ele próprio faça, para ressarcir uma parte do prejuízo advindo do “castigo”. E como fiz refeições em sua casa, onde pernoitei, é também possível que já tenha pago por adiantamento o que agora estou dizendo aqui (...).” (Paula, 1952:48);

Dito isso, a indignação de Luiz Moreira de Paula explicita a postura negligente dos criadores em relação às medidas de prevenção e cuidados com a saúde dos animais portadores da raiva. Além da ingestão desses animais, como mencionado acima, o tenente também aborda em seu relatório, a rotina alimentar daquele povo, assim como a ausência de hábitos higiênicos.

Os produtos da fauna e flora, assim como o uso de benzeduras, emplastros e infusos eram usados empiricamente pela população que habitava aquela região. A presença de raizeiros e curandeiros também eram comuns, inclusive eram dotados de bastante clientela. Um caso curioso é relatado sobre o curandeiro de nome Pedro, conhecido por Pedrinho, que se instalou em uma fazenda no Aricá, situada a cerca de 30 quilômetros de Cuiabá. Seus clientes ultrapassaram aos arredores e sua fama estendeu-se até quase mil quilômetros de distância. Na passagem a seguir temos um exemplo de uma façanha de Pedrinho como foi narrada ao tenente:

“As autoridades sanitárias de Cuiabá, ao terem notícias dos prodígios que ele vinha realizando, resolveram observar de perto sua “técnica” e liquidar com a farsa, se fosse o caso. Mas, não só acabaram consentindo em suas atividades, como chegaram até a ser embrulhadas pelo “vidente”. Tomando um carro, alguns médicos se dirigiram ao Aricá, onde encontraram o “iluminado” no afã de atender à clientela, que era grande. Teriam que esperar a vez e assim o fizeram pachorrentamente, pois que não se deixaram identificar. O motorista que os conduziu encontrou meios de ser ouvido pelo embusteiro, pouco depois da chegada e pediu--lhe remédio para um mal que o afligia: morféia. É de supor que o motorista estivesse ciente do seu próprio estado. Quando os médicos puderam falar com o Pedrinho e verificaram os processos de cura que empregava e que era um tipo de sertanejo simples, de aparência e procedimentos simplesmente vulgares, inofensivos, não encontraram motivos

bastante fortes para cercar-lhe a ação. Ao o misticador lhes disse à queimadura: “Estou admirado de que os senhores tragam em seu carro um motorista morfético e não tenham dado por isso “ - os médicos ignoravam o expediente do motorista para dizer ao Pedrinho o mal de que sofria e como sua aparência de saúde normal não denunciava a verdade, acabaram acreditando na “sobrenaturalidade” do Pedrinho, depois de examinarem o motorista com resultado positivo. (...)” (Paula, 1952:50)

Muitas declarações feitas por Luiz Moreira de Paula torna possível estabelecer certa consciência do que seria um provável interior de Mato Grosso do início da década de 40. No entanto, é muito curioso que enquanto se vendia a ideia do Oeste como eldorado, se tenha um relatório tão ácido acerca da população local.

Alguns trechos da viagem foram noticiados pelo jornal *O Estado de Mato Grosso*, como pode ser visto abaixo:

O ESTADO DE MATO GROSSO

ANO IV || 20 de Setembro de 1942 || Nº. 833

Maravilhas da nossa natureza

DOIS BELÍSSIMOS TRECHOS DO RIO JAUOARA

Como O ESTADO, ha poucos dias, noticiou, realiza o Tenente Luiz Moreira de Paula, da Comissão da Carta de Mato Grosso, chefiada pelo Cel. Jaguarite de Matos, o levantamento do rio Jauoára, afluente do Paraguai.

A medida que avança, com dificuldade, os seus trabalhos, por entre os alcantilados do rio e os paredões da serra que ele sorpeia, vai o Tenente Moreira, com a sua Kodak, registrando os aspectos mais surpreendentes da nossa natureza naquela região. São de dois trechos do rio Jauoára os belíssimos aspectos que se vêm nas gravuras que ilustram esta pagina. Numa delas, vemos o Tenente Moreira, em pleno rio, entre dois gigantescos paredões, por onde avança o seu levantamento. Na outra vemos o belo salto a que aquele oficial, em homenagem à primeira dama do Estado, deu o nome de “Salto D. Maria Müller”.



NOVOS GRUPOS DE ARTILHARIA

RIO, 19 (A. N.) — O Presidente da República assinou decreto-lei fixando para 24 de Outubro próximo a entrada em vigor da lei de introdução do Código Civil.

Trecho do rio Jauoára, vendo-se ao centro o Tenente Luiz Moreira.

Notícias da expedição de Luiz Moreira de Paula
Fonte: O Estado de Mato Grosso

Além do Salto D. Maria Muller, outros envolvidos também foram homenageados com acidentes geográficos batizados com os seus nomes. Foi o caso do Boqueirão Coronel Jaguaribe, Boqueirão General Rondon, Boqueirão General Eurico Dutra e Boqueirão Júlio Müller.

Um fato curioso consta no início do relatório, quando Luiz Moreira de Paula escreveu para Rondon se desculpando pelas folhas de desenho não estarem junto dos relatos: em suas palavras o tenente ignorou completamente Jaguaribe (a quem era subordinado) e pareceu, embora não se refira a ele, que também teve a intenção de diminuir sua posição pelo tipo de exaltação que fez a Rondon.

“Como verdadeiro mestre, conhecedor do sertão, seus encantos e traições, por tê-lo visto, nele vivido e perlustrado tantas vezes, pessoalmente experimentando dificuldades e dominando-as bem longe do confortável gabinete. Vossa Excelência relevará as falhas aqui contidas, compensando-as com o que eventualmente haja de aproveitável nestas singelas anotações, singeleza que vai até apresentação material.

Não figuram aqui os desenhos dos levantamentos, os quais deixam de integrar, como deviam, o presente volume: consequência da própria determinação de Vossa Excelência a fim de evitar caíam em mãos estranhas, elementos técnicos destinados a carta de Mato Grosso.” (Paula, 1952:3)

Como se sabe, Jaguaribe ficava em seu “confortável gabinete” e talvez não tenha relevado a ausência das folhas de mapeamento junto ao relatório do Tenente Luiz Moreira de Paula.

Expedição Sertaneja Mesopotâmia Araguaia-Xingu

Dentre as fontes pesquisadas para a presente tese, sem dúvidas, as que se referem à Expedição Sertaneja Mesopotâmia Araguaia-Xingu são as mais completas. Desde o projeto, feito por Jaguaribe, também constam três “relatórios” sobre a expedição, algumas informes do Conselho Nacional de Proteção ao Índio ao Ministério da Agricultura acerca do planejamento da exploração, 1 mapa e 222 fotografias, provavelmente, produzidas por Amaury Correa Bento, fotógrafo/cinegrafista da empreitada. Além das fontes, é importante lembrar que, até então, não encontrei pesquisas que abordassem tal excursão científica. Para essa investigação, abordar a Expedição Sertaneja Mesopotâmia Araguaia-Xingu é fundamental, pois Jaguaribe teve um papel de grande relevância, conforme veremos a seguir.

A expedição foi organizada no CNPI, com a colaboração técnica do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, mas ficou enquadrada na Seção de Estudos do SPI, funcionou como equipe geográfica e com a regulação técnica pelas instruções de Francisco Jaguaribe e aprovadas por Rondon.¹⁴⁰

Em julho de 1945, o *Jornal do Comércio* publicou a notícia intitulada “Expedição de Cientistas”:

“O Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, chefe do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e representante do Conselho Nacional de Proteção aos Índios acompanhado do General José Viera da Rosa e do Major Telemaco de Paula Rodrigues esteve ontem no gabinete do titular da Agricultura, Sr. Apolônio Sales, a fim de apresentar esses dois oficiais que responderão pela chefia e subchefia da Expedição de pesquisa Sertaneja organizada por aquele ministério... A referida expedição, de caráter fundamentalmente geográfico, tem igualmente o objetivo de contribuir para a confecção da futura carta etnogeográfica do Brasil com valiosos elementos, pois será explorada uma região totalmente desconhecida, qual seja a Mesopotâmia compreendida entre os rios Araguaia e Xingu, devendo fazer a determinação de um rio novo, ainda desconhecido na carta geográfica. Esse rio foi descoberto por um seringueiro em 1911 e tem o nome de Rio Liberdade”¹⁴¹

Assim como aconteceu em outras expedições relacionadas à Comissão Rondon, a Mesopotâmia Araguaia-Xingu não foge à regra e possuía múltiplos interesses, tais quais: topografia, história natural, astronomia e geografia. Dessa forma, profissionais de diferentes áreas integraram a comissão que tinha como destino a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, situada na fronteira entre Mato Grosso, Goiás e o atual estado de Tocantins.

Função	Nome	Especificação
Chefe	General José Vieira da Rosa	Gen. De Divisão reformado do Exército. Ocupa-se de Geografia, Topografia, História e História Natural
Sub Chefe	Major Telêmaco de Paula Rodrigues	Major reformado do Exército. – Topógrafo
Médico e Chefe do Serviço de História Natural	Ten. Dr. Othon Xavier de Brito Machado	Ten. Médico da reserva de 1ª. Classe do Exército. - Botânico e Zoólogo

¹⁴⁰ Arquivo do Museu do Índio, Relatório do CNPI 1945, 732.

¹⁴¹ *Jornal do Comércio*, 05 de julho de 1945.

Astrônomo e Topógrafo	Dr. Adolfo Odebrecht	Engenheiro Civil. Inspetor aposentado da repartição dos Telégrafos – Astrônomo
Geólogo e Paeontologista	Dr. Ney Vidal	Engenheiro Agrônomo – Naturalista classe K do Museu Nacional e colabora na expedição em nome de sua repartição nos termos dos regulamentos respectivos
1º Auxiliar de Engenheiro	Leolídio di Ramos Caiado	Acadêmico de Direito. Tem prática de exploração no sertão goiano
2º Auxiliar de Engenheiro	Leovídio di Ramos Caiado	Acadêmico de Aeronáutica. Conhece motores. Tem prática de explorações no sertão goiano
1º. Rádio Telegrafista	3º. Sargento RT3 Eduardo de Vasconcelos	3º. Sargento do Serv. de Transmissões do Exército. Téc. de transmissões e mecânico de radiotelegrafia e telefonia. Foi posto à disposição do Cel. Chefe do SCCMT
2º. Rádio Telegrafista	Bartolomeu da Cunha Marinho	Tem prática em serviços de rádio, transmissão e recepção
Cinematografista	Amaury Corrêa Bento	Auxiliar de cinematografia e fotografia da equipe geográfica funcionando no SCCMT
Taxidermista	Waldemar dos Santos Selva	Taxidermista-auxiliar da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura e colabora com a expedição em nome de sua repartição
Auxiliar dos Serviços Gerais	Diderôt Pinheiro da Câmara	Artífice do C.N.P.I. funcionando no SCCMT. Tem habilidade manual, podendo auxiliar em qualquer dos serviços

Jaguaribe os instruiu a contratar entre dez e quinze locais, incluindo os índios Carajás, habitantes daquela região, a fim de realizar trabalhos como carregadores, canoieiros, caçadores, etc. Tendo em vista que a tribo indígena em questão era conhecida pela fácil convivência com outros povos. Inclusive, em 1940, o presidente Getúlio Vargas havia estado na Ilha do Bananal e estampou capas de jornais junto aos nativos.

Os integrantes da empreitada saíram do Rio de Janeiro em direção ao Oeste em 21 de julho de 1945. Segundo Leoldio Caiado (1952:6), deveriam ter feito antes, mas por questões burocráticas, o financiamento só tornou possível que partissem naquele período, que não era considerado ideal para o reconhecimento que iriam realizar. Jaguaribe também apontou para o atraso quando indicou um “prejuízo de causa” posto que a expedição devesse partir, no máximo em maio, deste modo já havia perdido três meses da época seca do ano. Quando estive em Mato Grosso, também ouvi de muitas pessoas que agosto seria o mês limite para se conhecer o estado.

A principal preocupação de Jaguaribe era o conhecimento e exploração do rio Liberdade, localizado por um seringueiro cearense em 1911, que corre na Mesopotâmia Araguaia-Xingu. Para o cartógrafo, uma exploração do rio Liberdade, mesmo no caso que não se demonstrasse navegável, poderia esclarecer questões acerca de sua natureza, mesmo que ficasse restrito a tal região desconhecida, já seria muito. Ainda: com a introdução do rio na Carta de Mato Grosso, poderia se localizar em função de sua bacia e dos cursos conhecidos do Xingu, do Culuene e do Araguaia¹⁴².

Para os trabalhos topográficos, em Goiás seriam realizadas observações barométricas. A indicação era de que o General José Viera da Rosa deveria colher informações com *pessoas práticas* e com *pessoas eruditas* sobre o itinerário e, se possível, obter plantas topográficas, croquis, cartas quaisquer, que pudessem servir como documentos a fim de melhorar a representação daquela região na Carta de Mato Grosso. Pois toda a região entre o Meridiano de Goiás e o rio Araguaia faria parte do mapa¹⁴³.

O levantamento do rio Tapirapés também aparece como destaque nas orientações. A ideia seria fazer uma representação do rio, seus canais, confluências, lagoas marginais, seus maiores afluentes e a caracterização da cabeceira principal.

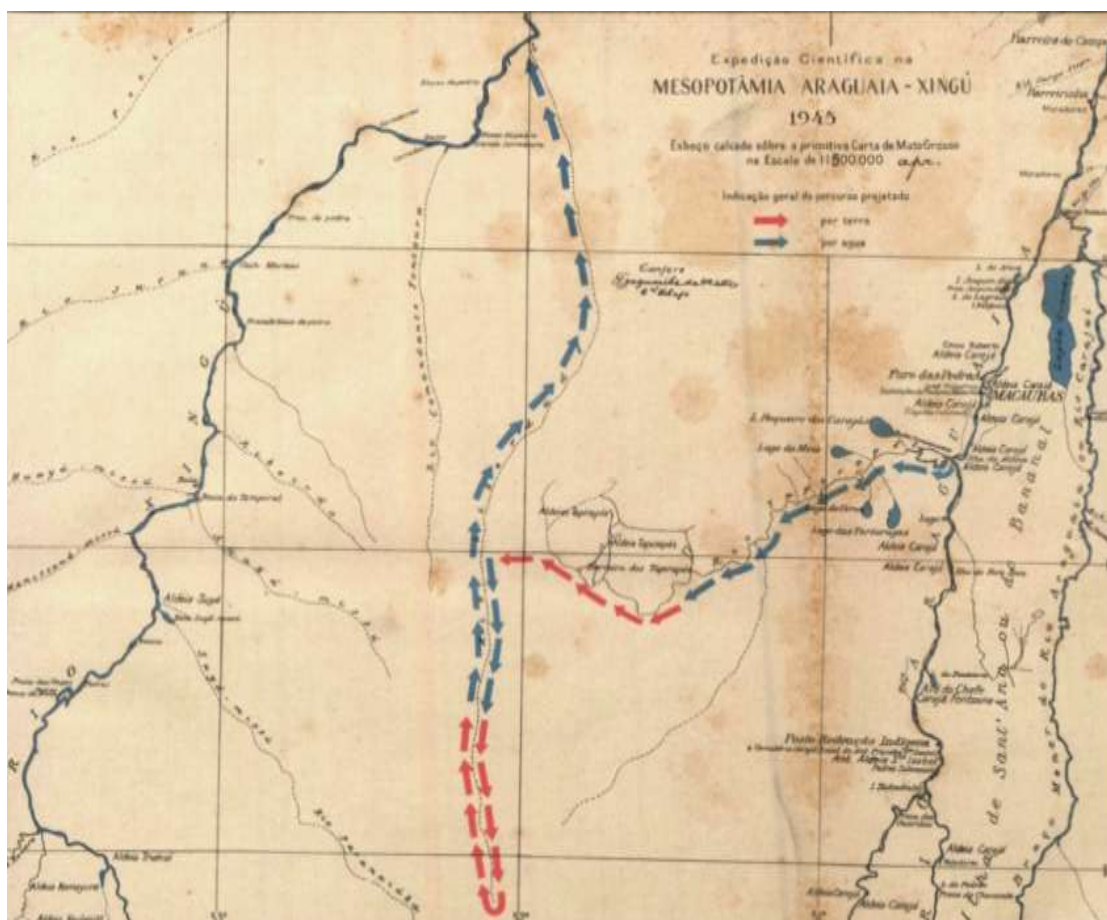
Dois objetivos essenciais acerca dos resultados sobre História Natural seriam: definir a fisiografia das regiões atravessadas, pois isto representaria o enriquecimento da

¹⁴² Arquivo do Museu do Índio, Relatório do CNPI 1945, p. 732.

¹⁴³ Idem, p.735

geografia descritiva a fim que obtivesse caráter científico pela interpretação mesológica, ou seja: natureza geológica do solo, hipóteses sobre a sua formação, sua vestimenta florística e características próprias. A outra meta era reunir novos espécimes para enriquecer o Museu Nacional.

No relatório, as instruções de Jaguaribe aparecem de forma extremamente detalhadas, mas giram em torno dos quatro eixos apontados. Nenhuma explicação etnográfica acerca do convívio com os índios Carajás foi colocada. Também foi produzido um mapa com o itinerário da expedição, conforme pode ser visto:



Mapa da Expedição Científica Mesopotâmia Araguaia-Xingú Arquivo do Museu do Índio- Microfilme: 386 - fotograma: 111

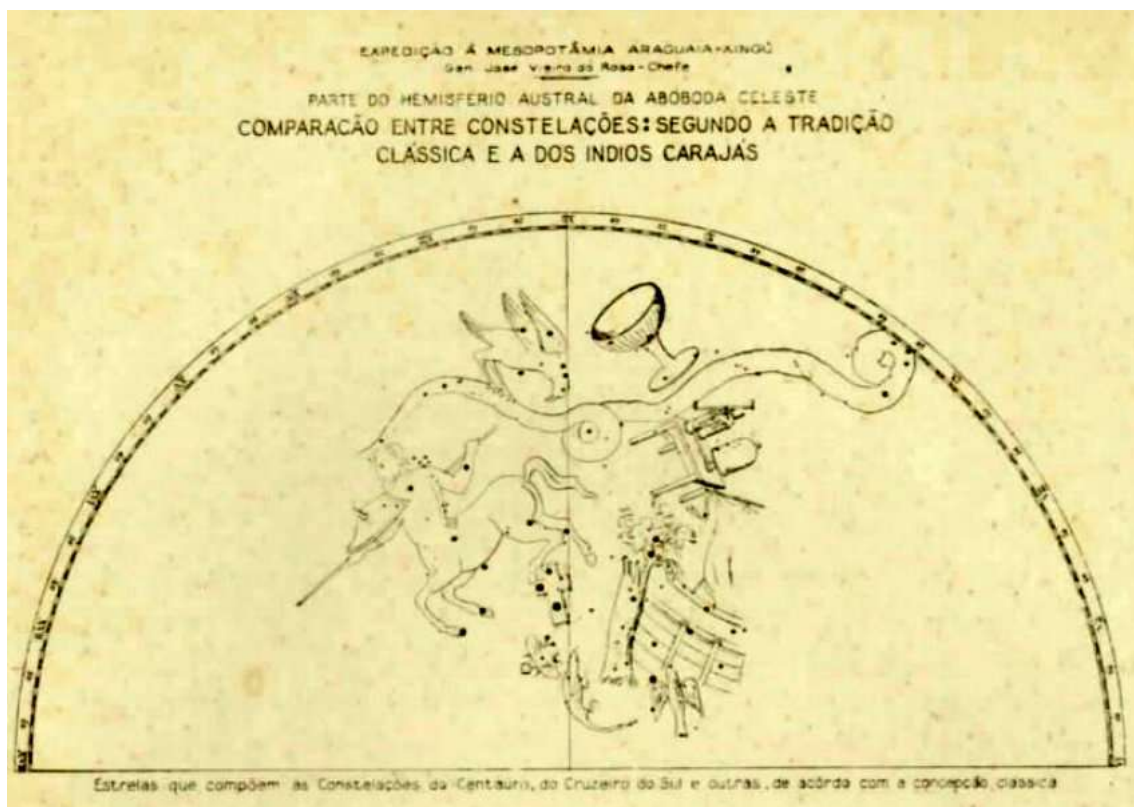
Othon Xavier de Brito Machado (1896-1951) foi um homem de inúmeras habilidades: era médico, docente em botânica, farmácia e naturalista. Além disso, era membro de instituições científicas internacionais, tais quais: *Societé Zoologique de France*, *Societé Linnéenne de Lyon*, Sociedade Portuguesa de História Natural... Como integrante da Expedição Mesopotâmia Araguaia-Xingú, tinha dupla incumbência

(médico e botânico) e produziu dois relatórios sobre a incursão ao Oeste: um sobre Botânica e o outro sobre os Carajás. Para essa pesquisa, o segundo relato é o mais relevante, pois constam algumas informações referentes que interessaram a Jaguaribe.

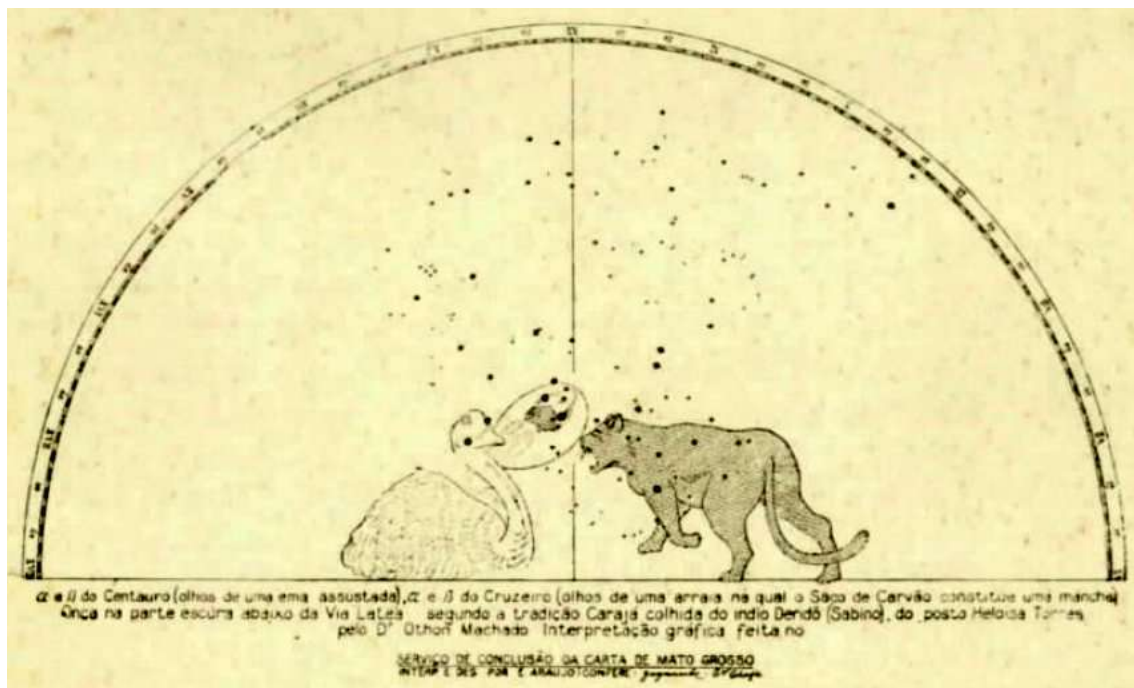
É importante destacar que o relatório “Os Carajás: contribuição ao estudo dos indígenas brasileiros” foi agraciado com o Prêmio João Ribeiro (Filologia, Etnografia e Folclore) pela Academia Brasileira de Letras que tinha como comissão julgadora Rodolpho Garcia, Manuel Bandeira e Getúlio Vargas. Na publicação, Othon descreve vestuário, ornamentos, tradições, divisões de trabalho, armas, criminalidade, religião, casamento, morte, vocabulário... De fato, é um trabalho de fôlego, mas apenas um item chamou a atenção de Jaguaribe: a astronomia carajá:

“Tão interessado fiquei pela descrição que ele fez do aspecto de um trecho do hemisfério Austral da Abóbada Celeste e do Cruzeiro do Sul, e o Saco de Carvão, segundo relato do índio Deridô (Sabino) do posto indígena Heloísa Torres, que me prontifiquei a fornecer um gráfico representativo da concepção indígena. Para melhor apreciação da legenda Carajá, mandei executar “vis à vis” do da comparação sobre a mesma região do céu, servindo-me para isto do “Atlas Celeste de Ch. Dien” e do “Planisphère Céleste de J. Forest”. A cópia das antigas constelações e o desenho as concepção indígena foram executados pelo cartógrafo Emanuel de Sousa Araújo. Salvo alguns conselhos sobre a posição da cabeça e do pescoço da ema e sobre a colocação da arraia em perspectiva, por trás das outras figuras, tudo é mais fruto do pendor natural do meu distinto auxiliar referido, que possui verdadeira vocação para o desenho e para pintura do gênero.¹⁴⁴”

¹⁴⁴ JAGUARIBE, Francisco in MACHADO, Othon. *Os Carajás: contribuição ao estudo dos indígenas brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947 p.10.



Não é de se estranhar que o céu dos carajás tenha despertado o interesse de Jaguaribe em relação à astronomia, tendo em vista que a cartografia é uma ciência diretamente ligada à primeira¹⁴⁵.



¹⁴⁵ Para saber mais: GESTEIRA, Heloisa Meireles; VALENTE, Maria Esther Alvarez; VERGARA, Moema de Rezende. *Olhar o céu e medir a terra*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.



Othon Machado e os Carajás

Fonte: Arquivo do Museu do Índio - FUNAI, Expedição Mesopotâmia Araguaia-Xingu – SPI 10685 e SPI 10705

Outra perspectiva da expedição é oriunda do então auxiliar de engenheiro Leolídio Caiado por meio do seu livro “Expedição Sertaneja Araguaia-Xingu (1945)”. A sua publicação tem o prefácio escrito pelo intelectual Zoroastro Artiaga, diretor do Museu do Estado de Goiás à época.

Leolídio Caiado (1921-2008) pertenceu a uma tradicional família goiana, filho de Leão di Ramos Caiado e Ilídia Maria Perilo Caiado, além do seu irmão Leovídio Caiado que o acompanhou durante a expedição, o caçula da família, Leonino Caiado (1933) foi prefeito e governador de Goiás na década de 1970. Leolídio Caiado é primo do atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado (1949).

“Convidados a participar da expedição que deveria seguir para o Oeste antes da seca, a fim de se aproveitar a época apropriada para excursões desse gênero, naquelas longínquas paragens ocidentais, eu e meu mano Leovídio, de quem falarei linhas adiante, aceitamos o convite do Cel. Jaguaribe, antigo conhecido dos nossos maiores em Goiás... Acredito que o objetivo dessa distinção foi pelo conhecimento que temos como filhos de plagas goianas, da vida sertaneja e o natural desprendimento com que enfrentamos as lutas contra as intempéries e agressividade dos sertões”. (Caiado, 1952:14)

Jaguaribe conferiu aos irmãos as tarefas de chefiar a classe de trabalhadores braçais, além de auxiliarem a chefia o serviço de agrimensura. Também foi explicado aos irmãos Caiado que a finalidade da expedição era alcançar, explorar e localizar o rio de nome Liberdade (Caiado, 1952:7).

A narrativa de Caiado possui um teor bastante heroico e orgulhoso. Acampamentos com chuvas, dificuldades para se alimentarem, tensão entre os integrantes, falta de verba e material adequado... Tudo parece ter sido escrito como uma grande justificativa para o grupo não ter conseguido chegar ao rio Liberdade:

“As grandes cheias, os temporais, as tremendas tempestades dos descampados, não tardariam muito, e tudo isto era contra a expedição, constituindo mesmo, o mais sério dos obstáculos.” (Caiado, 1952:48)

Embora imbuído de tal missão, Leolídio duvidava da existência do rio Liberdade, partindo da hipótese de se tratar do braço de alguma ilha, formado pelas águas do Xingu. Segundo Caiado:

“O General (Vieira da Rosa) trazia uma mapa desenhado no Serviço Geográfico do Exército, que possibilitava o encontro das nascentes do rio Liberdade, o que seria fácil identificar, porque, com a variação da possibilidade astronômica, qualquer cabeceira que aparecesse, além da do Tapirapés, que não constasse na carta, deveria ser indício pelo menos. Dispôs-se, por isso mesmo, a restringir nesta derradeira fase da estiagem, o programa da Expedição, desistindo de aprofundar nas matas do Xingu, conforme estava projetado. Deixando à margem a hipótese acima, e que, aliás, pode ser a verdadeira, persistirei em minha suposição, deduzida desde o momento em que atingimos a região cabeceira do Tapirapés e aproximamos do divisor de águas das duas vertentes opostas: Xingu e Araguaia, Grandes rios, tais como Araguaia, Mortes, Xingu e outros, comumente se desmembram em vários braços, formando extensas ilhas. Às vezes, na embocadura desses braços, ou nos percursos de seus leitos, temos a ideia de que estamos em algum afluente. Assim sendo, se nós atingirmos uma ilha. Sem primeiro termos conhecido a sua origem é possível e até justo, que afirmemos ser um daqueles braços, rio afluente. É o que suponho, tenha acontecido ao ilustre desbravador e seringueiro, Sr. Olimpio. Ao ser atacado pelos índios, ele e os companheiros procuraram o vale do Xingu, único roteiro por onde escapariam ilesos. Durante o forçado trajeto, alcançaram as margens de garboso rio que supuseram ser o Xingu. Com improvisada embarcação acompanharam as águas e escaparam da perseguição dos nativos. Após viajarem longo espaço de tempo foram tomados de surpresa, porque deram na embocadura de um rio maior que o primeiro. Daí concluíram que o caudal mais possante era o Xingu e o menor, o ditoso caminho, verdadeira porta da salvação, que de fato serviu para libertá-los, seria ainda incógnito e desconhecido e muito propriamente foi batizado com o nome de Liberdade. De maneira que esse rio oculto nas selvas do Xingu, cujas nascentes permanecem intactas, desafiando os mais intrépidos bandeirantes modernos,

pode ser braço de alguma ilha grande formada pelas águas do Xingu. (Caiado, 1952:51)

Dez anos depois, Orlando Villas Boas escreveu um especial “Explorando o rio Liberdade: descendo o Xingu e encontrando os seus índios” para o jornal A Gazeta¹⁴⁶, comprovando a hipótese de Jaguaribe.

Leolídio Caiado é conhecido como um precursor das causas ambientais na região. Em seu relato da expedição, a preocupação é evidenciada:

“Pescadores irresponsáveis, fora da época da desova, espreitando as tartarugas na quietude das noites, praticam o fenômeno chamado “viração”. Para retirarem os ovos, abrem o casco do animal, na solidão das praias, à mercê dos urubus, deixam as carcaças do ovíparo.” (Caiado, 1952:42)

Em 13 de dezembro a expedição retornou ao Rio de Janeiro sem ter atingido o rio Liberdade, mas trazendo considerável material científico e o levantamento do Rio Tapirapés. Pelo visto, Luiz Moreira de Paula não foi o único a ter tido problemas com Jaguaribe.

“Outrora, camarada, prestativo, estava agora, o “Cel. de Gabinete” a nos receber friamente, denotando certa prevenção, sem fazer indagação alguma sobre o que havia de verdade, a respeito da expedição, como se já estivesse ciente de tudo. E, após, breve conversa, despedimo-nos e fomos ao Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Entretanto, naquele momento, estivera no gabinete do citado Cel. Jaguaribe, o subchefe da Expedição, Sr. Major Telêmaco Rodrigues, que, em nossa presença disse ao Cel. que não tínhamos conseguido alcançar o rio da Liberdade, por lhes terem dado demais pequena, e termos saído do Rio já fora de tempo, restando-nos pois, espaço restrito de seca para fazermos a incursão na imensa bacia do Xingu. O chefe, por sua vez, sem se recordar que nos concedera licença e alguns dias de folga para demorarmos em Goiás fez o seu relatório e apresentou-se sobre o pessoal da Expedição, sem nós outros, e, mais tarde, soubemos que ele praticou acusações contra nós, responsabilizando-me e a meu irmão pelo fracasso da Expedição. Declarou que fazíamos e desfazíamos sem obediência às ordens superiores e que, finalmente, os havíamos forçado ao regresso. Somente um homem se interessou em conhecer as verdades dos fatos ocorridos durante o percurso da Expedição e de tudo ficou ciente: O General Rondon... publicando esse trabalho, deixo aqui perpetuados, em nome da memória do mano, que faleceu pouco depois, o meus agradecimentos ao Gal. Rondon e o meu protesto contra os ataques injustos acima relatados.” (Caiado, 1952:145)

Também é curioso notar como, assim como o Tenente Luiz Moreira de Paula, Leolídio Caiado atacou Jaguaribe por ele ocupar a posição de cartógrafo de gabinete. O fato do personagem não ir a campo é menosprezado em ambos os depoimentos.

¹⁴⁶ https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/15207_20100818_113011.pdf acessado em 05/09/2019.

Em 2010, foi inaugurado em Goiânia o Parque Ecológico Leolídio di Ramos Caiado¹⁴⁷.



Leolídio Caiado durante a Expedição Mesopotâmia Araguaia-Xingu
Fonte: Reprodução de fotografia extraída do livro “Expedição Sertaneja Araguaia-Xingu”.

3.4 - A publicação da Carta de Mato Grosso e o Parque Indígena do Xingu

“Temos o imenso prazer de consignar aqui o fato memorável de terem sido afinal concluídos todos os trabalhos cartográficos da Carta de Mato Grosso, sob a direção do nosso antigo e provector cartógrafo Cel. reformado do Exército Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, o qual fez e entrega à Companhia Litográfica Ipiranga de São Paulo, das nove folhas que se compõe a dita carta”¹⁴⁸

Finalmente, depois de décadas que o SCCMT fora institucionalizado, no dia 21 agosto de 1952, o jornal *O Estado de Mato Grosso*¹⁴⁹ noticiou que um exemplar da Carta de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas fora impresso e havia sido submetido a um primeiro exame pelo então Ministro da Guerra, Ciro do Espírito Santo Cardoso, Rondon e Jaguaribe. Durante a averiguação havia também autoridades militares que se

¹⁴⁷ <https://www.opopular.com.br/noticias/80-anos/leol%C3%ADdio-di-ramos-caiado-1.1491154> acessado em 20/08/2019

¹⁴⁸ Arquivo do Museu do Índio, Relatório do Conselho Nacional de Proteção aos Índios 1949/1950, p.399.

¹⁴⁹ *O Estado de Mato Grosso*, 21 de agosto de 1952.

encontravam no Quartel General. O periódico ressaltou que o Ministério da Guerra havia sido o único financiador que nunca abandonara a assistência aos trabalhos de campo realizados para a Carta de Mato Grosso e que naquela ocasião, o mapa se apresentava como um objeto enriquecedor da geografia nacional. No entanto, segundo Relatório do CNPI, consta que ocorreram interrupções na verba cedida por esse ministério¹⁵⁰. A notícia também destacava que na noite anterior, Jaguaribe e Rondon foram apresentar o mapa a João Cleofas, então Ministro da Agricultura.



Apresentação da Carta de Mato Grosso ao Ministro da Agricultura. Da esquerda para a direita: Antonio dos Santos Oliveira (CNPI) Júnior, Marechal Cândido Rondon, Cel. Amílcar de Magalhães (secretário/CNPI), João Cleofas (Ministro da Agricultura), Francisco Jaguaribe e dois funcionários do Ministério da Agricultura. Fonte: Acervo pessoal da Família Jaguaribe de Mattos.

A recepção da notícia acerca da finalização do mapa foi amplamente divulgada na imprensa. Um dos jornais mais em relação ao mapa e a Jaguaribe foi o *Correio da Manhã*:

“A Carta de Mato Grosso, agora impressa, representa um dos maiores empreendimentos brasileiros no setor das atividades sertanistas e geográficas. Os trabalhos tiveram início com as explorações do General Rondon [...] Foi o

¹⁵⁰ Arquivo do Museu do Índio, Relatório do Conselho Nacional de Proteção aos Índios 1949/1950, p.402.

General Francisco Jaguaribe de Mattos quem dirigiu todo o trabalho técnico de elaboração e desenho da carta. Nesta, além do imenso material coligido pelas expedições da Comissão Rondon, o General Jaguaribe considerado o mais erudito conhecedor da geografia brasileira, acumulou todo o saber geográfico pré-existente e enorme cópia de informações e dados pesquisados nos arquivos brasileiros e europeus [...] Dando ao país uma acurada carta de suas regiões centrais, o Ministério da Guerra não realiza apenas um trabalho de alto valor militar, mas possibilita, com a cartografia do terreno, o futuro desenvolvimento daquelas regiões ¹⁵¹”.

Em setembro de 1952, o mapa foi concluído. Como foi visto, apesar de outrora ter existido a possibilidade de o mapa ter sido impresso na Europa, sua reprodução ocorreu em São Paulo pela Cia Litográfica Ipiranga, conforme acordado em 1943. A carta é um conjunto de nove folhas, medindo cada uma 88 cm X 78 cm, de modo que, colocadas lado a lado e ajustadas corretamente, atingem mais de quatro metros quadrados de informação cartográfica, ajustada a uma escala de 1:1,000,000 em projeção Policônica Americana. A Carta foi composta a cores, sob patrocínio dos Ministérios da Guerra e da Agricultura, além do governo de Mato Grosso e teve uma tiragem de 3.000 exemplares em sua primeira e, talvez, única edição. (Souza Lima Junior, 2011 p.60)

Um entusiasmado Rondon em seu discurso no dia da entrega da Carta de Mato Grosso, em setembro de 1952, relatou ¹⁵²:

“Não haveria melhor, nem mais moderno documento para isto, baseamo-nos na carta de Pimenta Bueno para as nossas previsões e com ela em punho íamos penetrando até então virgens das caminhadas dos civilizados, o que nos permitiu o confronto da antiga carta com os dados que diretamente íamos colhendo em nossa travessia do vasto sertão... Não somente pudemos desta forma retificar inúmeros erros evidenciados nesse confronto, como também gozamos da oportunidade de anotar inúmeros acidentes geográficos que não constavam daquele mapa, magnífico para época que foi organizado (1880).”

Sobre Jaguaribe:

“A confecção da Carta de Mato Grosso foi confiada a um cartógrafo e geógrafo tenacíssimo, cujo nome é conhecido e acatado não apenas no Brasil, mas nos meios científicos europeus. Julgo ter ele conseguido o máximo que seria possível dentro das difíceis circunstâncias ocorridas. Peço ao Sr. Ministro que convide o General Jaguaribe de Mattos a descrever as características de seu monumental trabalho”

¹⁵¹ *Correio da Manhã*, 17 de agosto de 1952.

¹⁵² Arquivo do Museu do Índio- FUNAI, Microfilme 1C fotogramas: 4472 e 4484.

Embora a carta tenha sido custosa e demorada para ser produzida, ainda constavam vazios cartográficos preenchidos com o termo: inexplorado. A feição topográfica mais privilegiada na Carta de Mato Grosso é a presença de “novos” rios e a correção de outros já conhecidos, com suas respectivas nascentes, desembocaduras, afluentes e percursos. Podemos inferir que a questão hidrográfica há muito mobilizara a Comissão Rondon, um exemplo disso é a Expedição Roosevelt, ou ainda, inúmeros relatórios sobre levantamentos de rios. Além disso, o interesse de Jaguaribe sobre o tema era notório: nas duas expedições que foram apresentadas aqui, em seu trabalho apresentado no III Congresso Internacional de História das Ciências e também em seu Plano de Viação Fluvial, publicado em março de 1949 na Revista do Clube de Engenharia, mas não efetivado. As duas últimas missões citadas serão contempladas no capítulo seguinte.

Outro ponto bastante relevante são as marcações de terras indígenas e postos do Serviço de Proteção ao Índio. Fato que não nos causa surpresa quando pensamos nos últimos anos do SCCMT sob a tutela do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, presidido por Rondon. Nesse sentido, é interessante pensar em como a Carta de Mato Grosso apresenta uma ambiguidade: se por um lado ela nos apresenta um estado com sede para ser explorado, por outro, a preservação de terras indígenas está evidenciada. Tal qual o seu autor. Até por isso, não causa estranhamento (ou deveria causar?) o fato do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, onde 1/3 de sua verba era destinada ao SCCMT, ser subordinado ao Ministério da Agricultura. Pois, o órgão que deveria proteger e preservar indígenas e suas terras relacionado a interesses agrícolas é, no mínimo, contraditório.

Além disso, é importante mencionar que a carta também não ignorou os voos aéreos de reconhecimento do território levantados pela Fundação Brasil Central. Tais rotas estão sinalizadas no mapa. Também considero notório o capricho de Jaguaribe no que diz respeito ao desenho, tipo de letras, paleta de cores. A carta, embora tenha uma trajetória burocrática e cheia de altos e baixos, é essencialmente um trabalho artístico.



Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas. Montagem livre realizada por Daniel Lamas, a partir das nove folhas disponibilizadas pela Fundação Biblioteca Nacional.

O Arquivo Público de Mato Grosso foi o único lugar que encontrei a carta montada, inteira. Foi emocionante e devastador porque as condições de conservação eram péssimas, o mapa estava bastante deteriorado e até rasgado. Ainda temos muito que melhorar no que diz respeito à questão de preservação documental no Brasil.



Fotografia feita por mim, em visita ao Arquivo Público de Mato Grosso (2017)

Sobre a entrega dos exemplares ¹⁵³:

1. Presidente da República (23/9/1952)
2. Ministro da Guerra (26/09/1952)
3. Governador do Estado de Mato Grosso (Primeira quinzena de outubro)
4. Biblioteca Nacional (sem data)

Além disso, foi noticiado em 10 de fevereiro de 1953 no *Estado de Mato Grosso* que o grande simpatizante e colaborador da “causa” Júlio Müller também recebera um exemplar do mapa juntamente com telegrama.

Uma vez que a carta foi publicada, várias palestras, que tinham por objetivo central apresentar o mapa, foram ministradas por Jaguaribe. Um exemplo disso foi uma exposição a convite da Sociedade Brasileira de Geografia (SBG) no auditório do

¹⁵³ Arquivo do Museu do Índio, Microfilme 380, Fotograma: 600.

Ministério da Educação, em novembro de 1953¹⁵⁴. O evento contou com numeroso público, incluindo representante do presidente da república, vários ministros, autoridades civis e militares, professores, geógrafos e sertanistas. Jaguaribe começou a conferência elogiando aos trabalhos de campo executados pela Comissão Rondon e que todo o esforço de levantamentos e pesquisas havia sido aproveitado na Carta de Mato Grosso por mais de trinta anos. Além disso, frisou os nomes Renato Rodrigues Pereira, Pedro Ribeiro Dantes, Manoel Rabelo e João Salustiano Lyra pelo alto valor de seus trabalhos que permitiram que a Carta chegasse a grande precisão cartográfica. A questão dos rios também foi abordada, fazendo com que Jaguaribe mencionasse sua pesquisa sobre as bacias hidrográficas e o seu Plano Geral de Viação Fluvial, que àquela altura encontrava-se em curso no Congresso. Por fim, salvas de palmas em homenagem ao mapa, a Jaguaribe e a Rondon que não pode comparecer em razão de sua avançada idade¹⁵⁵. O teor das palestras que ocorreram à época era basicamente o mesmo, sendo que a figura de Rondon era sempre saudade e digna de grandes homenagens, incluindo a ideia de Jaguaribe de que o nome do marechal deveria nomear um meridiano.



Jaguaribe em sua palestra realizada no Ministério da Educação, organizada pela Sociedade Brasileira de Geografia. Fonte: *Diário Carioca*, 15 de novembro de 1952.

¹⁵⁴ *Correio da Manhã*, 11 de novembro de 1953.

¹⁵⁵ *Correio da Manhã*, 16 de novembro de 1953.

Em 1955 um filme foi feito sobre a Conclusão da Carta de Mato Grosso¹⁵⁶. A película era exibida em palestras sobre a Comissão Rondon/Carta de Mato Grosso e eventos do CNPI. O filme, narrado por Marino Netto, apresenta o local onde funcionava o Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, tendo Rondon e Jaguaribe como principais personagens que aparecem e agem artificialmente como se ignorassem o fato de estarem sendo filmados. Além de autoridades, também aparecem trabalhadores do SCCMT, inclusive Charlotte Sophie Rosenbawn, fotógrafa e cinegrafista. Charlotte foi a única mulher envolvida na produção da Carta de Mato Grosso.



Imagem de Jaguaribe e Rondon extraída da película “A Conclusão da Carta de Mato Grosso”.
Fonte: Arquivo do Museu do Índio-FUNAI

No ano de 1955, a questão de distribuição dos exemplares ainda era discutida. Em plena capa do Estado de Mato Grosso foi publicada uma carta que Francisco Jaguaribe fez uma carta ao então Deputado Federal João Ponce Arruda (que como mencionado outrora, chegou a visitar as instalações do SCCMT). O cartógrafo explicou os critérios e razões pelas quais o deputado ainda não tinha o seu exemplar do mapa. Jaguaribe iniciou esclarecendo que, primeiramente, buscou-se contemplar as entidades oficiais incluídas, assim como os seus administradores e colaboradores diretos, tanto no trabalho de campo, quanto no escritório. Também afirmou que o nome de João Ponce há muito constava na lista, pois não haviam esquecido a importância do convênio entre

¹⁵⁶ Para assistir: <https://www.youtube.com/watch?v=GMZq4ryDyjU> Conselho Nacional de Proteção aos Índios. *Conclusão da Carta de Mato Grosso*. Filme: película (5 min. 05 seg.), 35 mm, p&b, 1 rolo. Filme montado junto com o filme *Epopéia da Comissão Rondon*. Português. Brasil, 1955- Arquivo do Museu do Índio-FUNAI

o Estado de Mato Grosso e o Ministério da Guerra enquanto Ponce atuou como Secretário Geral do Estado. Jaguaribe encerrou pedindo uma lista de representantes de Mato Grosso na câmara e no senado a fim de enviar um exemplar simples do mapa¹⁵⁷.

O mais curioso, além do “retardamento” em busca de um exemplar da Carta de Mato Grosso, é o título da matéria: Leia, conheça e julgue. Talvez, se justifique pelo fato de que naquele período, Ponce era candidato ao governo de Mato Grosso. Ou será que os alvos seriam Jaguaribe e/ou Rondon como *persona non grata*? Fica a dúvida.

O Parque Indígena do Xingu

Podemos dizer, sem pestanejar, que a aventura indígena de Rondon começou no início da Primeira República, conforme foi abordado no capítulo 1. Diferentemente, Jaguaribe teve maior aproximação com a questão indígena quando o SCCMT passou a funcionar como “um braço” do CNPI, apenas na década de 1940. A partir de então, os trabalhos passaram a andar bem próximos. Um bom exemplo disso é o caso da Expedição Mesopotâmia Araguaia-Xingu, conforme foi visto.

Ainda sobre a relação de Jaguaribe com os indígenas, uma vez que Vargas decretou, em 1943, que o dia 19 de abril seria o Dia do Índio, os anos seguintes seriam marcados por eventos culturais e cerimônias públicas. O Conselho Nacional de Proteção aos Índios era responsável pela Semana do Índio, onde Jaguaribe tinha participação efetiva ao lado de Rondon. Na Semana do Índio, em 1945, por exemplo, como encerramento da Semana do Índio, a Sociedade de Geografia, sediada na Praça da República, recebeu Jaguaribe para uma palestra intitulada “Evidências da contribuição americana para a civilização oriental” a qual, o conferencista abordou a situação dos indígenas na América pré-colombiana e fez um paralelo comparativo entre colonizados e colonizadores, enaltecendo o desenvolvimento histórico dos ameríndios brasileiros por meios dos estudos antropológicos e etnográficos. Por fim, foram exibidos três filmes oficiais do CNPI sobre as colônias organizadas pelo SPI e sobre as últimas expedições na região do rio Xingu¹⁵⁸.

¹⁵⁷ *O Estado de Mato Grosso*, 10 de julho de 1955.

¹⁵⁸ *Jornal do Comércio*, 27 de abril de 1945.



Rondon e Jaguaribe na Semana do Índio de 1946. A ocasião era a solenidade de lançamento da pedra fundamental da Casa do Índio, em terreno existente à rua Jardim Botânico.

A preocupação em evidenciar os territórios indígenas, conforme apresentado na carta, já aparece no relatório do Conselho Nacional de Proteção aos Índios do ano de 1944, quando foi mencionado que seria conveniente organizar uma carta com a distribuição dos povos ameríndios. Logo, é apontado que, dependendo da conclusão da Carta de Mato Grosso, a ideia se tornaria viável¹⁵⁹. Além disso, em 10 de setembro de 1948, Jaguaribe enviou uma carta ao Sr. Joaquim Fausto Prado, chefe de Inspeção Regional do SPI:

“A fim de ser utilizada como contribuição para a Carta de Mato Grosso, que está sendo concluída neste Serviço, rogo vossas providências para que seja cedida pelo empréstimo a este Serviço, a planta de conjunto que aí se acha, desenhada pelo Cel. Nicolau Bueno Horta Barboza, relativa às regiões do Niutaca, Pitôco e Nabileque. O original que me enviardes será copiado neste Serviço e devolvido logo depois, juntamente com uma duplicata ou reprodução. Escusado será dizer-vos que o acréscimo dos detalhes dessa planta que agora solicitamos, melhorará a carta no tocante a essa região de índios e facilitará, no futuro a tarefa do SPI”¹⁶⁰

Portanto, não é exagero afirmar que, durante a década de 1940, Jaguaribe estivera ligado diretamente aos assuntos de natureza indígena que iam muito além de celebrações e, sim sobre a seriedade das demarcações territoriais.

Uma grande surpresa que tive ao realizar essa pesquisa (talvez, a maior delas) foi encontrar um vínculo entre a Carta de Mato Grosso e Jaguaribe à criação do Parque

¹⁵⁹ Arquivo do Museu do Índio, Relatório do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1944 p. 356.

¹⁶⁰ Arquivo do Museu do Índio, Inspeção Regional 5, Caixa: 28, Planilha: 267

Indígena do Xingu. Quiçá, pela minha ancestralidade indígena e pela posição de apoiadora das causas de demarcação territorial aos povos originários, entendo que o assunto, de alguma forma, dá mais materialidade ao objeto estudado. O objetivo aqui não é discutir sobre território ou territorialidade indígena, tampouco narrar a criação do parque¹⁶¹, e sim, entender o vínculo do biografado com o projeto da primeira terra indígena homologada pelo governo federal.

A intenção também não é romantizar a criação do parque, pois devido às pesquisas que realizei buscando informações acerca do SCCMT, me deparei com problemas, quase sempre relacionados à questão fundiária, relatados pelos postos do SPI espalhados pelo território mato-grossense. A demarcação de terras por parte desse serviço, inclusive, já era vigente. No entanto, a política de atuação dessa atividade atuava junto aos interesses de ocupação daquela região. A partir da instalação dos postos do SPI em determinada região, os indígenas eram direcionados a pequenos espaços e as terras que pertenciam a eles eram disponibilizadas para expansão e colonização (Brand; Ferreira & Almeida, 2007: 4).

Além disso, também é importante situar que a partir da década de 1940, começou a ocorrer uma transformação fundiária em Mato Grosso. Segundo José Manuel Flores (2018:285), é importante entender que a partir da quarta década do século XX existiu a integração do interior à economia nacional. Sendo assim, o papel do Estado foi essencial para a configuração da fronteira a desapropriação das terras indígenas, tornando possível estabelecer uma nova relação de produção e um novo ciclo de acumulação capitalista nacional. O autor ainda enfatiza que:

“O intenso processo de ocupação de fronteira –baseado na aquisição de terras públicas e projetos de colonização –exerceu pressões cada vez maiores sobre as terras indígenas, que se tornaram alvo de interesse particular, vinculado à produção pecuária” (Flores, 2018:286)

Partindo desse pressuposto, é importante pensar em Mato Grosso como um palco de disputa de terra entre fazendeiros e indígenas. Nesse cenário, a partir da ideia dos irmãos Villas Boas que integravam a Fundação Brasil Central, a noção de demarcar uma grande área a fim de isolar os indígenas que ali viviam (e, se possível, inserir

¹⁶¹ Para entender a criação do Parque Indígena do Xingu: MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

aldeias ameaçadas nesse espaço) (Villas Bôas e Villas Bôas: 2012) parecia uma saída para o conflito. Conforme assinala Menezes:

“ [...] a disputa de terras em área pretendida para o parque acirrou-se de tal forma que se impôs a criação do Parque do Xingu, muito mais em função de uma mediação ao conflito existente, resultado de diversas disputas de interesses locais, regionais e nacionais, do que ao reconhecimento e coroamento de uma dada vertente da política indigenista”. (Menezes, 2000:111)

Rondon, como presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios, acolheu a sugestão, que se tornou uma causa do CNPI. O mapa da primeira concepção de área a ser reservada para o parque indígena foi feita por Jaguaribe a partir dos dados extraídos da Carta de Mato Grosso e o projeto escrito pelo antropólogo do CNPI Darcy Ribeiro (1922-1997). Ambos os documentos foram apresentados a Vargas no início da década de 1950.

Acerca da posição dos indígenas sobre a ideia, não se pode colocar em uníssono a voz de diferentes etnias. O estudo de Garfield (2000) apresenta a diferença, por exemplo, entre os Xavantes, tidos por índios perigosos que não aceitavam a presença do homem branco e a ideia de civilização em relação aos Carajás que, ao contrário dos primeiros, chegaram a trabalhar em postos do SPI. Portanto, embora esteja na minha linha de interesses, não tenho condições de afirmar como reagiram às diferentes etnias que estavam ou foram levadas ao isolamento do parque.

No jornal *Tribuna da Imprensa* foi noticiado que Rondon fez uma reunião em sua residência junto de Francisco Jaguaribe, Antônio Carlos dos Santos Oliveira, e Fernando Corrêa da Costa, então governador de Mato Grosso, para se discutir a proporção de terras do Parque Indígena do Xingu. Nesse encontro, Corrêa e Costa, embora tenha se mostrado preocupado com a causa, não concordou com o tamanho destinado à reserva indígena¹⁶².

O Parque Indígena do Xingu foi inaugurado apenas em 1961, ocupando uma área bem menor do que a prevista no plano inicial. Àquela altura, infelizmente, Rondon já não estava mais vivo para ver a realização do feito. Talvez, por isso, o Xingu seja tão dissociado de seu nome, embora toda a ideia tenha sido concebida enquanto o mesmo era presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios. No decorrer dos anos,

¹⁶² *Tribuna da Imprensa*, 05 de julho de 1955.

Jaguaribe continuou participando do CNPI como conselheiro e ativamente dos eventos da Semana do Índio.

Quem sabe, as histórias de índios as quais Roberto, o neto de Francisco Jaguaribe, se referiu na entrevista, se relacionam a esse período da vida de avô?

Capítulo 4 – Um cartógrafo na História das Ciências

Introdução

Durante o período em que estive pesquisando no acervo pessoal da família Jaguaribe, me deparei com uma grata surpresa: uma publicação de Francisco Jaguaribe em um Congresso Internacional de História das Ciências na década de 1930. Fiquei extremamente entusiasmada, afinal, além de ser algo completamente inesperado por mim, era uma ligação direta, sem rodeios e óbvia entre o biografado e a minha área de formação. Sem dúvidas, o “achado” seria a “cereja do bolo” da pesquisa!

Após ter deixado o Brasil devido a sua participação na Revolução Constitucionalista, como foi visto no fim do capítulo 2, Jaguaribe e família resolveram residir em Portugal. Conforme mencionado, Francelina, sua esposa, era portuguesa e possuía familiares em terras lusitanas. Desse modo, foi decidido que se fixassem no país ibérico, pois lá poderiam contar com algum conforto.

Em Portugal, onde viveu de 1932 até 1935, Francisco Jaguaribe continuou os seus estudos sobre o território brasileiro. Dessa vez, podia contar com os mapas do Brasil produzidos por cartógrafos portugueses em séculos anteriores armazenados nas bibliotecas lusitanas a fim de aprofundar-se sobre o assunto.

Não obstante, por insistência do seu amigo Arlindo Camilo Monteiro (1887-1950)¹⁶³, então secretário do Grupo Português de História das Ciências, Jaguaribe aceitou participar do congresso que Monteiro organizava à época. Tal fato ocasionou desdobramentos que acarretaram em um envolvimento de Jaguaribe com o campo de História das Ciências até os seus últimos dias de vida.

Dito isso, o presente capítulo versará sobre a participação do cartógrafo no III Congresso Internacional de História das Ciências e os efeitos provocados por sua aproximação com os intelectuais que promoviam tal campo de estudo naquelas circunstâncias que envolveu desde a fundação da Academia Brasileira de História das Ciências até um Plano de Viação Fluvial para o Brasil.

¹⁶³ Arlindo Camilo Monteiro foi um médico português com um grande número de publicações sobre História da Medicina em Portugal. Era membro correspondente da Sociedade Internacional de História da Medicina, da Academia Internacional De História das Ciências e da Academia Hispano Americana de Ciências e Artes. Foi um personagem fundamental para a consolidação do Grupo Português de História das Ciências. (Fitas, Rodrigues e Nunes, 2008:222)

4.1- Jaguaribe e o III Congresso Internacional de História das Ciências

A Academia Internacional de História das Ciências foi fundada entre 1927 e 1928, tendo como marco inicial o pedido de Aldo Miele (1879-1950)¹⁶⁴ na revista *Archeion*¹⁶⁵ com a finalidade de que seus colegas, os quais trabalhavam com História das Ciências, se organizassem a fim de terem uma inserção internacional e orgânica no circuito científico.¹⁶⁶ Suponho que o apelo de Miele estivesse relacionado à emergência da construção de redes internacionais, tal qual acontecia em outros campos científicos e também com o estabelecimento dos atores que carregariam a bandeira da área em questão.

Nesse sentido, a pesquisadora Francismary Alves da Silva assinala sobre a importância de determinados personagens na busca da institucionalização da História das Ciências e respectivamente uma academia internacional que a representasse naquele momento:

“É importante notar que a área disciplinar denominada “História das Ciências” alcançou considerável reconhecimento e legitimidade acadêmica no início da década de 1930, em parte graças aos esforços de intelectuais como Aldo Mieli, Abel Rey e George Sarton, entre outros [...] Havia uma cadeira de História da Filosofia da Ciência na Sorbonne, ocupada por Abel Rey. Havia a recém-criada Seção de História da Ciência no Centre de Synthèse, onde figuravam nomes como Henri Berr e Hélène Metzger-Bruhl. A partir do Centre de Synthèse se formaria uma Academia Internacional de História das Ciências por demanda de Aldo Mieli e com participação de George Sarton.” (Silva, 2015:19)

Com a formação da Academia Internacional de História das Ciências, o próximo passo seria a organização de um congresso internacional. E assim aconteceu: o I Congresso Internacional de História das Ciências ocorreu no ano de 1929 em Paris. Não descarto a hipótese, embora não tenha encontrado documentos comprobatórios, que o primeiro contato de Jaguaribe com o campo ocorreu nessa ocasião, pois aconteceu na época em que residia na capital francesa. É possível também que ali os primeiros contatos com os intelectuais da área tenha se estabelecido.

¹⁶⁴ Aldo Miele nasceu na Itália, se formou em química e foi renomado historiador da ciência que possuiu grande protagonismo na legitimação da História das Ciências nas primeiras décadas do século XX. Foi Secretário Perpétuo na Academia Internacional de História das Ciências. Aldo Miele também é conhecido por ter sido um dos ativistas gays mais importantes de sua época.

¹⁶⁵ *Archeion* foi uma revista de História das Ciências fundada por Aldo Miele, em Roma (1919). Também funcionou como um periódico trimestral da Academia Internacional de História das Ciências.

¹⁶⁶ International Academy of the History of Science - A short history of the Academy, 1927 – 1940. Disponível em: <https://www.aihs-iahs.org/en/history/1927-1940>, acessado no dia 4/03/2020.

A segunda edição do congresso (1931) foi realizada em Londres. Segundo Silva, os debates do referido encontro foram de tamanha importância que chegaram com força a Paris, impactando a produção historiográfica francesa daquele período. (Silva, 2015:20)

Tudo estava planejado para que o próximo congresso ocorresse na cidade de Berlim, mas segundo a historiadora Maria Fátima Nunes, o crescimento do nazismo fez com que o evento não fosse realizado na capital alemã. A questão é que dentre os cientistas relacionados à rede de história das ciências, existia um grande número de intelectuais ligados ao judaísmo. Sendo assim, Nunes aponta que outras lógicas entraram em cena: a sociabilidade científica, ou seja, o relacionamento já estabelecido entre Itália e Portugal por meio das figuras respectivas de Aldo Mieli e seu amigo Arlindo Camilo Monteiro foi responsável pela escolha de Portugal como sede do evento. (Nunes, 2010: 321 e 322). Outro fator determinante relacionado ao Grupo Português de História das Ciências foi a conquista de incentivo ao congresso por parte dos poderes públicos a nível governamental e acadêmicos oriundos de três universidades portuguesas¹⁶⁷. (Nunes, 2010:322)

Como mencionado anteriormente, Jaguaribe residia em Portugal. Nesse período teve a oportunidade de entrar em contato com homens eminentes, assim como frequentou centros de estudos e proferiu palestras em Lisboa, Coimbra e no Porto. Sobre os preparativos para o III Congresso de História das Ciências, Jaguaribe relembrou:

“Achava-me em Lisboa quando começaram os trabalhos de propaganda do III Congresso Internacional de História das Ciências que seria inaugurado no Porto, sessões de estudo em Coimbra e encerramento solene em Lisboa. Os meus amigos portugueses convidaram-me para tomar parte no congresso. Recusei por falta de tempo, pois eu retomara os trabalhos da Carta de Mato Grosso, já pelo carácter oficioso de que se revestia esse tentame, dado o auxílio de quase todos os países do mundo, inclusive da Argentina. O Brasil não tinha nenhum representante e presumi que meu comparecimento poderia geral mal entendido. Os meus amigos portugueses não desanimaram e convidaram-me a comparecer incorporado à delegação portuguesa. Era uma grande honra que se me fazia. Aceitei.”¹⁶⁸

¹⁶⁷ Universidade do Porto, Universidade de Coimbra e Universidade de Lisboa.

¹⁶⁸ Em 15 de janeiro de 1936, Francisco Jaguaribe fez uma conferência no Clube Militar do Rio de Janeiro baseada em sua participação no III Congresso Internacional de História das Ciências. No arquivo pessoal de sua família, encontrei a sua explanação datilografada.

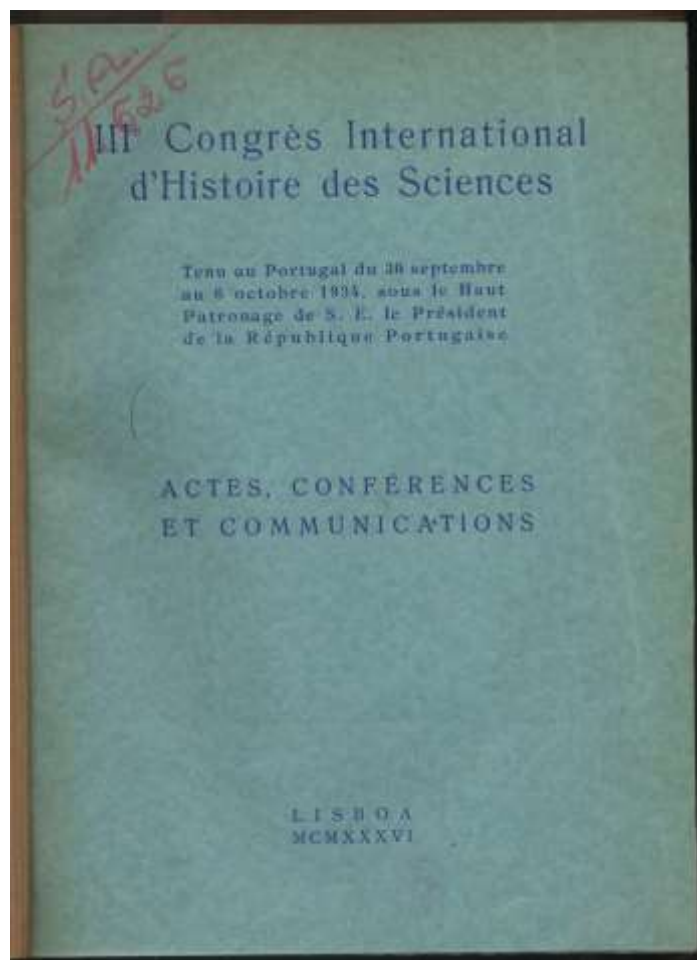
No comentário de Jaguaribe acerca dos preparativos para o congresso fica evidente que naquele momento o cartógrafo estaria integrando o círculo da intelectualidade local relacionada ao Grupo Português de História das Ciências. Nesse sentido, também se aplica a lógica da sociabilidade científica que Maria de Fátima Nunes trouxe à tona. Outra questão é a insegurança do cartógrafo acerca da sua participação no congresso gerar um “mal-entendido”. Acerca disso, tenho duas hipóteses: a primeira seria sobre a sua representação do Brasil após sua participação efetiva na Revolta Constitucionalista- o fato de ser visto como um “inimigo da pátria”, tal qual colocado no capítulo 2, poderia ser desconfortável. A segunda possibilidade é a de assumir um protagonismo sobre o seu próprio trabalho em um evento de magnitude internacional, acontecimento incomum ao cartógrafo da Comissão Rondon, uma vez que todas as honras eram sempre destinadas ao marechal. Por fim, quiçá ambas as suposições possuam algum grau de verdade.

O III Congresso Internacional de História das Ciências teve início em 30 de setembro até 06 de outubro nas cidades do Porto, Coimbra e Lisboa. O evento itinerante possuía também um viés turístico com direito a banquetes, visitas às adegas de vinho, uma excursão para a cidade de Sintra no dia do encerramento, dentre outras atividades desse cunho. Por isso, além das inscrições para os congressistas, também existia a modalidade acompanhante. Logo, Francelina Jaguaribe não perdeu a oportunidade e acompanhou o esposo durante o evento.¹⁶⁹

Acompanhando o processo de busca pela legitimação da História das Ciências, uma de minhas questões foi pensar sobre o que abarcava a disciplina naquele momento. Para isso, considere que saber, mesmo de forma superficial, sobre os trabalhos apresentados me permitiria ter alguma noção. Fiz as tabelas¹⁷⁰ a fim de explicitar os títulos dos trabalhos apresentados e por meio disse refletir sobre os temas de estudo.

¹⁶⁹ “Atas, conferências e Comunicações” relativo ao III Congresso Internacional de História das Ciências. P.454 Disponível em: <http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html> Acessado em: 15/08/2018

¹⁷⁰ Todas as informações inseridas nas tabelas foram formuladas a partir de informações presentes no documento “Atas, Conferências e Comunicações do III Congresso Internacional de História das Ciências”. Disponível: <http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html> Acessado em: 15/08/2018



Capa do documento “Atas, conferências e Comunicações” relativo ao III Congresso Internacional de História das Ciências. Disponível em: <http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html> Acessado em: 15/08/2018

Conferências de Abertura		
Professor Ricardo Jorge	A medicina e os médicos na expansão mundial portuguesa	Portugal
Professor Fontoura da Costa	A ciência náutica portuguesa na época dos descobrimentos	Portugal

1. História Geral das Ciências		
Professor Joaquim de Carvalho	Jacob de Castro Sarmiento e a Introdução das concepções de Newton em Portugal	Portugal
Professor Fidelino de Figueiredo	Para a história da crítica literária em Portugal: a reconstituição da literatura medieval	Portugal
Professor Alfredo Perna	Os cursos da História das Ciências na Itália	Itália
Professor Armond Reynold	Reflexões sobre o Ensino de História das Ciências	Suíça
Professor João Martins da Silva Marques	A história da paleografia em Portugal	Portugal

2. História das Ciências Exatas puras e aplicadas		
Comandante Professor A. Fontoura da Costa	O Almanaque Perpétuo de Abraham Zacut (1496)	Portugal
Professor Gino Loria	Contribuições matemáticas de Alembert para a Enciclopédia de Métodos	Itália
Professor José Millás Vallicrosa	Um almanaque português do século XIV	Espanha
Professor Petru Sergescu	Sobre alguns aspectos da matemática contemporânea	Romênia
Professor Quido Vetter	Relações matemáticas entre os países tchecos, ibéricos, da América e do extremo oriente	Tchecoslováquia

3. História das Ciências Físico-Químicas e Ciências Naturais		
Professor Giovanni Constanzo	A cronologia do anel eletromagnético (a invenção de A. Pacinotti)	Itália
Senhora Hélène Metzger	O bicentenário da morte de Georg Ernest Stahl (1660-1773)	França
Carlos Rusconi	Fauna e Flora das arenas de Buenos Aires	Argentina

4. História da Medicina		
Dr. Arlindo Camilo Monteiro	Influência portuguesa no Japão	Portugal
Dr. A. Cardoner Planas	Fundação e história do Colégio Real de Cirurgia de Barcelona	Espanha
Dr. Max Meyerhoff	Esboço da história da Farmacologia e Botânica entre os muçulmanos na Espanha	Egito
Professor Alberto Pessoa	Emblemas e figuras da medicina na Universidade de Coimbra	Portugal
Professor Luiz de Pina	Um manuscrito do século XVI sobre Flora Médica Timorense	Portugal
Idem	História das doutrinas humorais e constitucionais em Portugal	Portugal
Dr. H.P.J Renaud	Introdução dos fitoterápicos americanos na medicina árabe.	Marrocos

Professor Abel Rey	A Medicina na História das Ciências	França
Professor Alberto Rocha Brito	As epidemias do século XVI e as Câmaras de Coimbra	Portugal
Professor Fernando da Silva Correia	Portugal na história do Higiênismo	Portugal
Professor Karl Sudhoff	Pedro Hispano, ou melhor, Pedro Lusitano, professor de medicina e filosofia e, finalmente, Papa João XXI	Alemanha
Dr. Tricot-Royer	Os colóquios de Garcia d'Orta nas farmácias de Plantin na Antuérpia	Bélgica

5. História das ciências geográficas e das descobertas		
Professor J. Bettencourt Ferreira	Acerca da “Viagem Filosófica” do Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira e da colonização portuguesa no Brasil (1783-1793)	Portugal
Tenente Coronel F. Jaguaribe de Mattos	Ideias sobre a fisiografia sul-americana	Brasil
Vice-almirante Augusto Ramos da Costa	Alguns dados para a história da Oceanografia em Portugal	Portugal
Ayres de Sá	Gonçalo Velho e Cristóvão Colombo	Portugal

Considero a divisão dos segmentos e dos títulos dos trabalhos relativamente familiar em relação aos congressos de História das Ciências que participei até então.

Esperava encontrar, em sua maioria, trabalhos biográficos sobre “grandes cientistas”, mas não foi o caso. Também é notório que a História da Medicina ocupava (e ocupa) um papel de destaque na História das Ciências.

Lembrando que, além dos apresentadores de trabalho, o congresso também contou com nomes ilustres da História das Ciências, tais quais Aldo Mieli e George Sarton (1884-1956)¹⁷¹. Aliás, sobre a apreciação do evento em sua revista *Isis*, Sarton apresentou uma narrativa sobre conhecer Portugal e seus recantos (Nunes, 2010:327), ao passo que, como mencionado anteriormente, o congresso também possuía um grande peso turístico.

Ainda sobre os intelectuais presentes, é importante destacar a participação como congressista de uma única mulher: a francesa Hélène Metzger (1889-1944). Metzger foi uma importante historiadora e filósofa das ciências e, como colocado anteriormente, foi uma das protagonistas no circuito de estabelecimento da História das Ciências no início da década de 1930.

Voltando a Jaguaribe, sua comunicação ocorreu em 04 de outubro na Universidade de Coimbra¹⁷². A pesquisa intitulada “Ideias sobre a fisiografia sul-americana” consiste em afirmar que o continente sul-americano, em especial o Brasil, seria uma reunião de ilhas fluviais que se interligavam em sua superfície. A concepção não era exatamente uma novidade, pois a ideia remetia aos séculos anteriores e ao mito da Ilha Brasil.¹⁷³

¹⁷¹ George Sarton foi um químico e historiador belga (embora tenha passado a maior parte da vida nos Estados Unidos). É considerado por muitos o fundador da disciplina História das Ciências. Fonte: OLIVEIRA, Amélia de Jesus. História e filosofia da ciência na obra de George Sarton. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 126-138, jan | jun 2016

¹⁷² Todas as comunicações ocorreram na Universidade de Coimbra.

¹⁷³ Segundo Francisco Roque Oliveira: “O chamado «mito da Ilha-Brasil» correspondeu a uma das ideias centrais do pensamento geopolítico de Jaime Cortesão, desenvolvido quando este historiador português apresentou no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre 1944 e 1950, uma importante série de cursos sobre a História da Cartografia e as fronteiras brasileiras. No seu entender, uma razão geográfica de Estado oposta ao Tratado de Tordesilhas preside à formação territorial do Brasil, lógica essa que teria as suas primeiras expressões literárias e cartográficas no século XVI, prolongando-se depois no tempo, a ponto de a podermos reencontrar no pensamento de Alexandre de Gusmão e subjacente à estratégia arquitetada por Portugal para a negociação do Tratado de Madrid (1750). Nesse sentido, os mapas antigos funcionariam como um reflexo particularmente tangível da consciência precoce da unidade geográfica, econômica e humana desse território inteiro e da vontade política de o dominar.” (Oliveira, 2017:1) Para saber sobre o mito da Ilha Brasil: KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da Ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.70-80, Jan/Jun 2007.

O evento científico teve destaque na imprensa portuguesa. No dia 05 de outubro de 1934, o jornal *O século* publicou um resumo¹⁷⁴ sobre o trabalho de Jaguaribe sob o título *Uma comunicação dum cientista brasileiro*:

“O tenente-coronel do Exército brasileiro, Sr. Jaguaribe de Mattos, apresentou uma comunicação acerca das ideias sobre a fisiografia do continente sul-americano, no tempo das descobertas, no século XVIII e nos dias atuais, trabalho que guardava para apresentar em Portugal. No desenvolver daquele assunto, falou do modo como ficou conhecido na cartografia o continente sul-americano e mostrou como foram se anulando, pelos estudos de cientistas portugueses e brasileiros, as diversas lendas da configuração daquele território. Indicou várias cartas antigas e portulanos que continham vagas indicações e expressavam algumas ideias, agora realizadas integralmente. Mostrou que o continente sul-americano não é mais do que uma reunião de ilhas que se comunicam à superfície da terra. Deu conhecimento de que há um meridiano líquido natural, traçado desde a boca de Essequilo, no mar das Antilhas, até a boca do Rio da Prata, e propôs que esse meridiano se denomine meridiano Rondon, em homenagem ao general brasileiro daquele nome, que descobriu as principais ligações entre a bacia do Prata e do Paraguay. No fim da comunicação, o Professor Rocha Brito, em nome de Coimbra, e de Portugal, agradeceu a atenção de ter sido guardada para Portugal a comunicação das primícias daqueles importantes descobrimentos da ciência.”¹⁷⁵

Segundo Jaguaribe, o “anonimato” de sua apresentação foi quebrado quando Dr. Rocha Brito (1885-1955) subiu ao estrado da presidência e desobedeceu aos protocolos quando se pronunciou em um discurso efusivo em que saudava o Brasil e seu exército (a também enalteceu a figura de Rondon) e, principalmente ao orador daquela comunicação (no caso, ele) com palavras muito amáveis. Acerca disso, o cartógrafo assinala

“Não vos escondo o prazer que senti, verificando que o trabalho do anônimo se convertera a um serviço prestado ao país. Terminando o Congresso, fui convidado para fazer a conferência inaugural do *Grupo Português Adherente ao Comité International d’Histoire des Sciences*”.¹⁷⁶

Nesse sentido, o comentário de Jaguaribe pode indicar a sua relação ambígua entre o anonimato e a notoriedade. E fez com que eu me perguntasse até que ponto o personagem tinha questões internas sobre ser eclipsado por Rondon, tendo em vista que, além de cartógrafo da comissão ele também ocupou cargos de presidência em diferentes

¹⁷⁴ É importante ressaltar que nem todas as comunicações foram publicadas como resumo nos periódicos. Dessa forma, entendo que a pesquisa de Jaguaribe ganhou destaque pela imprensa portuguesa.

¹⁷⁵ *O século*, 05 de outubro de 1934.

¹⁷⁶ Conferência no Clube Militar. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1936.

instituições¹⁷⁷ no decorrer da sua trajetória, ou seja, é difícil concluir que ele também não buscasse estar a frente de seus projetos ou fosse uma pessoa tímida. Talvez, diferentemente de Rondon, Jaguaribe buscava o saber e/ou fazer e ignorava os holofotes.

O trabalho escrito por Jaguaribe presente na Ata do Congresso é bem extenso e minucioso, possui 49 páginas e um mapa¹⁷⁸, visto que a recomendação dos organizadores era a de que os textos não deveriam ultrapassar 8 páginas.¹⁷⁹

A propósito, é importante informar que para essa pesquisa não me propus a analisar o seu trabalho, por isso as suas principais ideias foram colocadas em linhas gerais. O objetivo aqui é examinar como se deu a relação do personagem com a História das Ciências.

No início de agosto de 1935, Jaguaribe retornou ao Brasil.¹⁸⁰ Com o seu regresso trouxe consigo o prestígio por ter se apresentado internacionalmente e também pelo fato de ser o único membro brasileiro na Academia Internacional de História das Ciências.

Em 1936, a sua comunicação no congresso foi publicada como livro. Jaguaribe fez questão de distribuir entre atores e instituições que considerava relevantes. Em seu acervo pessoal tive acesso a alguns bilhetes/cartas de agradecimento pelo envio do exemplar de sua obra, tais como, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema (1900-1985), a Biblioteca Pública de Nova York (ambas as gratulações estão expostas abaixo), dentre outras.

Em considerações sobre os trabalhos apresentados no 3º Congresso Internacional de História das Ciências, George Sarton publicou na revista *Isis* que *Les Idées sur la Physiographie Sud-Américaine* foi um dos dois trabalhos mais importantes de todo o evento.¹⁸¹

¹⁷⁷ Francisco Jaguaribe foi presidente de, pelo menos, três instituições: A Sociedade Vegetariana Brasileira (1917-1924), a Academia Brasileira de História das Ciências (1937-1963) e da Sociedade Brasileira de Geografia (1957-1960).

¹⁷⁸ “Atas, conferências e Comunicações” relativo ao III Congresso Internacional de História das Ciências. Disponível em: <http://purl.pt/425/1/index.html#/11/html> Acessado em: 15/08/2018

¹⁷⁹ III Congresso Internacional de História das Ciências sob o alto patrocínio do Presidente da República Portuguesa. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934.

¹⁸⁰ *A manhã*, 10 de agosto de 1935.

¹⁸¹ *Isis* n.76 – vol. XXIII, abril de 1928



Primeira página do livro “Les Idées sur la physiographie sud-americaine”
Fonte: Acervo Pessoal da família Jaguaribe de Mattos



Mapa relativo ao trabalho “Les Idées sur la physiographie sud-americaine”
Fonte: Biblioteca da Marinha

CABINETE
DO
MINISTRO DA EDUCAÇÃO
&
SAÚDE PÚBLICA

Rio, 15-5-1937.

Prezado amigo General Jaguaribe de Mattos

Seu livro muito gostei
por sua atenção aos fatos - pelo
esforço e seu precioso trabalho
"Les idées sur la physiographie sud-amé-
ricaine".

Com o maior apuro intelectual
seu, subscrevo-me seu
amigo - amigo,
Gustavo Caporale

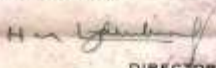
The New York Public Library
Astor, Lenox and Tilden Foundations

NEW YORK, November 1, 1937.

Colonel F. Jaguaribe de Mattos,
Rio de Janeiro, Brazil.

Dear Sir:

I AM INSTRUCTED BY THE TRUSTEES TO
ACKNOWLEDGE WITH THANKS THE RECEIPT OF
YOUR GIFT NOTED BELOW, WHICH YOU HAVE
BEEN SO KIND AS TO PRESENT TO THIS
LIBRARY.

VERY RESPECTFULLY,

DIRECTOR

Les Idées sur la Physiographie Sud-
Américaine... par Colonel F. Jaguaribe
de Mattos, 1937.

Correspondências que parabenizavam Jaguaribe pela sua publicação.

Fonte: Acervo Pessoal da família Jaguaribe de Mattos

4.2- A Academia Brasileira de História das Ciências

A ideia da fundação de uma Academia Brasileira de História das Ciências (ABHC) teve origem ainda em Portugal, dado como consequência pela participação de Jaguaribe no congresso e, principalmente, por sua aproximação com os intelectuais que compunham o núcleo da *Academie Internationale d'Histoire des Sciences* naquele período.

É preciso apontar, para que não se faça confusão, que o propósito aqui não é dissertar sobre a epistemologia da História das Ciências no Brasil. O objetivo é analisar a relação de Jaguaribe com o campo de estudo e suas respectivas instituições representativas no período em questão. Não obstante, acredito que o estudo pode auxiliar na compreensão acerca do desenvolvimento da área no Brasil e entre intelectuais brasileiros, tendo em vista que, até então, não tenho conhecimento de qualquer estudo acerca da Academia Brasileira de História das Ciências.

Dito isso, no dia 30 de junho de 1937, o *Jornal do Brasil* publicou a notícia intitulada *Fundação da Academia de História das Ciências*:

“No sábado último realizou-se a quarta reunião preparatória para fundação desta sociedade sob a presidência do Coronel Francisco Jaguaribe de Mattos, no salão da reitoria do Brasil. Aberta a sessão, lida e aprovada a ata do estatuto, cuja comissão fora constituída pelos seguintes acadêmicos: Francisco Jaguaribe de Mattos, Raul Leitão da Cunha, Adalberto Menezes e Saladino Gusmão. Após ligeira discussão foi o estatuto aprovado. Em seguida procedeu-se a eleição para a primeira diretoria da academia. Foram escolhidos para escrutinadores os acadêmicos: A. L. Pereira Ferraz e Saladino Gusmão. Apurados os votos, foi verificado o resultado a seguir: Presidente: Jaguaribe de Mattos; vice-presidente: Inácio Azevedo do Amaral; secretário geral: Luis de Faria; 1º secretário A. L. Pereira Ferraz; 2º secretário: Martins Roxo; tesoureiro: Jenuíno de Albuquerque; conselho consultivo: Raul Leitão da Cunha, Joaquim marques da Cunha e Rodolfo Garcia . O Sr. Presidente lê os nomes dos recém eleitos e a assembleia recebe essa divulgação com prolongada salva de palmas. O Sr. Presidente agradece a honra da qual acaba de ser investido, muito embora estivesse convencido de que outros nomes poderiam substituir o seu com grande vantagem. Educado, porém, na escola da disciplina militar, não costumava recusar os percalços. Por isso, aceitava o mandato e procuraria desempenhá-lo empregando o melhor do seu esforço e da sua fé para o engrandecimento da nova sociedade [...] A Academia Brasileira de História da Ciências, fundada de acordo com o estatuto e com a delegação que recebeu da *Academie Internationale d'Histoire des Sciences* , é a representante desse grande organismo internacional no Brasil, junto às autoridades e aos cientistas do país”.

No que tange à posição de Jaguaribe como presidente, me parece que isso não foi necessariamente uma questão, tendo em vista que era fundador da academia no

Brasil e, talvez por isso, se sentisse credenciado a desempenhar tal papel, até porque àquela altura era o único brasileiro a ser membro efetivo da *Academie Internationale d'Histoire des Sciences*. Ainda assim, como apresentado na notícia, ocorreu uma eleição e o cartógrafo foi diplomático ao ser eleito.

Para tanto, a Academia Brasileira de História de Ciências existia muito mais para constar nos quadros do que para desempenhar atividades em prol da ciência. Com algumas exceções, como, por exemplo, a Sessão Plena Especial que ocorreu no Rio de Janeiro, no mês de julho de 1941 ou a Homenagem ao Centenário do nascimento de Roberto Trompowski, em março de 1953. A seguir, tecerei algumas considerações sobre os encontros promovidos pela academia.

A Sessão Plena Especial foi uma iniciativa bem significativa da instituição sob a presidência de Francisco Jaguaribe. Além de ter cobertura da imprensa local, o evento também obteve destaque na revista *Archeion*. Diferentes jornais anunciaram a recepção:

“Amanhã, às 16 horas, na sala de sessões do antigo Conselho Municipal, será realizada uma sessão plena especial, promovida pela Academia Brasileira de História das Ciências para receber representantes argentinos e portugueses, ligados ao movimento da História das Ciências e presentemente nesta capital [...] No início da sessão, serão entregues os diplomas dos sócios brasileiros eleitos para a “Academie Internationale d’Histoire des Sciences”. A entrada é facultativa às pessoas interessadas”.¹⁸²

Segundo o *Jornal do Comércio*, a cerimônia *revestiu-se de muito brilho*: o local estava ornamento de flores e bandeiras de nações amigas (é preciso lembrar que a Segunda Guerra Mundial acontecia), sobretudo sul-americanas. Em destaque se encontravam ao fundo as bandeiras de Brasil, Argentina e Portugal.¹⁸³

Durante a abertura, Jaguaribe fez um discurso que traz elementos interessantes para a pesquisa. Nesse sentido, destacarei aqui algumas de suas colocações.

A primeira é o caráter evocativo de seu discurso acerca da necessidade de colaboração entre Portugal, Argentina e Brasil para estudo e divulgação da História das Ciências¹⁸⁴. Nesse sentido, utilizando um termo contemporâneo, o encontro pode ser caracterizado como uma iniciativa de cooperação científica entre os três países. Sendo assim, as bandeiras decorativas foram harmônicas com a fala do presidente. Ainda sobre a comunicação, Jaguaribe também comentou sobre a fundação da Academia Brasileira

¹⁸² *Diário de Notícias*, 15 de julho de 1941.

¹⁸³ *Jornal do Comércio*, 29 de julho de 1941.

¹⁸⁴ *Archeion*, XXIII, 1941. p. 259

de História das Ciências, concluindo que a mesma se devia a instancias e credenciais portuguesas.

“O haver-lhe confiado, em nome do Comitê Internacional, a incumbência oficial de fundar no Brasil um organismo federado à grande instituição internacional, então sediada em Paris. [...] Tendes assim o quadro vivo dos que operaram o ressurgimento de nossa Academia, que tanta esperança e tão grande interesse vem despertando.”¹⁸⁵

Portanto, a hipótese sobre o papel fundamental da rede de sociabilidade, com principal destaque para os intelectuais portugueses engajados na História das Ciências, como fator fundamental para a fundação da academia brasileira foi ratificada.

Outro ponto que merece distinção foi a proposta do I Congresso Pan-Americano de História das Ciências ocorrer no Rio de Janeiro, feita pelo cientista argentino Ramón Beltran ao considerar que *para o grande edifício da História das Ciências, o pilar tem de ser Brasil*:

“Peço a Vossa Excelência Senhor Presidente, se digno tornar concreta a ideia de realização de um Congresso de História das Ciências – O I Congresso Americano de História das Ciências – e formulo a moção para que o Rio de Janeiro seja a sede do dito congresso.”¹⁸⁶

A sugestão causou enorme comoção no público presente que reagiu com muitos aplausos. Segundo a revista *Archeion*:

“Cessados os vibrantes aplausos, o Coronel Jaguaribe de Mattos agradeceu ao Professor Beltran os conceitos elogiosos emitidos sobre o Brasil e sobre a cultura dos cientistas brasileiros, assim como a distinção de que era alvo a Academia, com o objeto de sua proposta. Explicou que os aplausos prolongados teriam dado mostra do agrado com que a Academia acatava as suas palavras. Tratava-se, porém de uma questão complexa com feição administrativa que só poderia ser resolvida com assentimento e auxílio do governo, tanto no terreno das possibilidades, como no da oportunidade. Para que o ilustre orador tivesse a sensação do interesse que as suas palavras despertaram, ali mesmo ia organizar uma comissão para encaminhar a moção do Sr. Beltran, e convidou para esse fim os Srs. Prof. Raul Leitão da Cunha, Coronel Jesuíno de Albuquerque e Prof. Dr. Luiz Afonso de Faria, aos quais se uniria para juntos levarem a moção aos Srs. Ministros da Educação e das Relações Exteriores e por intermédio dos mesmos, ao Sr. Presidente da República”¹⁸⁷

Dito isso, o final da cerimônia também foi interessante, principalmente se for lembrado que Jaguaribe fora exilado do Brasil como inimigo de Getúlio, mas ao que

¹⁸⁵ *Archeion XXIII*, 1941. p. 260

¹⁸⁶ *Archeion XXIII*, 1941. p. 262

¹⁸⁷ *Archeion XXIII*, 1941. p. 263

parece, segundo o presidente da ABHC, naquela ocasião, Vargas se tornara um aliado ao que tange às ciências no Brasil. De acordo com *O Jornal do Comércio*:

“Antes de terminar agradeceu o encorajamento que tem dado à academia o Sr. Presidente Getúlio Vargas, o grande amigos das instituições culturais e científicas, que se dignou de ler e comentar os trabalhos que lhe foram oferecidos e atendeu a representação da Academia no estrangeiro. Agradece ainda aos senhores Ministros das Relações Exteriores e da Educação a simpatia e o interesse dispensado, mais de uma vez à instituição.”¹⁸⁸

Outro aspecto inusitado (?) sobre Vargas foi a sua disponibilidade em ler e comentar os trabalhos. Mas que trabalhos seriam esses? Não encontrei nenhum vestígio.

No ano de 1937, Jaguaribe preparou a representação do Brasil no 4º Congresso Internacional de História das Ciências, que aconteceu em Praga, através da apresentação de Luiz Faria. Segundo consta em documento, o Brasil conseguiu distinta contribuição.

189

Em 24 de setembro daquele mesmo ano, outra conferência foi realizada pela Academia Brasileira de História das Ciências no Rio de Janeiro:

“No salão nobre do Liceu Literário Português terá lugar, amanhã, às 17 horas, a sessão especial organizada pela Academia Brasileira de História das Ciências para receber o professor Juan Ramon Beltran, secretario da Junta Argentina de História das Ciências e professor das Faculdades de Filosofia e de Ciências Médicas de Buenos Aires. O professor Betran, que será saudado pelo Coronel Jaguaribe de Mattos, pronunciará uma conferência sobre D’Ansonval na história das Ciências.”¹⁹⁰

Francisco Jaguaribe abriu a sessão em discurso nomeado “Fraternidade Científica Argentino-Brasileira” onde, além de parabenizar os cientistas argentinos, destacou o fato dos *hermanos* compreenderem a necessidade de manter a coerência com o passado, desenvolvendo cursos de História das Ciências em suas Faculdades Superiores, como era praticado na Inglaterra, na Alemanha e nos Estados Unidos. A ideia seria de que o professor Beltran apresentasse a vantagem dessa postura.¹⁹¹ Nesse

¹⁸⁸ *Jornal do Comércio*, 29 de julho de 1941.

¹⁸⁹ “Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos”. In Processo nº 1939 de 1963. Projeto de resolução n.º46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras providências [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo,[1963]. Para acessar: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1963/00/00/0D/BH/00000DBHS.PDF>> [20 de Junho de 2015].

¹⁹⁰ *Diário de Notícias*, 23 de setembro de 1941.

¹⁹¹ *Archeion XXIII*, 1941. p. 373

sentido, é curioso pensar nessa linearidade buscada na História das Ciências, ao menos por Jaguaribe, no início da década de 1940.

Um simpático Juan Ramon Beltran começou a sua comunicação se desculpando por não ser um orador e carecer da abundância de palavras para a sessão solene. O argentino tinha o título de “membro honorário” da Academia Brasileira de Ciências e naquela noite narrou de forma heroica a trajetória do médico e físico francês D’Ansonval (1851-1940).¹⁹²

Desta vez, além dos compromissos públicos, Jaguaribe ofereceu um jantar em homenagem ao palestrante:

“O ilustre intelectual argentino Dr. Juan Ramón Beltran, professor das Faculdades de Filosofia e de Ciências Médicas de Buenos Aires, foi homenageado ontem à noite com um jantar íntimo que lhe foi oferecido pelo Coronel Francisco Jaguaribe de Mattos, presidente da Academia Brasileira de História das Ciências, em sua residência na Gávea. Findo o ágape, em homenagem, à Senhora Ramón Beltran a Senhora Jaguaribe de Mattos dirigiu um programa muito artístico musical em que tomaram parte as senhoras Margarida Lopes de Almeida e Ida Queiroz Santos. Entre outros compareceram a essa reunião os Senhores Doutores Lourenço Jorge, Luiz Faria, Roberto Freire, Melo Leitão, Arlindo Camilo Monteiro, Mário Dias, Menezes de Oliveira, Cel. Visconde de Paula Vasconcelos, Cap. Amâncio Santos, Cap. Geraldo Barroso e muitas outras damas de nossa sociedade.”¹⁹³

Embora a notícia possa parecer irrelevante, é interessante perceber a rede de sociabilidade que Jaguaribe estabeleceu no Brasil em torno da História das Ciências. Dentre os convidados internacionais, além do homenageado, destaca-se a presença de Arlindo Monteiro.

Sobre o Congresso de História das Ciências que se realizaria no Rio de Janeiro, depois de assentadas combinações, o governo do Brasil, então receoso de infiltrados comunistas, suspendeu todas as reuniões de caráter internacional, inclusive o Congresso de História das Ciências.¹⁹⁴

Depois de alguns anos de hiato, justificados por Jaguaribe pela II Guerra Mundial, a associação só voltou a se reunir em 1948. Entretanto, as reuniões desse período tiveram por finalidade distribuir os títulos de cientistas brasileiros que se

¹⁹² *Archeion XXIII*, 1941, p. 392

¹⁹³ *Gazeta de Notícias*, 27 de setembro de 1941.

¹⁹⁴ “Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos”. In Processo nº 1939 de 1963. Projeto de resolução n.º46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras providências [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo,[1963]. Para acessar: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1963/00/00/0D/BH/00000DBHS.PDF>> [20 de Junho de 2015].

tornavam membros da ABHC. Além disso, também ocorriam as eleições para cargos na academia. Francisco Jaguaribe seguiu como presidente.

Em 1953, Jaguaribe organizou uma homenagem à memória do Marechal Trompowsky. Desta vez, até mesmo Rondon e Gaspar Dutra compareceram à solenidade. Não é difícil de adivinhar o motivo, pois embora tenha acontecido no âmbito da ABHC, o evento possuiu um caráter militar.



Jaguaribe junto a Rondon em homenagem ao Marechal Trompowsky promovida pela Academia Brasileira de História das Ciências.

Fonte: Jornal do Comércio

Jaguaribe seguiu como presidente da Academia Brasileira de História das Ciências até 1963, quando uma das principais bandeiras da instituição era a inclusão da cadeira “História das Ciências” nos cursos superiores. Depois de 26 anos a frente da presidência, foi substituído por Olympio da Fonseca (1895-1978).



O embaixador Paulo Carneiro (à esquerda) junto com Francisco Jaguaribe e o então novo presidente da ABHC Olympio da Fonseca em conferência sobre “A elaboração e a impressão da História Científica e Cultural da Humanidade” na Academia Brasileira de História das Ciências. Na palestra também foi discutido sobre a falta da cadeira de História das Ciências nos cursos superiores. Fonte: *Jornal do Brasil*, 26 de abril de 1963.

A partir do que foi relatado, não considero exagero afirmar que Francisco Jaguaribe foi o personagem responsável por inscrever o Brasil no quadro da História das Ciências em âmbito internacional de sua época.

Atualmente, os pesquisadores brasileiros Silvia Figueroa, Luiz Carlos Soares e Carlos Henrique Barbosa Gonçalves são membros correspondentes da Academia Internacional de História das Ciências¹⁹⁵. Sim, é aquela mesma...

4.3- O Plano Nacional de Viação Fluvial

“De tudo se faz canção e o coração na curva de rio, rio...”
(Milton Nascimento, Lô Borges e Márcio Borges)

Um desdobramento das pesquisas de Jaguaribe sobre a ligação das bacias hidrográficas resultou em um Plano Nacional de Viação Fluvial publicado em 1947.

O referido projeto foi realizado por meio de uma comissão gratuita que contou com a colaboração gráfica do Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso e, conseqüentemente Francisco Jaguaribe:

“Pela portaria n° 19 de 8 de janeiro de 1946, resolveu o então Ministro da Viação e Obras Públicas, Engenheiro Maurício Joppert da Silva, nosso eminente colega, constituir uma Comissão para rever e atualizar o «Plano

¹⁹⁵ Fonte: https://www.sbh.org.br/informativo/view?ID_INFORMATIVO=161 Acessado em: 08 de março de 2020.

Geral de Viação Nacional», aprovado pelo Decreto n° 24.497, de 29 de junho de 1934. Integraram essa comissão os ilustres profissionais: Engenheiro Âlyaro Pereira de Sousa Lima — atual titular da Pasta da Viação e que exerceu as funções de vice-presidente, cabendo a presidência ao Ministro de Estado; engenheiros: Artur Pereira de Castilho, Edmundo Régis Bittencourt, Jorge Leal Burlamaqui, Vinicius Cesar da Silva Berredo, José Pedro de Escobar, Gilberto Canedo de Magalhães, Vicente de Brito Pereira Filho e Benjamin do Monte; Coronel Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Coronel Aviador Reinaldo Carvalho Filho, Capitão de Fragata Fernando Carlos de Matos, Major Adailton Sampaio Pirassinunga e Major Aviador Phídias Piá de Assis Távora.¹⁹⁶

O relatório encaminhado ao então presidente Gaspar Dutra pela comissão tinha como principais eixos:

- . Exposição sobre a necessidade de ser revisto o plano geral de 1934;
- . Apresentação do plano de 1946 e do projeto que o aprova;
- . Apresentação de projeto de lei criando o Conselho Nacional de Viação e Transporte;

Embora se tratasse de uma comissão, nas referências mais sólidas relacionadas ao referido projeto que encontrei (o projeto, uma correspondência e duas matérias a respeito do plano na *Revista do Clube de Engenharia*), o protagonismo de Jaguaribe é evidente. Além disso, tanto o projeto quanto as revistas acompanhavam mapas, respectivos às propostas, produzidos pelo cartógrafo.

Ainda sobre o papel de Jaguaribe, na pasta onde se encontra a “fé de ofício”, existem alguns documentos soltos. Um deles é a carta escrita por Canrobert Pereira da Costa (1895-1955), então Ministro de Estado dos Negócios da Guerra e inimigo de outrora (Canrobert integrou as forças que combateram à revolução constitucionalista) ao presidente à época Gaspar Dutra com a cópia da correspondência que acabara de endereçar ao cartógrafo:

¹⁹⁶ BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas — Plano Nacional de Viação e Conselho Nacional de Transportes (Projetos n.º 326-A e n.º 327 de 1949). Relator: Deputado Edson Passos. Rio de Janeiro, Dep. Imp. Nacional, 1952. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000302&m=1195&n=planviac1949_proj

“Sr. Coronel Francisco Jaguaribe de Mattos,
Ao encaminhar, nesta data (17 de maio de 1948), à apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, o Relatório da Comissão encarregada de rever e atualizar o Plano Geral de Viação Nacional, tenho o ensejo de voltar a atenção para os nomes a que a compuseram, entre os quais figura o vosso, de um estudioso e devotado aos problemas relativos ao nosso progresso material. Na comissão, tivestes realçado empenho quando vos manifestastes no sentido dos estudos da parte referente às vias fluviais e lacustres; quando à Geografia dos transportes; e com os trabalhos: Ligação das bacias hidrográficas, estudo geo-econômico das nossas regiões; e, ainda com o destacado trabalho em duas partes – Em prol de uma política geral de viação e principalmente de uma política da água, tudo isto a par de várias cartas e diversos esquemas ilustrativos; sendo, igualmente digno de menção o fato de haverdes presidido eventualmente algumas reuniões da comissão.”¹⁹⁷

Embora à época, Jaguaribe estivesse a todo vapor finalizando a carta de Mato Grosso, em seu trabalho “oficial”, é presumível que o personagem também tenha se doado bastante para a viabilidade do transporte hidroviário no Brasil.

Em março de 1949, a Revista do Clube de Engenharia¹⁹⁸ publicou o anteprojeto para o Plano Nacional de Viação Fluvial. Na ocasião a publicação contou com um título mais extensivo para o projeto que apareceu como “Em Prol de uma política Geral de Viação e Particularmente de uma política da Água” onde Jaguaribe expôs um relatório a parte.

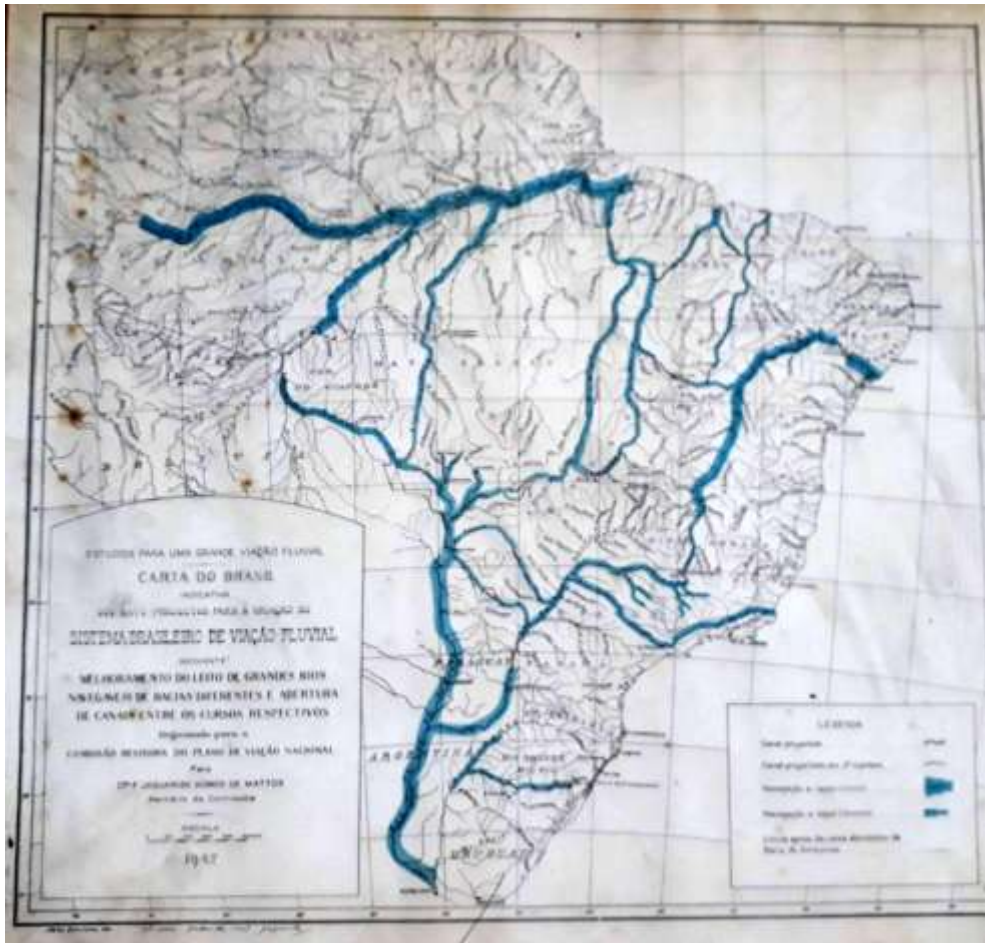
Segundo Jaguaribe, a Política da Água foi o estímulo para que fizessem o projeto de grandes obras hidráulicas fluviais que visavam conquistar linhas mestras ou aquavias que a natureza oferece por intermédio dos grandes rios que ligariam o Brasil de Norte a Sul e de Leste a Oeste. Mas advertiu que o projeto dependeria da sensibilidade dos administradores do país. Também apontou que só haviam considerado as grandes linhas porque se basearam no princípio da continuidade. Segundo o periódico, aquela edição foi muito bem recebida e logo se esgotou, ficando assinalada como um dos melhores números da coleção.¹⁹⁹

Outro aspecto relevante sobre os estudos de Jaguaribe acerca da política da água foi quando a Revista do Clube de Engenharia (1951) publicou o suplemento que saiu no periódico Correio da Manhã (infelizmente, embora tenha pesquisado o periódico, o tal suplemento não estava disponível) produzido por Jaguaribe e intitulado: O arquipélago continental e a política da água, reforçando o protagonismo do cartógrafo sobre o tema.

¹⁹⁷ Documento anexo a Fé de Ofício de Francisco Jaguaribe de Mattos. Arquivo Histórico do Exército.

¹⁹⁸ *Revista do Clube de Engenharia*, número 151, março de 1949.

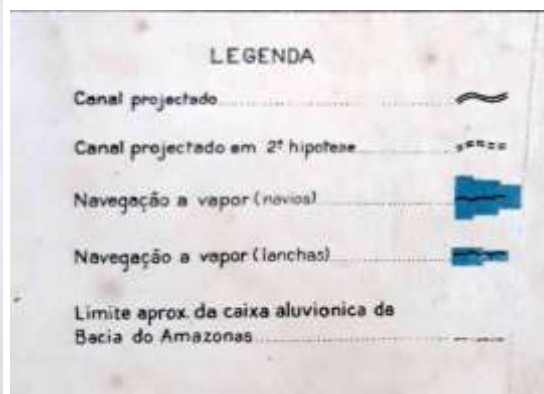
¹⁹⁹ *Revista do Clube de Engenharia*, número 181, setembro de 1951.



ESTUDOS PARA UMA GRANDE VIAÇÃO FLUVIAL
CARTA DO BRASIL
 INDICATIVA
 DOS ANTE-PROJECTOS PARA A CRIAÇÃO DO
SISTEMA BRASILEIRO DE VIAÇÃO FLUVIAL
 MEDIANTE
 MELHORAMENTO DO LEITO DE GRANDES RIOS
 NAVEGÁVEIS DE BACIAS DIFERENTES E ABERTURA
 DE CANAIS ENTRE OS CURSOS RESPECTIVOS
 Organizada para a
 COMISSÃO REVISORA DO PLANO DE VIAÇÃO NACIONAL
 Pelo
 C^{te} F. JAGUARIBE GOMES DE MATTOS
 Membro da Comissão

ESCALA
 0 100 200 300 400 500 KM

1947



Carta do Plano de Viação Fluvial (1947)
 Fonte: Biblioteca da Marinha

Após discorrer sobre os trabalhos do cartógrafo, uma constatação é inevitável: a ideia de integração nacional esteve presente em quase todas as suas empreitadas.

Contudo, considero que o Plano Nacional de Viação Fluvial seja a forma mais pragmática deste ideal, conforme podemos constatar:

“O plano de Jaguaribe de Matos estabelecendo múltiplas ligações entre as bacias do Amazonas, do Araguaia e do São Francisco umas com as outras e com a bacia do Prata, recortará todo o Brasil Central de vias de comunicação e transporte, devendo, por isso, transformar-se, se realizado, em poderoso fator de unidade e do progresso nacionais.”²⁰⁰

É importante ter em mente que planos de navegação não são uma exclusividade republicana. A preocupação com o aproveitamento dos recursos hídricos para o transporte começou ainda no Império. A partir de 1860, iniciativas organizadas pelo poder central pesquisavam as potencialidades de navegação nos rios brasileiros (Fernandes, 2012; Pereira, 2005).

Sobre o plano aqui mencionado, teve como destino a aprovação pela Comissão Revisora do Plano de Viação Nacional. No entanto, como tantas outras iniciativas brasileiras, o projeto não foi executado e encontra-se sob a guarda do Ministério dos Transportes. Ainda assim, considero que o plano mencionado mereça um estudo minucioso.

Finalizo o capítulo (e, de certa forma, a tese) com parte do artigo de Corsíndio Monteiro (1918-2009)²⁰¹ publicado no jornal *O Estado de Mato Grosso*. A escolha desse texto não se deu somente pelas considerações acerca do Plano Nacional de Viação Fluvial, mas fundamentalmente pela colocação do autor ao destacar que via um ser humano sonhador e otimista em Jaguaribe:

“O General Jaguaribe de Mattos é um sonhador! Sonhador que tem bom senso! É um otimista! Países mais ricos que o nosso, riqueza atual sofreu nos seus cofres para construir um canal. O general projeta mais de dez para o Brasil! O Plano Jaguaribe, porém, não é para ser resolvido de uma vez só. Seu objetivo, ademais, não é somente cuidar das metrópoles, e sim ampliar o desenvolvimento econômico de várias regiões deste país, esse imenso desconhecido, melhorar o leito dos grandes rios navegáveis (tal como acontece com o Cuiabá, o São Lourenço e o Paraguai), intercomunicar bacias diferentes e aumentar a densidade da população do nosso interior. A política da água do General Jaguaribe é racional e exequível: traçou ele as linhas mestras, que foram discutidas e aprovadas pelos membros da Comissão nomeada pelo então Ministro da Viação, Dr. Maurício Joppert da Silva, para atualizar o Plano Geral de Viação Nacional. Não sabemos que fim tomou

²⁰⁰ LINS, Alcides. Plano Nacional de Viação Fluvial: Em prol de uma política geral de viação e particularmente de uma política da água. *Revista do Clube de Engenharia*, n.151, março de 1949. p.49

²⁰¹ Corsíndio Monteiro foi um magistrado, historiador e escritor cuiabano. Fonte: <https://www.portalmatogrosso.com.br/matopedia/silva-corsindio-monteiro-da/21502>, acessado em:21/03/2020.

esse plano e chegamos a crer durma ele a paz eterna dos arquivos. A trabalhadeira toda do General Jaguaribe queimou-se como fogos de artificios nas despedidas da gestão de um ministro de Estado! [...] Esse plano que o General Jaguaribe de Mattos apresentou ao Brasil é para ser realizado por várias gerações, num esforço contínuo de bem servir à pátria em sua totalidade, dentro de um esquema nacional e racional, sem cuidar especificamente da solução de um problema regional e sim inter-solucioná-los, delineando, assim, uma política viatória e consolidando a unidade nacional dentro deste imenso complexo geográfico”²⁰²

Jaguaribe viveu até os seus 93 anos, defendendo a necessidade da implementação de um sistema fluvial de transportes no Brasil.

²⁰² *O Estado de Mato Grosso*, 3 de julho de 1952.

5- Considerações Finais

Para finalizar a tese optei pelo termo “considerações finais” em vez de “conclusões”. Desejo que nada aqui tenha a alcunha de encerrado e almejo que essa pesquisa seja a porta de entrada, como sinalizei em alguns momentos da escrita, para estudos que merecem maior aprofundamento.

Dentre os principais objetivos dessa tese, talvez, o maior deles seria dar visibilidade a Francisco Jaguaribe e aos projetos desenvolvidos pelo mesmo. No entanto, após a imersão em diferentes documentos e na tentativa de criar uma narrativa que fizesse sentido acerca de sua trajetória, me confrontei com uma questão: será que o personagem gostaria do registro de sua história de vida, uma vez que o mesmo deixou pouquíssimos rastros acerca de sua existência? Lembrei-me da lição sobre não naturalizar um acervo pessoal: a ausência de diários, cartas, anotações... Até mesmo a sua coleção de mapas foi doada, a seu pedido, para a Biblioteca da Marinha.

Até que conclui, nem que fosse para produzir a tese, que a despreocupação com a construção de sua memória talvez seja diferente de não buscar reconhecimento. A questão é que “juntando os cacos” para tornar a pesquisa viável, pude perceber que a partir da trajetória de Jaguaribe é possível elaborar reflexões sobre variados temas. Assuntos que jamais imaginei quando comecei essa jornada. Algumas considerações que escreverei aqui não necessariamente apareceram nos capítulos da tese, mas me marcaram durante o processo de pesquisa. Por isso, considero legítima a necessidade de compartilhar.

A partir da exposição de sua trajetória ampliou-se a visão sobre a própria Comissão Rondon, como também se descortinou e discutiu a faceta de um homem que teve sua vida dedicada à ciência. Não se trata de disputas em torno da memória da referida comissão, ou ainda desconstruir a figura de um herói, e sim de termos outras perspectivas sobre a Comissão Rondon e dar lugar e reconhecimento aos outros integrantes. Enfatizo aqui que o objetivo do trabalho não foi desconstruir o mito de Rondon, mas também entender que ele não agia sozinho e tornar pública a ação de outros membros, no caso dessa pesquisa, o de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos.

No entanto, é extremamente relevante destacar que não foi à toa que a imagem de Jaguaribe foi eclipsada à margem de Rondon. Desde que ingressou na renomada comissão, o personagem optou por essa postura em relação ao marechal e se anulou

durante décadas. Não acredito, nem defendo que cartógrafo tenha sido “refém” de Rondon. Para tanto, a ausência de preocupação por Jaguaribe em torno da construção de uma memória a seu respeito ou o afastamento dos holofotes é nítido, ou seja, o contrário de Rondon. É provável que essa tônica tenha sido fundamental para a relação de trabalho e amizade entre os dois.

Também penso que, diferente de muitos (como foi visto), Rondon aceitava bem o fato de que Jaguaribe era um cartógrafo de gabinete. Francisco Jaguaribe era um intelectual e não um sertanista. Abro uma chave para mencionar aqui o quanto isso é curioso quando penso que em seus mapas o cartógrafo definiu (não de forma aleatória, mas a partir das informações que lhe eram passadas), desde as primeiras cartas de Mato Grosso, publicadas ainda na década de 1920, a localização e o tamanho das aldeias indígenas. Tal prática se estendeu até o primeiro esboço do Parque Indígena do Xingú.

Para tanto, Jaguaribe teria todas as possibilidades de não ser o coadjuvante, mas ele escolheu desempenhar esse papel. Infelizmente, não tive material para saber como o próprio lidava com isso, tampouco entender a sua lealdade canina²⁰³ a Rondon a ponto de possuir um quadro do marechal em sua biblioteca pessoal.

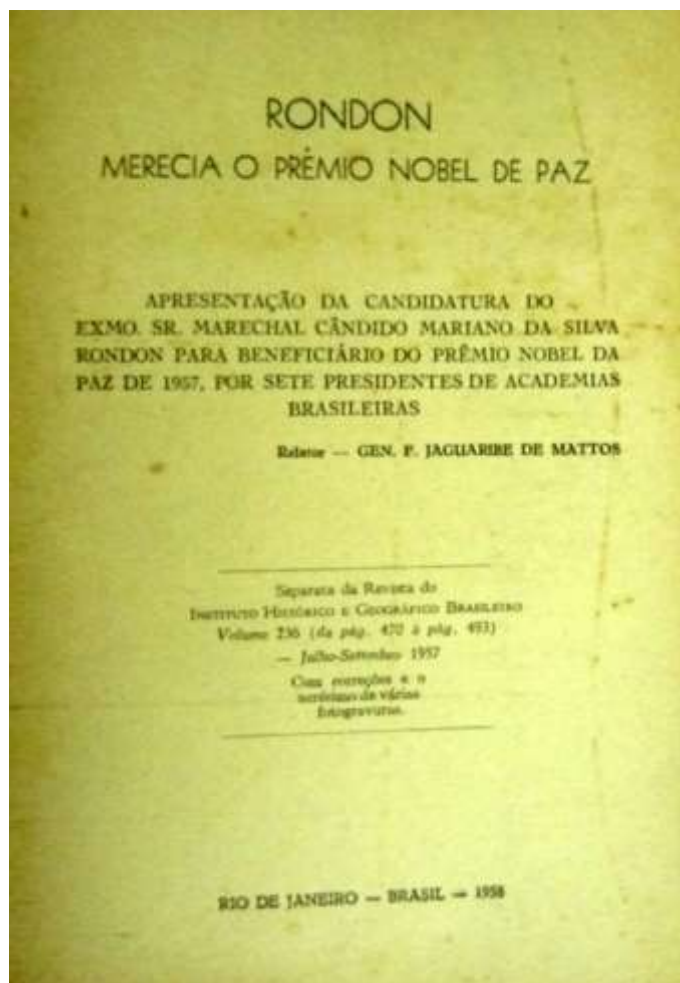
Inclusive, posteriormente ao recorte temporal dessa tese, Francisco Jaguaribe continuou ligado a Rondon: em 1954, realizou uma conferência na Sorbonne, a convite do governo francês, sobre os 89 anos do marechal. Em seu regresso, atuou como Consultor Técnico Administrativo do Conselho Nacional de Proteção ao Índio e sempre apareceu como uma das lideranças nas homenagens póstumas a Rondon.

Dito isso, não foi surpresa que Jaguaribe (assinando como presidente da Associação Brasileira de História das Ciências) tenha sido o relator da apresentação de candidatura de Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon ao Prêmio Nobel da Paz em 1957. Portanto, se existe alguma imagem que Francisco Jaguaribe construiu (ainda assim não é conhecida) é a de ser o “braço direito de Rondon”. Isso pode ser verificado também em discurso quando ganhou o título de “cidadão paulistano”:

“Agora, meus senhores, outras das circunstâncias de eu aqui me achar é possivelmente, e acima de tudo, a de ter sido um grande auxiliar do Mal. Rondon - grande no sentido do coração. Sou o mais antigo dos seus amigos, porque comecei a trabalhar com ele em 1910. Rondon morreu em 1958. O

²⁰³ Em uma apresentação sobre a tese, recebi a indicação de não usar o termo “lealdade canina”. No entanto, tenho a impressão de que Jaguaribe não se importaria: era um grande amante dos cães.

seu arquivo está em minha mãos e estou procurando encaminhá-lo, no futuro, para um local onde ele possa continuar a produzir seus frutos.”²⁰⁴



Apresentação da candidatura de Rondon ao Prêmio Nobel da Paz, redigido por Francisco Jaguaribe.
Fonte: Fé de Ofício de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos

²⁰⁴ “Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos”. In Processo nº 1939 de 1963. Projeto de resolução n.º46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras providências [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo,[1963]. Para acessar: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1963/00/00/0D/BH/00000DBHS.PDF>> [20 de Junho de 2015].



Francisco Jaguaribe em sua biblioteca.
Fonte: Arquivo pessoal da família Jaguaribe

No que tange à Comissão Rondon, o trabalho de Jaguaribe é praticamente todo relacionado a Mato Grosso (naquela época compreendia Mato Grosso do Sul também). E assim como Jaguaribe, estive por duas vezes em Mato Grosso. Na primeira oportunidade, junto de Beatriz Jaguaribe e Gabriel Flores, tive a chance de visitar lugares muito citados nos relatórios da Comissão Rondon, como, por exemplo: Utiariti, Diamantino e até mesmo consegui dar uma volta em um barquinho pelo Rio Guaporé. Paisagens com fauna e flora deslumbrantes. No entanto, a cada deslocamento passávamos por mares infinitos de plantações de soja. Em Sapezal, uma das cidades que nos hospedamos, o cheiro de agrotóxico no ar era tão grande que tive uma crise de enxaqueca. Seria esse o tão falado progresso de Mato Grosso? Fico pensando o que Francisco Jaguaribe acharia...

Outra questão que mexeu com as minhas estruturas foi a de pensar na hereditariedade do poder em Mato Grosso. Pode ser que a parte que me refiro as famílias locais estejam exageradas, mas me fez pensar no alcance de uma família latifundiária e política como a dos Müller, por exemplo, tem o poder, a partir de um financiamento em um projeto cartográfico. Sendo que, para o senso comum, o mapa é a representação verdade. Quando, fica muito claro, na hora que se pesquisa sobre o processo da confecção do mapa que se trata de disputa de poder.

Como a tese foi trabalhada a partir dos projetos encabeçados por Jaguaribe, penso que tenha faltado, embora em muitos momentos isso apareça nas entrelinhas, que

o personagem era um intelectual. Sua presença em congressos e institutos foi presente durante toda a sua trajetória, por isso, mencionarei aqui algumas participações de Jaguaribe, além do que está na tese e também para enfatizar que Jaguaribe era um homem da Geografia²⁰⁵:

- . Sócio efetivo da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro
- . Presidente da Sociedade Brasileira de Geografia (1957-1960)
- . Sócio do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro (1954-1974)
- . Consultor Técnico do Conselho Nacional de Geografia
- . Membro do Diretório Regional de Geografia de Mato Grosso (1939-1944)
- . Membro do Diretório Central do Conselho nacional de Geografia
- . Membro correspondente da Sociedade Geográfica de Lima
- . Membro efetivo do Instituto Histórico de Mato Grosso
- . Membro da Sociedade de Geografia de Lisboa
- . Membro correspondente no Brasil da Academia Internacional de História das

Ciências

- . Membro de honra da Junta Argentina de História das Ciências

A propósito, ainda existem outras instituições e congressos (especialmente de Geografia) que contaram com a participação de Jaguaribe.

Francisco Jaguaribe foi muitos: músico, pintor, ativista vegetariano, cartógrafo, geógrafo e, sobretudo um entusiasta de um Brasil integrado. Inimigo e amigo de Vargas, braço-direito de Rondon, pai intelectual e avô cheio de histórias.

Sim, eu poderia ter seguido tantos outros caminhos que os projetos em que Jaguaribe esteve envolvido me permitiriam, mas fiz o que considerei prudente e o que me foi possível diante das circunstâncias da vida. Por certo, o assunto não está esgotado e espero ter colaborado ao iniciar com essa tese sobre um homem (agora não mais tão desconhecido assim) que dedicou sua vida à ciência.

Em sua longínqua trajetória, Jaguaribe jamais abandonou qualquer um dos seus projetos que acabaram por se tornar uma extensão de sua vida. Até a sua morte foi

²⁰⁵ Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos”. In Processo nº 1939 de 1963. Projeto de resolução n.º46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras providências [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo,[1963]. Para acessar: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1963/00/00/0D/BH/00000DBHS.PDF>> [20 de Junho de 2015].

vegetariano, sócio da Academia Internacional de História das Ciências e um ferrenho defensor da necessidade brasileira em explorar a sua hidrografia a fim de integrar o país.

Concluo essa pesquisa com a esperança e/ou pretensão de ter ampliado a visão acerca do “cartógrafo da Comissão Rondon” ou simplesmente apresentado um personagem que, sem dúvidas, foi um dos grandes nomes da geografia brasileira na primeira metade do século XX.

Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos faleceu em 18 de outubro de 1974, aos 93 anos, em decorrência, segundo o seu atestado de óbito, de acidente vascular cerebral, arteriosclerose e neoplasia da próstata.

A trajetória de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, sem dúvidas, foi muito relevante.



Francisco Jaguaribe em sua biblioteca.
Fonte: Acervo pessoal da família Jaguaribe

Fontes:

1. Fontes Orais:

Entrevista com Roberto Jaguaribe

2. Fontes Documentais

Biblioteca Nacional de Portugal

MATTOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. “A comissão Rondon nas festas comemorativas do bicentenário de Cuiabá”. Oficinas Gráficas de "A politica", s/d.

MATTOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. Uma boa urbanização de Cuiabá como fator geopolítico do progresso de Mato Grosso. *Boletim Geográfico*, 1958.

Arquivo do Museu do Índio – FUNAI

MATTOS, Francisco Gomes Jaguaribe. Relatório concernente ao triênio 1910-1911-1912, apresentado ao Sr. Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, Chefe das Comissões das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas pelo 1º Tenente Francisco Gomes Jaguaribe de Mattos, encarregado da Seção de Desenho da mesma Comissão. CLTEMA, publicação n. 26, anexo n. VI, 2ª parte, Rio de Janeiro, 1915.

PAULA, Luiz Moreira de. Levantamento do rio Jaucuara e de outros trechos do Estado, destinados à conclusão da Carta de Mato Grosso: relatório dos trabalhos realizados em 1941 e 1942. Apresentado ao Exmo. Sr. General Cândido Mariano da Silva Rondon pelo 2º Tenente Luiz Moreira de Paula. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

Arquivo Histórico do Exército

Fé de Ofício de Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos

“Curriculum Vitae do General de Brigada Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos”. In Processo nº 1939 de 1963. Projeto de resolução n.º46 de 27-5-63: concede o título de Cidadão Paulistano ao General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, e dá outras

providências [Em Linha]. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo-Seção de Protocolo,[1963]. Para acessar: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1963/00/00/0D/BH/00000DBHS.PDF>> [20 de Junho de 2015].

3. Periódicos:

- . A Batalha
- . A Imprensa
- . A manhã
- . A noite
- . Correio da Manhã
- . Correio do Paiz
- . Diário Carioca
- . Diário de Notícias
- . Gazeta de Notícias
- . Jornal do Brasil
- . O Bem
- . O Estado de Mato Grosso
- . O Mato Grosso
- . O Imparcial
- . O Jornal
- . O Paiz
- . Revista do Clube de Engenharia
- . Tribuna da Imprensa

Outros:

Actes, conférences et communications / IIIe Congrès International d'Histoire des Sciences. - [S.l. : s.n.], 1936 (Lisboa : [Tip. da Seara Nova]). - XLIX, 462 p., [1] p., XXVI est. : il. ; 26 cm

Disponível em: <http://purl.pt/425> Acessado em 15/08/2018

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas — Plano Nacional de Viação e Conselho Nacional de Transportes (Projetos n.º 326-A e n.º 327 de 1949). Relator: Deputado Edson Passos. Rio de Janeiro, Dep. Imp. Nacional, 1952. Disponível em:

http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000302&m=1195&n=planviac1949proj

Referências Bibliográficas:

ARANHA, Patricia. O IBGE e a consolidação da geografia universitária brasileira. *Terra Brasilis* (Nova Série) [Online], 3 | 2014, posto online no dia 30 junho 2014, consultado o 11 janeiro 2019. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/971> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.971

ARANHA, P. M. Levantamentos territoriais e construção de saberes geográficos na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91-100, jan./jun. 2012.

ARAÚJO, Renata. Os Mapas do Mato Grosso, Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 4 | 2015, posto online no dia 12 Fevereiro 2015, consultado o 09 Dezembro 2016. URL : <http://terrabrasilis.revues.org/1230> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.1230

ARAÚJO, Vera Rozane. Entre a arte e a ciência: Raimundo Cela e a Comissão Rondon (1913-1920). *Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, v.18, 2018. https://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1054

ARRUDA. Larissa Rodrigues Vacari de. Filinto Müller: o carrasco de Vargas contra a “ameaça comunista”. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS* Vol. 10 Nº 19, Janeiro - Junho de 2018

_____. Disputas Oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses 1892-1906. Dissertação de Mestrado – UFSCar, 2014.

BARRETO, Danielle Cristina dos Santos. Uma trajetória familiar na ciência: Evandro Chagas (1905-1940) e o estudo das endemias rurais no Brasil. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012.

BERNARDINO, M. G.; PEREIRA, S. N. Comissão da Carta Geral do Brasil: trajetória, contradições e memória (1903-1932). *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 29 No 1 jan-Jun, n. 1, p. 134-149, 2016. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/108008>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

BERNARDINO, Maria Gabriela de Almeida. Um mapa para a República: a Comissão da Carta Geral do Brasil (1903-1932). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2013.

BIANCHINI, Odaléa da Conceição Diniz. *A Companhia Matte Larangeira e a ocupação da terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

BISPO, A.A.. "Da História das Ciências como objeto de estudos culturais e dos Science Studies. Revendo o III Congresso da Academia Internacional de História das Ciências em Portugal (1934) e a participação do Brasil: Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos". *Revista Brasil-Europa: Correspondência Euro-Brasileira* 130/10 (2011:2). http://www.revista.brasil-europa.eu/130/Congresso_Historia_das_Ciencias.html

BRAND, Antônio Jacó; FERREIRA, Eva Maria Luiz; ALMEIDA, Fernando Augusto Azambuja de. O processo de demarcação das reservas indígenas Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul, pelo SPI, e os conflitos de terra, entre as décadas de 1910-1940. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo, 2007.

Bigio, Elias dos Santos. Linhas telegráficas e integração de povos indígenas: as estratégias políticas de Rondon (1889-1930). Brasília: CGDOC/FUNAI, 2003.

_____. *Cândido Rondon: a integração nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto. 2000.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica" em FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janaína (orgs.), *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.

BRAGA, Isabel Drumond. *Das origens do vegetarianismo em Portugal: Amílcar de Sousa (1876-1940), o "apóstolo verde"*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2019.

BRAGA, Isabel Drumond. Em busca do novo Éden no século XX: os portugueses e a fundação de colônias naturistas no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.3, jul.-set. 2018, p.659-678.

CAIADO, Leoldio. *A Expedição Sertaneja Araguaia-Xingu*. Goiânia: Prefeitura Municipal, 1952.

CALONGA, Maurilio Dantielly. *A Marcha para o Oeste e os intelectuais em Mato Grosso : Política e Identidade Regional*. XII Encontro da Associação Nacional de História. Seção Mato Grosso do Sul. UFMS/CPAQ- Aquidauana –MS, 2014.

CARDOSO, Luciene P. Carris. *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: espelho das tradições progressistas (1910-1945)*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

CARNEIRO, Maria Lúcia Tucci. O Estado Novo, o Dops e a ideologia da segurança nacional. *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CARVALHO, Erika M. de. “Integração Nacional no curso dos rios amazônicos: as viagens de levantamento e exploração de rios na Comissão Rondon (1915-1920)”, Anais do 2º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações, setembro de 2012, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*. São Paulo. Companhia das Letras: 1990

CASER, Arthur Torres; SÁ, Dominichi Miranda de. O medo do sertão: a malária e a Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, abr.-jun. 2011, p.471-497

CASSIANO, Ricardo. *A Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

CASTRO, Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: MS: Ed: UFMS, 2006

COSTA, Laís Dias Souza da. Factos e cousas nas crônicas da revista mato-grossense A Violeta (1916-1937). 152 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Cuiabá, 2014.

CUESTA, Josefina. “Los componentes del testimonio, según Paul Ricouer”, *Historia, Antropología y Fuentes Orales*, n. 30, Barcelona, 2003, p. 41-60.

CUNHA, Eliaquim Timóteo da. Rondônia, um trecho do grande cerco de paz: história indígena, escrita da tutela indigenista e historiografia dos pioneiros. *Revista Ñanduty*, [S.l.], v. 5, n. 7, p. 64-90, dez. 2017. ISSN 2317-8590. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/7797/4231>>. Acesso em: 31 maio 2019. doi:<https://doi.org/10.30612/nty.v5i7.7797>.

DIACON, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006

DINIZ FILHO, L. L.. Centralização do Poder e Regionalismo: Análise sobre o Período do Estado Novo (1937-1945). *Ra'e ga* (UFPR), Curitiba/PR, v. 3, n.3, p. 187-200, 1999.

- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*, São Paulo, EDUSP, 2009. (Capítulo 1- A biografia, gênero impuro: A biografia é um verdadeiro romance, p. 55-80)
- DUTRA E SILVA, Sandro. *No Oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. 1 ed. –Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas em Mato Grosso na primeira república (1889-1930)*. Cuiabá: Ed UFMT, 2010.
- FERNANDES, Manoel. *Planos para o Império: os Planos de Viação do Segundo Reinado (1869-1889)*. São Paulo: Alameda, 2012.
- FERREIRA, Mirian Rejane Guimarães. *Os Trabalhadores da Comissão Rondon: Violência, esquecimento e silêncio nos caminhos do telégrafo. (1907-1915)*. Cuiabá, 215 p. Dissertação – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 1997.
- FITAS, Augusto José dos Santos, RODRIGUES, Marcial E. & NUNES Maria de Fátima. *Filosofia e História da Ciência no Portugal do século XX*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008.
- FLORES. José Manuel. *Transformações Agrárias e desapropriação de terras indígenas em Mato Grosso (1940-1960): o caso da reserva Kadiwéu*. *Anuário Antropológico*. Brasília, UNB, V.43, n.1: 285-314, 2018.
- FONSECA. Aurélio Cordeiro da; REZENDE Tatiana Matos. *As cadernetas da Comissão Rondon: testemunhos de uma epopeia pelos sertões do Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Cultural do Exército, 2010.
- FRANCO, Gilmara Yoshihara, MELO, Wander Scalfoni. *O Álbum Gráfico de Mato Grosso e o processo de modernização da economia do estado na década de 1910*. *Revista Eletrônica História em Reflexão*: Vol. 9 n. 18 – UFGD – Dourados, jul/dez – 2015
- FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Indigenismo e Antropologia: O Conselho Nacional de Proteção aos Índios na gestão Rondon (1939-1955)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- GALETTI, Lylia da S. Guedes. *Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2012.
- GALETTI, Lylia da S. Guedes. *O Estigma da barbárie e a Identidade Regional*. *Textos de História*, Brasília, v. 3, n.2, p. 48-81, 1995.
- GARFIELD, Seth. *As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na Era Varas*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.

GESTEIRA, Heloisa Meireles; VALENTE, Maria Esther Alvarez; VERGARA, Moema de Rezende. *Olhar o céu e medir a terra*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller... *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 41-60, jul. 1997. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>>. Acesso em: 09 Out. 2019.

KURY, Lorelai; FEDI Laurent. Rondon e o Positivismo: a defesa dos fetichistas. In: KURY, Lorelai; SÁ, Magali Romero (Org.). *Rondon: inventários do Brasil*. Rio de Janeiro: A. Jakobson Estúdio, 2017.

JAGUARIBE, Beatriz; BERNARDINO, Maria Gabriela. A conclusão da Carta de Mato Grosso e os ideários do Brasil moderno. *Patrimônio e Memória, Assis, SP*, v. 15, n. 1, p. 315-342, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/946/1058>

KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia Historia*, 2007, vol. 23, n.º 37, p. 70-80.

LASMAR, Denise Portugal. Estoques de informação: o acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio como fonte de informação, 208 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicação da UFRJ, 2002.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau a internet*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2008.

LEMOS, Walter Gustavo da Silva Os acordos de Roboré e o pensamento geopolítico brasileiro. Dissertação de Mestrado PUCRS – Porto Alegre, 2015.

LEOTTI, Odemar. Bicentenário de Cuiabá: rememoração e invenção do passado. O instituto histórico e geográfico de Mato Grosso, Virgílio Corrêa Filho: a invenção da modernidade em Mato Grosso e sua inserção no projeto de reconstrução da nação e da nacionalidade – 1919 a 1969. *Patrimônio e Memória - UNESP – FCLAs – CEDAP*, v.7, n.1, p. 78-100, jun. 2011

LEVI, Giovanni. “Usos da biografia” em FERREIRA, Marieta M. e AMADO, Janáina (orgs.), *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ-UCAM, 1999.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à História*, Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

- LORIGA, Sabina. “A biografia como problema”, em REVEL, Jacques. *Jogos de Escala: a experiência da micro-análise*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2003, p. 225-250.
- LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. O desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2011
- MACHADO, Othon. *Os Carajás: contribuição ao estudo dos indígenas brasileiros*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- MACHADO, M. F. R. Índios de Rondon, Rondon e as linhas telegráficas na visão dos sobreviventes Wáimare e Kaxinití, grupos Paresi. Vs. 1 e 2. 1994. Tese (doutorado em antropologia social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Museu Nacional. RJ
- MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ; Fapesp. 1998
- MAIA, João Marcelo Ehlert. *Estado, território e imaginação espacial: O caso da Fundação Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2012.
- MARIN, Jérri Roberto. D. Francisco de Aquino Corrêa e a construção da identidade mato-grossense. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 16, n. 50, p. 780-811, maio/ago. 2018.
- McCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do Exército brasileiro 1889-1937*. Rio de Janeiro, BibliEx Editora e Cia. das Letras, 2009.
- McKEMNISH, Sue. “Provas de mim... Novas considerações”, em TRAVANCAS, Isabel, ROUCHOU, Joëlle e HEYMANN, Luciana (orgs.) *Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*, Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2013
- MENEZES, Maria Lucia Pires. *Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal*. Campinas, SP. Editora da UNICAMP; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- NOGUEIRA, C. Território, sertão e ciência: expedições civilizatórias e geografia no Brasil (1900-1930). *GEOUSP: Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 1, p. 043-060, 19 jun. 2018.
- NOMURA, H. Centenário da Comissão Rondon (1907-2007): personagens, descobertas e produção bibliográfica. *Cadernos de História da Ciência – Instituto Butan-tan*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 79-105, jan./jul. 2010
- NUNES, Maria de Fátima. Construção de identidades europeias: os Congressos científicos, laboratórios de construção de identidades, Breves considerações. *Debater a*

Europa. Periódico do CIEDA e do CEIS20, em parceria com GPE e a RCE. N.5 Julho/Dezembro 2011.

NUNES, Maria de Fátima. O III Congresso Internacional de História da Ciência Portugal, 1934: Contextos Científicos, contextos culturais e políticos. *Caminhos de Cultura em Portugal. Homenagem ao Professor Doutor Norberto Cunha* (org.: F.A. Machado, M.R. G. Gama, J.M. Fernandes), Braga, Ed. Húmus:321-336

OLIVEIRA, Amélia de Jesus. História e filosofia da ciência na obra de George Sarton. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 126-138, jan | jun 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, Rosimar Regina Rodrigues de. *O progresso na “marcha para o oeste” : uma análise enunciativa na imprensa mato-grossense / -* Campinas, SP : [s.n.], 2007.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. A «Ilha Brasil» de Jaime Cortesão: ideias geográficas e expressão cartográfica de um conceito geopolítico. Biblio 3W. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 25 febrero 2017, Vol. XXII, nº 1.191. . [ISSN 1138-9796].

OLIVEIRA JÚNIOR, Antonio dos Santos. *A Comissão Rondon na Exposição Retrospectiva do Exército* (transcrito da Revista da Sociedade Geografia do Rio de Janeiro - tomo XLVII- 1940) Departamento de Imprensa nacional, Rio de Janeiro, 1951.

PENHA, Eli Alves. *A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, IBGE, 1993.

PEREIRA de Sá, C., VIEIRALVES de Castro, R., CESAR Möller, R., & AIETA Perez, J.. A memória histórica de Getulio Vargas e o Palácio do Catete. *Estudos de Psicologia* 13(1), 49-56. 2008.

PEREIRA, Sergio Nunes. Navegação Fluvial e Vias auxiliares: uma controvérsia geográfica no Brasil do final do século XIX. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo

PORTELA, Lauro Virginio de Souza. Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930). 2009, 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Mestrado em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

- RIBEIRO, Darcy. *Cândido Mariano da Silva Rondon*. São Paulo: Global, 2017.
- RODRIGUES, Adilson. São José ou Nossa Senhora? Litígio entre as províncias de Goiás e Mato Grosso pelo território de Coxim. *Monções - Revista de História da UFMS/CPCX* v. 2, n° 2. Setembro de 2014
- ROSE, Robert Sterling. *O Homem mais Perigoso do País. Biografia de Filinto Müller*. O temido chefe da polícia da Ditadura Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- ROTHER, Larry. *Rondon, uma biografia*. 1ª edição – Rio de Janeiro: Objetiva, 2019
- SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde– Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.779-810, jul.-set. 2008.
- SANTOS, Ricardo Augusto dos. Os Intelectuais Eugenistas. Da Abundância de Nomes a Escassez de Investigação. (1917-1937). In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder: sociedade civil. Uberlândia - MG, 2012.
- SILVA, Francismary Alves da. Combates de Alexandre Koyré: por uma história do pensamento científico. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2015.
- SOUZA, Fernando dos Santos. Conflitos armados, encontros e combates na fronteira do sul de Mato Grosso nas décadas iniciais do século XX. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal de Grande Dourados: UFGD, 2018.
- SOUZA, Candice Vidal. *A pátria geográfica. Sertão e Litoral no pensamento brasileiro*. Goiânia: Ed: UFG, 1997.
- SOUZA LIMA JR. Luiz Gustavo de. Em busca do acontecimento: uma leitura da Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas (1952). *Anais do 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, 2011.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, v. 1, p. 146-166, 2008.
- STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- SIQUEIRA, Elisabeth Madureira; MACHADO, Fernanda Quixabeira, ÁVILA. Luciwaldo Pires. *O Brasil pelos brasileiros: relatórios científicos da Comissão Rondon*. Cuiabá-MT: Carlini Caniato Editorial, 2016.
- TACCA, Fernando de. *A imagética da Comissão Rondon*. Campinas-SP: Papyrus, 2001.

TEODORO, Cristiane Aparecida Zambolin. O Domínio Territorial Republicano Manifestado na Multiexpressividade da Comissão Rondon. 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2017

TREVISAN, Leonardo N. *Obsessões patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VERGARA, Moema de Rezende. Ciência, fronteiras e nação: comissões brasileiras na demarcação dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia, 1895-1901. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, vol.5, n.2, 2010. p. 345-363.

VIDAL, Alfredo. *Introdução da Estereofotogrametria no Brasil*. Imprensa Militar, Estado Maior do Exército, Capital Federal, 1915.

VIANNA, Paula Vilhena Carnevale; ZANETTI, Valéria; PAPALLI, Maria Aparecida. Geografia, saúde e desenvolvimento urbano no interior paulista na passagem para o

século XX: Domingos Jaguaribe e a construção da Estância Climática de Campos do Jordão. *Hist. cienc. Saúde - Manguinhos*.vol.21 no.4. Rio de Janeiro Oct/Dec. 2014.

VILLAS BÔAS, Orlando, VILLAS BÔAS, Cláudio. *A Marcha para o Oeste: a epopeia da expedição Roncador-Xingu* – São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VITAL, André Vasques. Comissão Rondon, doenças e política: “Região do Madeira: Santo Antônio”, de Joaquim Augusto Tanajura – uma outra visão do Alto Madeira em 1911. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.18, n.2, 2011 pp. 545-557.

VIVEIROS, Esther de (org.). *Rondon conta a sua vida*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

Anexo 1 – Mapas que pertenciam a coleção pessoal de Francisco Jaguaribe e que foram doados à Biblioteca da Marinha

1. 274445

1° Districto: Candelária [material cartográfico] : / 1921 - (Mapas)
1° DISTRICTO : Candelária. [Rio de Janeiro?]: [s.n.], [1921?]. 1 planta: color, cópia heliográfica, entelada em morim; 25X28cm Escala: 1:5000. Número de chamada: M 912.8153 P953p [1921?]

2.49682

10° Districto: Sant'Anna [material cartográfico] / 1920 - (Mapas)
CORRÊA, Ernani Dias. 10° Districto / Sant'Anna. Rio de Janeiro: [s.n.], 1920. 1 planta: color, cópia heliográfica, entelada em morim ; 29 x 63cm. Escala 1: 5.000. Número de chamada: M 912.8153 C824d 1920

3. 49656

12° Districto: Espírito Santo [mapa] .-- / [1921?] - (Mapas)
12° DISTRICTO [Rio de Janeiro]: [s.n.], [1921?]. 1 planta : color, cópia heliográfica , entelada em morim ; 63 x 33 cm. Escala : 1: 10 000 .--.
Número de chamada: M912.815 3 D294e A--XII--[1921 ?] M

4. 49403

15° Districto: : Andarahy [mapa] .-- / 1921 - (Mapas)
15° DISTRICTO: Andarahy [mapa] .--. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [1921?]. 1 planta : color, cópia heliográfica , entelada em morim ; 61 x 26 cm. Escala 1:15 000.--.
Número de chamada: M 912.8153 D294a [1921?] (BM)

5. 274479

17° Districto: Engenho Novo [material cartográfico] : / 1921 - (Mapas)
17° DISTRICTO : Engenho Novo. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [1921?]. 1 planta: color, cópia heliográfica, entelada em morim; 43x44cm Escala 1:10000.
Número de chamada: M 912.8153 D294d [1921?]

6. 49688

26° Districto [mapa] : Copacabana / 1915 - (Mapas)
MELLO, E. 26° Districto [mapa] : Copacabana. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1915. 1 planta: color, cópia heliográfica, entelada em morim ; 37 x 70cm. Escala 1: 10 000.--.
Número de chamada: M 912.8153 M527v 1915 (BM)

7. 49826

2° Districto : Santa Rita [mapa].- / 1921 - (Mapas)

2º DISTRICTO: Santa Rita [mapa]. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1921?. 1 planta: color ; cópia heliográfica entelada em morim, Escala 1: 5000.--.
Número de chamada: 912.8153 S456 A-XII-[1921?] M

8. 49724

5º Districto: Santo Antonio [mapa].-- / - (Mapas)
5º DISTRICTO: [Rio de Janeiro]: [s.n.], [1921?]. 1 planta: color ; cópia heliográfica entelada em morim ; Escala 1:5000.--.
Número de chamada: consultar

9. 49006

7º Districto : Gloria [Mapa] / 1921 - (Mapas)
7º. DISTRICTO [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1921? 1 planta : color., fotocópia , entelado em morim., ; 48 x 31 cm. Escala 1: 10.000.
Número de chamada: 912.8153 S495 M (BM)

10. 262733

Ante-projecto para a abertura de canal navegável entre o Rio Grande e o Rio S. Francisco (Bacias do Prata e do S. Francisco) / 1947 - (Mapas)
SERVIÇO DE CONCLUSÃO DA CARTA DE MATO GROSSO. MATTOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. COMISSÃO REVISORA DO PLANO DE VIAÇÃO NACIONAL. Ante-projecto para a abertura de canal navegável entre o Rio Grande e o Rio S. Francisco (Bacias do Prata e do S. Francisco). Mato Grosso: Serviço de Conclusão da Carta de Mato Grosso, 1947. 1 mapa: color.; entelada em morim ; 33 x 36cm
Número de chamada: M 912.8171 S491a 1947 (BM)

11. 28515

Atlas do Brazil - 1. ed. / 1909 - (Mapas)
HOMEM DE MELO, Francisco Inacio Marcondes Barão.; HOMEM DE MELO, Francisco. Atlas do Brazil. 1. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1909. 66 p., 33 mapas.: il., color.; 35 cm
Número de chamada: consultar

12. 264996

Bahia do Rio de Janeiro / 1908 - (Mapas)
BRASIL. Repartição da Carta Marítima. Bahia do Rio de Janeiro. [Rio de Janeiro]: Gabinete Photographico do Grande E. Maior do Exército, 1911. 1 mapa: entelado em morim ; 93x64 cm.
Número de chamada: M 912.8153 B823b 1911 (BM)

13. 49451

Carta plana da Fronteira de Jaguarão [mapa] : Quarta Folha de Demarcação de Limites, levantada nos annos de 1854 a 1855 / 1909 - (Mapas)
SILVA, Arthur de Faria e; SILVA, Domingos de Araujo e. Carta plana da Fronteira de Jaguarão [mapa]: Quarta Folha de Demarcação de Limites, levantada nos annos de 1854

a 1855. [S.l.: s.n.], 1909. 1 carta ms.: color.; desenho a tinta ; 27 x 50 cm Escala 1:100.000.

Número de chamada: consultar

14. 269728

Central Europe and the Mediterranean as of August 28, 1939 / 1939 - (Mapas)

NATIONAL GEOGRAPHIC SOCIETY (ESTADOS UNIDOS). Cartographic Division ; BUMSTEAD, Albert H. Central Europe and the Mediterranean as of August 28, 1939. Washington, D.C.: c1939. 1 mapa: color. ; entelado em morim ; 65 x 90 cm. Escala 1:5.000.000.

Número de chamada: M 912.4 N277 c1939 (BM)

15. 263358

Chemin de fer São Paulo - Rio Grande: Réseau international transbrésilien d'environ 2500 kilomètres, formé par les lignes d'Itararé et de São Francisco, d'accord avec les projets du Conseil d'Administration, sous la Présidence de Mr. Roxo de Rodrigues. / - (Mapas)

DEVAMBEZ. Chemin de fer São Paulo - Rio Grande: Réseau international transbrésilien d'environ 2500 kilomètres, formé par les lignes d'Itararé et de São Francisco, d'accord avec les projets du Con. Paris: [s.n.], 1905. 1 mapa : color. : entelada em morim ; 19x30cm Escala indeterminável.

Número de chamada: M 912.8161 C517h 1905 (BM)

16. 274191

Copia da planta do Curato de Santa Cruz e adjacencias destinada as manobras de agosto levantada, construída e desenhada pela Comissão do Estado Maior do Exército / 1905 - (Mapas)

BRASIL. MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. COMISSÃO DO ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO; GAMA, Alipio; BARROS, Alfredo Oscar Fleury de; VIDAL, Germano Eugenio; MATTOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. Copia da planta do Curato de Santa Cruz e adjacencias destinada as manobras de agosto/ levantada, construída e desenhada pela Comissão do Estado Maior do Exército. Rio de Janeiro: 1905.

Número de chamada: M 912.8153 C734c 1905

17. 274416

Cróquis de la parte superior del Rio Juruá y del Amuenya / 1906 - (Mapas)

HILLIGES, Aug. Cróquis de la parte superior del Rio Juruá y del Amuenya. [Peru]: 1906. 1 mapa: entelado em morim; 24 x 44 cm. Desenhado sem escala..

Número de chamada: M 912.8113 H654c 1906 (BM)

18. 269835

Croquis de la region peruana del Alto Yuruá / 1903 - (Mapas)

CROQUIS de la region peruana del Alto Yuruá. [S.l.: [s.n.], [1903?]. 1 mapa: color ; entelado em morim; 33 x 49,5 cm. Escala indeterminada.

Número de chamada: M 912.85 C948 [1903?]

19. 274753

Croquis para demonstrar a execução da planta topographica e geológica da zona de manganez do estado de Minas Gerais / [189-?] - (Mapas)

CROQUIS para demonstrar a execução da planta topographica e geologica da zona de manganez do estado de Minas Gerais. [Minas Gerais]: [s.n.], [189-?]. 1 mapa: col., desenho a nanquim e a tinta ferrogálica; 26 x 34 cm Escala 1:50000.

Número de chamada: M 912.8151 C937c [189-?] (BM)

20. 270896

E da fronteira compreendida entre o Serro Cupi e as cabeceiras do Rio Macacuni, Part - fac-similar / 1911 - (Mapas)

MATTOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. Parte da fronteira compreendida entre o Serro Cupi e as cabeceiras do Rio Macacuni. fac-similar. [s.l.: [s.n.], 1911. 1 mapa: color.; 43 x 70 cm Escala: 1:200.000.

Número de chamada: M 912.861 P275 1911

21. 275161

Esboço da região litigiosa Perú-Boliviana / 1909 - (Mapas)

CUNHA, Euclides da. Esboço da região litigiosa Perú-Boliviana. Rio de Janeiro: [Impr. Nacional], 1909. 1 mapa: color.; 44 x 49cm

Número de chamada: M 912.8112 C972e 1909

22. 271110

Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará: planta e perfil da 1ª Secção da Raiz da Serra à Petrópolis. / [1883?] - (Mapas)

LISBOA, Joaquim Miguel Ribeiro. Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará: planta e perfil da 1ª Secção da Raiz da Serra à Petrópolis.. Rio de Janeiro: Lit. Paulo Robin & Cia., [1883?]. 1 mapa: 38x62cm Escala horizontal e vertical 1 : 20.0.

Número de chamada: M 912.8153 L769e [1883?]

23. 40113

Exploração da região compreendida pelas folhas topográficas: Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé / 1927 - (Mapas)

EXPLORAÇÃO da região compreendida pelas folhas topográficas: Sorocaba, Itapetininga, Bury, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé. São Paulo: Tipografia Brasil de Rothschild, 1927. il., color ; 33 x 45 cm
Número de chamada: M A2, P1, L11 1927 (BM)

24. 40114

Exploração da região compreendida pelas folhas topográficas: Taubaté, Lorena, Bananal e Cunha / 1928 - (Mapas)
COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA (SP). Exploração da região compreendida pelas folhas topográficas: Taubaté, Lorena, Bananal e Cunha. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 1928. il., color; 32 x 44 cm
Número de chamada: M A2, P1, L12 1928 (BM)

25. 40120

Exploração do Rio Juqueryquerê - 2. ed. / 1919 - (Mapas)
COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA (SP). Exploração do Rio Juqueryquerê. 2. ed. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 1919. il., color; 32 x 44 cm
Número de chamada: consultar

26. 338421

Exploração do Rio Paraná - 2. ed. / 1911 - (Mapas)
COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA (SP). Exploração do Rio Paraná. 2. ed. São Paulo: Typographia Brazil de C. Gerke & Rothschild, 1911. il., color ; 32 x 44 cm
Número de chamada: consultar

27. 40121

Exploração do Rio Paraná / 1907 - (Mapas)
COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA (SP). Exploração do Rio Paraná. São Paulo: Typographia Brazil de C. Gerke & Rothschild, 1907. il., color ; 32 x 44 cm
Número de chamada: M A2, P1,L15 1906 (BM)

28. 40122

Exploração do rio Ribeira de Iguape - 2. ed. / 1914 - (Mapas)
COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA (SP). Exploração do rio Ribeira de Iguape. 2. ed. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., 1914. il., color ; 33 x 45 cm
Número de chamada: M A2, P1, L10 1914 (BM)

29. 40123

Exploração do rio Tieté: (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná) - 3. ed. / 1930 - (Mapas)

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA (SP). Exploração do rio Tieté: (Barra do Rio Jacaré-Guassú ao Rio Paraná). 3. ed. 1930. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Co., il., color ; 32 x 44 cm
Número de chamada: M A2, P1, L9 1930 (BM)

30. 41158

Fronteira do Brasil com a Guiana Britânica / 1939 - (Mapas)
COMISSÃO MIXTA BRASILEIRO-BRITÂNICA DEMARCADORA DE LIMITES;
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Fronteira do Brasil com a Guiana Britânica. Ministério de Guerra Britânico, 1939. [Inglaterra]: il., mapas ; 32 x 27 cm 1: 3 000 000.
Número de chamada: M A2, P1, L2 1939 (BM)

31. 41159

Fronteira do Brasil com a Guiana Neerlandesa / 1935 - (Mapas)
COMISSÃO MIXTA BRASILEIRO-NEERLANDESA DEMARCADORA DE LIMITES.; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Fronteira do Brasil com a Guiana Neerlandesa. 1935-1938. 39 p.: il., color ; 29 x 22 cm
Número de chamada: M A2, P2, L6 (BM)

32. 261346

Ilha de Paquetá / 1900 - (Mapas)
LISBÔA, Luiz Bello; OLIVEIRA, Andre Trajano de; MATTOS, Francisco Jaguaribe Gomes de 1881-1974.; MENEZES, Pedro Paulo Ferreira de. Ilha de Paqueta. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1900. 1 mapa entelado; 129x79 cm. Escala 1:2000 (Superfície 1.088.000 m.
Número de chamada: M 912.8153 I27 1900 (BM)

33. 273740

Map of the rivers Canumá, Abacaxis & Maué-Assú & it's tributaries (Brazil) / 1870 - (Mapas)
GONZALEZ, Abilio; CHANDLESS, W. Map of the rivers Canumá, Abacaxis & Maué-Assú & it's tributaries (Brazil). Lisboa, 1934. 1 mapa: entelado em morim; 44 x 39 cm. Escala [1:804.762].
Número de chamada: M 912.8113 G643m 1934 (BM)

34. 275404

Map to illustrate hiatus in boundary between British Guiana & Brazil / 1907 - (Mapas)
GREAT BRITAIN. General Staff. Topographical Section. Map to illustrate hiatus in boundary between British Guiana & Brazil. [London]: [TSGS, War Office], [1907]. 1 mapa: color.; 32 x 37cm Escala: 1:200000.
Número de chamada: M 912.881 G786m [1907]

35. 48293

Mappa da Demarcação que por ordem de S.M.F.e C. fez no anno de 1759, a seg.da Partida da boca do Rio Ybicuy, seguindo o curço dos Rios Uruguay, Pipiry, S.Ant.º Yguaçu, e Paranã: thê o seu Salto Sepuzerão os rios q nelles desaguão huñs por noticias e out / - (Mapas)

CHRISTO, Manuel Pacheco de. Mappa da Demarcação que por ordem de S.M.F.e C. fez no anno de 1759, a seg.da Partida da boca do Rio Ybicuy, seguindo o curço dos Rios Uruguay, Pipiry, S.Ant.º Yguaçu, e Paranã: thê o seu Salto Sepuzerão os rios q nelles desaguão huñs por noticias e outros arbitrariamente attendendo a grandeza das suas bocas.. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin, 1760. 1 mapa: entelada em morim ; 22 x 44 cm

Número de chamada: M 912.8165 C556m 1760 (BM)

36. 263581

Mapa da viação férrea do Brasil mostrando o plano de ligação ferroviária dos estados e as principais estradas projetadas / [18--?] - (Mapas)

MAPPA da viação férrea do Brasil mostrando o plano de ligação ferroviária dos estados e as principais estradas projetadas. [Rio de Janeiro]: Imprensa Nacional, [18--?]. 1 mapa: color.; entelada em morim ; 61 x 79 cm Escala 1:7.500.000.

Número de chamada: M 912.81 M297v [18--?] (BM)

37. 263786

Mapa das linhas férreas e fluviais da Estrada de Ferro União Sorocabana e Ituana / 1894 - (Mapas)

COMPANHIA UNIÃO SOROCABANA E ITUANA. Mapa das linhas férreas e fluviaes da Estrada de Ferro União Sorocabana e Ituana. [São Paulo]: [s.n.], 1894. 1 mapa: color., cópia heliográfica, entelado em morim ; 60 x 120 cm Escala 1:500.000.

Número de chamada: M 912.8161 M297l 1894 (BM)

38. 268974

Mapa geral da viação férrea do Estado de São Paulo / 1912 - (Mapas)

DIRECTORIA DE VIAÇÃO. Mappa geral da viação ferrea do Estado de São Paulo. [São Paulo]: A Diretoria, 1912. 1 mapa: fotocópia azul ; 67 x 105 cm Escala 1:1000.000.

Número de chamada: M 912.8161 D598m 1912 (BM)

39. 261605

Mapa mostrando a nova fronteira norte entre o Brasil e a Bolívia / - (Mapas)

MAPPA mostrando a nova fronteira norte entre o Brasil e a Bolívia. [Rio de Janeiro?]: Imprensa Nacional, [s. d.]. 1 mapa: entelada em morim ; 23,6 x 41,5cm

Número de chamada: consultar

40. 49412

Mappa postal da administração do Maranhão [mapa] Georges Ferrand; / 1923 - (Mapas)

BRASIL.. Diretoria Geral dos Correios. Mappa postal da administração do Maranhão [mapa] Georges Ferrand;. [S.l.]: A Diretoria, 1923. 1 mapa: color ; cópia heliográfica, entelado em morim ; 63 x 43cm. Escala 1: 2.000.000.--.
Número de chamada: consultar

41. 49657

Mappa postal da administração de Sta. Catharina / 1922 - (Mapas)
FERRAND, Georges; Brasil. Mappa postal da administração de Sta. Catharina [mapa]. [Sta. Catharina]: A Diretoria, 1926. 1 mapa: color.,cópia heliográfica,entelada em morim ; 97 x 69cm. Escala 1: 1.000.000.--.
Número de chamada: consultar

42. 49434

Mappa postal da administração do Rio Grande do Norte[mapa] : Georges Ferrand ; / 1922 - (Mapas)
BRASIL.DIRETORIA GERAL DOS CORREIOS. Mappa postal da administração do Rio Grande do Norte[mapa]: Georges Ferrand ;. [Rio Grande do Norte]: A Diretoria, 1922. 1 mapa: color.; fotocópia azul (de desenho), entelada em morim ;; 48 x 36 cm. Escala 1: 1.000.000 .--.
Número de chamada: consultar

43. 268838

Mapa postal das administrações de Alagoas e Sergipe / 1922 - (Mapas)
BRASIL. Diretoria Geral dos Correios. Mappa postal das administrações de Alagoas e Sergipe. [S.l.]: Directoria Geral dos Correios, 1922. 1 mapa: color. fotocópia azul ; 75 x 78 cm 1:500.000.
Número de chamada: M 912.8135 M297m 1922 (BM)

44. 263292

Monumentos e curiosidades de Olinda / [s. d.] - (Mapas)
BRASIL. Secretaria de Educação e Cultura; BANDEIRA, M. Monumentos e curiosidades de Olinda. Recife: I. G. B., [s. d.]. 1 mapa: color.; entelado em morim, fac-símile; ; 43 x 47cm. Escala 1:5000.
Número de chamada: M 912.8134 B823m (BM)

45. 22995

New chart of the coast of Brazil from the banks of St. Roque, to the Island of St. Sebastian : with the islands and soundings in the offing, A / 1794 - (Mapas)
JAMES WHITTLE AND RICHARD HOLMES LAURIE. A new chart of the coast of Brazil from the banks of St. Roque, to the Island of St. Sebastian: with the islands and soundings in the offing. London: Laurie & Whittle, 1794. 1 mapa: impresso ; 89x58cm
Número de chamada: M 912.814 N532 1794 (BM)

46. 49389

Planta da barra se Icaparra dando acesso a cidade de Iguape / 1930 - (Mapas)

COMISSÃO DE PORTOS DO ESTADO [SÃO PAULO]. Planta da barra se Icaparra dando acesso a cidade de Iguape. [S.l.]: A Comissão, 1930. 1 planta ms.: desenho a tinta guache, color. ; 73x96 cm. Escala 1: 5.000.
Número de chamada: 912.8161 P713 A- XV - 1930 / M/A

47. 263362

Planta da fazenda de Sapopemba. / 1911 - (Mapas)
PLANTA da fazenda de Sapopemba. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1911. 1 mapa : color., cópia heliográfica, entelado em morim ; 52 x 62 cm Escala 1 : 10.000.
Número de chamada: M 912.8153 P713l 1911 (BM)

48. 49465

Port of Para : hidrographic chart. / 1911 - (Mapas)
PORT of Para: hidrographic chart.. [S.l. [s.n.], 1911. 1 mapa ms.: desenho a tinta, color; entelado em morim. ; 60 x 116 cm. Escala 1: 20.000..
Número de chamada: M 912.8115 P839o 1911 (BM)

49. 49759

Projecto do prolongamento da E. de F. de Cataguazes ao Brejo [mapa] / 1921 - (Mapas)
BANCO CONSTRUTOR DO BRASIL [1921?]. Projecto do prolongamento da E. de F. de Cataguazes ao Brejo [mapa]. [S.l.]: O Banco, [1921?]. 1 planta: color, cópia heliográfica, entelada em morim ; 58x43 cm. Escala 1:500 000.--.
Número de chamada: 912.815 1 P 964 [1921?]

50. 266607

Rede dos caminhos de Ferro da Companhia Leopoldina. / 1886 - (Mapas)
ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA; THOMPSON, Eduardo A.G. Rede dos caminhos de Ferro da Companhia Leopoldina. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin & Cia, 1886. 1 Mapa: color. ; 42 x 33cm Escala: 1:1.000.000.
Número de chamada: M 912.8153 E82r 1886

51. 273608

Rio de Janeiro: [planta?] geral / [189-?] - (Mapas)
RIO de Janeiro: [planta?] geral. [s.l.]: [189-?]. 1 mapa: col.; 105 X 96cm . Escala 1:10.000.
Número de chamada: M 912.8153 R585r [189-?]

52. 49492

Santa Thereza : 6° Districto : : parte A [mapa] / 1920 - (Mapas)
SANTOS, Seraphim José dos. Santa Thereza : 6° Districto :: parte A [mapa]. [Rio de Janeiro]: [s.n.], 1920. 1 planta: color; cópia heliográfica, entelada em morim ; 43 x 72 cm. Escala 1:5.000.--.
Número de chamada: 912.8153 S237sb 1920 M (BM)

53. 269820

Schema da Bacia do Rio S. Francisco, entre Pirapóra e Bôa-Vista: para o serviço de trafego mutuo com as Estradas de Ferro a ella filiadas / 1927 - (Mapas)

BRASIL. Contadoria Central Ferroviária ; AGUIAR, Feliciano de Souza; PRIVAT, L. Schema da Bacia do Rio S. Francisco, entre Pirapóra e Bôa-Vista: para o serviço de trafego mutuo com as Estradas de Ferro a ella filiadas. [Rio de Janeiro]: A Contadoria, 1927. 1 mapa : color.; entelado em morim ; 35,5 x 29,5 cm.

Número de chamada: M 912.8141 B823 1927 (BM)

54. 262033

Schema das linhas postaes do estado de Minas Geraes / 1920 - (Mapas)

BRASIL. Diretoria Geral dos Correios. Schema das linhas postaes do estado de Minas Geraes. [Rio de Janeiro?]: Directoria Geral dos Correios, 1920. 1 mapa: cópia heliográfica; entelada em morim ; 35 x 131cm Escala 1 : 1.000.000.

Número de chamada: M 912.8151 B823s 1920 (BM)

55. 49637

South America : agreeable to the moft approvid maps and charts / 1779 - (Mapas)

KITCHIN, Thomas. South America: agreeable to the moft approvid maps and charts. London: Rob. Sayer and Jn.º Bennett, 1779. 1 mapa: color ; entelado em morim ; 44x54 cm. Escalas variam.

Número de chamada: M 912.8 K62s 1779 (BM)

56. 340833

Sul de Matto-Grosso (Fronterias Matto-Grosso - Bolívia - Paraguay) : Organizada na Secção de Desenho desta Inspeção de ordem do Sr. Genral de Divisão Candido Mariano da Silva Rondon de acordo com a Carta de Matto Grosso e regiões circunvizinhas... / 1931 - (Mapas)

RONDON, Cândido Mariano da Silva; MATTOS, Francisco Jaguaribe Gomes de. Sul de Matto-Grosso (Fronterias Matto-Grosso - Bolívia - Paraguay): Organizada na Secção de Desenho desta Inspeção de ordem do Sr. Genral de Divisão Candido Mariano da Silva Rondon de acordo com a Carta de Matto Grosso e regiões circunvizinhas e os trabalhos topográficos do Major Boanerges de Souza e do 1º tenente Thales Facó (Insp. de Front 1930). s. l.: 1931. 1 mapa; 1:1000000.

Número de chamada: M A2, P5, L9 (BM)

Anexo 2 – Entrevista concedida por Roberto Jaguaribe (10 de julho de 2017)

MG: O senhor saberia me precisar o período e local em que o conviveu com o seu avô?

RJ: Foram dois períodos, O primeiro foi em minha infância²⁰⁶, no Rio de Janeiro, até dezembro de 1964, quando meus pais eu e minhas irmãs nos mudamos para os E.U.A. devido à situação política no Brasil. Enquanto o segundo foi mais curto, quando regressamos, do ano de 1967 até 1968 quando nossas visitas regulares deixaram de acontecer e cessando no ano de 1974 por ocasião de seu falecimento. É importante ressaltar que meus avós paternos eram bem reservados e o convívio com eles era de certa forma, mais formal em relação ao convívio meus avós maternos, que eram bem próximos, sendo inclusive vizinhos na maior parte do tempo. Um fato que ilustra isso, é que meu avô Jaguaribe era apelidado de “Vô General”²⁰⁷, enquanto o outro era apenas vô.

MG: Suas irmãs parecem não ter uma memória tão vívida desses períodos, fale mais sobre como era esse convívio.

RJ: Nós passávamos os domingos na residência deles, na Gávea, onde sempre almoçávamos juntos. Apesar de essas visitas serem cercadas de certa disciplina, era nessa ocasião que, antes do almoço, brincávamos e desfrutávamos de uma fauna muito especial mantida pelo meu avô, que era naturalista e colega do Marechal Rondon, e trouxe do interior do Brasil, particularmente do Mato Grosso, diversas aves como araras e papagaios e também um Jabuti que me servia de “montaria” para dar voltas em torno da casa. Após o almoço nós nos reuníamos em frente à TV para assistir programas como o “Teatrinho Troll” na extinta TV Tupi. No período em que regressamos, eu já era um pouco mais crescido e comecei a me interessar pelo lado músico de meu avô que fez parte da banda militar e também era compositor, mas esse período foi de convívio cada vez menos intenso, até mesmo devido à grande diferença de idade existente entre avô e neto, pois quando eu nasci ele já tinha 71 anos de idade.

MG: O senhor lembraria quais seriam os traços mais marcantes da personalidade do seu avô?

²⁰⁶ Roberto Jaguaribe nasceu em 27 de dezembro de 1952.

²⁰⁷ O apelido “vô general” é apenas uma alusão ao fato de Francisco Jaguaribe ser um militar e sempre dito com carinho por parte dos netos.

RJ: Meu avô mostrava ser uma pessoa de muita paciência, tranquilidade e afabilidade, e parecia ter gosto pelas brincadeiras com os netos, porém, ao menos aos olhos de um garoto, sempre acompanhado de uma boa dose de formalismo. Tenho a imagem marcante de que quando nós o visitávamos, ele estava invariavelmente em sua biblioteca, onde trocávamos alguns “dedos de prosa” e eu via muitos mapas. Lembro-me da ocasião de seu aniversário de oitenta anos, em 1961, quando eu estava com apenas oito anos de idade. Durante a festa, a minha grande expectativa era de que ele fosse conferir os presentes que havia ganhado, e meu avô, demonstrando pouquíssimo interesse pelos mesmos, abriu-os apenas para atender aos meus caprichos.

MG: Em conversas com seu pai, o Dr. Hélio Jaguaribe, me pareceu que tanto ele como o senhor herdaram de seu avô uma espécie de compromisso cívico, é verdade?

RJ: É difícil entre memórias tão antigas separar aquilo que vem diretamente da minha experiência e observação quando garoto e o que é uma impressão formada a partir de muitos retratos que foram pintados, nesse caso em particular, pelo meu pai em primeiríssimo lugar, e também por minha mãe, tia e avó que também contribuíram para traçar um quadro mais geral de como era o meu avô.

MG: O senhor lembra se ele falava sobre o papel dele na Comissão Rondon, de seu trabalho como cartógrafo?

RJ: Eu tinha informações genéricas sobre o trabalho dele propriamente dito. De fato, eu gostava mesmo era das “histórias de índios”, histórias que certamente eram embelezadas para despertar o interesse que um garoto teria por esse tipo de assunto. Uma história muito curiosa e marcante era de um dos membros de uma expedição que por ter a pele negra, causou enorme fascínio nos índios tendo em vista que os mesmos gostariam de ter aquela tonalidade de pele e não conseguiam. Segundo meu avô, os índios chegaram a raspar brutalmente a pele do homem na tentativa de descobrir qual era a tinta fabulosa que o mesmo utilizava.

MG: Existe uma controvérsia a respeito do fato de ele participar ou não dessas expedições e do trabalho de campo, o senhor teria alguma informação sobre essa questão?

RJ: De fato, eu não creio ter competência para confirmar ou negar essa questão, mas os relatos que eu ouvia se davam de forma de que ele estava presente aos fatos que ele narrava. Eu como garoto tinha como que certo de que ele tinha testemunhado essas histórias, mas a medida que o tempo passou isso começou a ser questionado entre os

netos, principalmente por uma de minhas irmãs que começou a pesquisar sobre o assunto.

MG: Uma questão talvez menos óbvia... Fale sobre a influência do positivismo sobre seu avô. O senhor saberia me dizer qual era o grau de envolvimento dele? O seu pai e sua tia foram batizados, por exemplo?

RJ: Meu avô de forma alguma foi um ortodoxo ou algo do tipo, ele de fato tinha grandes tendências agnósticas, mas talvez por ser um homem de muita boa vontade e grande disciplina em vários setores da vida, ele adquiriu muita simpatia por aqueles que compartilhavam das ideias positivistas, ideias essas que estavam fortemente inseridas no contexto militar do qual ele fazia parte. De forma geral, todas as suas opções de vida eram baseadas na liberdade e na racionalidade, o que inclusive ele transmitiu aos filhos. No entanto, os filhos foram batizados na igreja católica conforme o agrado de minha avó Francelina que era quem mandava na casa...²⁰⁸ (risos)

MG: Uma de suas irmãs me relatou uma forte lealdade ao Marechal Rondon, o que pode ser dito a respeito disso?

RJ: Eu não saberia dizer se existia uma lealdade pessoal ao Rondon ou se a lealdade em si era um traço natural da personalidade de meu avô. Muito das memórias do meu avô a respeito desses aspectos na verdade me foram, em grande parte, transmitidas pelo meu pai, Mas é certo que, entre os interesses compartilhados com Rondon, posso dizer que em especial ele era um monarquista convicto e não acreditava em outra forma de governo para o Brasil, mas ele não era de forma alguma inflamado, e sim muito sereno, aplicado, pragmático e, acima de tudo, muito correto em todos os aspectos da vida.

²⁰⁸ Além do batismo católico, também é importante ressaltar que Helio Jaguaribe estudou no Colégio Santo Inácio e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.